



**UnB**

Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Ciência da Informação – FCI

**INVENTÁRIO DE ELEMENTOS CONTEXTUAIS PARA O ESTUDO DAS  
BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL: CAMINHOS PARA A ANÁLISE DA  
HISTÓRICA RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS DE DESMONTE A CULTURA**

Luiza Alves Rocha

Orientadora: Dra. Michelli Pereira da Costa

Brasília  
05 de 2021

LUIZA ALVES ROCHA

**INVENTÁRIO DE ELEMENTOS CONTEXTUAIS PARA O ESTUDO DAS BIBLIOTECAS  
PÚBLICAS NO BRASIL: CAMINHOS PARA A ANÁLISE DA HISTÓRICA RESISTÊNCIA  
ÀS POLÍTICAS DE DESMONTE A CULTURA**

Monografia apresentada à banca examinadora  
como requisito parcial para a conclusão do curso  
de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da  
Informação, Universidade de Brasília.

Orientadora: Dra. Michelli Pereira da Costa

Brasília  
05 de 2021

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** Bibliotecas públicas: histórica resistência às políticas de desmonte da cultura

**Autor(a):** Luiza Alves Rocha

Monografia apresentada remotamente em **14 de maio de 2021** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Michelli Pereira da Costa  
Membro Interno (FCI/UnB): Rodrigo Rabello da Silva  
Membro Externo (BCE/UnB): Raphael Diego Greenhalgh

Em 25/05/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rabello da Silva, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/05/2021, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Alves Rocha, Usuário Externo**, em 25/05/2021, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/05/2021, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

26/05/2021

SEI/UnB - 6708631 - Despacho



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Diego Greenhalgh**,  
**Bibliotecário(a)/Documentalista da Biblioteca Central**, em 26/05/2021, às 09:57, conforme horário  
oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6708631** e  
o código CRC **17745FF0**.

Referência: Processo nº 23106.057768/2021-13

SEI nº 6708631

## RESUMO

As bibliotecas públicas, desde sua constituição, têm enfrentado diversos períodos históricos autoritários. No Brasil, os momentos do Estado Novo e da Ditadura Militar se destacam ao se abordar o autoritarismo. Este trabalho tem, então, como objetivo geral identificar ações bibliotecárias relevantes ao fortalecimento das bibliotecas públicas como instrumento cultural e informacional em épocas de exceção da história brasileira. A partir de levantamento bibliográfico, foram investigadas políticas governamentais que afetaram negativamente estas instituições durante o Estado Novo (1937-1946), a Ditadura Militar (1964-1985) e o Brasil Atual (2016-2021), evidenciando, também, algumas ações como forma de resistência a essas políticas. O propósito não foi o de colocar os períodos como equivalentes, mas sim de analisar, como base nos documentos de referência, fenômenos similares que apontam para a perpetuação de práticas de desmonte cultural, de censura e desinformação no Brasil. Foi desenvolvido, então, um estudo a partir de pesquisa documental e bibliográfica, segundo uma abordagem qualitativa, tendo como método de análise dos resultados a revisão de literatura, e como fontes o Google Acadêmico, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, a Base de Dados em Ciência da Informação, a Folha de São Paulo, O Globo e o Google Notícias. Em relação ao Estado Novo, foram apreciados 25 trabalhos e encontradas 9 políticas de desmonte, como o desmantelamento do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo; o Instituto Nacional do Livro; e o Departamento de Imprensa e Propaganda. Sendo apontadas 5 ações de enfrentamento, como a biblioteca ambulante “Vamos Ler”; a resistência no campo editorial, com as ações de José Olympio Pereira Filho; e os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes. Em relação a Ditadura Militar, foram apreciados 19 trabalhos e encontradas 11 políticas de desmonte, como o Ato Institucional nº 5; a Divisão de Censura de Diversões Públicas; e o Decreto-Lei nº 1.077. Sendo apontadas 8 ações de resistência, como o mandado de segurança impetrado contra o Departamento Federal de Segurança Pública pela Editora Civilização Brasileira; a Manifestação Cultura contra Censura (1968) e a Passeata dos Cem Mil (1968). Neste sentido, analisar a história das bibliotecas públicas nos faz perceber que estas vem resistindo a ações de desmonte desde sua constituição e que diversos setores da população tem lutado para que estas permaneçam vivas e atuantes a várias décadas. Identificar, então, ações relevantes ao fortalecimento destes locais nos mostra que é possível resistir e enfrentar o cenário político e social recente.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Políticas Governamentais. Autoritarismo. Estado Novo. Ditadura Militar. Resistência.

## ABSTRACT

Since the creation of public libraries, they have faced several authoritarian historical periods. In Brazil, the moments of the “Estado Novo” and the “Military Dictatorship” stand out when addressing authoritarianism. The general objective of this work is to identify librarian actions that were relevant to the strengthening of public libraries as a cultural and informational tool in times of authoritarianism in Brazilian history. Based on a bibliographic survey, government policies that negatively affected these intuitions during the “Estado Novo (1937-1946)”, the “Military Dictatorship (1964-1985)” and the “Brasil Atual (2016-2021)” were investigated, also evidencing some actions as a form of resistance to these policies. The purpose was not to place the periods as equivalent, but to analyze, based on the reference documents, similar phenomena that point to the perpetuation of practices of cultural dismantling, censorship and disinformation in Brazil. A study was then developed based on documentary and bibliographic research, according to a qualitative approach, using the literature review as a method of analyzing the results, and Google Scholar, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Base de Dados em Ciência da Informação, Folha de São Paulo, O Globo and Google Notícias as the research sources. Regarding the Estado Novo, 25 papers were studied and 9 dismantling policies were found, such as the dismantling of the “Departamento de Cultura e Recreação” of São Paulo; the “Instituto Nacional do Livro”; and the “Departamento de Imprensa e Propaganda”. Five resistance actions were pointed out, such as the walking library “Vamos Ler”; resistance in the editorial field, with the actions of José Olympio Pereira Filho; and the “Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes”. In relation to the Military Dictatorship, 19 papers were analyzed and 11 dismantling policies were found, such as “Ato Institucional nº 5”; the “Divisão de Censura de Diversões Públicas”; and the Decree-Law no. 1.077. Eight resistance actions were pointed out, such as the petition for writ of mandamus filed against the “Departamento Federal de Segurança Pública” by publishing company “Civilização Brasileira”; the “Cultura contra Censura” manifestation (1968) and the “Hundred Thousand March” (1968). In this sense, analyzing the history of public libraries makes us realize that they have resisted dismantling actions since their constitution and that different sectors of the population have been fighting for them to remain alive and active for several decades. Identifying, then, actions relevant to the strengthening of these places shows us that it is possible to resist and face the recent political and social scenario.

Keywords: Public Libraries. Government Policies. Authoritarianism. Estado Novo. Military Dictatorship. Resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira página do prefácio escrito pelo ministro Capanema no livro “Floriano: Memórias e Documentos” .....	77
Figura 2 - Capa da edição nº 1 da Revista “Cultura Política” .....	78
Figura 3 - Página 14 do livro “A Juventude no Estado Novo”.....	78
Figura 4 - Páginas 16 e 17 do livro “A Juventude no Estado Novo” .....	79
Figura 5 - Diário Oficial da União, de 17 de dezembro de 1976 .....	99
Figura 6 - Organograma do Aparato Repressivo (1970-1971).....	101
Figura 7 - Organograma do Aparato Repressivo (1970-1971).....	102
Figura 8 - Primeira página da Portaria nº 35, de 11 de março de 1970.....	106
Figura 9 - O cenário nacional das bibliotecas.....	127
Figura 10 - Projeto de Lei nº 142 (17 de outubro de 2017), da Câmara Municipal de Marechal Floriano.....	132
Figura 11 - Livro sobre Direitos Humanos danificado na BCE .....	134
Figura 12 - Página da apostila recolhida a mando de João Dória.....	137
Figura 13 - Páginas da HQ “Vingadores: A Cruzada das Crianças” .....	138
Figura 14 - Jair Bolsonaro e o livro “Aparelho Sexual e Cia” .....	144
Figura 15 - Como identificar notícias falsas? - IFLA.....	155

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Argumentos de busca utilizados no levantamento bibliográfico .....	45
Quadro 2 - Resultados das pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).....	47
Quadro 3 - Resultados das pesquisas na Base de Dados em Ciência da Informação.....	48
Quadro 4 - Resultados das pesquisas no Google Acadêmico.....	50
Quadro 5 - Resultados das pesquisas no site do jornal Folha de São Paulo.....	52
Quadro 6 - Resultados das pesquisas no site do jornal O Globo.....	53
Quadro 7 - Resultados das pesquisas no Google (Notícias).....	54
Quadro 9 - Metodologia da Pesquisa.....	56
Quadro 10 - Resumo das políticas e ações, relacionadas ao período do Estado Novo, encontradas nos documentos pesquisados .....	58
Quadro 11 - Políticas governamentais de sucateamento e desmonte de instituições culturais e informacionais durante o Estado Novo .....	65
Quadro 12 - Políticas governamentais de censura e acesso controlado ao conhecimento durante o Estado Novo .....	67
Quadro 13 - Políticas governamentais de propaganda durante o Estado Novo.....	75
Quadro 14 - Ações de resistência e enfrentamento ao Estado Novo.....	80
Quadro 15 - Resumo das políticas e ações, relacionadas ao período da Ditadura Militar, encontradas nos documentos pesquisados .....	85
Quadro 16 - Políticas governamentais de sucateamento e desmonte de instituições culturais e informacionais durante a Ditadura Militar .....	90
Quadro 17 - Políticas governamentais de censura e acesso controlado ao conhecimento durante a Ditadura Militar .....	93
Quadro 18 - Políticas governamentais de propaganda e desinformação durante a Ditadura Militar .....	104
Quadro 19 - Ações de resistência e enfrentamento à Ditadura Militar .....	108
Quadro 20 - Resumo das políticas e ações, relacionadas ao período do Brasil atual, encontradas nos documentos pesquisados .....	113



## LISTA DE SIGLAS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-3	Ato Institucional nº 3
AI-4	Ato Institucional nº 4
AI-5	Ato Institucional nº 5
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALA	American Library Association
ALN	Aliança Libertadora Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Brapci	Base de Dados em Ciência da Informação
CPCs	Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
DCDP	Divisão de Censura de Diversões Públicas
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DEIPs	Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INL	Instituto Nacional do Livro
DFRLab	Laboratório Forense Digital
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
MinC	Ministério da Cultura
MPF	Ministério Público Federal
MPC	Movimento de Cultura Popular
ONU	Organização das Nações Unidas

OVRA	Organização para a Vigilância e a Repressão do Antifascismo
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNL	Programa Nacional do Livro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
Secom	Secretaria Especial de Comunicação Social
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>3</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>6</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>7</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	<b>8</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	<b>9</b>
<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1.1 OBJETIVOS</b> .....	<b>14</b>
<b>1.2 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>15</b>
<b>PARTE 1</b> .....	<b>17</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1 BIBLIOTECAS PÚBLICAS: CONCEITOS E ORIGEM</b> .....	<b>17</b>
2.1.1 BIBLIOTECA PÚBLICA E SEUS CONCEITOS .....	17
2.1.2 EMERGÊNCIA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS .....	20
2.1.3 ORIGEM DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	22
<b>2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, CENSURA E AUTORITARISMO</b> .....	<b>24</b>
2.2.1 ESTADO: ORIGEM E CARACTERÍSTICAS .....	24
2.2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS .....	26
2.2.3 CENSURA .....	28
2.2.4 AUTORITARISMO E TOTALITARISMO .....	31
<b>2.3 SÉCULO XX, AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E OS LIVROS</b> .....	<b>35</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>42</b>
<b>3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA</b> .....	<b>42</b>
<b>3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>43</b>
3.2.1 UNIVERSO E AMOSTRA.....	43
3.2.2 FONTES DE INFORMAÇÃO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	44
3.2.3 MÉTODO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	56
<b>PARTE 2</b> .....	<b>58</b>
<b>4 ESTADO NOVO (1937-1946)</b> .....	<b>58</b>
<b>4.1 QUADRO RESUMO</b> .....	<b>58</b>
<b>4.2 CONTEXTO HISTÓRICO</b> .....	<b>62</b>

<b>4.3 AÇÕES E POLÍTICAS DE DESMONTE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DURANTE O ESTADO NOVO</b> .....	<b>65</b>
4.3.1 SUCATEAMENTO E DESMONTE.....	65
4.3.2 CENSURA E ACESSO CONTROLADO AO CONHECIMENTO.....	67
• INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (INL) .....	67
• REFORMA CAPANEMA.....	71
• DEPARTAMENTO DE ORDEM PÚBLICA E SOCIAL (DOPS) E DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DEOPS) .....	72
• DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP).....	73
4.3.3 PROPAGANDA, DESINFORMAÇÃO E NOTÍCIAS FALSAS.....	75
<b>4.4 RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO</b> .....	<b>80</b>
<b>5 DITADURA MILITAR (1964-1985)</b> .....	<b>85</b>
<b>5.1 QUADRO RESUMO</b> .....	<b>85</b>
<b>5.2 CONTEXTO HISTÓRICO</b> .....	<b>88</b>
<b>5.3 AÇÕES E POLÍTICAS DE DESMONTE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DURANTE A DITADURA MILITAR</b> .....	<b>90</b>
5.3.1 SUCATEAMENTO E DESMONTE.....	90
5.3.2 CENSURA E ACESSO CONTROLADO AO CONHECIMENTO.....	92
• ATOS INSTITUCIONAIS.....	93
• SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI) .....	96
• DECRETO-LEI Nº 1.077 E COMISSÕES DE INCINERAÇÃO .....	97
• DEPARTAMENTO DE ORDEM PÚBLICA E SOCIAL (DOPS) .....	100
• DIVISÃO DE CENSURA E DIVERSÕES PÚBLICAS (DCDP) E SERVIÇO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS (SCDP) .....	101
5.3.3 PROPAGANDA, DESINFORMAÇÃO E NOTÍCIAS FALSAS.....	104
<b>5.4 RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO</b> .....	<b>107</b>
<b>6 BRASIL ATUAL (2016-2021)</b> .....	<b>112</b>
<b>6.1 QUADRO RESUMO</b> .....	<b>113</b>
<b>6.2 CONTEXTO HISTÓRICO</b> .....	<b>119</b>
<b>6.3 AÇÕES E POLÍTICAS DE DESMONTE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DURANTE O BRASIL ATUAL</b> .....	<b>124</b>
6.3.1 SUCATEAMENTO E DESMONTE.....	125
6.3.2 CENSURA E ACESSO CONTROLADO AO CONHECIMENTO.....	130
6.3.3 PROPAGANDA, DESINFORMAÇÃO E NOTÍCIAS FALSAS.....	141
<b>6.4 RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO</b> .....	<b>146</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>158</b>
<b>8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>162</b>

## 1 Introdução

“O conhecimento nos liberta. Uma ótima biblioteca é liberdade. Essa alegria não deve ser vendida. Não deve ser privatizada, transformada em mais um privilégio dos privilegiados. Uma biblioteca pública é uma confiança pública”.

(LEGUIN, 2004, p. 31, tradução nossa)

As bibliotecas públicas, desde sua constituição, têm enfrentado diversos períodos históricos autoritários, em que a repressão, a censura, o anti-intelectualismo e o cerceamento das liberdades individuais se fizeram presentes. No Brasil, do século XX, dois momentos se destacam ao se abordar o autoritarismo, o Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas em 1937 e a Ditadura Militar, instaurada em 1964. Com algumas influências de regimes como o fascismo, o nazismo, o macartismo e o salazarismo, esses governos, ao mesmo tempo em que estabeleciam diversas políticas de censura e silenciamento da cultura e da educação, se utilizavam destas para “doutrinar e controlar as manifestações de pensamento no país” (FGV CPDOC, 2020). Prejudicando, deste modo, algumas das principais funções das bibliotecas públicas: o acesso, a disseminação e a democratização da informação. Neste sentido, este trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia tem como objetivo geral identificar ações bibliotecárias relevantes ao fortalecimento destas instituições como instrumento cultural e informacional em épocas de exceção da história brasileira.

Em 1988, foi promulgada uma nova Constituição Federal, em que se “consagrou a liberdade de pensamento e expressão, protegendo de forma ampla a produção artística, as manifestações culturais, a difusão de informação e o acesso a esta” (GOUVÊA, 2019, p. 1). Na prática, no entanto, mesmo após a redemocratização, ainda são observadas várias ações e políticas de desmonte, sucateamento e censura em instituições culturais e informacionais. Esse cenário tem se agravado nos últimos anos, com novas propostas de taxação de livros e a rápida propagação da desinformação e de notícias falsas promovidas tanto por governantes quanto por seus apoiadores. “A Ditadura Militar encontrou [uma maneira] de não passar, de permanecer em nossa estrutura jurídica, em nossas práticas políticas, em nossa violência cotidiana, em nossos traumas sociais que se fazem sentir mesmo depois de reconciliações” (TELES; SAFATLE, 2010, p. 9).

Em vista disto, a partir de levantamento bibliográfico, este trabalho se propõe a investigar políticas governamentais que afetaram negativamente as bibliotecas públicas durante o Estado Novo (1937-1946), a Ditadura Militar (1964-1985), e o Brasil Atual (2016-2021)

evidenciando algumas ações bibliotecárias como forma de resistência e enfrentamento a essas políticas. É importante destacar que, ao se analisar as condições das instituições culturais e informacionais atualmente no país, esta monografia não pretende igualar os três momentos estudados, apenas demonstrar, de acordo com os autores de referência, que muitas das práticas de sucateamento, censura e desinformação encontradas ao longo dos períodos de exceção brasileiros ainda persistem, mesmo que de forma não institucionalizada, em nosso cotidiano. “A ditadura brasileira deve ser analisada em sua especificidade. Ela não foi uma ditadura como as outras. Ela se mede através das marcas que ela deixa no presente, ou seja, através daquilo que ela deixará para frente” (TELES; SAFATLE, 2010, p. 10).

Serão discutidos, então, no tópico de Revisão de Literatura, os conceitos de biblioteca pública, suas diretrizes, padrões e missões propostas pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), como também a emergência dessas bibliotecas e sua origem no Brasil. O levantamento bibliográfico contempla, ainda, as definições de censura e autoritarismo, as características de governos autoritários e um pouco do contexto histórico internacional e nacional dos dois regimes. Ao final, será traçado um panorama com algumas ações e políticas de desmonte, bloqueio de verbas, cerceamento do conhecimento, taxaço de livros e disseminação de notícias falsas no Brasil a partir de 2016.

“Nós precisamos de uma biblioteconomia subversiva. Nós precisamos de uma biblioteconomia guerrilheira, que subverta a ordem das atuais prioridades; que procure, busque, constantemente os interesses populares, que seja voltada para os oprimidos” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 92). Esse trabalho, então, tem o intuito de servir como um inventário, uma análise das políticas governamentais ofensivas enfrentadas pelas bibliotecas públicas historicamente no Brasil e das ações bibliotecárias, no âmbito das bibliotecas públicas, no enfrentamento às essas políticas de desmonte da cultura. “As dificuldades da sociedade da desinformação reforçam a importância de uma biblioteconomia voltada para práticas que possam garantir a aprendizagem, o gozo de direitos, a plena participação política e a mobilização em prol de melhorias” (DUARTE, 2018, p. 68).

## **1.1 Objetivos**

### **Objetivo Geral:**

Identificar ações bibliotecárias relevantes ao fortalecimento das bibliotecas públicas como instrumento cultural e informacional em governos autoritários da história brasileira.

**Objetivos Específicos:**

- Investigar, a partir de levantamento bibliográfico, políticas governamentais que afetaram negativamente as bibliotecas públicas durante períodos autoritários da história brasileira.
- Evidenciar, a partir de levantamento bibliográfico, ações bibliotecárias, nas bibliotecas públicas, como forma de resistência e enfrentamento a essas políticas durante e após esses períodos da história brasileira.

**1.2 Justificativa**

Nos últimos anos, por todo o país, ocorreram vários protestos em que manifestantes pediam por uma nova intervenção militar no Brasil. Em 31 de março de 2021, data dos 57 anos do início da Ditadura Militar, “capitais brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Palmas, Curitiba e Belém registraram manifestações em comemoração ao golpe” (ÍCARO, 2021, p. 1). Este triste período da história brasileira, em que houve “restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura” (CARVALHO, 2019) vem ganhando apoio também entre os governantes. Em uma de suas primeiras notas oficiais, Walter Souza Braga Netto, ministro da Defesa, defendeu que “o movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março” (BRAGA NETTO, 2021 apud CARVALHO, 2021). O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, mostrou-se, também, a favor da comemoração da data. “Neste dia, há 57 anos, a população brasileira, com apoio das Forças Armadas, impediu que o Movimento Comunista Internacional fincasse suas tenazes no Brasil. Força e Honra!” (MOURÃO, 2021 apud CALCAGNO, 2021).

Neste sentido, as bibliotecas públicas e os bibliotecários se mostram cada vez mais necessários e tem como importante papel o combate a desinformação e ao revisionismo histórico. As instituições culturais e informacionais também foram afetadas pela Ditadura Militar. “Após o golpe civil-militar de 1964, o cerceamento se caracterizou como um forte instrumento de controle do Estado. As forças de repressão engajaram-se na apreensão, coação e censura de livros” (SCABIN, 2017, p. 59). Este trabalho de conclusão de curso tem, então, o intuito de servir como um inventário, uma análise das políticas governamentais ofensivas enfrentadas pelas bibliotecas públicas historicamente e das ações bibliotecárias, no âmbito das bibliotecas públicas, no enfrentamento às essas políticas de desmonte da cultura. Assim como apontado por Chuquel e Gimenez (2014, p. 1792), “a memória, a verdade e justiça devem

permanecer e serem difundidas para que as gerações futuras possam entender o passado e se conscientizar sobre os seus acontecimentos. Lembrar para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.



## **Parte 1**

A “Parte 1” deste trabalho é referente aos tópicos de “Revisão de Literatura”, em que são abordados os conceitos de biblioteca pública atualmente, a emergência das bibliotecas públicas na Inglaterra e nos Estados Unidos no século XIX, a origem dos Estados e das bibliotecas públicas brasileiras, as diferentes características das diversas formas de Estado, os conceitos de políticas públicas, políticas governamentais, censura, autoritarismo e totalitarismo e um pouco sobre a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial e as condições das bibliotecas públicas e dos livros na Alemanha governada por Hitler e no Chile de Pinochet; e “Metodologia”, em que são apresentados a caracterização da pesquisa e os procedimentos metodológicos.

## **2 Revisão de Literatura**

Segundo Bento (2012, p. 1), a revisão da literatura “é uma parte vital do processo de investigação. É indispensável para se obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um determinado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento”. Neste sentido, esta revisão foi dividida em três seções principais, sendo eles: “Bibliotecas Públicas: Conceitos e Origem”; “Políticas Públicas, Censura e Autoritarismo”; e “Século XX, as bibliotecas públicas e os livros”.

### **2.1 Bibliotecas Públicas: Conceitos e Origem**

Esta seção aborda os conceitos de biblioteca pública atualmente, a emergência das bibliotecas públicas na Inglaterra e nos Estados Unidos no século XIX e a origem das bibliotecas públicas no Brasil.

#### **2.1.1 Biblioteca Pública e seus Conceitos**

Há mais de cinco milênios, “com a invenção da escrita e do estabelecimento das primeiras cidades, apareceram manifestações de espaços específicos voltados para a guarda e a preservação de registros de conhecimento” (ARAÚJO, 2013, p. 42). Durante a Antiguidade e a Idade Média, bibliotecas foram construídas com o objetivo de abrigar a totalidade do conhecimento humano registrado e preservar a cultura greco-romana. Com o passar do tempo,

esse cenário mudou, e a biblioteca deixou de ser apenas um local de reunião de diferentes acervos, ganhando novas funções de acesso, disseminação da informação e um importante papel social.

Atualmente, a biblioteca, de acordo com Araújo e Oliveira (2011, p. 36), é uma “coleção de documentos bibliográficos (livros, periódicos etc.) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, discos etc.) organizada e administrada para formação, consulta e recreação de todo o público ou de determinadas categorias de usuários”. Segundo a sua finalidade, função e características de seu acervo, as bibliotecas se dividem em diferentes tipos. As bibliotecas públicas, ligadas ao Estado e de acesso popular, amplo e gratuito, se destinam a responder as carências de informação de toda uma comunidade, sem fazer distinção de classe social, raça, gênero, orientação sexual, etnia etc. Tendo como objetivo principal “preservar e difundir o conhecimento, principalmente no que se refere à cultura local. É um centro de educação permanente” (SUAIDEN, 1995, p. 19).

Atualmente, as bibliotecas públicas desempenham um papel de transformação social. Atuando na conscientização, na educação e no desenvolvimento da população. A Biblioteca Nacional do Brasil (2000, p. 19) versa sobre algumas das funções da biblioteca pública frente às mudanças advindas da globalização, devendo essa servir como um “agente essencial na promoção e salvaguarda da democracia, através do livre acesso a todo tipo de informação proporcionando, desta forma, matéria de reflexão para a geração do verdadeiro conhecimento” além de ser um local “de apoio à educação e formação do cidadão, através da promoção e incentivo à leitura e à formação do leitor crítico e seletivo capaz de usar a informação como instrumento de crescimento pessoal e transformação social”.

Em 1994, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) juntamente com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias publicou seu terceiro manifesto sobre as bibliotecas públicas, definindo suas missões, objetivos, gestão, funcionamento e outros aspectos, considerando suas particularidades. Já em 2012, elaborado pelas autoras Koontz e Gubbin, foi publicado, no Brasil, um novo documento da IFLA em que se discutem as atribuições propostas no manifesto de 1994 abordando também os parâmetros, diretrizes, padrões, enquadramento legal e financeiro, às necessidades dos usuários, o desenvolvimento de coleções, recursos humanos, a gestão e o marketing das bibliotecas públicas.

Dentre os principais objetivos das bibliotecas públicas estabelecidos nesse documento (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p. 13-18), estão o de:

- “apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis”
- ser o “centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros”;
- “prestar um contributo fundamental para a sobrevivência quotidiana e para o desenvolvimento social e econômico, ao estar diretamente envolvida na prestação de informação a comunidades em vias de desenvolvimento”;
- servir como “ponto central de desenvolvimento cultural e artístico da comunidade e de ajudar a moldar e apoiar a sua identidade cultural”;
- suas “coleções e seus serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais”;
- como também “assegurar-se que os serviços estão igualmente acessíveis a minorias que, por algum motivo, não podem usar os serviços tradicionais”.

A partir do Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992, foi instituído o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, no qual toda biblioteca pública deve ser registrada. Esse sistema pretende “favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do país” (BRASIL, 1992). Estas instituições visam, então, o acesso, a disseminação e a socialização da informação, provocando uma leitura crítica em seus usuários. Devendo permitir que estes supram suas necessidades de informação, além de ser um espaço de convivência, debates, reflexão e construção coletiva da identidade e da cidadania (LINDEMANN, 2018, p. 193).

Diversos outros autores, em seus trabalhos, também definiram os objetivos e papéis da biblioteca pública. Para Andrade e Magalhães (1979, p. 52-56), estas tinham como responsabilidades fundamentais os “serviços de informação para a comunidade; os serviços de informação para indústria; a captação, preservação e divulgação dos bens culturais da comunidade e a função recreativa”. O acesso ao conhecimento possibilita uma transformação real, permitindo o desenvolvimento intelectual e cultural do ser humano e o progresso de um país. Nesse sentido, Olinto (2010, p. 88) destaca como atribuições dessas bibliotecas “o acesso público à internet e a promoção, não apenas o atendimento das necessidades de informação do usuário, mas também sua competência em informação, sua participação cívica e seu acesso ao e-governo”.

### 2.1.2 Emergência das Bibliotecas Públicas

Acompanhando as mudanças e fenômenos sociais, históricos e culturais, os conceitos de biblioteca foram, com o passar do tempo, se modificando, se expandindo e ganhando novas particularidades. O paradigma patrimonialista custodial, focado principalmente na custódia, salvaguarda e na preservação dos acervos, deu lugar ao funcionalista, tendo o uso e a disseminação da informação como algumas das principais funções das bibliotecas. Segundo Mueller (1984, p. 9), “resultantes das transformações sociais que ocorreram com o desenvolvimento da indústria e a crescente urbanização” as bibliotecas públicas despontaram a partir do século XIX.

A industrialização na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, no século XVIII, provocou diversas modificações estruturais e sociais. A indústria editorial cresceu e a publicação de periódicos também. As novas tecnologias, capazes de criar diferentes produtos em larga escala acarretaram reformas no sistema produtivo da época. “As áreas urbanas, onde passou a se concentrar a população trabalhadora das sociedades industriais, tiveram um rápido crescimento, que ocorreu de forma não planejada e deram origem a diversos problemas sociais” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 385). A criação do Estado Liberal, com a ascensão da burguesia, e a reestruturação dos ofícios nas fábricas, alteraram, também, as relações de trabalho.

Como retratado pelos sociólogos Karl Marx e Friedrich Engels, surge a alienação do trabalho, ou seja, quando o operário “perde a posse dos meios de produção e passa a ser compreendido como parte da linha de produção. O lucro tem como base a exploração do trabalhador que tem parte do que produz apropriado de forma indevida” (MENEZES, 2020). Caracterizada com base na divisão social do trabalho e do aparecimento da propriedade privada, a alienação faz com que o homem não se perceba e não seja dono do produto de seu trabalho, estando alheio à realidade social e numa clara cisão entre o trabalho em si e o resultado do que produz, que pertence a outro (TANUS, 2017, p. 206).

Nesse cenário, as bibliotecas públicas deveriam servir como suporte na formação e alfabetização desses operários, que necessitavam de acesso a informações “básicas” para a realização de seu ofício. O intuito era o de viabilizar e operacionalizar a vida urbana e a nova forma de trabalho, mantendo a “ordem e os bons costumes”. No entanto, essas bibliotecas, ao mesmo tempo que serviam como ponto de apoio à educação pública e à autoeducação, corroboravam com a perpetuação e propagação da ideologia dominante. “O seu paradoxo reside

em ter a informação como instrumento de mudança e não conseguir alterar a ordem vigente, vindo a reforçar a ordem e a manutenção do sistema” (TANUS, 2007, p. 208).

“Esperava-se que as bibliotecas contribuíssem de maneira significativa para a ordem social e o progresso nacional e, especialmente nos Estados Unidos, para a manutenção da democracia” (MUELLER, 1984, p. 9). Mesmo assim, segundo o autor Grogan (2001, p. 24), desde sua criação, essas bibliotecas sofrem continuamente com a pressão para justificar os gastos de recursos públicos. Um dos principais apoiadores e defensores da biblioteca pública na época, nos Estados Unidos, foi Melvin Dewey, que via nesta um meio de propagação e democratização da educação. Estas serviam “de refúgio a uma parcela da população posta à margem de outros mecanismos culturais em função da disparidade econômica causada” (SILVEIRA, 2014, p. 131).

Por ser uma biblioteca pública, todos os conteúdos, documentos bibliográficos e materiais de seu acervo eram ditados pelo Estado e, conseqüentemente, limitados por ele. Ficava, também, ao encargo da biblioteca pública a função de difundir as crenças, a moral, os valores e os costumes impostos pelas elites da época. Desse modo, outras formas de manifestações sociais e culturais foram, por muito tempo, consideradas “inferiores” e censuradas. O acesso era permitido a apenas partes específicas do conhecimento. “A tarefa de excluir o pernicioso, a filtragem era considerada por Dewey a principal responsabilidade do bibliotecário. Ele também atribuiu ao bibliotecário a responsabilidade pela orientação da leitura dos usuários” (MUELLER, 1984, p. 12).

As bibliotecas públicas foram, com o tempo, se tornando cada vez mais populares e atraindo uma gama ainda maior de usuários. Como retratado por Silveira (2014, p. 133), compreendeu-se que estas seriam capazes de auxiliar na “socialização de seus usuários e para sua individualização, seja através da preservação e transmissão dos insumos representacionais da cultura de grupos específicos, seja pela promoção da vida intelectual dos indivíduos”. No século XX, as bibliotecas públicas já haviam se transformado e eram “culturalmente mais amplas. Nas décadas de 1960 e 1970, elas incluíam, além da cultura em geral e do lazer, novas funções de caráter comunitário, ligadas à necessidade de informação em atividades diárias” (MACHADO, 2015, p. 47).

Essas transformações podem ser observadas nas diferentes edições do Manifesto da UNESCO para a biblioteca pública. O primeiro, publicado em 1949, destacava, como apontado pela Biblioteca Nacional do Brasil (2000, p. 20), as funções de ensino e educação das classes trabalhadoras. Já o segundo, de 1972, versa sobre os papéis de educação, cultura, lazer e

informação. O terceiro, publicado em 1994, abordado anteriormente neste trabalho no tópico “Bibliotecas Públicas e seus Conceitos”, versava sobre o “compromisso da biblioteca pública com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 20).

Como podemos observar, “na história da biblioteca pública esta desempenhou diversas funções sociais em distintos períodos históricos e em diferentes sociedades, determinadas pelo seu tempo e espaço histórico” (MACHADO; SUAIDEN, 2015, p. 26). Atualmente, as bibliotecas públicas possuem uma gama de responsabilidades, além dos processos técnicos de catalogação, classificação, indexação e padronização de diferentes materiais. O autor Miranda (1978, p. 70-74) identifica também outros objetivos que orientariam a missão dessas bibliotecas, como os de “promover o idioma nacional; ser depositária do acervo da inteligência e da história local e fornecer serviços de informação técnica e comercial”.

### **2.1.3 Origem das Bibliotecas Públicas no Brasil**

“A história da biblioteca pública brasileira tem origem no mesmo período que se discutia os novos rumos, objetivos e funções de suas congêneres no velho mundo” (MACHADO; SUAIDEN, 2015, p. 26). No Brasil, a primeira biblioteca pública é de 1811, em Salvador, na Bahia. Criada pelo senhor de engenho Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, influenciado pelo Iluminismo, a biblioteca tinha como principal papel servir como suporte à educação da população e estava aberta para todos que, na época, eram considerados verdadeiros cidadãos. Para isso, Castelo Branco “encaminhou um projeto ao governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para a fundação da biblioteca. Esse documento historicamente é o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro” (SUAIDEN, 2000, p. 52).

Na prática, no entanto, a biblioteca de Castelo Branco era voltada apenas a uma pequena parcela da sociedade. Esta era “destinada à elite letrada e desprezava a tradição oral num país em que a população em sua grande maioria era analfabeta” (MACHADO; SUAIDEN, 2015, p. 26). Como abordado por Oliveira (1994, p. 21-22), “a ideia da cultura como adereço, professada pela população letrada, imbricada a possíveis sentimentos de exclusão, por parte da população analfabeta, contribuíram para formar a estereotipada imagem da biblioteca como templo do saber”.

A Independência do Brasil, em 1822, trouxe maiores avanços na área do jornalismo e, conseqüentemente, uma maior circulação das informações. “Fundam-se jornais e, com eles, implantam-se as tipografias. Novas ideias devem ser divulgadas e defendidas, e a imprensa se torna veículo fundamental nesse processo. Com os jornais surgem os folhetos e os livros” (FREITAS; SILVA, 2014, p. 124). Após a fundação da biblioteca de Castelo Branco, seguiu-se a criação de algumas outras, como a Biblioteca Pública Benedito Leite, de São Luís do Maranhão, em 1829; a Biblioteca Pública Epifânio Dória, de Sergipe, em 1848; a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, de Fortaleza, em 1867; e a Biblioteca Estadual Desembargador Cromwell Carvalho, do Piauí, em 1883.

Porém, foi apenas cem anos depois, por conta do modelo utilitarista americano, que as bibliotecas públicas ganharam uma maior relevância no país. Entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, ocorreu a Semana de Arte Moderna no Teatro Municipal de São Paulo. “A Semana teve um forte impacto na sociedade e é considerada um marco do Modernismo. Seus grandes expoentes foram os escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade e a pintora Tarsila do Amaral” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 673). Em 1926, foi inaugurada a biblioteca pública Mário de Andrade, que, na época, era conhecida apenas como Biblioteca Municipal de São Paulo.

Pretendia-se criar “uma biblioteca mais voltada às necessidades da sociedade, mais orgânica, baseada no modelo e na escola norte americana de biblioteconomia” (MACHADO; SUAIDEN, 2015, p. 26). A contribuição de Mário de Andrade às bibliotecas públicas foi significativa na época. O poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista, ensaísta, fotógrafo e bibliófilo brasileiro defendia a criação destas bibliotecas, que, segundo ele,

parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial, que, coitada, se acha tão desprovida de outras forças de unificação. (ANDRADE, 1939 apud SUAIDEN, 2000, p. 53).

Para Mário de Andrade, era de suma importância a “preservação da memória com o intuito de conservar as tradições e os valores nacionais. Ele criou o Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana, tornando-se posteriormente a Secretaria Municipal da Cultura” (FREITAS; SILVA, 2014, p. 124). Em relação às bibliotecas públicas nos governos do Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas em 1937 e da Ditadura Militar, instaurada em 1964,

posteriormente, no desenvolvimento desse trabalho serão apresentadas algumas políticas governamentais que afetaram essas bibliotecas durante esses períodos da história brasileira.

## **2.2 Políticas Públicas, Censura e Autoritarismo**

Esta seção trata sobre a origem do Estado, suas diferentes características e os conceitos de políticas públicas, políticas governamentais, censura, autoritarismo e totalitarismo.

### **2.2.1 Estado: Origem e Características**

Durante a história da humanidade, as definições de Estado passaram por constantes mudanças. O termo Estado se estabeleceu graças a Maquiavel que utilizou a palavra em seu livro *O Príncipe*, escrito em 1513. “A obra começa, como se sabe, com estas palavras: “Todos os estados, todos os domínios que imperaram e imperam sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados” (BOBBIO, 2007, p. 65). Atualmente, de acordo com Gruppi (2001, p. 7), Estado é “um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico (uma população ou um povo); é a maior organização política que a humanidade conhece. No estado estão presentes três elementos: poder político, povo e território”.

O Estado Moderno é entendido como o estado “unitário dotado de um poder próprio independente de quaisquer outros poderes. Começa a nascer na segunda metade do século XV na França, Inglaterra e na Espanha; e posteriormente alastra-se por outros países europeus” (GRUPPI, 2001, p. 11). Alguns fundamentos diferem o Estado Moderno dos regimes anteriores a ele:

A primeira característica do Estado Moderno é essa autonomia, essa plena soberania do Estado, a qual não permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra autoridade. A segunda é a distinção entre o Estado e a sociedade civil, que vai evidenciar-se no séc. XVII, principalmente na Inglaterra, com a ascensão da burguesia. O Estado se torna uma organização distinta da sociedade civil, embora seja a expressão desta. Uma terceira característica diferencia o Estado em relação àquele da Idade Média. No Estado Moderno existe uma identificação absoluta entre o estado e o monarca, o qual representa a soberania estatal (GRUPPI, 2001, p. 10).

O Estado Absolutista, primeiro estágio do Estado Moderno, tem origem ao final da Idade Média e é caracterizado pela centralização do poder pelo monarca, não havendo divisão entre os poderes ou uma constituição; pelo mercantilismo, marcado pela intervenção do Estado na economia; e uma sociedade estamental, definida pela mobilidade restrita, sendo a posição



social determinada pelo nascimento (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 233). Luís XIV, também conhecido como Rei Sol, que governou a França entre 1643 e 1715, exemplifica o poder absolutista dos monarcas da época com sua frase *L'État c'est moi* (O Estado sou eu).

O Estado Liberal, também conhecido como Estado Burguês ou Estado de Direito, foi o segundo estágio do Estado Moderno e se desenvolveu a partir do século XVIII. Época de grandes transformações nos campos sociais e políticos “assistiu ao surgimento do Estado Nação, à ascensão da burguesia, ao surgimento e predominância do mercado como principal instituição política e econômica e à progressiva internacionalização da economia e do comércio” (POLANYI, 2000, p. 163). A Revolução Industrial, na Inglaterra e a Revolução Francesa são marcos desse período e manifestam a eclosão de uma nova classe dominante, a burguesia. “O Estado Burguês de Direito se caracteriza por uma ideologia de manutenção do *status quo*, de aversão à mudança” (MORAES, 2014, p. 273).

Após a Primeira Guerra Mundial, um novo modelo de estado se estabeleceu, o Estado Social ou Estado de Bem-Estar Social. A manutenção dos meios de produção e do capital pelas mãos da burguesia acompanhada pela situação precária de vida e trabalho das classes mais baixas provocou uma crise no Estado Liberal. “A admissão da necessidade de intervenção/regulação da economia pelo Estado ampliou os contornos da ordem liberal e deu margem, em um momento de ruptura, à passagem para um modelo de Estado que intervém na ordem social e econômica” (MORAES, 2014, p. 274). Diferentes regimes políticos podem se enquadrar no Estado Social e este, “surge como uma nova adaptação do capitalismo à sociedade e, assim sendo, surge como uma necessidade do capital, que não mais podia sobreviver dentro do esquema de outrora” (MORAES, 2014, p. 276).

Surge, portanto, no século XX, o Estado Democrático de Direito. “Esse conceito retirado do artigo 2º da Constituição Portuguesa de 1976” (MORAES, 2014, p. 278), tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. No Brasil, após a redemocratização, que culminou na promulgação de uma nova Constituição, foi definido que o país passaria a ser, então, um Estado Democrático de Direito. A Constituição de 1988 “traduz a tomada de consciência e os desejos da maioria excluída da população por profundas mudanças sociais traduzidas nas narrativas constitucionais emancipatórias das normas programáticas e em sua força de transformação da sociedade” (MORAES, 2014, p. 280).

Em relação a cultura e a educação, a Constituição de 1988, apoiada no Estado Democrático de Direito, garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às

fontes da cultura nacional, apoia e incentiva a valorização e a difusão das manifestações culturais e a democratização do acesso aos bens de cultura. Definindo que o Estado deve proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação e que este protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Também define que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença e que é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (BRASIL, 1988).

“A Constituição por si só não tem o condão de efetuar mudança social. O fenômeno da mudança social está relacionado às forças sociais e aos grupos de poder presentes na sociedade e necessita da ação e vontade desta última para se concretizar” (MORAES, 2014, p. 280). Na prática, infelizmente, o Estado é por vezes omissivo, mesmo após a queda da Ditadura Militar, em 1985. Não só não garantindo o cumprimento dessas normas definidas pela Constituição de 1988, como também estabelecendo políticas governamentais que afetam negativamente as instituições culturais, informacionais e educacionais, privilegiando as classes sociais mais altas da sociedade.

O Estado tem responsabilidades intransferíveis para a garantia do desenvolvimento social e cultural do país e para a realização dos direitos culturais do povo brasileiro. Ele proporciona espaços, oportunidades e autonomia para que a cultura se produza. O Estado democrático possibilita as condições necessárias para o acesso de todos às criações culturais. Assistimos, com preocupação, o crescente ambiente antagônico às artes e à cultura, que pretende enfraquecer as conquistas que o Brasil alcançou nestes anos de democracia. A primeira e mais primordial das responsabilidades do Estado é garantir a plena liberdade de expressão. O passado alimenta o futuro. Por isso, a preservação das conquistas institucionais e leis aprovadas pelo Congresso não podem ser ignoradas por quaisquer governos (WEFFORT et al., 2019).

### **2.2.2 Políticas Públicas e Políticas Governamentais**

A política pública, conceitualmente, surgiu a partir do século XX, juntamente com o Estado de Bem-Estar Social. De acordo com Pereira (2008, p. 96), esta “se refere às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade. Implica sempre, e, simultaneamente, intervenção do Estado, envolvendo diferentes atores, seja por meio de demandas, suportes ou apoios, seja diante o controle democrático”. As políticas públicas, portanto, têm como principal ideal suprir as carências e assegurar os direitos de um povo em diferentes áreas. “Para que os direitos sociais possam ter real implementação, mostra-se necessário que o Poder Executivo promova a elaboração das políticas públicas, traçando

estratégias de atuação na busca da efetividade dos direitos à educação, ao trabalho etc.” (GONÇALVES, 2007, p. 6898).

Diversos autores das áreas de ciência política, direito, sociologia e várias outras trabalham com a avaliação de políticas públicas e as conceituam. Para Santin (2004, p. 34), essas políticas são “execuções das normas legais ou constitucionais, verdadeiros mecanismos de sua efetivação ou um reforço para execução da lei. São os meios de planejamento para a execução dos serviços públicos”. Já os autores Lopes e Amaral (2008, p. 5), as definem como “a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”.

“Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. A razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema coletivamente relevante” (SECCHI, 2013, p. 2). Ao se discutir essas políticas, é necessário compreender que elas podem ser entendidas a partir de duas abordagens: a abordagem estatista e a abordagem multicêntrica. Para o pesquisador Secchi (2013, p. 2), a abordagem estatista “considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Segundo esta concepção o que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do ator protagonista”.

Já a abordagem multicêntrica “considera organizações privadas, organizações não-governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas” (SECCHI, 2013, p. 3). De acordo com essa abordagem, as políticas governamentais são vistas, portanto, como apenas uma parte do todo das políticas públicas, ou seja, são

aquelas políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais. Dentre as políticas governamentais, estão as emanadas por diversos órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Nos dias atuais, as políticas governamentais são o subgrupo mais importante das políticas públicas, e são as que recebem maior atenção na literatura da área (SECCHI, 2013, p. 5).

Alguns estudiosos das áreas de ciências políticas e direito concebem a inação, omissão proposital do governo, quando há interesse ou necessidade social, também como uma política pública. “O governo que não toma uma atitude pública sobre determinado problema também faz política” (FERNANDES, 2010, p. 43 apud SECCHI, 2013, p. 6). Além disso, na prática, as políticas públicas podem nem sempre refletir ou suprir as reais carências, interesses ou demandas da população. O governo pode se utilizar destas para privilegiar tanto ele próprio

quanto as elites da sociedade. As minorias, frequentemente, costumam ser excluídas desse processo e a desigualdade social reafirmada e replicada continuamente em nosso cotidiano.

“Política pública não significa só ação. Pode ser também a não-ação intencional de uma autoridade pública frente a um problema ou responsabilidade de sua competência” (PEREIRA, 2008, p. 97). Para Machado (2015, p. 24), a não-ação das políticas públicas se concretiza ao se avaliar a situação atual da educação básica ou das bibliotecas públicas no Brasil, que, frequentemente, sofrem com as políticas de sucateamento e de desmonte “porque interessa a políticos a perpetuação da ignorância da sociedade. Muitas vezes a ausência e a “não ação” do Estado existem deliberadamente. O Estado deixa de realizar ações de desenvolvimento aos cidadãos por meio de decisões políticas”.

Ainda sobre as áreas de cultura, informação e educação, as políticas governamentais podem servir, também, como uma forma de controle social, de acesso orientado e regulado ao conhecimento. No Brasil, essas políticas estiveram presentes, frequentemente, durante o Estado Novo e a Ditadura Militar. Analisar esses períodos e o impacto destes nas instituições culturais e informacionais, a exemplo das bibliotecas públicas, é importante para que a população não só não se esqueça de sua história e evite repeti-la, como, também, possa perceber caso haja a perpetuação de políticas desse gênero no contexto social e político brasileiro.

### **2.2.3 Censura**

No Brasil, a censura ou o cerceamento de informações, publicações, livros, expressões artísticas com vistas a manutenção de interesses e legitimação de poder, já foi, por diversas vezes, institucionalizada. De acordo com Leitão (2010, p. 34), a censura é “uma atitude que visa interferir na divulgação das ideias de um autor, às vezes impedindo a publicação, outras vezes, a circulação e venda dos livros, outras ainda a guarda em bibliotecas privadas ou públicas, proibindo o acesso dos leitores”. A censura pode ser determinada por diversos atores, como governos, instituições religiosas, organizações públicas e privadas e o público em geral.

De acordo com o Dicio (2020), dicionário online de português, a censura é a “ação de controlar qualquer tipo de informação. A restrição, alteração ou proibição imposta às obras que são submetidas a um exame oficial, sendo este definido por preceitos morais, religiosos ou políticos”. A censura governamental, ou seja, aquela definida pelo governo e reforçada por este, “resulta em um jogo de forças entre o poder político e o poder abstrato das palavras, das ideias e dos textos escritos” (LEITÃO, 2010, p. 34).

Censura é considerada como “um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública”. Harold D. Laswell define censura como “a política de restringir ao público a expressão de ideias, opiniões, concepções e impulsos que tenham ou se acredita possam ter a capacidade de solapar a autoridade governamental ou a ordem social e moral que esta autoridade considera-se na obrigação de proteger” (VERGUEIRO, 1987, p. 22).

Presente durante boa parte da história da humanidade, a censura, “como um ato de interdição aos pensamentos, ideias, comportamentos, valores, interesses, formas de se expressar de uma pessoa, é uma manifestação própria da vida coletiva” (COSTA; SOUSA JUNIOR, 2018, p. 23). No âmbito das bibliotecas, historicamente, a censura e a repressão ao conhecimento se manifestam desde sua origem. Durante a Antiguidade, as bibliotecas tinham como principal função a salvaguarda e a preservação do conhecimento e eram reservadas apenas às elites da época, como os estudiosos, os escribas e os sacerdotes.

A biblioteca foi assim, o que seu nome indica etimologicamente, isto é, um depósito de livros, e mais o lugar onde se esconde o livro do que o lugar de onde se procura fazê-lo circular ou perpetuá-lo. A própria disposição arquitetônica dos edifícios demonstra o melhor do que qualquer outro índice: na grande biblioteca de Nínive, o depósito de livros, não tem saída para o exterior - a sua única porta parece dar, ao contrário, para o interior do edifício, para o lugar onde viviam ou onde permaneciam os grandes sacerdotes. Da mesma forma, as bibliotecas medievais se situam no interior dos conventos, lugares dificilmente acessíveis ao profano, ao leitor comum (MARTINS, 2002, p. 72).

O mesmo ocorreu durante a Idade Média. As bibliotecas eram exclusivas das coleções privadas dos reis e dos mosteiros da Igreja Católica e uma forma de conservação do poder. “O livro, a palavra escrita, eram o mistério, o elemento carregado de poderes maléficos para os não-iniciados: cumpria manuseá-los com os conhecimentos exorcizatórios indispensáveis” (MARTINS, 2002, p. 71). Em seu romance ficcional, *O Nome da Rosa*, publicado em 1980, Umberto Eco levanta essa questão, quando, na história, demonstra que alguns conhecimentos eram restritos até para membros da própria Igreja, só sendo permitido o acesso a hierarquias religiosas mais altas.

“O acesso a esses acervos guardados nos mosteiros limitava-se aos que pertenciam a ordens religiosas ou eram aceitos por elas. Ler e escrever eram habilidades quase exclusivas dos religiosos e não se destinavam a leigos” (MILANESI, 2002, p. 23). A Reforma Protestante trouxe novos contornos à censura aos livros e levou o Papa Paulo IV, em 1559, a promulgar um índice, uma lista de livros proibidos pela Igreja Católica, o *Index Librorum Prohibitorum*. Esse

índice era atualizado frequentemente e cada vez continha mais livros, só tendo sido abolido em 1966. Essa lista incluía autores como Dante Alighieri, Stendhal, Victor Hugo, Balzac, Émile Zola, além de obras de Martinho Lutero e Ítalo Calvino.

No Brasil Colônia, o que era censurado era definido por Portugal e pelo *Index Librorum Prohibitorum*. Em 1768, o Marquês de Pombal criou a Real Mesa Censória, a medida em que “secularizava a censura. Dava-lhe amplos poderes para fiscalizar os livros entrados no reino e as obras existentes nas bibliotecas. As entidades ou pessoas que possuíssem livros foram obrigadas a remeter à Mesa Censória um catálogo de todos os seus livros” (MORAES, 2006, p. 59). A censura continuou em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil, com a rainha D. Maria I, em 1787, com o estabelecimento da Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros.

“A partir da segunda metade do século XIX, a censura já não era a do governo ou da Inquisição, havia uma outra censura, mais velada, porém não menos perniciosa. Manifestava-se por controles informais, segregações, marginalizações, perseguições” (MARTINO; SAPATERRA, 2006, p. 239). Como abordado nos tópicos “Emergência das Bibliotecas Públicas” e “Origem das Bibliotecas Públicas no Brasil”, a censura se mantinha presente nessas instituições, no século XIX, tanto no país quanto no exterior, muitas vezes escondida nos processos técnicos biblioteconômicos ou no “bom gosto” do bibliotecário.

A ascensão dos regimes autoritários e totalitários do século XX trouxeram novos desdobramentos em relação à censura. No Brasil, a censura foi um dos principais mecanismos de controle das manifestações culturais e sociais durante o Estado Novo (1937-1946) e a Ditadura Militar (1964-1985). No mesmo século, na Europa e nos Estados Unidos, o nazismo, o fascismo, o macartismo e o salazarismo se instauraram como movimentos políticos.

Os nazistas orquestraram uma intensa campanha de propaganda para conquistar a lealdade e cooperação de todos os alemães. O Ministério da Propaganda Nazista, dirigido por Joseph Goebbels, assumiu o controle de todos os meios de comunicação alemães: jornais, revistas, livros, exposições artísticas, músicas, filmes, rádio, reuniões públicas e comícios. As ideias, que os nazistas acreditavam que de alguma maneira ameaçassem o regime ou as convicções nazistas, eram censuradas ou excluídas da mídia (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, 2020).

No âmbito das bibliotecas públicas, a censura pode ser expressa por duas formas: interna e externa ao bibliotecário. Durante a seleção de um acervo, o bibliotecário, muitas vezes, se depara com essa questão extremamente delicada. De acordo com Vergueiro (1989, p. 59), a censura pode ocorrer por meios legais ou governamentais, por pressão individual ou de grupo ou pela autocensura. Conseqüentemente, o usuário “dependendo do nível de consciência sobre

a informação e o poder que um acervo compartilha, pode atuar tanto a favor da defesa, preservação e ampliação, quanto reforçar ações disfuncionais de isolamento, desintegração e até mesmo destruição” (LEITÃO, 2010, p. 17).

Para Lemos (1979, p. 1158), quatro tipos diferentes de censura podem permear o trabalho de um bibliotecário, são elas: a oficial, a oficiosa, a difusa e própria atuação do bibliotecário. A oficial é aquela estabelecida pelo governo ou superiores a partir de leis, atos ou políticas que, os bibliotecários, por serem funcionários do Estado, estão sujeitos. Já a oficiosa, é aquela que não vem a partir de uma regulamentação, mas sim por vias sigilosas, que de certa forma ameaçam as pessoas que a desobedecem. A difusa é “resultante do tipo de estrutura social e política que leva à dicotomização da cultura em dois campos estanques e qualitativamente antagônicos, representados pela chamada alta cultura ou cultura das elites e a cultura popular” (LEMONS, 1959, p. 1158).

Por último, a própria atuação do bibliotecário, a autocensura, em que estes, por conta de suas intolerâncias, podem ser os causadores da censura. “Afinal, não estando estabelecidas claramente as restrições que devem ser feitas ao material no processo de seleção de uma biblioteca, quaisquer outras tornam-se válidas, até mesmo as do próprio bibliotecário, por mais preconceituosas que sejam” (VERGUEIRO, 1989, p. 61). Como forma de minimizar a autocensura, as bibliotecas públicas devem possuir uma política de seleção, estando estabelecidas as diretrizes que devem ser seguidas durante esse processo. Já a externa ao bibliotecário, que ocorre por vias governamentais ou por grupos da sociedade, é muito mais difícil de se combater.

#### **2.2.4 Autoritarismo e Totalitarismo**

O século XX foi marcado por duas guerras mundiais, uma guerra fria e pela ascensão de ideologias de caráter autoritário. Os regimes autoritários são definidos por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004, p. 94) como os que “privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas”. Nesse sentido, a autoridade está inserida em uma “estrutura política profundamente hierárquica, por sua vez escorada numa visão de desigualdade entre os homens e exclui ou reduz ao mínimo a participação do povo no poder e comporta normalmente um notável emprego de meios coercitivos” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 94).

O pesquisador e professor canadense Bob Altemeyer introduziu, em 1981, a chamada Escala ou Teoria do Autoritarismo de Extrema-Direita (*Right-Wing Authoritarianism*), que, segundo Barros, Torres e Pereira (2009, p. 49), é baseada em três categorias de comportamentos que precisariam o autoritarismo. São elas: a submissão autoritária, definida pelo alto grau de submissão às autoridades de determinada sociedade; a agressão autoritária, que se baseia em um tipo de agressividade geral, dirigida a várias pessoas, percebida como legitimada pelas autoridades; e o conservadorismo, que é embasado em uma adesão elevada às convenções e às tradições sociais estabelecidas e endossadas pela sociedade e pelas autoridades (BARROS; TORRES; PEREIRA, 2009, p. 49).

O debate envolvendo o autoritarismo e o totalitarismo dentro da academia é bem amplo e gera bastante controvérsia. Em relação ao termo totalitarismo, muitos autores desaprovam sua utilização “pelos grandes dificuldades de definição conceitual do totalitarismo e de distinção com outros regimes, e pelas consideráveis distorções ideológicas a que, historicamente, tem se sujeitado sua atribuição, principalmente no contexto da Guerra Fria” (FRAGOSO, 2011, p. 68). De acordo com Linz, sociólogo e cientista político espanhol, os sistemas políticos totalitários se baseiam nas seguintes características:

- Há um centro de poder monista, e qualquer pluralismo de instituições ou grupos existentes, derivam sua legitimidade desse centro, são amplamente mediados por ele e são principalmente uma criação política, em vez de uma consequência da dinâmica da sociedade preexistente (LINZ, 2000, p. 70, tradução nossa).
- Existe uma ideologia exclusiva, autônoma e mais ou menos intelectualmente elaborada com a qual o grupo ou líder governante, e o partido que serve a esses líderes, se identificam e que usam como uma base para políticas ou como forma de manipulação para legitimá-las. A ideologia vai além de um determinado programa ou definição dos limites da ação política legítima para fornecer, presumivelmente, algum significado final, um senso de propósito histórico e interpretação da realidade social (LINZ, 2000, p. 70, tradução nossa).
- A participação cidadã e mobilização ativa para políticas e tarefas sociais coletivas são incentivadas, exigidas, recompensadas e canalizadas através de um único partido e muitos grupos secundários monopolistas. Obediência passiva e apatia, recuo para os papéis de “paroquiais” e “súditos”, características de muitos regimes autoritários, são considerados indesejáveis pelo governante (LINZ, 2000, p. 70, tradução nossa).



Já os sistemas políticos autoritários, são aqueles com pluralismo político limitado, onde não há uma ideologia elaborada e orientadora. Em que o líder, ou um pequeno grupo, exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos (LINZ, 2000, p. 159, tradução nossa). A população é forçada a inércia, a indiferença e à despolitização, enquanto a oposição e a autonomia “dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 94).

Nesse sentido, o nazismo e o fascismo são considerados regimes totalitários, enquanto os períodos do Estado Novo e da Ditadura Militar, no Brasil, se instauraram a partir de governos autoritários. Essa denominação não é adotada por todos os estudiosos e especialistas da área. Para Eco (2018, p. 22-23), “o fascismo foi certamente uma ditadura, mas não era completamente totalitário, nem tanto por sua brandura, mas antes pela debilidade filosófica de sua ideologia”. Konder (2009, p. 53) complementa que o fascismo, estabelecido por Benito Mussolini na Itália, em 1922, é um movimento político com conteúdo social conservador, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, e que é “chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas, enfraquecendo-lhes a influência junto às massas” (KONDER, 2009, p. 53).

De acordo com Leitão (2010, p. 18), os regimes instruídos em Portugal, Espanha e Itália serviram de modelo para os governantes brasileiros durante os períodos de exceção. Em seu livro, *O Fascismo Eterno*, publicado no Brasil em 2018, resultado de uma conferência de 1995, Umberto Eco aborda os conceitos e elementos que caracterizam, de acordo com o autor, o Ur-Fascismo ou o fascismo eterno. “Tais características não podem ser reunidas em um sistema; muitas se contradizem entre si e são típicas de outras formas de despotismo. Mas é suficiente que uma delas se apresente para fazer com que se forme uma nebulosa fascista” (ECO, 2018, p. 35). São elas:

- O culto da tradição ou tradicionalismo (ECO, 2018, p. 35);
- A recusa da modernidade. Na Alemanha nazista, “o iluminismo e a idade da razão eram vistos como o início da depravação moderna” (ECO, 2018, p. 37);
- O culto da ação pela ação, em que esta deve ser realizada sem nenhum pensamento prévio. Impera o anti-intelectualismo e a cultura é vista como um afastamento dos

valores tradicionais. “Pensar é uma forma de castração. Por isso, a cultura é suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas” (ECO, 2018, p. 38);

- A recusa em aceitar críticas (ECO, 2018, p. 39);
- O medo do diferente e da diversidade. “O primeiro apelo de um movimento fascista ou que está se tornando fascista é contra os intrusos. O UrFascismo é, portanto, racista por definição” (ECO, 2018, p. 39);
- O apelo às classes médias frustradas, “desvalorizadas por alguma crise econômica ou humilhação política, assustadas pela pressão dos grupos sociais subalternos” (ECO, 2018, p. 39);
- O nacionalismo. “O modo mais fácil de fazer emergir uma conspiração é fazer apelo à xenofobia” (ECO, 2018, p. 40);
- Os apoiadores devem temer o inimigo e ao mesmo tempo acreditar serem capazes de vencê-los. “Assim, graças a um contínuo deslocamento de registro retórico, os inimigos são, ao mesmo tempo, fortes demais e fracos demais” (ECO, 2018, p. 40);
- O líder e seus apoiadores vivem em uma guerra constante na qual o pacifismo é visto como uma fraqueza (ECO, 2018, p. 40);
- O elitismo popular. “Qualquer líder subordinado despreza seus subalternos e, por sua vez, cada um deles despreza os seus subordinados. Tudo isso reforça o sentido de elitismo de massa” (ECO, 2018, p. 41);
- O culto do heroísmo (ECO, 2018, p. 41);
- O controle e repressão a sexualidade, em que se prevalece o machismo e a culpabilização das mulheres em relação ao sexo. “Implica desdém pelas mulheres e uma condenação intolerante de hábitos sexuais não conformistas, da castidade à homossexualidade” (ECO, 2018, p. 42);
- O populismo qualitativo, em que há desprezo pelas instituições políticas que possam minar o poder do “líder”, como um parlamento ou um congresso. “Em nosso futuro, desenha-se um populismo qualitativo de TV ou Internet, no qual a resposta emocional de um grupo selecionado de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a voz do povo” (ECO, 2018, p. 43-44);
- A novilíngua. “Todos os textos escolares nazistas ou fascistas se baseavam em um léxico pobre e em uma sintaxe elementar, com o fim de limitar os instrumentos para um raciocínio complexo e crítico” (ECO, 2018, p. 43-44).

O autoritarismo, se manifesta e se traduz, no contexto das bibliotecas públicas, a partir de políticas e medidas de censura, repressão, anti-intelectualismo, anticiência, do desmonte, do sucateamento, da desinformação e do cerceamento das liberdades individuais e das ideias. “Se a leitura não pode ser desaprendida, o recurso mais apropriado para impedir sua circulação é limitar seu alcance. Por isso, a censura tornou-se um poderoso instrumento da repressão em regimes autoritários” (COSTA; GERMANO, 2013, p. 151).

Nos quais a invasão de bibliotecas e o uso de classificação do que poderia e não poderia ser lido passou a ser uma característica efetiva. No Brasil, muitos livros foram apreendidos, bibliotecas destruídas, a censura instituída, universidades foram invadidas por forças militares e a cultura colocada como suspeita de subversão da ordem (COSTA; GERMANO, 2013, p. 153).

### **2.3 Século XX, as bibliotecas públicas e os livros**

O século XX trouxe significativas transformações nos cenários políticos, econômicos, sociais e culturais dos países, que, de uma forma ou de outra, foram afetados pelas guerras. Para se entender os períodos do Estado Novo e da Ditadura Militar, no Brasil, é preciso que se saiba um pouco do contexto internacional da época e dos regimes autoritários e totalitários que serviram de exemplo para os diversos atos e políticas governamentais brasileiros de desmonte e utilização da cultura e da informação com vistas a doutrinação.

A Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre os anos de 1914 e 1918, “assinalou o colapso da civilização ocidental do século XIX, profundamente convencida da centralidade da Europa, cujas populações haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial” (HOBSBAWM, 1995, p. 14). O conflito foi travado entre a Tríplice Entente, formada inicialmente pela França, Rússia e pelo Reino Unido, e os Impérios Centrais, composto a princípio pela Alemanha e Áustria-Hungria. O assassinato de Francisco Ferdinando, herdeiro do império Austro-Húngaro, em 28 de junho de 1914, foi o estopim que levou a Primeira Guerra.

Em 1910, Paul Otlet, considerado o pai da Documentação, e Henri La Fontaine conceberam o *Palais Mondial*, uma organização do conhecimento que, mais tarde, ficou conhecida como *Mundaneum*. Abalado pelos horrores da Primeira Guerra, Paul Otlet acreditava que a democratização da informação permitiria que a civilização evoluísse e não cometesse os mesmos erros. O *Palais Mondial* funcionava como um repositório central, “reunindo todo o conhecimento do mundo para arquivá-lo usando o sistema de classificação CDU. Era um

gabinete de instituições internacionais dedicado ao conhecimento e à fraternidade, tornando-se um centro universal de documentação” (MUNDANEUM, 2020, tradução nossa).

As contribuições de Paul Otlet foram “essenciais para dar forma aos sistemas de informação que preveem padronização, cooperação, compartilhamento, e ao uso das redes visando à transferência da informação” (SANTOS, 2006, p. 6). A colaboração e a troca de informações entre as instituições culturais e informacionais nacionais e internacionais, incluindo as bibliotecas públicas, era um de seus principais ideais. Sua “crença de que a universalização do acesso ao conhecimento seria o caminho para a paz mundial” (SANTOS, 2006, p. 2), levou Paul Otlet a idealização de diversas entidades, como a Biblioteca Universal e o Museu Internacional.

Nesse sentido, Otlet também pregava a ideia de um esforço de cooperação para a construção de uma Biblioteca Universal que tivesse por missão: estabelecer um esforço comum na construção de um monumento ao livro, à sua expressão como instrumento de inteligência. Honrar o livro como se honram as obras de arte e as grandes manifestações do gênio humano. Isto já é suficiente para justificar a existência da Biblioteca Mundial. Sob este prisma, a Biblioteca Universal seria composta por tesouros do espírito humano, como publicações oficiais, publicações periódicas, livros, filmes cinematográficos, documentos arquivísticos, registros musicais, fotografias e demais produtos da arte e da comunicação (JUVÊNCIO, 2014, p. 43-44).

A entrada da Itália, em 1915, acirrou ainda mais o conflito. Em 1917, a Rússia, após a ascensão dos bolcheviques, deixou o confronto. No mesmo ano, os Estados Unidos, que até então permaneciam em uma posição de neutralidade, declararam guerra. Os tratados de paz começaram, então, a serem elaborados, o que resultou na assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919, encerrando assim, oficialmente, a Primeira Guerra Mundial. “Foi adotada a paz dos vencedores, pela qual a Alemanha era punida e responsabilizada pela guerra” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 694).

Infelizmente, a Primeira Guerra Mundial “que chegou a ser defendida como a guerra para acabar com todas as guerras, foi apenas a abertura de um cenário que provocou outros conflitos e alterou a ordem internacional e a maneira das pessoas viverem” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 684). Esta deixou para trás um quadro caótico que afetou diversos setores da vida pública e da economia tanto para os países que perderam a guerra quanto para os “vencedores”. A crise econômica levou à ascensão de grupos nacionalistas de extrema-direita que defendiam uma forma “diferente” de governo e que se colocavam como a única alternativa para o progresso nacional.

Em 1922, Benito Mussolini, líder do Partido Nacional Fascista, se torna primeiro-ministro da Itália e estabelece, a partir de 1925, um governo de extrema-direita totalitário, ultranacionalista, unipartidário e militarista. “O *Duce* (líder) concentrou o poder no executivo, os jornais de oposição foram fechados e os partidos políticos e sindicatos não fascistas foram dissolvidos. A polícia secreta, a *OVRA*, perseguia os inimigos do regime e prendia principalmente comunistas” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 724). A Primeira Guerra Mundial deixou sua marca na Itália que, apesar de ter participado do conflito ao lado da Tríplice Entente, se sentiu insatisfeita com a assinatura do Tratado de Versalhes.

O descontentamento com o Tratado de Versalhes permeava, também, a sociedade alemã que, atribuía “às duras condições de vida no período pós-Primeira Guerra ao governo democrático. Diante da fragilidade do regime, vários levantes tentaram estabelecer um novo regime político” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 684). O partido nazista, fundado anteriormente em 1919, tenta, sem sucesso, dar um golpe, o que leva a prisão de Adolf Hitler. Dez anos depois, em 1933, apoiado pelo povo e pelas elites da época, Hitler se torna o líder, ou *Führer*, da Alemanha e instaura o Terceiro *Reich* e o nazismo como ideologia oficial do Estado alemão.

O regime de governo abandonava de vez a conturbada democracia e retornava à velha oligarquia, com a centralização de todo o poder nas mãos de seu soberano maior, Adolf Hitler. Nesse regime o que servia de diretriz para assegurar o chamado bem estar da população não se encontrava vinculado a qualquer constituição. O guia mestre do Regime e que deveria nortear a vida dos indivíduos alemães era o *Mein Kampf*, a obra prima de Hitler. Ao idealizar esta obra, o líder nazista procurou descrever de forma insistente todos os conceitos que construíra e internalizara desde a juventude, esboçando a sua compreensão de vida, de homem e de mundo (BRANDT, 2014, p. 73).

As tensões nesses países se acumulavam cada vez mais e foi então, que em 1939, rompeu a Segunda Guerra Mundial. O conflito estava dividido em duas frentes, o lado dos Aliados, com França, Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos e o lado do Eixo, com Alemanha, Itália e Japão, porém diversos outros países participaram efetivamente da guerra. “Suas perdas são literalmente incalculáveis, pois a guerra matou tão prontamente civis quanto pessoas de uniforme, e grande parte da pior matança se deu em regiões, ou momentos, em que não havia ninguém a postos para contar, ou se importar” (HOBBSAWM, 1995, p. 67). A perseguição e opressão de Adolf Hitler aos judeus, ciganos, homossexuais, transsexuais, negros e comunistas espalhou o horror pela Alemanha, resultando no maior genocídio em massa de hebreus, o Holocausto.

Já em 1932, antes de Adolf Hitler ascender à líder da Alemanha, o *Völkischer Beobachter*, jornal do Partido Nazista, “publicou uma lista proibida de escritores que deveriam ser banidos assim que o partido assumisse o poder. No início do mesmo ano, uma declaração foi publicada no mesmo jornal, exigindo que a literatura alemã fosse protegida contra o “bolchevismo cultural” (RYDELL, 2017, p. 16, tradução nossa). Após 1933, no âmbito das instituições culturais e informacionais, estas foram totalmente esvaziadas de seu sentido e, ou foram destruídas ou transformadas em mecanismo de controle e propaganda do regime nazista. As bibliotecas públicas sofreram forte censura e foram, diversas vezes, saqueadas e roubadas.

Joseph Goebbels, Ministro da Educação Pública e Propaganda, desempenhou uma campanha árdua contra os livros e as artes em geral que fugiam dos ideais e valores nazistas, ao mesmo tempo em que se utilizava da cultura para influenciar e dominar a população, como um trunfo para a manutenção do Terceiro *Reich*. A opressão levou diversos profissionais, entre eles escritores, a fugirem da Alemanha na época. Já outros “foram impedidos de publicar, porque a filiação à Câmara Nacional de Literatura era necessária antes que o livro pudesse ser publicado. Na década de 1930, o ministério da propaganda de Goebbels assumiu o controle total da indústria do livro alemã” (RYDELL, 2017, p. 21, tradução nossa).

Foi então que, em 10 de maio de 1933, apoiados pelos princípios e convicções da ideologia nazista, diversos estudantes e profissionais de diferentes áreas invadiram as bibliotecas públicas, privadas e as livrarias das quais tinham conhecimento e roubaram todos os livros considerados como proibidos pelo regime, queimando-os em uma enorme fogueira em praça pública. Esses acontecimentos ficaram conhecidos como *Bücherverbrennung* e aconteceram em várias cidades alemãs, como Berlim e Munique. Livros dos autores Ernest Hemingway, Thomas Mann, Sigmund Freud, Friedrich Nietzsche, Albert Einstein, Karl Marx, Heinrich Heine, Ricarda Huch e Jack London foram destruídos nesse dia.

As queimadas de livros foram, acima de tudo, dramas rituais, em vez de, em qualquer sentido real, uma “limpeza” completa das bibliotecas e estantes da Alemanha. Goebbels estava bem ciente da importância simbólica das piras de livros, tanto de uma perspectiva histórica quanto política, como cerimônias de batismo febris para uma Alemanha renascida. A purificação pelo fogo era um antigo ritual que agradava ao novo regime. Goebbels enfatizou isso em seu discurso às multidões em Berlim, proclamando que “aqui, as bases intelectuais da República de Novembro afundam, mas dos escombros um novo espírito surgirá triunfantemente como a Fênix” (RYDELL, 2017, p. 26, tradução nossa).

Apesar do grande evento de queima de livros logo no início de 1933, uma quantidade ainda maior desses era, constantemente, desapropriada e confiscada secretamente das

bibliotecas públicas, privadas e livrarias pelos censores do governo na época. Nesses locais permaneciam apenas os livros considerados como alta cultura ou cultura ariana, que refletiam a ideologia dominante. Diversos livros roubados das coleções particulares judaicas, que se encaixavam nessas categorias, foram, mais tarde, redistribuídos pelos nazistas para algumas dessas mesmas bibliotecas, para organizações governamentais ou entre funcionários do regime. “Toda biblioteca na Alemanha e também na Áustria, que possui um acervo de livros antigos, tem obras roubadas pelos nazistas em suas coleções. E não são poucas” (FINSTERWALDER, 2017 apud DEUTSCHE WELLE, 2017).

Rydell (2017) aponta que, em sua cruzada, os nazistas perceberam que havia algo que dava ainda mais poder do que simplesmente destruir a palavra, que era possuí-la e controlá-la. Para o autor, havia poder nos livros. Palavras podiam funcionar como armas, ressoando muito depois de o estrondo da artilharia ter parado. São armas não apenas como propaganda, mas também na forma de memórias. Quem possui a palavra tem o poder não só de interpretá-la, mas também de escrever a história (RYDELL, 2017, p. 21, tradução nossa).

Não era a partir da destruição da herança literária e cultural de seus inimigos que os nazistas pretendiam prevalecer - ao contrário, era roubando, possuindo e distorcendo estas, e virando suas bibliotecas e arquivos, sua história, herança e memória contra si mesmos. Para capturar o direito de escrever a história de seus adversários. Foi um conceito que deu início ao mais amplo roubo de livros da história do mundo (RYDELL, 2017, p. 29, tradução nossa).

Na mesma época, de acordo com Peiss (2020), bibliotecários, arquivistas e acadêmicos estadunidenses viajavam para o exterior para coletar livros e documentos para ajudar a causa militar dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. A autora relata que os eventos da guerra levaram esses profissionais a partirem em missões, por toda Europa, com o intuito de reunir publicações estrangeiras e informações para fornecê-las ao governo americano com fins de inteligência. Eles viajavam para cidades neutras em busca de textos inimigos, seguiram um passo atrás de exércitos para capturar registros e apreenderem obras nazistas de livrarias e escolas. Quando a guerra terminou, estes encontraram coleções saqueadas escondidas em porões e cavernas. Sua missão era documentar, explorar, preservar e restituir essas obras (PEISS, 2020, p. 19-21, tradução nossa).

Com base nos governos italiano e alemão, “outros países adotaram regimes que tinham profundas semelhanças com o Estado fascista, como Espanha, Portugal, Bulgária, Hungria, com influências inclusive no Brasil” (FREITAS NETO; TASINAF, 2015, p. 722). Portugal sofreu, em 1926, um golpe militar, levando, mais tarde, em 1932, António de Oliveira Salazar ao poder. Este instaurou o Estado Novo em seu país e determinou uma série de medidas que ressoavam

com as do Terceiro *Reich*. A Segunda Guerra Mundial teve fim em 1945, porém marcou a emergência de duas proeminentes potências: o Estados Unidos da América (EUA), capitalista, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), socialista (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 722).

Essas duas potências travaram uma Guerra Fria, desencadeando, nos Estados Unidos, uma enorme repressão e opressão aos socialistas e comunistas no país. A intolerância “teve seu auge entre 1950 e 1954, centralizado na figura do senador republicano Joseph McCarthy, que promoveu uma “caçada às bruxas”, acusando inúmeras pessoas de serem comunistas ou de praticarem atividades consideradas antiamericanas” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 795). O filme estadunidense *Storm Center*, dirigido por Daniel Taradash, utiliza de sua narrativa ficcional para denunciar o cerceamento de livros, considerados marxistas, das bibliotecas públicas do país. Apesar de, atualmente, o filme ser visto como anticomunista, refletindo as convicções da época, este mostra a vexação que sofriam os bibliotecários que se recusassem a retirar esses livros.

Embora não tenha sido a primeira nem a última vez na história que livros foram queimados, a queima de livros na Alemanha acabaria se tornando a metáfora mais marcante de todas para os Estados Unidos. Um paralelo foi traçado posteriormente na década de 1950 como um protesto contra o senador Joseph McCarthy e sua cruzada anticomunista, quando livros “subversivos” foram removidos de muitas bibliotecas americanas (RYDELL, 2017, p. 28, tradução nossa).

Na América do Sul, esse cenário político e social não se repetia apenas no Brasil, como também no Chile. O país, que sofreu um golpe militar, em 1973, pelas mãos de Augusto Pinochet, enfrentou um dos períodos mais difíceis de sua história. O ditador chileno implantou diversas políticas governamentais de censura e desmonte da cultura, da informação e da educação no país (BOSMAJIAN, 2006, p. 141, tradução nossa). A junta de Pinochet embarcou em uma campanha para “extirpar o câncer marxista”. Na época, o jornal *The New York Times* relatou: “Os livros esquerdistas continuam altamente suspeitos e foram removidos das prateleiras da maioria das bibliotecas e livrarias” (BOSMAJIAN, 2006, p. 141, tradução nossa).

Bosmajian (2006), professor emérito da Universidade de Washington nos Estados Unidos, comenta que a enorme queima de livros no Chile levou a *American Library Association* (ALA) a emitir a seguinte condenação: “Considerando que, tem havido evidências repetidas da queima de livros em larga escala pelo governo militar do Chile; e que, a queima de livros é uma forma impensável de supressão. Fica decidido que a *American Library Association* condena vigorosamente esta violação dos direitos fundamentais das pessoas no Chile”. O governo



chileno continuou queimando livros “subversivos” até o fim do regime de Pinochet em 1988 (BOSMAJIAN, 2006, p. 174, tradução nossa).

O roubo de livros por agentes oficiais do governo também foi prática comum na época. De acordo com Charleaux (2013), repórter do jornal Folha de São Paulo, Augusto Pinochet, em dezessete anos de ditadura, usou dinheiro público e influência política para acumular uma das maiores coleções privadas de livros de que se tem notícia. A biblioteca privativa do general tinha 55 mil volumes que, se postos em fila, dariam cerca de 1,5 quilômetro de estante. Algumas obras do acervo foram subtraídas do patrimônio público. “Ele furtou exemplares de altíssimo valor histórico. Um deles foi o diário original de José Miguel Carrera”, contou o diplomata chileno Heraldo Muñoz, que hoje vive em Nova York, onde é subchefe do PNUD, órgão da ONU para o desenvolvimento (CHARLEAUX, 2013).

Como forma de dissuadir a população chilena a adquirir conhecimento por meio dos livros, Pinochet estabeleceu uma nova política governamental que tributava esses produtos com uma alíquota de 19%. Os jornalistas Ameni e Albuquerque (2020) revelam que o sistema tributário do general serviu, com êxito, para tranquilizar os mais ricos e endividar os mais pobres. Estes eram obrigados a pagar seus impostos, mas sem nenhuma rede de serviços públicos. A tática é chamada de extrafiscalidade, ou seja, o uso de um tributo para inibir o consumo de um produto, liquidando o acesso aos livros economicamente. O que suprimiu também as editoras, ao diminuir o número dos que poderiam comprar ao mesmo tempo em que reduzia o potencial de lançar novas publicações (AMENI; ALBUQUERQUE, 2020).

### 3 Metodologia

#### 3.1 Caracterização da Pesquisa

Todos os indivíduos, instituições e os diversos setores da sociedade necessitam de informação. De acordo com Line (1974, p. 87, tradução nossa), necessidade “é o que um indivíduo deve ter para desenvolver o seu trabalho e suas pesquisas, para o seu crescimento pessoal, lazer e etc. No caso de um pesquisador, uma informação necessária é aquela que levará adiante a sua pesquisa”. A busca por informação compreende tentativas intencionais para encontrá-la e, é a partir dela, que a informação se torna útil às pessoas. O autor Choo (2006, p. 99), aponta que a busca pela informação percorre três estágios, sendo estes “o reconhecimento das necessidades de informação, que leva à busca e depois ao uso da informação”.

“O indivíduo atua sobre a informação selecionada para responder a uma questão, solucionar um problema, tomar uma decisão etc. O resultado do uso da informação é uma mudança no estado de conhecimento do indivíduo e em sua capacidade de agir” (CHOO, 2006, p. 116). Ao utilizar a informação, os indivíduos assimilam novos conhecimentos satisfazendo suas carências de informação. Foi então que, a partir do problema de pesquisa e da necessidade de se conhecer quais as ações bibliotecárias, nas bibliotecas públicas, para o enfrentamento às políticas governamentais de desmonte da cultura no cenário social e político brasileiro, surgiu esse trabalho de conclusão de curso.

“A ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos. Várias são as modalidades de pesquisa, o que implica coerência epistemológica, metodológica e técnica para o seu desenvolvimento” (SEVERINO, 2007, p. 117). Ao realizar um trabalho científico ou acadêmico é necessário que se utilize uma metodologia, que inclui a caracterização da pesquisa e os procedimentos metodológicos, como o universo e a amostra da pesquisa, as fontes de informação, a técnica de coleta de dados e o método de análise dos resultados. De acordo com Oliveira (2008, p. 47-48), a metodologia é, então, “um processo, que se inicia desde a disposição inicial de se escolher um determinado tema para pesquisar até a análise dos dados. Engloba um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos”.

Com o intuito de servir como um inventário, uma análise de políticas governamentais ofensivas enfrentadas pelas bibliotecas públicas historicamente e das ações bibliotecárias, no âmbito das bibliotecas públicas, no enfrentamento às essas políticas de desmonte a cultura, essa

pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa. O enfoque qualitativo “utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 33). Seus dados são as “descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, condutas observadas e suas manifestações. Nesse sentido, o pesquisador qualitativo utiliza técnicas para coletar dados, como a revisão de documentos” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 34).

Desse modo, ao considerar a pesquisa qualitativa, todo objeto de estudo apresenta especificidades, pois ele: a) é histórico - está localizado temporalmente, podendo ser transformado; b) possui consciência histórica - não é apenas o pesquisador que lhe atribui sentido, mas a totalidade dos homens, na medida em que se relaciona em sociedade, e confere significados e intencionalidades a suas ações e construções teóricas; c) apresenta uma identidade com o sujeito - ao propor investigar as relações humanas, de uma maneira ou de outra, o pesquisador identifica-se com ele; d) é intrínseca e extrinsecamente ideológico porque “veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes”; e) é essencialmente qualitativo já que a realidade social é mais rica do que as teorizações e os estudos empreendidos sobre ela (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38-39).

Creswell (2010) aponta que as pesquisas qualitativas “baseiam-se em dados de texto e imagem, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação”. Estas possuem como características “o ambiente natural; o pesquisador como um instrumento fundamental; múltiplas fontes de dados; análise de dados indutiva; lente teórica; é interpretativo e um relato holístico” (CRESWELL, 2010, p. 207-210). Cunha, Amaral e Dantas (2015, p. 163) complementam que essas pesquisas “são usadas quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação”.

## **3.2 Procedimentos Metodológicos**

### **3.2.1 Universo e amostra**

O universo ou população de uma pesquisa é definido por Cunha, Amaral e Dantas (2015, p. 163) como “qualquer conjunto de elementos ou indivíduos, com pelo menos uma característica em comum, que possa ser ordenada de algum modo e que sirva de base para as propriedades a serem investigadas”. Esse trabalho foi desenvolvido utilizando-se de artigos, anais de congressos, dissertações, teses, livros e notícias jornalísticas que abordam as instituições culturais e informacionais, com enfoque nas bibliotecas públicas, durante os

períodos do “Estado Novo (1937-1946)”, da “Ditadura Militar (1964-1985)” e do “Brasil Atual (2016-2021)”. Esses documentos apontam, também, as políticas governamentais ofensivas enfrentadas pelas bibliotecas públicas nessas épocas e as ações bibliotecárias no enfrentamento a essas políticas.

Já a amostra é um subconjunto da população e se refere a qualquer parte desta. Na qual se pesquisa apenas uma parte do universo para inferir conhecimento para o todo. Isso exige que a amostra seja representativa. Essa representatividade da amostra ocorre quando ela apresenta as mesmas características gerais da população da qual foi extraída (CUNHA; AMARAL, DANTAS, 2015, p. 173). Entre todos os artigos, anais de congressos, dissertações, teses, livros e notícias jornalísticas existentes que abordam o tema deste trabalho, foram escolhidos como amostra os mais relevantes e pertinentes sobre o assunto, sendo estes, muitas vezes, citados como referência por pesquisadores das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, em seus trabalhos.

De acordo com Choo (2003, p. 107), o que define se uma informação vai ser selecionada ou ignorada em uma pesquisa deriva, muitas vezes, de sua relevância para o esclarecimento da questão ou solução do problema. A relevância é apontada como um bom parâmetro para o uso da informação. Diz-se que um documento é relevante quando existe um consenso, entre os que atuam naquele campo, de que ele é importante. Vários dos documentos escolhidos como amostra para essa pesquisa foram trabalhados e utilizados como bibliografia, em sala de aula, entre os anos de 2017 e 2021, pelos professores do curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília. Os autores são profissionais já estabelecidos em suas áreas e que possuem diversas qualificações profissionais e acadêmicas.

No desenvolvimento dessa pesquisa, foram utilizadas, juntamente com diversos outros documentos, dois textos acadêmicos como fontes principais de referência, a tese “A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão”, de 2010, da autora Bárbara Leitão e a tese “Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar”, de 2015, de Sandra Reimão. Essas autoras possuem currículo extenso na área e serviram, durante o trabalho, como “lentes que guiaram todo o processo de investigação e de análise” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 39).

### **3.2.2 Fontes de informação e técnica de coleta de dados**

Em relação a técnica de coleta de dados, esse estudo foi elaborado a partir de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é, como definida por Severino (2007), aquela realizada com base no registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores. São empregados dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos são utilizados como fontes dos temas a serem pesquisados e o pesquisador trabalha a partir da contribuição dos autores dos estudos analíticos constantes nos textos (SEVERINO, 2007, p. 123).

Já a pesquisa documental, lida com fontes documentais no sentido amplo, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais etc. Isto significa que os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 123). A pesquisa bibliográfica se apoia nas contribuições de diferentes autores sobre o assunto, levando em consideração as fontes secundárias, ao passo que a pesquisa documental analisa as fontes primárias. Na pesquisa documental o trabalho do pesquisador necessita de uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico (OLIVEIRA, 2007, p. 70 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6).

Os documentos escolhidos como referência para o desenvolvimento dessa pesquisa são resultados de um levantamento bibliográfico realizado a partir do Google Acadêmico, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci). As notícias jornalísticas foram encontradas nos sites dos jornais Folha de São Paulo, O Globo e a partir do Google Notícias, que agrega reportagens dos portais Estadão, G1, *El País* Brasil, Correio Braziliense entre outros. Após realizada uma busca inicial para a escolha das palavras-chave que trouxessem resultados mais precisos, as pesquisas foram realizadas usando-se os seguintes argumentos de busca:

Quadro 1 - Argumentos de busca utilizados no levantamento bibliográfico

Tópicos do Trabalho	Argumentos de Busca utilizados no Levantamento Bibliográfico
Estado Novo (1937-1946)	“Biblioteca Pública” e “Estado Novo” “Biblioteca Pública” e “Era Vargas” “Instituto Nacional do Livro” “Censura” e “Era Vargas” “Censura” e “Estado Novo” “Políticas Culturais” e “Era Vargas” “Censura”, “Biblioteca Pública” e “Estado Novo” “Livros Proibidos” e “DEOPS” “Centro Popular de Cultura da UNE” “Cadernos do Povo Brasileiro” “Movimento de Cultura Popular” “Controle à Fomentação”

<p>Ditadura Militar (1964-1985)</p>	<p>“Censura a Livros” e “Ditadura Militar”  “Políticas Culturais” e “Ditadura Militar”  “Censura” e “Ditadura Militar”  “Políticas Públicas” e “Ditadura Militar”  “Biblioteca Pública” e “Ditadura Militar”  “Censura de Livros” e “Ditadura Militar”  “Propaganda Ditatorial”  “Cadernos escolares” e “Regime Militar”  “Consagrados” e “Civilização Brasileira”  “Manifesto dos Intelectuais” e “Censura”  “Centro Popular de Cultura” e “Arte Teatral”</p>
<p>Brasil atual (2016-2021)</p>	<p>“Bibliotecário” e “Fake News”  “Pós-Verdade”  “Brasil” e “Censura”  “Biblioteca Pública” e “Falta de Recurso”  “Autoritarismo Brasileiro”  “Cultura” e “Governo Bolsonaro”  “Plataforma de Fake News”  “Bibliotecas Públicas” e “Sucateamento”  “Plano de incentivo à leitura”  “Sob Bolsonaro” e “Cultura”  “Mario Frias” e “Publicações”  “Censura” e “Obras LGBT”  “Livros Didáticos” e “2021”  “Secretaria de Cultura” e “Ministério do Turismo”  “Taxação de Livros” e “Reforma Tributária”  “Bloqueio de Verbas” e “Cultura”  “Extinto” e “Ministério da Cultura”  “Roberto Alvim” e “Discurso Nazista”  “CPMI das Fake News” e “Conteúdo Inadequado”  “Plano Nacional do Livro”  “Censura Livros”  “Taxação de Livros” e “Reforma Tributária”  “Tributos” e “Queimar Livros”  “Página de Fake News”  “Cinemateca Brasileira” e “Política Cultural”  “Reforma” e “Biblioteca do Planalto”  “Biblioteca Desmontada” e “Livros”  “Conselho Consultivo” e “Plano Nacional do Livro”  “Eclipse da Cultura”  “Censura de Livros” e “Rondônia”  “Biblioteca UnB” e “Vandalismo”  “Silêncio na biblioteca”  “Biblioteconomia Social”  “Bibliotecário” e “Fake News”  “Biblioteca” e “Luta de Classes”  “Bibliotecário” e “Pós-Verdade”  “Biblioteca Pública” e “Pós-Verdade”  “Biblioteca verdadeiramente pública”  “Bibliotecário” e “Censura”  “Bibliotecário” e “Mudança Social”  “Centros de Cultura” e “Bibliotecas Públicas”  “Critérios de qualidade” e “Avaliação de fontes de informação”  “Ideologia de Gênero” e “Debatido”  “Biblioteca do Palácio do Planalto”  “Fake news acima de tudo”  “Filosofia” e “Information Literacy”  “Firehose of Falsehood”  “Programas Públicos” e “Assimetrias Históricas”</p>

	“Queermuseu” e “Catálogo” “Biblioteca da Presidência da República” e “CRB” “Exposição Banidos” e “Mário” “Programação de Novembro” e “Mário de Andrade” “Verão Sem Censura” e “Manifestações” “Bienal do Livro” e “Temática LGBT” “Bibliotecas que não se calam”
--	--

Fonte: Elaboração própria

As pesquisas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) foram feitas utilizando a busca avançada por todos os campos, com as palavras-chave colocadas entre aspas e empregando-se o operador booleano AND. Os operadores booleanos “são palavras que têm o objetivo de definir para o sistema de busca como deve ser feita a combinação entre os termos ou expressões de uma pesquisa. O AND/E restringe esta pesquisa. Os resultados recuperados contém um termo e o outro” (OLIVEIRA, 2009, p. 1). Os quadros abaixo (quadros 2 e 3) listam os tópicos do desenvolvimento do trabalho, os argumentos de busca usados em cada pesquisa, a quantidade de resultados totais, a quantidade de resultados relevantes para este estudo e os principais autores que abordam os assuntos de cada tópico. Nos quadros, não foram incluídas as buscas com argumentos que retornaram zero resultados.

Quadro 2 - Resultados das pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

<b>Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)</b>				
<b>Tópico do Trabalho</b>	<b>Argumento de Busca</b>	<b>Quantidade de resultados totais</b>	<b>Quantidade de resultados relevantes para esta pesquisa</b>	<b>Principais Autores</b>
Estado Novo (1937-1946)	“Biblioteca Pública” e “Estado Novo”	2	1	Suely Braga da Silva (1992)
Estado Novo (1937-1946)	“Biblioteca Pública” e “Era Vargas”	6	2	Bárbara de Miranda Lima (2014); Bárbara Menezello Leitão (2010)
Estado Novo (1937-1946)	“Instituto Nacional do Livro”	19	4	Elaine Formentini Caldas (2005); Emir José Suaiden (1979); Suely Braga da Silva (1992); Zita Catarina de Oliveira (1994)
Estado Novo (1937-1946)	“Censura” e “Era Vargas”	30	2	Ana Cristina Pinheiro Campos (2007); Bárbara Menezello Leitão (2010)

Estado Novo (1937-1946)	“Movimento de Cultura Popular”	21	1	Fábio Silva de Souza (2014)
Ditadura Militar (1964-1985)	“Censura a Livros” e “Ditadura Militar”	3	2	Maria Ferreira Otero (2003); Nayara da Silva Vieira (2010)
Ditadura Militar (1964-1985)	“Políticas Culturais” e “Ditadura Militar”	16	1	Vanderli Maria da Silva (2001)
Ditadura Militar (1964-1985)	“Políticas de Estado” e “Bibliotecas Públicas”	4	2	Bárbara de Miranda Lima (2014); Frederico Machado (2015)
Brasil atual (2016-2021)	“Bibliotecário” e “Fake News”	1	1	César Augusto Galvão Fernandes Conde (2018)
Brasil atual (2016-2021)	“Pós-Verdade”	23	3	César Augusto Galvão Fernandes Conde (2018); Fernanda de Barros da Silva (2019); Leonardo Tavares Leite (2018)

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3 - Resultados das pesquisas na Base de Dados em Ciência da Informação

<b>Base de Dados em Ciência da Informação (Brapi)</b>				
<b>Tópico do Trabalho</b>	<b>Argumento de Busca</b>	<b>Quantidade de resultados totais</b>	<b>Quantidade de resultados relevantes para esta pesquisa</b>	<b>Principais Autores</b>
Estado Novo (1937-1946)	“Biblioteca Pública” e “Era Vargas”	1	1	Laura Maria Pereira Couto (2019)
Estado Novo (1937-1946)	“Instituto Nacional do Livro”	15	3	Eduardo Rocha e Dalgiza Oliveira (2020); Alessandra de Oliveira, Luiz Eduardo da Silva e Jetur de Castro (2018); Raquel Leite de Sousa (2018)
Estado Novo (1937-1946)	“Censura” e “Estado Novo”	7	1	Alessandra de Oliveira, Luiz Eduardo da Silva e Jetur de Castro (2018)
Ditadura Militar (1964-1985)	“Censura” e “Ditadura Militar”	11	2	Alessandra de Oliveira e Jetur de Castro (2015); Raphael Diego Greenhalgh (2020)
Ditadura Militar (1964-1985)	“Políticas Públicas” e “Ditadura Militar”	1	1	Raphael Diego Greenhalgh (2020)
Brasil atual (2016-2021)	“Brasil” e “Censura”	21	3	Alessandra de Oliveira e Jetur de



				Castro (2017); Arabelly de Lima e Marcos Galindo (2018); Willian Righini de Souza (2018)
Brasil atual (2016-2021)	“Biblioteca Pública” e “Falta de Recurso”	1	1	Bruna de Oliveira Silva e Deise Antonio Sabbag (2019)
Brasil atual (2016-2021)	“Biblioteconomia Social”	16	3	Catia Lindemann, Daniela Spudeit e Elisa Delfini Corrêa (2016); Gabrielle Carvalho Tanus (2017)
Brasil atual (2016-2021)	“Bibliotecário” e “Fake News”	8	2	Barbara Coelho Neves (2019)
Brasil atual (2016-2021)	“Biblioteca” e “Luta de Classes”	1	1	Jonathas Carvalho Silva e Roosevelt Lins Silva (2010)
Brasil atual (2016-2021)	“Bibliotecário” e “Pós-Verdade”	77	3	Amanda Moura de Sousa (2017), Arabelly de Lima e Marcos Galindo (2018); Elisa Delfini Corrêa e Marcela Custódio (2018)
Brasil atual (2016-2021)	“Biblioteca Pública” e “Pós-Verdade”	20	2	Emir José Suaiden (2018); Maria Cleide Bernardino e Denise Sampaio (2019)
Brasil atual (2016-2021)	“Biblioteca verdadeiramente pública”	2	1	Victor Flusser (1980)
Brasil atual (2016-2021)	“Bibliotecário” e “Censura”	6	3	Alessandra de Oliveira e Jetur de Castro (2017); Waldomiro Santos Vergueiro (1987); Arabelly de Lima e Marcos Galindo (2018)
Brasil atual (2016-2021)	“Bibliotecário” e “Mudança Social”	13	1	Waldomiro Santos Vergueiro (1988)

Fonte: Elaboração própria

Inicialmente, as buscas a partir do Google Acadêmico foram feitas utilizando os mesmos passos das anteriores, porém, ao contrário do que foi observado previamente, as palavras-chaves usadas, nesse mecanismo virtual de pesquisa, retornaram uma grande quantidade de resultados. Com o intuito de refiná-los ainda mais, foi empregado o termo intitle nos argumentos de busca.

Quadro 4 - Resultados das pesquisas no Google Acadêmico

Google Acadêmico				
Tópico do Trabalho	Argumento de Busca	Quantidade de resultados totais	Quantidade de resultados relevantes para esta pesquisa	Principais Autores
Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Biblioteca Pública" e "Estado Novo"	28	2	Maria da Cunha Frota (2014); Valéria Medeiros, Núbia de Almeida e Braz Vas (2014)
Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Biblioteca Pública" e "Era Vargas"	13	4	Valéria Medeiros, Núbia de Almeida e Braz Vas (2014); Emir José Suaiden (2000); Frederico Machado e Emir José Suaiden (2015); Maria da Cunha Frota (2014)
Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Instituto Nacional do Livro"	23	3	Aníbal Bragança (2009); Suely Braga da Silva (1992); Raquel Leite de Sousa (2018)
Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Censura", "Biblioteca Pública" e "Estado Novo"	14	3	Dulce Chaves Pandolfi (2018); Alessandra de Oliveira, Luiz Eduardo da Silva e Jetur de Castro (2018); Bárbara Menezello Leitão (2010)
Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Censura" e "Era Vargas"	67	3	Alessandra de Oliveira, Luiz Eduardo da Silva e Jetur de Castro (2018); Bárbara Menezello Leitão (2010); Maria Cristina Castilho Costa (2015)
Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Políticas Culturais" e "Era Vargas"	60	3	Cleiton Alvaredo Paixão (2013); Gilvanedja Mendes da Silva e Maria Aparecida Fernandez (2016); Bárbara de Miranda Lima (2014)
Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Livros Proibidos" e "DEOPS"	1	1	Maria Luiza Tucci Carneiro (2002)

Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Centro Popular de Cultura da UNE"	5	1	Manoel Tosta Berlinck (1984)
Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Cadernos do Povo Brasileiro"	6	1	Angélica Lovatto (2009)
Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Movimento de Cultura Popular"	11	1	Fábio Silva de Souza (2014)
Estado Novo (1937-1946)	intitle:"Controle à Fomentação"	1	1	Mary Arapiraca e Minervina Joseli Espíndola Reis (2008)
Ditadura Militar (1964-1985)	intitle:"Biblioteca Pública" e "Ditadura Militar"	21	1	Valéria Medeiros, Núbia de Almeida e Braz Vas (2014)
Ditadura Militar (1964-1985)	intitle:"Bibliotecas Públicas" e "Regime Militar"	20		Bárbara Menezello Leitão (2010);
Ditadura Militar (1964-1985)	intitle:"Censura a Livros" e "Ditadura Militar"	10	5	Sandra Reimão (2011 e 2014); Maria Ferreira Otero (2004); Nara Cabral Scabin (2018); Kelly Pereira de Lima (2016)
Ditadura Militar (1964-1985)	intitle:"Censura de Livros" e "Ditadura Militar"	4	2	Maria Ferreira Otero (2003 e 2004)
Ditadura Militar (1964-1985)	intitle:"Políticas de Estado" e "Bibliotecas Públicas"	1	1	Frederico Machado (2015)
Ditadura Militar (1964-1985)	intitle:"Propaganda Ditatorial"	1	1	Nina Schneider (2017)
Ditadura Militar (1964-1985)	intitle:"Cadernos escolares" e "Regime Militar"	4	1	Antônio Gomes Ferreira e Ariclê Vechia (2009)
Ditadura Militar (1964-1985)	intitle:"Consagrados" e "Civilização Brasileira"	3	1	Luiz Renato Vieira (1998)
Ditadura Militar (1964-1985)	intitle:"Centro Popular de Cultura" e "Arte Teatral"	2	1	Carla Michele Ramos (2014)
Brasil atual (2016-2021)	intitle:"Fake news acima de tudo"	3	3	Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fernanda Marina Feitosa Coelho e Tainah Biela Dias (2018)
Brasil atual (2016-2021)	intitle:"Autoritarismo Brasileiro"	27	1	Lilia Moritz Schwarcz (2019)

Brasil atual (2016-2021)	intitle:“Cultura” e “Governo Bolsonaro”	25	1	Kary Emanuelle Reis Coimbra e Maria Dione Carvalho de Moraes (2019)
Brasil atual (2016-2021)	intitle:“Centros de Cultura” e “Bibliotecas Públicas”	6	1	Luís Milanesi (1986)
Brasil atual (2016-2021)	intitle: “Biblioteconomia Social”	21	3	Yaciara Mendes Duarte (2018); Catia Lindemann, Daniela Spudeit e Marielle de Moraes (2016); Catia Lindemann (2018)
Brasil atual (2016-2021)	intitle:“Critérios de qualidade” e “Avaliação de fontes de informação”	4	1	Tomaél et al. (2001)
Brasil atual (2016-2021)	intitle:“Protestos” e “Judith Butler”	13	1	Ingrid Cyfer (2018)
Brasil atual (2016-2021)	intitle:“Filosofia” e “Information Literacy”	18	1	Elisabeth Adriana Dudziak (2010)
Brasil atual (2016-2021)	intitle:“Firehose of Falsehood”	5	1	Christopher Paul e Miriam Matthews (2016)

Fonte: Elaboração própria

Os quadros abaixo (Quadros 5, 6 e 7) são referentes às pesquisas das reportagens jornalísticas utilizadas como referência nos tópicos “Ditadura Militar” e “Brasil Atual (2016-2021)”. Os quadros listam os argumentos utilizados em cada busca, a quantidade de resultados totais, a quantidade de resultados relevantes e o título das notícias pertinentes para o desenvolvimento deste trabalho.

Quadro 5 - Resultados das pesquisas no site do jornal Folha de São Paulo

<b>Folha de São Paulo</b>			
<b>Argumento de Busca</b>	<b>Quantidade de resultados totais</b>	<b>Quantidade de resultados relevantes para esta pesquisa</b>	<b>Notícia jornalística relevante para esta pesquisa</b>
“Manifesto dos Intelectuais” e “Censura”	5	1	“Manifesto dos Intelectuais” pediu o fim da censura em janeiro de 77
“Bibliotecas Públicas” e “Sucateamento”	1	1	Conjunto de bibliotecas públicas no país é insuficiente e mal distribuído

“Plano de incentivo à leitura”	1	1	Governo Bolsonaro atrasa plano de incentivo à leitura
“Sob Bolsonaro” e “Cultura”	26	1	Cultura, sob Bolsonaro, vive volta da censura, perda de ministério e viés evangélico
“Mario Frias” e “Publicações”	7	2	Entidade vinculada à Cultura deve enviar posts para aprovação de Mario Frias com antecedência de 24h e Chefe de gabinete da Cultura é responsável por aprovar posts em redes sociais
“Censura” e “Obras LGBT”	5	1	Após censura, obras com tema LGBT puxam vendas na Bienal do Livro
"Livros Didáticos" e "2021"	21	1	Bolsonaro chama livros didáticos de "lixo" e propõe que material seja suavizado em 2021
“Programas Públicos” e “Assimetrias Históricas”	1	1	Programas públicos sólidos poderiam reverter nossas assimetrias históricas

Fonte: Elaboração própria

Quadro 6 - Resultados das pesquisas no site do jornal O Globo

<b>O Globo</b>			
<b>Argumento de Busca</b>	<b>Quantidade de resultados totais</b>	<b>Quantidade de resultados relevantes para esta pesquisa</b>	<b>Notícia jornalística relevante para esta pesquisa</b>
“Secretaria de Cultura” e “Ministério do Turismo”	28	1	Bolsonaro transfere Secretaria de Cultura para Ministério do Turismo
“Taxação de Livros” e “Reforma Tributária”	6	1	Taxação de livros proposta em reforma de Guedes pode ter efeito 'devastador', alerta setor
“Bloqueio de Verbas” e “Cultura”	3	1	Governo bloqueia R\$ 50 milhões de órgãos de Cultura como Biblioteca Nacional, Funarte e Palmares
“Extinto” e “Ministério da Cultura”	24	1	E assim, em janeiro de 2019, foi extinto o Ministério da Cultura
“Roberto Alvim” e “Discurso Nazista”	32	2	Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação e Roberto Alvim é

			demitido da Secretaria Especial da Cultura
“CPMI das Fake News” e “Conteúdo Inadequado”	17	1	CPMI das Fake News identifica 2 milhões de anúncios da Secom em canais de 'conteúdo inadequado' em só 38 dias
“Biblioteca do Palácio do Planalto”	3	1	Governo desmonta biblioteca do Palácio do Planalto para abrigar Michelle Bolsonaro

Fonte: Elaboração própria

Quadro 7 - Resultados das pesquisas no Google (Notícias)

Google (Notícias)			
Argumento de Busca	Quantidade de resultados totais	Quantidade de resultados relevantes para esta pesquisa	Notícia jornalística relevante para esta pesquisa
intitle:“Plano Nacional do Livro”	2	1	Bolsonaro acaba com Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (Portal G1)
intitle:“Censura Livros”	2	1	Governo de SP censura livros de projeto de leitura para presidiários, diz articuladora (Portal G1)
intitle:“Taxação de Livros” e “Reforma Tributária”	20	2	Taxação de livros: como proposta de reforma tributária pode encarecer obras (Portal G1) e Taxação de livros proposta em reforma de Guedes pode ter efeito 'devastador', alerta setor (Jornal O Globo)
intitle:“Tributos” e “Queimar Livros”	1	1	Como queimar livros com tributos (Jornal Estadão)
intitle:“Página de Fake News”	7	1	Investigação aponta assessor de Bolsonaro como responsável por página de fake news derrubada pelo Facebook (Portal G1)
intitle:“Cinemateca Brasileira” e “Política cultural”	8	1	Cinemateca Brasileira agoniza e se torna símbolo da falta de política cultural do Governo Bolsonaro (Jornal <i>El País</i> Brasil)
intitle:“Reforma” e “Biblioteca do Planalto”	2	1	Reforma na biblioteca do Planalto que abrigaria Michelle custou R\$ 62 mil (Revista Época)
intitle:“Biblioteca Desmontada” e “Livros”	1	1	Planalto empilha no chão livros de biblioteca

			desmontada para abrigar Michelle Bolsonaro (Revista Época)
intitle:“Conselho Consultivo” e “Plano Nacional do Livro”	2	1	Bolsonaro acaba com Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (Portal G1)
intitle:“Eclipse da Cultura”	4	1	O eclipse da cultura no Brasil? (Revista Continente)
intitle:“Censura de Livros” e “Rondônia”	2	1	Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia (Jornal El País Brasil)
intitle:“Biblioteca UnB” e “Vandalismo”	4	1	Obras sobre direitos humanos são danificadas na biblioteca da UnB (Jornal Correio Braziliense)
intitle:“Silêncio na biblioteca”	1	1	Silêncio na biblioteca: evento cultural virou mera propaganda política? (Portal UOL)
intitle:“Plataforma de Fake News”	3	1	Facebook é a maior plataforma de fake news, aponta pesquisa (Jornal Correio Braziliense)
intitle:“Ideologia de Gênero” e “Debatido”	7	1	Saiba como o termo 'ideologia de gênero' surgiu e é debatido (Portal G1)
intitle:“Queermuseu” e “Catálogo”	10	1	Catálogo do Queermuseu desaparece de bibliotecas (Jornal do Comércio)
intitle:“Biblioteca da Presidência da República” e “CRB”	3	1	Nota sobre a Redução da Biblioteca da Presidência da República (CRB-1)
intitle:“Exposição Banidos” e “Mário”	1	1	Exposição “Banidos: obras censuradas no acervo de raros da Mário” (Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo)
intitle:“Programação de Novembro” e “Mário de Andrade”	5	1	Biblioteca Mário de Andrade - Programação de Novembro (Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo)
intitle:“Verão Sem Censura” e “Manifestações”	4	1	Festival Verão Sem Censura acolhe manifestações culturais censuradas e oprimidas (Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo)
intitle:“Bienal do Livro” e “Temática LGBT”	34	1	Livros com temática LGBT comprados por Felipe Neto são

			distribuídos na Bienal (Portal G1)
intitle:“Bibliotecas que não se calam”	7	1	Bibliotecas que não se Calam (FEBAB)

Fonte: Elaboração própria

Desse modo, identificou-se os principais autores que tratavam sobre os temas e seus conceitos. Foram, então, indicadas as referências para cada um dos tópicos do trabalho e realizada uma síntese, resumo das obras desses autores. Verificando se os documentos identificados respondiam aos objetivos gerais específicos desta pesquisa.

### 3.2.3 Método de análise dos resultados

O método de análise dos resultados utilizado foi a revisão de literatura narrativa. Também conhecida como revisão tradicional, esta “possibilita a construção de trabalhos nos quais os autores possam realizar análises e interpretações críticas mais amplas, possibilitando compreender o “estado da arte” de um determinado assunto, sob um ponto de vista teórico ou contextual” (ELIAS et al., 2012, p. 50). São feitas a partir da análise da literatura publicada em diferentes documentos como livros, artigos de revistas impressas e ou eletrônicas e na interpretação e análise crítica do autor. Essa categoria tem papel fundamental para a educação continuada, pois permite ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica (SALLUM; GARCIA; SANCHES, 2012, p. 151). Apesar de não ser exigido pela revisão narrativa, esse trabalho apresenta tanto as fontes de informação coletadas durante a pesquisa quanto a técnica de coleta desses dados.

Quadro 8 - Metodologia da Pesquisa

Objetivos específicos	Universo	Amostra	Fonte	Técnica de coleta	Método de análise
Investigar políticas governamentais que afetaram negativamente as bibliotecas públicas durante períodos autoritários da história brasileira	Artigos, anais de congressos, dissertações, teses, livros e notícias jornalísticas sobre o assunto	Artigos, anais de congressos, dissertações, teses, livros e notícias jornalísticas mais relevantes e pertinentes sobre o assunto, sendo estes, muitas vezes, citados por pesquisadores das áreas de Biblioteconomi	Google Acadêmico; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (B DTD); Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci); Folha de São Paulo; O Globo e Google (Notícias)	Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental	Revisão de Literatura Narrativa



		a e Ciência da Informação, em seus trabalhos.			
Evidenciar ações bibliotecárias, nas bibliotecas públicas, como forma de resistência e enfrentamento a essas políticas durante e após esses períodos da história brasileira	Artigos, anais de congressos, dissertações, teses, livros e notícias jornalísticas sobre o assunto	Artigos, anais de congressos, dissertações, teses, livros e notícias jornalísticas mais relevantes e pertinentes sobre o assunto, sendo estes, muitas vezes, citados por pesquisadores das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, em seus trabalhos.	Google Acadêmico; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BTD); Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci); Folha de São Paulo; O Globo e Google (Notícias)	Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental	Revisão de Literatura Narrativa

Fonte: Elaboração própria e Costa (2014, p. 81)

## Parte 2

A “Parte 2” deste trabalho trata sobre a discussão e análise dos resultados, que foram segmentados de acordo com o período histórico em que se passavam, sendo eles o “Estado Novo (1937-1946), a “Ditadura Militar (1964-1985)” e o “Brasil Atual (2016-2021)”; as considerações finais e as referências.

### 4 Estado Novo (1937-1946)

A discussão e análise dos resultados foram divididas seguindo-se uma sequência cronológica e de acordo com quatro categoriais. Neste sentido, o tópico “Estado Novo” apresenta as políticas governamentais e as ações de enfrentamento que ocorreram durante este período da história brasileira, compreendido entre 1937 e 1946. Em relação as diferentes categorias, estas são: “Sucateamento e Desmonte”, com 3 políticas; “Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento”, com 6, subdivididas em “Instituto Nacional do Livro (INL)”, “Reforma Capanema”, “Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) e Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)”, e “Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)”; “Propaganda, Desinformação e Notícias Falsas”, com 2; e “Resistência e Enfrentamento”, com 5 ações. Com o intuito de facilitar a leitura destes resultados, esta parte apresenta, também, um quadro resumo que responde aos objetivos específicos deste trabalho, além de um subtópico para contextualizá-los no período histórico em que se encontravam.

#### 4.1 Quadro Resumo

O quadro abaixo apresenta os documentos utilizados como pesquisa e referência neste trabalho e o que foi apontado em cada um deles em relação as políticas governamentais que afetaram negativamente as bibliotecas públicas durante o Estado Novo e as ações bibliotecárias, ou não, como forma de resistência e enfrentamento à essas políticas.

Quadro 9 - Resumo das políticas e ações, relacionadas ao período do Estado Novo, encontradas nos documentos pesquisados

<b>Título/Autor/Data de Publicação do Documento</b>	<b>Políticas governamentais que afetaram negativamente as bibliotecas públicas apontadas no documento</b>	<b>Ações bibliotecárias como forma de resistência e enfrentamento apontadas no documento</b>
1 O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-	Instituto Nacional do Livro (INL); Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); Reforma Capanema	-

1945): planos, ideais e realizações - Suely Braga da Silva (1992)		
2 Bibliotecas públicas de Vargas a Rousseff: políticas culturais e formação humana na desigualdade brasileira - Bárbara de Miranda Lima (2014)	Instituto Nacional do Livro (INL)	Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPCs); Movimento de Cultura Popular em Recife (MPC)
3 A trajetória dos programas oficiais de leitura e da biblioteca pública no Brasil durante o período de 1937-2004 - Elaine Formentini Caldas (2005)	Instituto Nacional do Livro (INL); Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); Delegacias de Ordem Política e Social (DEOPS)	Biblioteca ambulante “Vamos Ler”
4 Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas - Emir José Suaiden (1979)	Instituto Nacional do Livro (INL)	-
5 A biblioteca "fora do tempo": políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989 - Zita Catarina de Oliveira (1994)	Instituto Nacional do Livro (INL)	-
6 A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão - Bárbara Menezello Leitão (2010)	Desmantelamento do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo; interrupção do projeto de Biblioteca Municipal de Rubens Borba de Moraes; encerramento do Curso Superior de Biblioteconomia de São Paulo; Instituto Nacional do Livro (INL); Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS); Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); Reforma Capanema	Privatização do Curso Superior de Biblioteconomia por Rubens Borba de Moraes
7 Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas - Maria Luiza Tucci Carneiro (2002)	Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS); Delegacias de Ordem Política e Social (DEOPS)	-
8 A cultura tem poder: uma reflexão sobre o processo de institucionalização do campo cultural brasileiro (séculos XIX, XX, XXI) - Ana Cristina Pinheiro Campos (2007)	Instituto Nacional do Livro (INL)	-
9 A trajetória do acesso à informação no Brasil: da Era Vargas aos dias atuais - Laura Maria Pereira Couto (2019)	Instituto Nacional do Livro (INL); Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	-
10 Análise das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil - Eduardo Rocha e Dalgiza Oliveira (2020)	Instituto Nacional do Livro (INL)	-
11 (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas - Alessandra de Oliveira, Luiz Eduardo da Silva e Jetur de Castro (2018)	Instituto Nacional do Livro (INL); Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	-

12 Políticas de bibliotecas públicas e o Instituto Nacional do Livro: análise exploratória à luz da História e Teoria da Educação Brasileira - Raquel Leite de Sousa (2018)	Instituto Nacional do Livro (INL)	-
13 Biblioteca Pública - espaço de formação da opinião pública? - Maria da Cunha Frota (2014)	Instituto Nacional do Livro (INL); Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPCs)
14 Do INL à digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil - Valéria Medeiros, Núbia de Almeida e Braz Vas (2014)	Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS); Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); Instituto Nacional do Livro (INL)	-
15 A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação - Emir José Suaiden (2000)	Instituto Nacional do Livro (INL); bibliotecas deficitárias, acervos desatualizados, falta de recursos humanos e financeiros e livros não acessíveis aos leitores	-
16 Biblioteca pública, entre teoria e prática - Frederico Machado e Emir José Suaiden (2015)	Instituto Nacional do Livro (INL)	-
17 As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967) - Aníbal Bragança (2009)	Instituto Nacional do Livro (INL)	-
18 Censura no Estado Novo - Dulce Chaves Pandolfi (2018)	Censura institucionalizada; Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs)	-
19 A censura no Governo Vargas: antes, durante e depois - Maria Cristina Castilho Costa (2015)	Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	-
20 De Vargas a Lula: os (des)usos da política cultural no Brasil - Cleiton Alvaredo Paixão (2013)	Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); Instituto Nacional do Livro (INL)	-
21 Políticas Culturais para o Livro, Leitura e Bibliotecas: da era Vargas à era Lula - Gilvanedja Mendes da Silva e Maria Aparecida Fernandez (2016)	Instituto Nacional do Livro (INL)	-
22 O Centro Popular de Cultura - Manoel Tosta Berlinck (1984)	-	Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPCs)
23 Ênio Silveira e os Cadernos do Povo Brasileiro - Angélica Lovatto (2009)	-	Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPCs)

24 O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964) - Fábio Silva de Souza (2014)	-	Movimento de Cultura Popular em Recife (MPC)
25 Políticas públicas de leitura implantadas entre a década de 1930 ao final do século XX: do controle à fomentação - Mary Arapiraca e Minervina Joseli Espíndola Reis (2008)	-	Biblioteca ambulante “Vamos Ler”

Fonte: Elaboração própria

## 4.2 Contexto Histórico

Considerando que os resultados deste trabalho estão intimamente relacionados ao período histórico em que se passavam, acredita-se ser necessário incluir um subtópico explicando um pouco do contexto da época e de alguns fatos, que são pertinentes para a análise proposta, que levaram a instauração do Estado Novo. Para isso, utilizei como referência o livro “História do Brasil”, publicado pela editora Edusp, em 2019, do historiador e cientista político brasileiro Boris Fausto; a apostila “História da América Contemporânea”, de 2015, dos autores Ivy Judensnaider, Dávius da Costa Ribeiro Sampaio e Vinícius Carneiro de Albuquerque; o capítulo “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”, de Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto; o livro “História Geral e do Brasil”, da editora Harbra, de José Alves de Freitas Neto e Célio Ricardo Tasinafo; o site da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e a tese “A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão”, de 2010, da autora Bárbara Leitão.

“Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu por quinze anos, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador” (FAUSTO, 2019, p. 331). Sua ascensão política se deu graças a Revolução de 30, rebelião política e militar que envolveu a união entre os estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Esta deu fim a Primeira República (1889-1930), também conhecida como “Velha República e pelo apelido “café com leite”, em que os presidentes eram indicados por uma oligarquia rural formada pelos estados de São Paulo (forte produtor de café) e de Minas Gerais (grande produtor de leite), de modo que se revezassem no poder” (JUDENSNAIDER; SAMPAIO; ALBUQUERQUE, 2015, p. 95).

De acordo com Ferreira e Pinto (2018), em 24 de outubro de 1930, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto, Leite de Castro e o almirante Isaías Noronha destituíram o então presidente Washington Luís e estabeleceram uma Junta Provisória de Governo, no entanto, as forças revolucionárias sulistas e os protestos populares os obrigaram a entregar o governo do país a Getúlio Vargas. Dando início, então, a uma nova fase da história política brasileira, que desarticulou as tradicionais oligarquias do epicentro do poder, sem eliminá-las, porém, da política (FERREIRA; PINTO, 2018, p. 323).

Três períodos distintos marcaram o mandato de Vargas: o governo provisório, de 1930 a 1934, o governo constitucional, de 1934 a 1937, e o Estado Novo, de 1937 a 1946. “O governo provisório getulista tomou medidas centralizadoras, fechou o Congresso Nacional, as

Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e suspendeu a Constituição de 1891. Depôs os governadores e nomeou interventores nos Estados” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 737). Vargas, na época, tinha como grandes apoiadores os tenentistas e a Igreja Católica. Com o tempo, porém, os tenentistas foram perdendo força e o governo passou a lidar com o descontentamento de diversos setores da população. “Em 1932, os paulistas se rebelaram e iniciaram um movimento armado, conhecido então como a Revolução Constitucionalista, que exigia a convocação de uma Assembleia Constituinte. As pressões para que o país tivesse uma Carta Magna cresciam” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 737).

Como resposta a essas pressões, o governo provisório teve que constitucionalizar o país, realizando eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933. Em 14 de julho de 1934, a Constituinte promulgou a Constituição. Elegendo, apenas um dia depois, Getúlio Vargas como presidente da República pelo voto indireto (FAUSTO, 2019, p. 351-352). No campo das instituições culturais e informacionais, na cidade de São Paulo, Fábio Prado criou, em 1935, o Departamento de Cultura. Mário de Andrade foi, então, o responsável pela direção administrativa deste Departamento, gerenciado, na época, por Paulo Duarte. Rubens Borba de Moraes ficou encarregado da implantação da Divisão de Bibliotecas e deveria organizar um projeto para um sistema municipal de bibliotecas públicas, infantis, circulantes, populares e outras (LEITÃO, 2010, p. 98).

Rubens Borba de Moraes foi ainda responsável pela implantação, em 1936, do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, que ganhou notoriedade nacional, abrindo suas portas à comunidade paulista e de outros Estados. Dessa forma, tornou-se, o primeiro Curso Superior de Biblioteconomia regular no Brasil (LEITÃO, 2010, p. 99).

Assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, o século XX foi marcado por grandes mudanças nos cenários políticos, econômicos, sociais e culturais mundiais. A ascensão do nazifascismo na Europa trouxe consequências também para o Brasil. No país, em 1920, já era possível notar algumas pequenas organizações fascistas, porém, foi nos anos 30, que um movimento significativo se fez presente. Em outubro de 1932, logo após a Revolução Constitucionalista, o jornalista Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram, em São Paulo, a Ação Integralista Brasileira (AIB). O integralismo era uma doutrina nacionalista que tinha como seu lema os dizeres: Deus, Pátria e Família (FAUSTO, 2019, p. 353).

“Nitidamente influenciada por suas similares europeias, a AIB cultivava uma série de símbolos e rituais com os quais buscava afirmar sua identidade, como os uniformes verdes, a letra grega sigma usada como emblema, e a saudação Anauê!” (FGV CPDOC, 2020). Os

integralistas também eram anticomunistas e defendiam a centralização do poder nas mãos de apenas um líder. “O Manifesto Integralista sintetizava o ideário básico da nova organização: defesa do nacionalismo e do corporativismo, combate aos valores liberais e rejeição do socialismo como modo de organização social” (FGV CPDOC, 2020).

Em contrapartida, “inspirada no modelo das frentes populares que surgiram na Europa para impedir o avanço do nazifascismo totalitário de Hitler e Mussolini” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 738), foi criada, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O presidente da ANL era o comunista Luis Carlos Prestes e esta tinha como um de seus objetivos a derrubada do governo Vargas. O presidente da República, então, declarou a ANL como ilegal. Não dissuadido de seus planos iniciais, Prestes, em novembro de 1935, em Natal, deu início a insurreição conhecida como Intentona Comunista (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 738). A rebelião não obteve sucesso e, em 1936, integrantes do movimento foram cassados e presos pelo governo, incluindo o próprio Prestes e sua esposa judia Olga Benário. Pouco tempo depois, Olga, mesmo estando grávida, foi entregue pelo governo brasileiro a Alemanha nazista e executada em um campo de concentração (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 738).

Após este acontecimento, a repressão política do governo varguista se fortaleceu. “O panorama político no Brasil durante o ano de 1937 foi dominado pela expectativa da eleição do sucessor de Vargas. O presidente, contudo, alimentava pretensões continuístas e nos bastidores articulava o cancelamento do pleito” (FGV CPDOC, 2020). Com este intuito, Vargas, com o auxílio de seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar, do chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, do chefe do Estado-Maior, general Góes Monteiro e do integralista Olímpio Mourão Filho, arquitetou a divulgação de um plano que tinha como objetivo, na teoria, a implementação do comunismo no país. O governo encenou a apreensão de documentos que indicariam a existência de um plano que previa a realização de greves gerais, ataques a prédios públicos, saques e depredações (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 739).

Esse plano ficou conhecido como Plano Cohen e sua autoria foi conferida à Internacional Comunista. Fato que acirrou, ainda mais, a repressão aos comunistas no país. Apenas em 1945, que o general Góes Monteiro expôs a fraude do governo Vargas e do plano que nunca existiu (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 739). Foi então que, “em 10 de novembro de 1937, antes que se realizassem novas eleições presidenciais, o presidente suspendeu a lei máxima do país e instituiu o Estado Novo, que transformou o Brasil em uma ditadura e impôs uma nova Carta Magna” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 739).

A Constituição de 1937 tinha um caráter autoritário e centralizador e foi obra de Francisco Campos, então ministro da Justiça de Vargas, que recebeu a



incumbência de elaborá-la. Ela foi inspirada em Cartas fascistas, como a polonesa, e por isso ficou conhecida como Polaca. Depois de pronta, recebeu a aprovação do presidente e do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra. O poder concentrou-se no Executivo, nomeava os interventores nos Estados, que por sua vez nomeavam as autoridades municipais, criando uma cadeia política de apoio ao chefe da nação. Com o golpe o fortalecimento do poder presidencial de Getúlio, as manifestações políticas foram proibidas (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 740).

### 4.3 Ações e Políticas de Desmonte das Bibliotecas Públicas durante o Estado Novo

As ações e políticas governamentais que afetaram negativamente as bibliotecas públicas durante o período do Estado Novo, encontradas nos documentos pesquisados, foram divididas, neste trabalho, em três categorias: “Sucateamento e Desmonte”; “Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento”; e “Propaganda, Desinformação e Notícias Falsas”.

#### 4.3.1 Sucateamento e Desmonte

De acordo com o Dicio (2020), dicionário online de português, sucateamento é o “ato ou efeito de sucatear, de permitir que algo se estrague, perdendo suas funções originais por descuido, por falta de investimentos e por falta de manutenção”. Já a palavra desmonte significa a “ação ou efeito de desmontar(-se); desmonta, desmontada” (MICHAELIS, 2020). Nesta categoria, são apresentadas as políticas governamentais que de alguma forma visavam o sucateamento ou o desmonte de instituições culturais e informacionais, em especial, as bibliotecas públicas, durante o período do Estado Novo.

Quadro 10 - Políticas governamentais de sucateamento e desmonte de instituições culturais e informacionais durante o Estado Novo

Número total de políticas governamentais ofensivas, durante o Estado Novo, encontradas nos documentos pesquisados	Número total de políticas governamentais de sucateamento e desmonte de instituições culturais e informacionais, durante o Estado Novo, encontradas nos documentos pesquisados	Políticas governamentais ofensivas, durante o Estado Novo, que se enquadram nesta categoria
9	3	1. Desmantelamento do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo; 2. Interrupção do projeto de Biblioteca Municipal de Rubens Borba de Moraes; 3. Encerramento do Curso Superior de Biblioteconomia de São Paulo

Fonte: Elaboração própria

Entre os documentos pesquisados, o texto “A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão” evidenciou três ações governamentais que se enquadram nessa categoria. A tese, defendida em 2010 na Universidade de São Paulo (USP), é uma pesquisa histórica da autora Leitão e “tem como objetivo recuperar e reinterpretar dados sobre a relação estabelecida entre o poder oficial e a constituição da biblioteca pública no Brasil, especialmente durante os regimes de exceção: a Era Vargas e o Regime Militar” (LEITÃO, 2010, p. 6).

Segundo Leitão (2010, p. 99), “ao assumir o poder, Getúlio Vargas determinou a desmontagem do Departamento de Cultura de São Paulo e o cancelamento do projeto de Biblioteca Municipal iniciado por Rubens Borba de Moraes”. O Departamento de Cultura de São Paulo, durante o Estado Novo, perdeu sua força e influência. Paulo Duarte, que o gerenciava, na época, se opôs ao regime e foi exilado. Já Mário de Andrade, demitido. O Curso Superior de Biblioteconomia também foi fechado, em 1939, por Prestes Maia, que assumiu a prefeitura de São Paulo entre 1938 e 1945, pois considerava que a “subvenção” não era atribuição do Departamento de Cultura (LEITÃO, 2010, p. 100).

É importante ressaltar que o documento “A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação” aponta, também, uma não-ação que poderia se encaixar nesta categoria. Porém, por não ser uma política específica do governo Vargas, e sim um problema agravado por conta do sucateamento das bibliotecas públicas, na época, esta não será destrinchada neste trabalho. O artigo de Suaiden, publicado em 2000 pela revista *Ciência da Informação*, estabelece que “desde o período colonial, as bibliotecas públicas brasileiras pouco contribuíram para a democratização do acesso à informação. Na sociedade da informação, o papel da biblioteca pública passa a ser de vital importância, atuando para diminuir as desigualdades” (SUAIDEN, 2000, p. 52) e traça um panorama histórico das bibliotecas públicas no Brasil.

Como apontado no tópico de Revisão de Literatura, as políticas governamentais podem refletir também “a não-ação intencional de uma autoridade pública frente a um problema ou responsabilidade de sua competência” (PEREIRA, 2008, p. 97). Suaiden (2000, p. 54) salienta que, no período de 1930 a 1945, a desorganização em relação às bibliotecas públicas era grande, pois não havia dados que indicassem suas condições, da indústria editorial e dos serviços bibliotecários. “O Guia das Bibliotecas Brasileiras, quando foi publicado, mostrou a triste realidade nacional: bibliotecas deficientes, acervos desatualizados, falta de recursos humanos e

de livros que não eram acessíveis aos leitores, pois não foram preparados tecnicamente” (SUAIDEN, 2000, p. 54).

#### 4.3.2 Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento

A censura e o acesso controlado ao conhecimento com vistas a manutenção de interesses e legitimação de poder foi, assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, por diversas vezes, institucionalizada. Ao se abordar a censura no âmbito das bibliotecas públicas, podemos encontrá-la em diferentes períodos de sua história, especialmente durante os regimes de exceção. “Vargas se inspirou em modelos de atuação de líderes mundiais da época, notadamente Salazar, Mussolini e Franco. [Incentivando] o desenvolvimento dessas áreas de forma convergente e paralela à adoção de uma atuação centralizada, populista e nacionalista” (LEITÃO, 2010, p. 103). Nesta categoria serão apresentadas as ações e políticas governamentais que tinham como objetivo a censura e o cerceamento de informações, afetando de forma negativa as bibliotecas públicas, durante o período do Estado Novo.

Quadro 11 - Políticas governamentais de censura e acesso controlado ao conhecimento durante o Estado Novo

Número total de políticas governamentais ofensivas, durante o Estado Novo, encontradas nos documentos pesquisados	Número total de políticas governamentais de censura e acesso controlado ao conhecimento, durante o Estado Novo, encontradas nos documentos pesquisados	Políticas governamentais ofensivas, durante o Estado Novo, que se enquadram nesta categoria
9	6	1. Instituto Nacional do Livro (INL); 2. Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS); 3. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); 4. Reforma Capanema; 5. Intervenção do presidente Getúlio Vargas na produção livresca e na instituição de bibliotecas públicas; 6. Controle, censura e confisco de livros nas editoras e bibliotecas públicas

Fonte: Elaboração própria

- **Instituto Nacional do Livro (INL)**

Uma das políticas públicas do governo Vargas citadas nos documentos pesquisados foi a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), presente em 18 dos 25 trabalhos. Dentre eles, 7

tem como enfoque os benefícios que o Instituto trouxe na implantação de bibliotecas públicas no país. Já os outros 11 destacaram, também, que, apesar de ser o primeiro programa brasileiro de incentivo a essas bibliotecas, o INL era utilizado, durante o Estado Novo, com vistas à censura e ao acesso restrito e controlado ao conhecimento. A dissertação de Silva (1992, p. 6), discute a criação do INL no contexto político-educacional dos anos 30; sua atuação até o final do Estado Novo; as dificuldades políticas e financeiras nos primeiros anos do Instituto; os objetivos, competência e resultados alcançados pelo INL mediante o estudo das seções em que esse se estruturou; e analisa, também, o desempenho da Seção das Bibliotecas.

“O Instituto Nacional do Livro surgiu praticamente junto com o Estado Novo, num momento de intensa movimentação político-ideológica em que a “ameaça” comunista direcionava as atenções e atividades do Estado” (SILVA, 1992, p. 12). O INL foi criado, portanto, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema em 21 de dezembro de 1937, através do Decreto-Lei nº 93. Sua origem como instituição cultural e informacional está no Instituto Cairu, que tinha como principal finalidade a preparação e publicação da Enciclopédia Brasileira. Este fora instaurado, também, por Capanema, em 13 de janeiro de 1937, por meio do artigo 44 da Lei nº 378 (SILVA, 1992, p. 12).

O então ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, transmitiu, antes mesmo da instauração do Estado Novo, à Gustavo Capanema, um alerta enfatizando a importância de ser ter uma estrutura que controlasse as publicações disseminadoras de ideologias perturbadoras da ordem e da unidade nacional (SILVA, 1992, p. 12). Soares acreditava que os comunistas tinham uma vasta experiência na divulgação de suas ideias através de publicações impressas. Experiência, esta, que ele considerava até invejável. José Carlos sugere, também, uma severa censura a toda a literatura destinada aos jovens que fosse nociva à mentalidade moça de sua terra (SILVA, 1992, p. 12).

Neste sentido, partindo da necessidade de se ter um controle maior sobre o objeto livro e do potencial de sua utilização de forma “adequada”, Capanema enviou uma carta ao presidente da República sugerindo a fundação do INL (SILVA, 1992, p. 44). Vargas decreta, portanto, a transformação do Instituto Cairu em Instituto Nacional do Livro, este ganhando, também, novas funções e seções: a Seção da Enciclopédia e do Dicionário, encarregada pela organização e publicação da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional; a seção das Publicações, encarregada da edição de obras raras; e a seção das Bibliotecas, encarregada de incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas (SILVA, 1992, p. 44).

Sr. Presidente, o livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste... Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções. É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. Para tais objetivos, seria conveniente a criação do Instituto Nacional do Livro (CAPANEMA, 1937 apud SILVA, 1992, p. 44).

Em sua tese, Leitão (2010, p. 105) aponta que Getúlio Vargas voltou-se para “a estruturação de um sistema que pudesse servir oficialmente a seus propósitos. A exemplo do que se observou entre os ditadores europeus, a repressão ao conhecimento era tratada como questão e pauta de saúde pública, demandando, portanto medidas de saneamento”. Já com este propósito, antes mesmo da instauração do Estado Novo, na década de 30, o Instituto Cairu seguia uma prática, para a organização e a publicação de uma enciclopédia, que fora implantada, primeiramente, em Portugal, por Antônio Salazar, e na Itália, por Benito Mussolini (LEITÃO, 2010, p. 105).

Posteriormente, no Instituto Nacional do Livro, a censura foi um dos principais objetivos por trás de sua criação. Apesar do INL ter sido de extrema importância na ampliação da disseminação dos livros e como provedor de acervo para bibliotecas públicas localizadas em regiões distantes do país (LEITÃO, 2010, p. 109), o acesso a esses materiais era totalmente controlado pelo governo. O conhecimento “válido” era apenas aquele permitido pelo Estado. “A prioridade do interesse oficial se restringia à publicação de livros aprovados pela censura estimulando o trabalho de bibliotecas, contudo, sem desenvolver uma política pública para elas, o que necessariamente demandaria certa autonomia administrativa” (LEITÃO, 2010, p. 110). Assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, é possível encontrar similaridades desta prática com o que se passou nos Estados Unidos no período de criação das bibliotecas públicas, conforme discutiu Mueller (1984).

A dissertação de Caldas (2015, p. 37) elucida que “para se impor um regime de governo e tornar pessoas servis era necessário controlar as palavras e os meios em que são veiculadas. Para tanto se fez necessário adotar uma série de medidas que visaram castrar opiniões contrárias ou que levantassem questionamentos”. Oliveira (1994), que em seu trabalho analisa as influências dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Planos Setoriais de Educação e Cultura no planejamento das políticas das bibliotecas, aponta que o “Estado Novo detectou no livro um potencial destabilizador da ordem na sociedade, o qual deveria ser controlada, por meio da proteção do Estado, a produção e divulgação desse veículo impresso de trabalho intelectual” (OLIVEIRA, 1994, p. 44).

Assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, na “Inglaterra Vitoriana ou no Brasil estado-novista havia o claro reconhecimento do potencial desordenador da biblioteca pública, uma capacidade de vencer o conformismo, que deveria ser controlada pela cuidadosa seleção do acervo a ser colocado à disposição” (OLIVEIRA, 1994, p. 44). Para o Instituto Nacional do Livro, as bibliotecas possuíam apenas uma função complementar, de destinatárias dos livros produzidos pelo INL. Era utilizada pelo Estado como um instrumento controlador, como uma ferramenta que levaria as comunidades um padrão cultural definido como adequado por aqueles que se sentiam legítimos conhecedores da cultura brasileira (OLIVEIRA, 1994, p. 44).

Rocha e Oliveira (2020, p. 267) salientam que “apesar de seu caráter autoritário, entende-se que a contribuição do INL para o desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras foi inegável”. Medeiros, Almeida e Vas (2014, p. 45) complementam que “a preocupação do Instituto se concentrou, portanto, na ampliação do quantitativo de bibliotecas e acervos em detrimento da oferta ao leitor de mediação adequada para o acesso ao livro e o desenvolvimento dos hábitos de leitura”. Neste sentido, Oliveira, Silva e Castro (2018 p. 125), em seu trabalho, apresentam algumas obras editadas pelo INL, sendo o objetivo principal destas: propagar a literatura da mesma linha político-ideológica do Estado Novo, produzida durante o regime, e que exaltassem o progresso do homem, do valor ao trabalho, o nacionalismo e a figura de Getúlio Vargas (OLIVEIRA; SILVA; CASTRO, 2018, p. 125).

“Alguns dos objetivos que o INL se prestou a atingir não puderam ser concretizados, como, por exemplo, fazer a enciclopédia brasileira, influenciada pelo exemplo da Enciclopédia Italiana Treccani” (OLIVEIRA; SILVA; CASTRO, 2018, p. 131). Sousa (2018, p. 150) enfatiza que o fracasso na publicação da Enciclopédia Brasileira não foi devido à falta de recursos, já que o INL editou, durante o Estado Novo, obras de custo elevado, mas porque Mario de Andrade, um dos responsáveis pela EB, na época, não teria seguido a linha política almejada pelo governo. Havia uma autocensura do INL aos seus próprios projetos, ligada ao conservadorismo.

Tanto a dissertação de Lima (2014), quanto os artigos de Machado e Suaiden (2015) e de Couto (2019) corroboram o que foi apresentado nos outros documentos em relação a censura e ao acesso controlado ao conhecimento presentes no Instituto Nacional do Livro. Já os trabalhos de Campos (2007), Frota (2014), Suaiden (1979 e 2000), Bragança (2009), Paixão (2013) e Silva e Fernandez (2016) tem como enfoque as contribuições do Instituto Nacional do Livro para as bibliotecas públicas.

- **Reforma Capanema**

Outra política pública do governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, apresentada nos documentos pesquisados foi a Reforma Capanema, presente em 2 dos 25 trabalhos. Neste sentido, Leitão (2010, p. 104) aponta que “durante a Segunda Guerra Mundial, o mercado livreiro enfrentou um período de retração. A reforma ortográfica e uma transformação drástica no ensino secundário, determinadas por Getúlio Vargas, afetaram principalmente a produção de livros didáticos”. Em 9 de abril de 1942, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, sob tutela do ministro Gustavo Capanema. Em sua tese, Silva (1992, p. 40) denuncia que “com a Reforma Capanema, caiu por terra o maior preceito dos renovadores, que era a escola única, igualitária, onde todos teriam acesso ao mesmo tipo de ensinamento, não só no nível primário, mas em todos os graus de ensino”.

Esta, que acompanhava a Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 30 de janeiro do mesmo ano, previa conteúdos diferenciados para o ensino secundário e o técnico-profissional. O primeiro “destinava-se à formação de quadros para as elites político-administrativas, enquanto o ensino industrial deveria atender aos interesses do trabalhador e aos interesses das empresas, nutrindo-as segundo as suas necessidades de adequada mão-de-obra” (SILVA, 1992, p. 40). As bibliotecas públicas, então destinatárias dos livros permitidos e/ou produzidos pelo Estado, deveriam ter, em seu acervo, os novos livros didáticos que seguiam a ideologia dominante da época. Neste sentido, em 1946, em uma coluna publicada no jornal Gazeta de Notícias, do estado do Ceará, a professora Fernanda Brito, do Centro Cultural José do Patrocínio denuncia que (SILVA, SENA, ARAÚJO, 2020, p. 267):

No Ceará, há quase um ano que a biblioteca pública acha-se fechada. Por quê? Não sabemos. E os nossos professores precisam ir ler livros didáticos atendendo a necessidade das novas reformas por cima de reformas que atualmente presenciamos no Brasil (BRITO, 1946, p. 3 apud SILVA, SENA, ARAÚJO, 2020, p. 267).

Desde o início do Estado Novo, que os livros didáticos receberam uma dedicação especial do governo. Já em 1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático, que, na realidade, se tratava de uma instituição de caráter muito mais político-ideológico do que de orientações pedagógicas (SILVA, 1992, p. 39). Com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, os conteúdos dos livros deveriam acompanhar as divisões de ensino. “O governo federal concedeu apenas quatro meses às editoras para publicarem versões atualizadas de todos os livros didáticos

voltados para o nível secundário” (LEITÃO, 2010, p. 104). É possível notar a similaridade da Reforma Capanema com outras antecessoras a ela instituídas na Europa.

Em abril de 1942, o ministro Gustavo Capanema foi responsável por uma completa reviravolta no ensino secundário, que perduraria até 1961: a Reforma Capanema. Como tantas coisas, ao tempo do Estado Novo, moldadas na Itália de Mussolini, ela seguia de perto a Reforma Gentile daquele país, de vinte anos antes, enfatizando as disciplinas tradicionais e uma abordagem elitista (HALLEWELL, 1985 apud LEITÃO, 2010, p. 104).

- **Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) e Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)**

Antes de Getúlio Vargas assumir o poder, em 1930, o Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) já havia sido criado. Presente desde 30 de novembro de 1924, apesar de não ter sido uma política exclusiva de Vargas, o DOPS teve maior atuação durante os períodos de exceção estudados neste trabalho. O órgão é citado em 3 dos 25 documentos encontrados sobre esta época e o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) citado em mais 1. Em seu livro, Carneiro (2002) apresenta um pouco do histórico dessas instituições e, por isso, foi utilizado como referência neste tópico.

“O DOPS, durante todo o seu período de atuação (1924-1983), foi o responsável por atos de saneamento ideológico que nos revelam como se processava a lenta mutilação do saber. Alimentava-se atitudes de delação consideradas por muitos cidadãos como um ato de fé” (CARNEIRO, 2002, p. 48). Em sua dissertação, Caldas (2005, p. 39) esclarece que os departamentos operavam como uma polícia política, responsáveis por controlar movimentos de transformação da ordem social vigente. O Departamento Estadual de Ordem Pública e Social fiscalizava toda a área de publicações, direcionando-as para o valor ideológico imposto pelo Estado. “As bibliotecas públicas, durante este período, estavam sujeitas a fiscalização do Governo e, portanto, isentas de exercer seu papel democrático de acesso livre da comunidade à cultura” (CALDAS, 2005, p. 39).

Durante a vigência do DEOPS, a proibição e a apreensão de obras ditas subversivas foram uma constante. Milhares de documentos oficiais e particulares testemunham a repressão constante as ideias sediciosas. Enquanto órgão preocupado em sustar a propagação de ideais revolucionárias, adotou medidas administrativas sistemáticas, e endossou o discurso ordenador e saneador articulado pelo regime oficial (CARNEIRO, 2002, p. 49).

O Departamento de Ordem Pública e Social era um dos aparelhos reguladores do Estado Novo. Apesar de sua atuação, na época, ter sido menor do que a do Departamento de Imprensa



e Propaganda (DIP), o órgão era encarregado pela censura de manifestações culturais e de comunicação em massa (LEITÃO, 2010, p. 112). “As editoras ficavam entre dois fogos repressores: o DOPS e o DIP, ambos apoiados pela ação de suas sessões estaduais que garantiam a caça aos livros proibidos” (CARNEIRO, 2002 apud LEITÃO, 2010, p. 113). Os autores Medeiros, Almeida e Vas (2014) apenas complementam que a gestão governamental estadonovista contava com órgãos que se responsabilizavam pela regulação da circulação de ideias, entre eles o DOPS.

- **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**

O Departamento de Imprensa e Propaganda é uma política pública do governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, que foi citada nos documentos pesquisados, presente em 11 dos 25 trabalhos. Em seu artigo, Pandolfi (2018, p. 110) define que uma “peça fundamental para o sucesso do projeto estadonovista foi o DIP, criado em 27 de dezembro de 1939”, por decreto presidencial. A seção era designada tanto para a área de propaganda quanto para o desenvolvimento de ações de censura cultural. Todas as formas de manifestação cultural e meios de comunicação de massa estavam sobre o crivo do departamento: rádio, música, teatro, cinema, educação, imprensa, além das publicações impressas (LEITÃO, 2010, p. 112). Assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, é possível encontrar similaridades entre as ações governamentais de Getúlio Vargas durante o Estado Novo com as políticas fascistas. “Vargas, assim como Salazar, sabia da importância do controle dos meios de comunicação. Criou uma estrutura organizacional inédita para fazer uso daqueles meios, controlá-los e censurá-los (COSTA, 2006 apud LEITÃO, 2010, p. 112).

O DIP era tido como a instituição mais bem sucedida da Presidência da República, na época, e respondia diretamente a Getúlio Vargas. Já em 1940, era responsável por 53 serviços diferentes, entre eles a censura prévia a jornais e diversões públicas. No âmbito estatual, o Departamento contava com órgãos parceiros conhecidos como DEIPs (Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda). O Departamento atrelava a intensa vigilância sobre os livros e outros tipos de publicações, a edição de obras que enaltescessem o governo e a figura de Getúlio Vargas (LEITÃO, 2010, p. 113). Esta prática demonstrava “a estratégia oficial [de Vargas] de ampliar seu poder por meio das escolas e bibliotecas públicas, que constituíam um caminho mais fácil e seguro para a implantação da ordem desejada” (LEITÃO, 2010, p. 113).

Em sua dissertação, Silva (1992, p. 57) pontua que DIP tinha, também, a responsabilidade de “proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendessem ou prejudicassem o crédito do país e suas instituições ou a moral”. O trabalho de Caldas (2005, p. 114) complementa que, por apoiarem, na época, outras formas de governo diferentes a imposta, muitos intelectuais, políticos, pensadores e militantes foram torturados e mortos em nome da integração nacional.

Como as áreas culturais e de comunicações eram diversas, o DIP era dividido por especialidades. Estas eram: a Divisão de Divulgação (DD); a Divisão de Radiodifusão (DR); a Divisão de Cinema e Teatro (DCT); a Divisão de Turismo (DT) e a Divisão de Imprensa (DI). No âmbito das publicações impressas, a DD tinha, entre suas competências, interditar livros e publicações que atentem contra o crédito do país e suas instituições, e contra a moral; combater por todos os meios a penetração ou disseminação a qualquer ideia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional (OLIVEIRA; SILVA; CASTRO, 2018, p. 140). “Em defesa da civilização”, “contra a moral” e “ideia perturbadora” são expressões comuns em períodos ditatoriais, que, em um primeiro momento, aparentam objetivar somente a organização, a civilização ou um bem para todos (OLIVEIRA; SILVA; CASTRO, 2018, p. 140).

Várias escritores e editoras foram perseguidos durante o Estado Novo, tendo suas obras interditadas. Por conta da censura, “para evitar prejuízos, não só as editoras passaram a limitar seus investimentos nas obras, mas também os autores que, para não perder seus espaços no meio editorial, passaram a analisar os próprios escritos e a restringir seus pensamentos” (OLIVEIRA; SILVA; CASTRO, 2018, p. 141). Autores como Jorge Amado, Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, Carlos Maul, e vários outros tiveram suas obras proibidas sob as mais diferentes alegações. Em 1937, na cidade de Salvador, livros de Jorge Amado foram apreendidos e publicamente queimados por associação ao comunismo. O autor Luís Martins também teve seu trabalho considerado como imoral e subversivo, tendo seu livro Lapa apreendido (LEITÃO, 2010, p. 142).

A implantação do Estado Novo em 1937 traz o suborno como arma política. A compra de uma literatura. Os escritores mais nobres silenciam, impedidos de falar. Outros se vendem. Outros ainda se limitam, abaixam a voz numa última tentativa de dizer alguma coisa (AMADO, 1987, p. 20).

Os documentos dos autores Frota (2014); Medeiros, Almeida e Vas (2014); Couto (2019); Costa (2015); e Paixão (2013) também debatem sobre a censura sob o Departamento de Imprensa e Propaganda, reforçando o que foi encontrado nos outros trabalhos.

### 4.3.3 Propaganda, Desinformação e Notícias Falsas

Quadro 12 - Políticas governamentais de propaganda durante o Estado Novo

Número total de políticas governamentais ofensivas, durante o Estado Novo, encontradas nos documentos pesquisados	Número total de políticas governamentais de propaganda e desinformação, durante o Estado Novo, encontradas nos documentos pesquisados	Políticas governamentais ofensivas, durante o Estado Novo, que se enquadram nesta categoria
9	2	1. Instituto Nacional do Livro (INL); 2. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

Fonte: Elaboração própria

Assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, a propaganda era uma das ferramentas mais poderosas utilizadas por Hitler, na Alemanha, e seu ministro da Educação Pública e Propaganda, Joseph Goebbels, para conquistar a lealdade e cooperação da população. Várias instituições, na época, foram criadas ou transformadas em mecanismo de controle e propaganda do regime nazista (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, 2020). No Brasil, durante o Estado Novo, podemos encontrar certa afinidade com essa prática. “Os estudos sobre a propaganda política destacam a manipulação dos trabalhadores pelo regime e a transformação de Vargas em homem providencial. Manipulação e mitologia foram as chaves principais para a entrada no mundo criado pelo Estado Novo” (SOUZA, 2003 apud LEITÃO, 2010, p. 102).

Neste sentido, essa categoria destaca as ações e políticas governamentais que tinham como objetivo a propaganda e a disseminação da desinformação, afetando de forma negativa as bibliotecas públicas durante o período do Estado Novo. “Getúlio Vargas, no papel de pai da cultura do Brasil, interferiu diretamente na produção livresca e na instituição das bibliotecas públicas” (LEITÃO, 2010, p. 103). Na época, o regime contava, no âmbito das instituições culturais e informacionais, com dois órgãos responsáveis, não apenas pela censura de publicações impressas, como também pela propaganda e editoração de materiais que disseminassem a ideologia dominante, sendo eles o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (LEITÃO, 2010, p. 103).

A propaganda pode estar, muitas vezes, ligada à uma política de desinformação da população. O governo, neste sentido, trabalha como um instrumento ideológico reforçando suas políticas e práticas nas publicações e nas bibliotecas por meio de órgãos federais, estaduais e municipais que atuam, de certa maneira, de forma integralizada (SILVA; SILVA, 2010, p. 207).

“O Estado definia e distribuía a leitura considerada ‘culturalmente adequada’ ao desenvolvimento dos indivíduos. O acervo das bibliotecas públicas, criado a partir da orientação estatal, sugeria ao leitor: leia estas obras escolhidas se deseja ser reconhecido como cidadão” (OLIVEIRA, 1994, p. 44).

Como observa Alberto Torres, o caráter psíquico do brasileiro tem as melhores tendências, faltando-lhe só a diretriz prática, que o INL pode dar, em se valendo da atuação dos grandes pensadores sobre os ideais e ações populares. Integrando-se no objetivo educacional do Ministério da Educação e Saúde, o Instituto Nacional do Livro dará aos brasileiros leituras de suaves tendências espirituais para a serenidade psíquica, o controle dos êxitos individuais, das energias aproveitadas, das utilidades conseguidas e dos ideais mais nobres (CAPANEMA apud LEITÃO, 2010, p. 106).

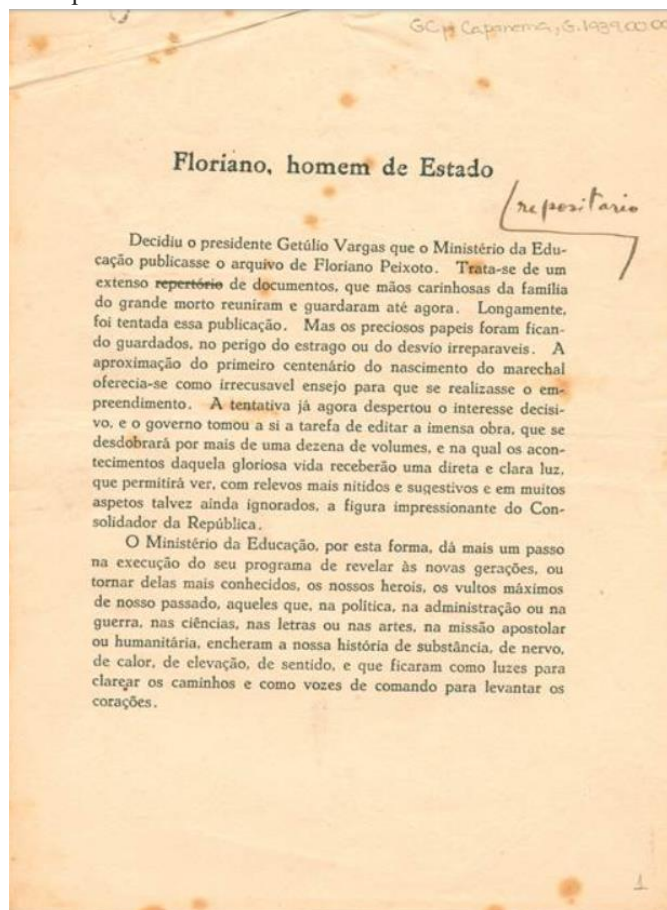
O livro “Floriano: Memórias e Documentos”, sobre o Marechal Floriano Peixoto, editado pelo INL, contava com prefácio escrito pelo próprio ministro Capanema. A publicação da obra História da Companhia de Jesus e Vida do venerável Padre Anchieta aspirava à valorização da Igreja Católica (LEITÃO, 2010, p. 108). Em sua dissertação, Caldas (2005, p. 32-35) elucida que o INL era um empreendimento do presidente Getúlio Vargas para construir uma pátria homogênea nos campos educacionais e culturais, demonstrando uma vontade em uniformizar a cultura brasileira. Criando-se uma totalidade nacional, um Estado paternalista, enaltecendo o aparato de ordenação estatal com o intuito de emparelhar a educação brasileira.

Para o discurso do livro se propunha uma “valorização” da linguagem brasileira, procurando “impor” uma cultura unificada, decidindo o que seria bom para o povo brasileiro e para a educação e o Estado dispunha desse poder. O objetivo principal se encontrava no livro e seus autores, observando que o envolvimento social que se mostrava através das bibliotecas públicas encontrava-se em segundo plano. O serviço social do INL se dividia em duas fases: a editoração de obras diversificadas e a distribuição destas por intermédio das bibliotecas públicas, que não dispunham de planejamento bibliotecário. Assim a multiplicação das bibliotecas pelo país foi realizada na ausência de organização tornando-a limitada e restrita aos estudantes; o acervo e suporte material eram aquém da realidade não contribuindo para a problematização da leitura junto ao povo brasileiro, em sua maioria composta por analfabetos (CALDAS, 2005, p. 35-36)

A autora Silva (1992, p. 148) relata, porém, que “a função de censura e propaganda política nos anos do Estado Novo estava a cargo do eficiente DIP, que dispunha de maiores recursos financeiros para a edição de obras de propaganda do que o INL dispunha para a edição de obras clássicas da literatura brasileira”. Importante ferramenta de promoção do governo, o Departamento de Imprensa e Propaganda desempenhava uma função propagandista, com a disseminação de uma cultura nacional apoiada na exaltação de ideias defendidas por Vargas e na associação da imagem de seu governo como um Estado Novo, que constituía o sustentáculo

para o progresso do país. Diversos folhetos de propaganda glorificando a índole conciliadora de Vargas e sua faceta de “protetor dos pobres” foram produzidos e distribuídos pelo DIP (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 740).

Figura 1 - Primeira página do prefácio escrito pelo ministro Capanema no livro “Floriano: Memórias e Documentos”

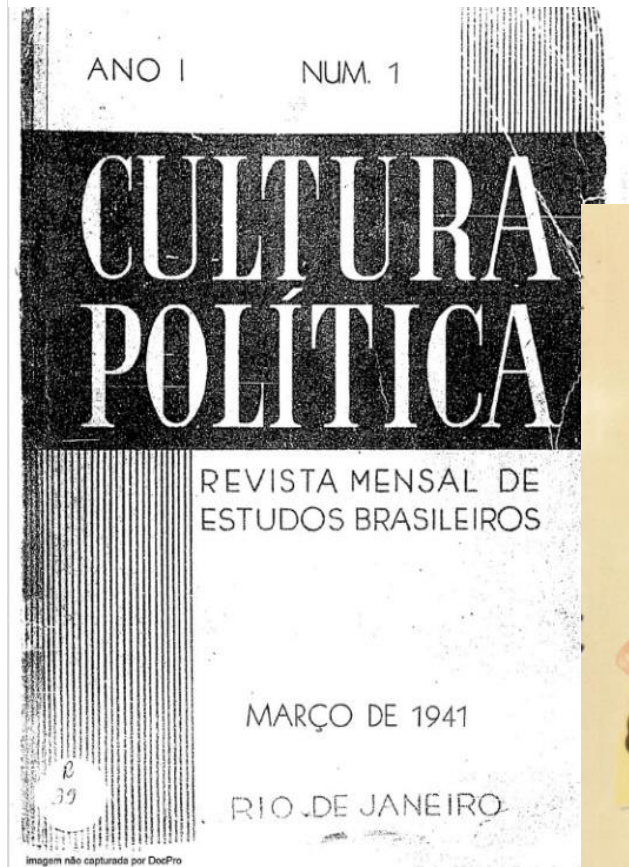


Fonte: (FGV CPDOC, 2020)

“Baseando-se no culto personalista, Getúlio, respaldado por intensa propaganda e ações de culto à personalidade desenvolvidas pelo Estado, foi apresentado como um grande líder” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 742). No âmbito das publicações impressas, a DD tinha, além das competências já citadas anteriormente, a responsabilidade na elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras; de fornecer, aos estrangeiros e brasileiros, uma concepção mais perfeita dos acontecimentos sociais, culturais e artístico: da vida brasileira; de organizar, regularmente, sessões literárias, nas quais fossem divulgadas as obras dos melhores poetas e prosadores; e de organizar o serviço de edições de folhetos, livros e cartazes do DIP; editar um

anuário da Imprensa Brasileira, com informações sobre jornais, revistas, livros e demais publicações aparecidas no Brasil (BRASIL, 1939).

Figura 2 - Capa da edição nº 1 da Revista “Cultura Política”



Fonte: (FGV CPDOC, 2020)

Figura 3 - Página 14 do livro “A Juventude no Estado Novo”



Fonte: (FGV CPDOC, 2020)

“Sob o comando de Lourival Fontes, o DIP fazia a ponte entre todos os ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessava à propaganda nacional. A produção de material foi extensa. Coordenava uma série de meios de comunicação vinculados ao Governo” (PANDOLFI, 2018, p. 110). Desta forma, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda era concretizada a propaganda nacional, dentro e fora do país, contribuindo na difusão dos atos governamentais, padronizando as notícias, e, conseqüentemente, estabelecendo um monopólio das informações sobre o Brasil. Não apenas produzia serviços de publicidade e propaganda das

ações do governo, como também do próprio presidente, com diversas homenagens destinadas a Getúlio Vargas (FGV CPDOC, 2020).

Figura 4 - Páginas 16 e 17 do livro “A Juventude no Estado Novo”



Fonte: (FGV CPDOC, 2020)

“O DIP promoveu concursos de monografias, garantindo às premiadas, de caráter apologético, publicação e divulgação por todo o país. Também organizava manifestações cívicas e festas populares que tivessem um viés patriótico, exaltando um Brasil nacionalista” (FGV CPDOC, 2020). No âmbito de propagação do ideário estadonovista, o DIP publicou diversas obras. É possível citar como exemplo a “Revista Mensal de Estudos Brasileiros - Cultura Política”, sendo esta uma das ferramentas do departamento para difundir as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que aconteciam no país, durante o Estado Novo; além dos livros “A Juventude no Estado Novo” e “Getúlio Vargas para Crianças” (FGV CPDOC, 2020).

O público adulto não foi o único alvo das publicações incentivadas e desenvolvidas pelo DIP e seus predecessores. Foram também realizados livros sobre Getúlio Vargas e o Estado Novo para crianças e jovens. Ampliando a difusão das doutrinas do Estado entre as futuras gerações de brasileiros e, além disso, contribuindo para a construção da figura de Vargas como a de um político interessado no bem-estar de crianças e jovens (FGV CPDOC, 2020).

#### 4.4 Resistência e Enfrentamento

Como foi possível observar, historicamente, no Brasil, as bibliotecas públicas têm enfrentado diversas medidas governamentais ofensivas. O objetivo deste trabalho não é o de apenas investigar estas políticas, como, também, o de identificar ações bibliotecárias relevantes ao fortalecimento das bibliotecas públicas como instrumento cultural e informacional em governos autoritários da história brasileira. Infelizmente, durante minhas pesquisas, de caráter bibliográfico e documental, tive dificuldades para encontrar, nos documentos de referência, práticas específicas de resistência e enfrentamento, no âmbito das bibliotecas públicas, ao Estado Novo.

Em seu artigo, o autor Vergueiro (1987, p. 21) aponta que “os bibliotecários brasileiros não possuem tradição de luta contra a censura em bibliotecas, muito embora as mesmas tenham sofrido, tanto no passado como na atualidade, atentados que visavam restringir a liberdade intelectual dos usuários”. Neste sentido, nesta categoria, serão apresentadas algumas práticas de enfrentamento que não se restringem somente ao âmbito das bibliotecas públicas e dos bibliotecários. No entanto, é importante frisar que a própria origem da biblioteca pública é uma ação de resistência, tendo estas sobrevivido a dois períodos de exceção diferentes. “Estar viva, por si só, já é um manifesto” (KIMANI, 2017).

Quadro 13 - Ações de resistência e enfrentamento ao Estado Novo

Número total de ações de resistência e enfrentamento ao Estado Novo encontradas nos documentos pesquisados	Ações de resistência e enfrentamento ao Estado Novo
5	1. Privatização do Curso Superior de Biblioteconomia por Rubens Borba de Moraes; 2. Biblioteca ambulante “Vamos Ler”; 3. Resistência no campo do editorial, com as ações de José Olympio Pereira Filho 4. Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPCs); 5. Movimento de Cultura Popular em Recife (MPC)

Fonte: Elaboração própria

Dentre os documentos pesquisados, 8 dos 25 apresentaram tentativas de enfrentamento ao Estado Novo, no meio cultural. Em sua tese, Leitão (2010, p. 123) destaca que antes mesmo da instauração do Estado Novo, “desde 1937, São Paulo já exigia formação específica de bibliotecários. Ao aprovar a Lei das Bibliotecas, o município restringiu estritamente aos profissionais diplomados em curso Superior de Biblioteconomia a admissão em seus quadros funcionais”. Lei estadual nº 2839, de 5 de julho de 1937, esta foi desenvolvida por iniciativa do



bibliotecário Rubens Borba de Moraes, do poeta Mário de Andrade e de Paulo Duarte e aprovada por Fábio Prado, quando o Departamento de Cultura de São Paulo foi criado (LEITÃO, 2010, p. 23).

Quando o Curso Superior de Biblioteconomia foi fechado, em 1939, por Prestes Maia, “revoltado com a arbitrariedade da decisão do prefeito, Rubens Borba de Moraes, ao retornar de viagem aos Estados Unidos para aprimoramento técnico, decidiu não só reativar como privatizar o curso” (LEITÃO, 2010, p. 100). Na época, Moraes procurou o seu amigo Ciro Berlinck, que era próximo dos diretores da Escola Álvares Penteado. A escola, então, passou a abrigar o curso, concedendo-lhe instalações. Sob a direção de Rubens Borba, este se tornou anexo à Escola Livre de Sociologia e Política. Em 1942, a ELSP passou a disponibilizar bolsas de estudos, tendo os alunos que, ao se formarem, reestruturar e estabelecer bibliotecas. A iniciativa foi de grande importância para a expansão de bibliotecas e na estruturação de diversas Escolas de Biblioteconomia pelo Brasil (MILANESI, 1989 apud LEITÃO, 2010, p. 100). É importante destacar que ações de privatização, por si só, não se configuram como um ato de enfretamento e luta pela democratização do acesso. No entanto, diante do caso latente de censura por parte do Estado, a solução de Moraes apresenta-se como uma alternativa que resultou na subversão da atuação censória.

Em sua dissertação, Caldas (2005, p. 39) revela que “como as bibliotecas públicas, durante este período, estavam sujeitas à fiscalização do Governo, os comunistas encontraram outra maneira de se fazerem presentes”. Deste modo, foi criada a biblioteca ambulante “Vamos Ler”, que percorria várias cidades no interior do estado de São Paulo, na época, e ficava de dois a três dias em cada local. Eram realizados empréstimos de romances e livros de ideal marxista (CALDAS, 2005, p. 39). As autoras Arapiraca e Reis (2008, p. 69) complementam que os socialistas acreditam no poder da palavra escrita na propagação de suas ideias e, por isso, traçaram novas estratégias para divulgá-las.

A estratégia da Biblioteca Ambulante nos remete à afirmativa de Apple Moreira e Silva (1994, p. 55) de que “ideias são armas (me perdoem a expressão militarista e um tanto machista); e espalhá-las em contextos autoritários é um ato subversivo, às vezes perigoso, e, ao tempo, absolutamente essencial” (ARAPIRACA; REIS, 2008, p. 69).

No campo editorial, é possível destacar as ações de José Olympio Pereira Filho. Fundador da Livraria José Olympio Editora, inaugurada em 3 de julho de 1934, ele revolucionou o mercado editorial e o tratamento gráfico desde os anos trinta (LEITÃO, 2010, p. 138). Na época, Olympio “continuou a imprimir suas obras mesmo quando seus autores

foram presos. A atitude foi encarada como um desafio a Filinto Müller, chefe da polícia de Vargas. Também provocou o governo integrando, nos quadros funcionais da editora, Jorge Amado, autor perseguido” (LEITÃO, 2010, p. 138)

J.O. tinha a capacidade de articulação junto aos labirintos do poder. Editara obras de alguns escritores, que inclusive estavam na mira da ditadura getulista. Destaca-se neste período a coleção Documentos Brasileiros, obra que contribui significativamente na reflexão do pensamento brasileiro, de cunho social, antropológico e histórico esteve por quatro décadas no catálogo da editora (LOPES apud LEITÃO, 2010, p. 138)

Tanto a dissertação de Lima (2014), quanto o artigo de Frota (2014) debatem sobre os Centros Populares de Cultura. Criados em 1961, mais de dez anos após o final do Estado Novo, os CPCs “foram uma iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE) e seu principal idealizador foi Oduvaldo Vianna Filho. O objetivo era, através das diversas manifestações artísticas, promover a conscientização e a politização da sociedade, como um caminho para a transformação social” (FROTA, 2014, p. 89).

Em seu livro, Berlinck (1984, p. 20-30) aponta que, na época, os CPCs desenvolviam diversas atividades, como a montagem e produção de peças de teatro, entre elas “Os Azeredo mais os Benevides” e “A mais-valia vai acabar, seu Edgar” de Oduvaldo Vianna Filho; a realização de filmes em longa-metragem, como “Cinco vezes Favela”, distribuído em todo o Brasil, e do documentário “Isto é Brasil” rodado durante a UNE-Volante; a gravação e distribuição de discos de vinil, como “O Povo Canta”; a apresentação de diversos shows musicais em praças públicas e teatros; a publicação dos “Cadernos do Povo Brasileiro”, sob a direção de Álvaro Vieira Pinto e Ênio Silveira; cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia para formação profissional, técnica e artística; além da fundação de uma rede nacional de distribuição de livros, discos e revistas.

A autora Lovatto (2009, p. 94-95) coloca que os “Cadernos do Povo Brasileiro” surgiram durante o governo de João Goulart (1961-1964) e tinham como plano de fundo o forte sentimento nacionalista da época. As publicações não possuíam nenhuma aspiração acadêmica, sendo elaboradas em linguagem acessível a população em geral, independente do grau de escolaridade. Contavam com títulos diretos, explosivos e de questionamento, visando atingir diretamente o debate político nacional, além de denunciar os expressivos problemas sociais do país, como a miséria, o analfabetismo e as doenças de massa. Uma de suas edições, “O que são as Ligas Camponesas?”, foi escrita por Francisco Julião, considerado uma das principais lideranças na luta no campo que o Brasil já teve (LOVATTO, 2009, p. 94-95).

Faço questão de declarar aqui, com justificado orgulho que também contribuí com minha chegada pessoal para o progresso e o fortalecimento do CPC da UNE. Presidente e principal acionista da Editora Civilização Brasileira (onde tinha a valiosa cooperação de muitos intelectuais citados antes, como Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Alex Viany, Dias Gomes) e publicando livros que mantinham grande sintonia com os propósitos do CPC – notadamente, a coleção de livros populares, em formato de bolso, que foi a série dos “Cadernos do Povo Brasileiro”, confiei ao Centro Popular de Cultura boa parte de sua difusão em todo o país (SILVEIRA, 1994 apud LOVATTO, 2009, p. 96).

É válido destacar, também, o Movimento de Cultura Popular em Recife. De 1960, “esses movimentos tiveram grande importância na formação de diversos pensadores do país. Duraram pouco tempo, mas contribuíram para a formação intelectual e política de vários jovens” (LIMA, 2014, p. 33-34). Em sua dissertação, Souza (2014, p. 11-12) discute que estes foram construídos para promover e incentivar a educação de crianças e adultos e proporcionar e acelerar a elevação do nível material e cultural dos pernambucanos. Na época, uma parcela significativa da população sofria com o analfabetismo, não podendo envolver-se ativamente na vida política do país. Os participantes do movimento acreditavam que o desenvolvimento do Nordeste só viria com a união entre intelectuais, governo e setores populares. Neste sentido, o principal objetivo do MPC era educar, seja pelo rádio, pelo cinema, pela televisão, pela imprensa, pelas artes plásticas, pelo teatro, pela música ou por meio de métodos informais de educação em praças públicas (SOUZA, 2014, p. 11-12).

No campo da educação básica de crianças e adultos, sua atuação foi consubstanciada pelos Núcleos Populares, cuja função era politizar e organizar as massas. No cerne dessa dinâmica, residia a preocupação de formar líderes populares a partir do diálogo com os representantes das comunidades periféricas. Sua existência consistia em formular ações políticas que pudessem responder aos anseios dos vários setores da sociedade que lutavam por transformações político-sociais, a partir da mobilização dos setores populares. Isso fazia com que as atividades educacionais e culturais desenvolvidas pelo Movimento não tivessem um fim em si mesmas, mas traduzissem o desejo das formações intelectuais que ali militaram de introduzir profundas reformas na estrutura política pernambucana. Os meios utilizados para alcançar tais metas: debates sobre problemas do próprio meio; conferências ilustradas sobre temas propostos pelo povo; participação nas diversas realizações dos movimentos de cultura popular: publicações, folhetos e jornais; cursos específicos; organização para reivindicações populares (SOUZA, 2014, p. 54-55).

Durante o Período Democrático, como ficou conhecido os anos de 1946 a 1964, o campo da Biblioteconomia teve vários avanços. Em 1954, foi criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, com o intuito de sistematizar políticas para a produção científica nacional e institucionalizá-la. Um movimento político pelo reconhecimento da profissão de

bibliotecário, envolvendo esses profissionais e políticos como Rogê Ferreira, Almino Afonso e Aurélio Viana, começou a fervilhar em 1958 (LEITÃO, 2010, p. 124). “A Lei nº 4084, promulgada em 1962, regulamentou a profissão de bibliotecário e, no ano seguinte, 1963, foi publicado o primeiro código de ética do bibliotecário, com a finalidade de estabelecer padrões de conduta no exercício profissional” (LEITÃO, 2010, p. 124). Por não serem ações diretas de resistência e enfrentamento as políticas do Estado Novo e serem de cunho governamental, estas não serão destrinchadas neste trabalho. Porém, por terem sido realizações que fortaleceram as bibliotecas públicas como instrumento cultural e informacional, foi importante mencioná-las neste tópico.

## 5 Ditadura Militar (1964-1985)

A discussão e análise dos resultados foram divididas seguindo-se uma sequência cronológica e de acordo com quatro categoriais. Neste sentido, o tópico “Ditadura Militar” apresenta as políticas governamentais e as ações de enfrentamento que ocorreram durante este período da história brasileira, compreendido entre 1964 e 1985. Em relação as diferentes categorias, estas são: “Sucateamento e Desmonte”, com 3 políticas; “Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento”, com 6, subdivididas em “Atos Institucionais”, “Serviço Nacional de Informações (SNI)”, “Decreto-Lei nº 1.077 e Comissões de Incineração”, “Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS)” e “Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP) e Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP)”; “Propaganda, Desinformação e Notícias Falsas”, com 2; e “Resistência e Enfrentamento”, com 9 ações. Com o intuito de facilitar a leitura destes resultados, esta parte apresenta, também, um quadro resumo que responde aos objetivos específicos deste trabalho, além de um subtópico para contextualizá-los no período histórico em que se encontravam.

### 5.1 Quadro Resumo

O quadro abaixo apresenta os documentos utilizados como pesquisa e referência neste trabalho e o que foi apontado em cada um deles em relação as políticas governamentais que afetaram negativamente as bibliotecas públicas durante a Ditadura Militar e as ações bibliotecárias como forma de resistência e enfrentamento à essas políticas.

Quadro 14 - Resumo das políticas e ações, relacionadas ao período da Ditadura Militar, encontradas nos documentos pesquisados

<b>Título/Autor/Data de Publicação do Documento</b>	<b>Políticas governamentais que afetaram negativamente as bibliotecas públicas apontadas no documento</b>	<b>Ações bibliotecárias como forma de resistência e enfrentamento apontadas no documento</b>
1 Censura de Livros durante a Ditadura Militar: 1964-1978 - Maria Ferreira Otero (2003)	Ato Institucional nº 5 (AI-5); Serviço Nacional de Informações (SNI); Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP); Decreto-Lei nº 1.077	Luta e resistência de escritores contra a censura e pela liberdade de expressão (Jorge Amado e Érico Veríssimo)
2 Censura prévia de livros: a moralidade como recurso político - Maria Ferreira Otero (2004)	Ato Institucional nº 5 (AI-5); Decreto-Lei nº 1.077; Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP)	Manifestações e protestos contra o regime militar
3 Entre o imoral e o subversivo: a Divisão de Censura de Diversões	Ato Institucional nº 5 (AI-5); Serviço Nacional de Informações	-

Públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979) - Nayara da Silva Vieira (2010)	(SNI); Decreto-lei nº 1.077; Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP); Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP)	
4 A construção da política cultural no Regime Militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978) - Vanderli Maria da Silva (2001)	Ato Institucional nº 5 (AI-5)	Manifestações e protestos contra o regime militar; A Passeata dos Cem Mil (1968); show Opinião (1965)
5 Bibliotecas públicas de Vargas a Rousseff: políticas culturais e formação humana na desigualdade brasileira - Bárbara de Miranda Lima (2014)	Ato Institucional nº 5 (AI-5)	-
6 Políticas de Estado e bibliotecas públicas: um estudo de caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura - Frederico Machado (2015)	Ato Institucional nº 5 (AI-5); Censura Institucionalizada	-
7 Enfoques da Revolução Francesa, Nazismo e Ditadura Militar no Brasil: repressão e censura à informação - Alessandra de Oliveira e Jetur de Castro (2015)	Ato Institucional nº 5 (AI-5); Serviço Nacional de Informação (SNI); Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP); Decreto-lei nº 1.077; invasão e recolhimento de livros em bibliotecas públicas e universitárias (USP, UnB, UFRGS) e em livrarias	-
8 Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985) - Raphael Diego Greenhalgh (2020)	Ato Institucional nº 5 (AI-5); Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP); Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS); Decreto-Lei nº 1.077; invasão, revista e recolhimento de livros na biblioteca da Universidade de Brasília; apreensão de livros em livrarias e editoras (Livraria Encontro e a Editora Coordenada); 1ª Comissão de Incineração	Bibliotecários da Universidade de Brasília esconderam livros no cofre da biblioteca para evitar que estes fossem recolhidos pelo regime
9 Do INL à digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil - Valéria Medeiros, Núbia de Almeida e Braz Vas (2014)	-	-
10 Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar - Sandra Reimão (2011)	Ato Institucional nº 5 (AI-5); expurgo de bibliotecas e queima de livros; Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP); Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP); Decreto-Lei nº 1.077	Manifesto dos 1046 intelectuais contra a censura; mandado de segurança impetrado contra o Departamento Federal de Segurança Pública pela Editora Civilização Brasileira questionando as várias ações confiscatórias de livros; Manifestações Cultura contra Censura (1968) e A Passeata dos Cem Mil (1968)
11 “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na	Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP); Departamento	Manifesto dos 1046 intelectuais contra a censura; mandado de

ditadura militar - Sandra Reimão (2014)	de Censura de Diversões Públicas (DCDP); Decreto-Lei nº 1.077; Ato Institucional nº 5 (AI-5)	segurança impetrado contra o Departamento Federal de Segurança Pública pela Editora Civilização Brasileira questionando as várias ações confiscatórias de livros; Manifestações Cultura contra Censura (1968) e A Passeata dos Cem Mil (1968)
12 Onde estão os livros censurados?: ainda os efeitos de 64 nas coleções de biblioteca - Kelly Pereira de Lima (2016)	Serviço Nacional de Informação (SNI); Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP); Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP); Ato Institucional nº 5 (AI-5); Decreto-Lei nº 1.077; Instituto Nacional do Livro (INL)	-
13 Heranças censórias: mecanismos, efeitos e significado cultural da censura a livros em momentos de ditadura e democracia - Nara Cabral Scabin (2018)	Ato Institucional nº 5 (AI-5); Decreto-Lei nº 1.077; invasão dos censores do regime em editoras	-
14 A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão - Bárbara Menezello Leitão (2010)	Ato Institucional nº 1 (AI-1); Serviço Nacional de Informação (SNI); Ato Institucional nº 5 (AI-5); Decreto-Lei nº 1.077; invasão dos censores do regime em bibliotecas (UnB), livrarias e editoras	Surge o primeiro curso de pós-graduação em Biblioteconomia; bibliotecários da Universidade de Brasília esconderam livros no caixa-forte da biblioteca para evitar que estes fossem recolhidos pelo regime
15 Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a Ditadura Militar em perspectiva comparada - Nina Schneider (2017)	Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)	-
16 Cadernos escolares: revelando a doutrinação da infância pelo regime militar - 1964-1985 - Antônio Gomes Ferreira e Ariclê Vechia (2009)	-	-
17 Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira - Luiz Renato Vieira (1998)	-	Mandado de segurança impetrado contra o Departamento Federal de Segurança Pública pela Editora Civilização Brasileira questionando as várias ações confiscatórias de livros
18 “Manifesto dos Intelectuais” pediu o fim da censura em janeiro de 77 - Jornal Folha de São Paulo (1994)	-	Manifesto dos 1046 intelectuais contra a Censura
19 A arte teatral do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, 1961-1964 - Carla Michele Ramos (2014)	Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPCs) colocados na ilegalidade	-

Fonte: Elaboração própria

## 5.2 Contexto Histórico

Considerando que os resultados deste trabalho estão intimamente relacionados ao período histórico em que se passavam, acreditei ser necessário incluir um subtópico explicando um pouco do contexto da época e de alguns fatos, que são pertinentes para a análise proposta, que levaram a instauração da Ditadura Militar. Para isso, utilizei como referência, novamente, o livro de José Alves de Freitas Neto e Célio Ricardo Tasinafo; o site da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e o livro do historiador Boris Fausto.

De acordo com Freitas Neto e Tasinafo (2015, p. 897), em 1961, Jânio Quadros foi eleito, com 48% dos votos, presidente da República do Brasil. Na época, os candidatos a presidente e a vice disputavam separadamente. Quadros estimulou, então, a dobradinha Jan-Jan, com o intuito de assegurar a sua vitória e de João Goulart, com quem havia se aliado, e dar fim a estrutura partidária que pudesse ajudar na campanha de seu concorrente marechal Henrique Teixeira Lott. Jânio teve um mandato curto, no entanto, em agosto do mesmo ano em que tomou posse, ele abdicou da presidência. Sua renúncia “criou uma grave situação política. Jango estava na China, e a Constituição era clara: quem deveria assumir o governo era o vice-presidente. Porém, os ministros militares se opuseram à sua posse, pois viam nele uma ameaça ao país por seus vínculos com os comunistas” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 899).

Foi então que se deu início a chamada “batalha pela legalidade”, em que Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul na época, e o general Machado Lopes incitaram o Estado em amparo a posse de Jango. Como não havia recua dos militares, o Congresso Nacional propôs a adoção do parlamentarismo. Em que parte dos poderes do presidente seria compartilhado com o primeiro-ministro, que conduziria o governo (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 899). O sistema parlamentarista foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2 de setembro de 1961. No dia 7, João Goulart assumiu a presidência, com Tancredo Neves, ex-ministro do governo Vargas, como primeiro-ministro. Após a demissão de Tancredo, em junho de 1962, Jango articulou a retomada do antigo sistema. Neste período, foi convocado um plebiscito que votou pela volta do regime presidencialista (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 899).

A situação financeira do país, porém, só piorava com alta da inflação. Como medida para enfrentar os problemas estruturais do Brasil, o governo lançou o Plano Trienal (1963-1965), que tinha como objetivo as reformas de base. Estas previam uma série de iniciativas, como a reestruturação bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária; estender o direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente; além de medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais extensiva do Estado na vida econômica (FGV CPDOC;



FERREIRA, 2020). “Jango apresentou ao Congresso um projeto de desapropriação de terras e pagamento com títulos da dívida pública. Os congressistas não aprovaram a medida. Com a economia em baixa, o Plano fracassou” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 901-902).

“O primeiro ano das reformas de Jango marcou o começo do fim de seu governo. Um sinal de tempestade veio com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada em São Paulo, a partir das associações das senhoras católicas ligadas a Igreja conservadora” (FAUSTO, 2019, p. 460). A classe média se colocava, portanto, contra o “perigo comunista”. No dia 31 de março de 1964, tropas do exército chefiadas pelo general Olímpio Mourão Filho, que, assim como apontado no tópico do Estado Novo, também esteve envolvido com a fraude do Plano Cohen, deixaram Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, onde estava o presidente. O governo não ofereceu oposição, e, logo no dia seguinte, dia 1, Jango regressou a Brasília e de lá para o Rio Grande do Sul. Mais tarde, exilou-se no Uruguai, onde ficou até a sua morte, em 1976 (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 904).

Na música Anos de Chumbo, o grupo Face da Morte (2001) denuncia que no decorrer do governo João Goulart “discutiu-se amplamente a reforma agrária, tendo como referência as ligas camponesas, organizadas por Francisco Julião. Isso causou o desespero da elite brasileira e o capital estrangeiro se sentindo ameaçado resolveram revidar, implantando o terror da Ditadura Militar”. Declarado vago o cargo de presidente da República, pelo presidente do Senado, Auro Moura Andrade, assume esta função Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados. No dia 2 de abril, o general Costa e Silva estabeleceu o Comando Supremo da “Revolução”, com os líderes do exército, da marinha e da aeronáutica, formando um triunvirato até a eleição indireta do general Humberto de Alencar Castelo Branco, ocorrida no dia 11 de abril (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 905).

“Era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país, os militares assumiram o poder com a perspectiva de aí permanecer, começando a instaurar um regime autoritário” (FAUSTO, 2019, p. 461). Segundo Freitas Neto e Tasinafo (2015, p. 909), o movimento de 31 de março, que estabeleceu a Ditadura Militar no Brasil, se propunha, na teoria, a controlar a “desordem” dominante no governo Jango e extinguir a ameaça comunista. Em nome da moral, o país passou por um árduo período no que diz respeito ao controle da imprensa, dos movimentos sociais, da criação artística e das universidades. Iniciada em 1964, o Regime Militar perdurou até 1985. Foram 21 anos de dura repressão àqueles tidos com subversivos e de cerceamento das liberdades democráticas (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 909). É possível perceber, que, no Brasil, o suposto “fantasma

comunista”, que não possuía bases práticas reais, serviu como pretexto para a origem de não só um, como de dois regimes de exceção. Ao se falar de governo militar, este pode ser dividido em três grandes fases:

- 1964-1968: “quando houve a derrubada do presidente João Goulart e a instalação dos militares no poder. Neste período, políticos e lideranças sindicais tiveram seus direitos políticos cassados” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 909).
- 1968-1974: “o período de aumento da repressão política, com restrição de liberdades e direitos. Também é o período de maior atividade dos movimentos armados de esquerda, que foram duramente reprimidos” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 909).
- 1974-1985: “marcada pela abertura política lenta gradual e segura, que culminou com a eleição indireta de um civil para a presidência da República” (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 909).

### **5.3 Ações e Políticas de Desmonte das Bibliotecas Públicas durante a Ditadura Militar**

Com o intuito de seguir um percurso lógico durante este trabalho, as categorias que apresentam as ações de políticas de desmonte de instituições culturais e informacionais durante a Ditadura Militar, permanecem as mesmas das do Estado Novo, sendo elas: “Sucateamento e Desmonte”; “Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento”; e “Propaganda, Desinformação e Notícias Falsas”.

#### **5.3.1 Sucateamento e Desmonte**

Quadro 15 - Políticas governamentais de sucateamento e desmonte de instituições culturais e informacionais durante a Ditadura Militar

<b>Número total de políticas governamentais ofensivas, da Ditadura Militar, encontradas nos documentos pesquisados</b>	<b>Número total de políticas governamentais de sucateamento e desmonte de instituições culturais e informacionais, da Ditadura Militar, encontradas nos documentos pesquisados</b>	<b>Políticas governamentais ofensivas, da Ditadura Militar, que se enquadram nesta categoria</b>
11	3	1. Invasão, revista e recolhimento de livros nas bibliotecas da Universidade de Brasília, da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Faculdade de Filosofia de Rio Preto; e do professor Mario Schemberg;

		2. Apreensão de livros em livrarias e editoras (Livraria Encontro e a Editora Coordenada); 3. Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPCs) colocados na ilegalidade
--	--	--

Fonte: Elaboração própria

Novamente, nesta categoria, serão apresentadas as políticas governamentais que de alguma forma visavam o sucateamento ou o desmonte de instituições culturais e informacionais durante o período da Ditadura Militar. Em seu artigo, Ramos (2014, p. 113) aponta que assim que novo governo foi instaurado, “em 1964 a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os Centros Populares de Cultura (CPCs) foram colocados na ilegalidade e os militantes artistas e intelectuais se dividiram na resistência clandestina ou no silêncio promovido pela censura instalada pelo novo regime político”. Frota (2014, p. 89) complementa que pelo Ato Institucional nº 5, em 1968, todos os CPCs foram fechados.

Em seu trabalho, Oliveira e Castro (2015, p. 117) abordam “a censura à informação a partir de três acontecimentos históricos mundiais como a Revolução Francesa da qual remete as atitudes dos iluministas; o *Bücherverbrennung* no nazismo; e a opressão na literatura na Ditadura Militar no Brasil”. Neste sentido, o artigo aponta que, como medida de sucateamento, desmonte e censura, diversas bibliotecas universitárias foram invadidas e reviradas a procura de “livros suspeitos”, como a da Faculdade de Filosofia de Rio Preto; a da Universidade de Brasília que foi interdita e investigada; e a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA; CASTRO, 2015, p. 129).

O autor Greenhalgh (2020, p. 6) complementa que, de acordo com a exposição de Perseu Abramo, presente no Relatório da Comissão Anísio Teixeira da Memória e Verdade, o prédio onde ficava a Biblioteca Central da Universidade de Brasília, BCE, foi interdita por 15 dias e todos os seus livros foram revistados. Ainda segundo o relato de Abramo, foram selecionados como livros subversivos as obras *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal; *O Círculo Vermelho*, de Arthur Conan Doyle; *História da Revolução Francesa*, de Carlyle, e um álbum do arquiteto Le Corbusier, confundido com Roland Corbisier (GREENHALGH, 2020, p. 6).

Greenhalgh (2020, p. 6) salienta que, segundo uma matéria do jornal Correio Braziliense, de 10 de abril de 1964, foram apreendidas, nesta invasão, obras que “louvavam” personalidades como Vladimir Lenin, Josef Stalin, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung. Entre os títulos estavam os livros *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, de Lenin; *A Revolução Desfigurada*, de Trotsky, e um grande número dos *Romances do Povo*,

destacando-se a conhecida obra comunista *Coolie*, do autor Mulk Raj Anand. “A Livraria Encontro e a Editora Coordenada também foram alvos de apreensões de livros em Brasília, em três ocasiões. Ambas eram de propriedade do editor e livreiro Victor José Melo Alegria Lobo e foram invadidas em 11 de novembro de 1969 e 16 de maio de 1975” (GREENHALGH, 2020, p. 8).

Segundo Kushnir (2012, p. 37), “a coação sobre os organismos, que eram de cunho político e econômico, pode ser definida como terrorismo cultural. Por meio dessa tática, jornais foram depredados, bombas foram explodidas, houve invasão de editoras, gráficas foram destruídas, tiragens foram apreendidas”. Leitão complementa (2010, p. 122) que, em suas pesquisas, não encontrou relatos de bibliotecas públicas incendiadas ou invadidas pelos militares, porém que as universitárias não passaram ilesas. Neste sentido, denuncia a invasão de duas delas: a do Professor Mario Schemberg, que foi depredada, e, também, a da Faculdade de Filosofia de Rio Preto, acusada de conter obras do sociólogo Karl Marx.

O espaço físico fácil de se controlar foi propício a medidas arbitrárias de intervenção nas bibliotecas, porém, ao mesmo tempo, estas ações tinham um impacto negativo na imagem do governo junto ao público, como ocorreu com as bibliotecas universitárias. Portanto, do ponto de vista prático, a estratégia de combinar concomitantemente a restrição de verbas à infraestrutura adequada e censurar os livros, foi tida, pelo governo, como mais prática e eficaz (LEITÃO, 2010, p. 188-189). Como resultado indireto dessas ações, as bibliotecas públicas brasileiras foram consideradas oficialmente monitoradas, já que integravam os instrumentos de controle cultural, eram formadas e mantidas por recursos públicos e interesses do Estado, seu grande agente de implantação e manutenção (LEITÃO, 2010, p. 188-189).

### **5.3.2 Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento**

“A censura praticada no Brasil durante a Ditadura Militar, foi um instrumento de coerção, recurso de repressão política, defendida pelo governo militar como necessária, por razões de segurança nacional” (OTERO, 2003, p. 6). Assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, a prática de censura é comum a governos autoritários e totalitários, sendo consideradas como imperativas para assegurar a ordem pública, a moral e os bons costumes. Nesta categoria serão apresentadas as ações e políticas governamentais que tinham como objetivo a censura e o cerceamento de informações, afetando de forma negativa as bibliotecas públicas, durante o período do Regime Militar.

Segundo Machado (2015, p. 67), sob o véu da doutrina da segurança nacional, as ações de repressão aos movimentos culturais e políticos divergentes daqueles defendidos pelo Estado se intensificaram em diferentes momentos durante o Regime Militar. A segurança nacional servia como base ao desenvolvimento econômico, o qual se beneficiava com a estabilidade e com a harmonia social garantida. Tendo o aparato estatal como uma ferramenta hegemônica de “progresso” e integração nacional. Foi adotada, pelo regime, uma posição previdenciária e conservacionista referente à cultura. Os organismos culturais estatais salvaguardavam o acervo histórico e artístico nacional já estabelecidos e apenas alguns tipos específicos de manifestações culturais, sustentadas pelos cofres públicos (MACHADO, 2015, p. 67).

Quadro 16 - Políticas governamentais de censura e acesso controlado ao conhecimento durante a Ditadura Militar

Número total de políticas governamentais ofensivas, da Ditadura Militar, encontradas nos documentos pesquisados	Número total de políticas governamentais de censura e acesso controlado ao conhecimento, da Ditadura Militar, encontradas nos documentos pesquisados	Políticas governamentais ofensivas, da Ditadura Militar, que se enquadram nesta categoria
11	6	1. Ato Institucional nº 5 (AI-5); 2. Serviço Nacional de Informações (SNI); 3. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); 4. Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP); 5. Comissões de Incineração; 6. Decreto-Lei nº 1.077

Fonte: Elaboração própria

- **Atos Institucionais**

Os atos institucionais foram “normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o Regime Militar. Eram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional” (GOVERNO DO BRASIL, 2021). Com a instauração da Ditadura Militar, a necessidade de se estabelecer um maior controle sobre a população, levou o governo a decretar, ao todo, 17 atos. “É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública, é uma autêntica revolução” (BRASIL, 1964). Dentre os documentos pesquisados, 13 dos 19 trabalhos

apontavam o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, como uma política de censura e acesso controlado ao conhecimento.

Leitão (2010, p. 118) salienta que “com a prerrogativa de ser único, o AI-1 foi originalmente oficializado sem número. Com isso, em 1964, o governo manifestou oficialmente repúdio às tendências democráticas, além da repressão aos conflitos agrários e urbanos que pudessem representar risco ao poder militar”. Redigido por Francisco dos Santos Nascimento, o Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, foi somente o primeiro de uma sequência de ferramentas coercitivas editadas sob o véu de lei e teve como propósito fundamental assegurar o poder executivo e depurar os servidores estatais (VIEIRA, 2010, p. 41). Para Vieira (2010, p. 43), o AI-1 traz em seu texto a vontade dos militares de manter a aparência de lei para as ações da ditadura. Em 11 de abril de 1964, é eleito 26º presidente da República, pelo Congresso Nacional, Humberto de Alencar Castelo Branco, porém a derrota para “a oposição nas eleições em cinco estados do país, levou os militares a avançarem com a repressão: são reabertos os processos de cassação, partidos políticos são extintos, suas sedes invadidas e desativadas, o Poder Judiciário sofre intervenção do Executivo” (VIEIRA, 2010, p. 43).

Neste sentido, Otero (2003, p. 52) sinaliza que “o AI-2, assinado em 17 de outubro de 1965, 24 dias após as eleições para os governos de estado, foi o preço pago pela vitória dos candidatos de Kubitschek na Guanabara e em Minas Gerais”. Durante o governo Castelo Branco, foram decretados também os Atos Institucionais nº 3 e nº 4. Com o AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, o governo procurava a eficaz fiscalização dos foros governamentais. A ditadura se intensificou, manifestando-se, com urgência, a ampliação de novos meios de controle. O Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, permitia ao Congresso estabelecer uma nova Constituição (VIEIRA, 2010, p. 45).

“Entre 1964 e 1968, entre o golpe militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física” (REIMÃO, 2011, p. 10). Estas ações eram cumpridas inadequadamente e fundamentadas na urgência de se garantir a segurança nacional e a moral e os bons costumes. Tinha o propósito de apreender publicações de cunho subversivo. Um dos focos desta atuação sem parâmetros, na época, foi o editor Ênio Silveira, da Editora Civilização Brasileira (REIMÃO, 2011, p. 10).

Ênio Silveira, que também era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi processado e preso várias vezes e sua editora, Civilização Brasileira, também foi apropriada (REIMÃO, 2011, p. 10). Assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura neste

trabalho, tanto na Alemanha de Hitler, quando no Brasil da ditadura, foi organizada a “limpeza” de bibliotecas. Por ordem do ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, livros de Eça de Queiroz, Sartre, Graciliano Ramos, Guerra Junqueiro, Jorge Amado, Paulo Freire, Darcy Ribeiro foram queimados (REIMÃO, 2011, p. 11). “Entre as ações destrambelhadas da direita para intimidar aos que eles chamavam de comunistas pode-se citar a apreensão, em uma feira de livros em Niterói, de exemplares da encíclica *Mater et Magistra*, do papa João XXIII” (REIMÃO, 2011, p. 13).

“No entanto, foi a partir do segundo presidente militar que o abuso do poder se tornou visível, quando as informações se mostravam realmente uma ameaça à ideologia vigente” (OLIVEIRA; CASTRO, 2015, p. 128). Eleito governante, pelo Congresso Nacional, em 3 de outubro de 1966, Artur da Costa e Silva deu continuidade aos trabalhos e, em 13 de dezembro de 1968, outorgou o Ato Institucional nº 5. Reimão (2011, p. 17) aponta que, em nome da autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do povo brasileiro, o AI-5 dava ao Estado o poder de cassar mandatos, suspender direitos políticos e garantias individuais e criar condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas.

Em seu trabalho, Silva (2001, p. 39) complementa que “se o golpe de 1964 já havia deixado suas marcas, o advento do “golpe dentro do golpe”, como ficou conhecida a decretação do AI-5, fez surgir a perplexidade, o medo e o desencantamento”. O AI-5 dava “poder ao presidente para fechar o Congresso Nacional e decretar o confisco de bens de todos que tivessem enriquecido “ilicitamente”, no exercício de cargo público, e suspendia a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional e a ordem social” (LIMA, 2016, p. 74). Os autores Oliveira e Castro (2015, p. 128) destacam que com base no Ato Institucional nº 5, a música, o cinema, as novelas, a literatura, o teatro, e outras formas de manifestação artísticas foram coibidas e sofreram perseguições pela possibilidade de influência à sociedade. “No que tange ao cerceamento da produção cultural, nos 10 anos de vigência do AI- 5 foram censurados cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos de telenovelas” (REIMÃO, 2011, p. 21).

Greenhalgh estabelece que, com base em Napolitano (2014), durante a Ditadura Militar, a repressão às manifestações culturais e informacionais podem ser segmentadas, também, em três fases distintas: de 1964 a 1968, quando a censura aconteceu de forma mais esporádica e

sem estrutura definida; de 1968 a 1978, com o Ato Institucional nº 5, passando a ser uma censura mais cotidiana e que foi se institucionalizando no início de 1970; e entre 1978-1985, que estabeleceu o fim da censura prévia e da fiscalização da moral (NAPOLITANO, 2014 apud GREENHALGH, 2020, p. 4).

- **Serviço Nacional de Informações (SNI)**

O Serviço Nacional de Informações foi outra política governamental com vista a censura e ao acesso controlado ao conhecimento apontada dos documentos pesquisados. Presente em 5 dos 19 trabalhos, o SNI “foi um dos serviços mais bem equipados do mundo e um dos órgãos da Ditadura Militar responsáveis pela associação entre controle do Estado e política cultural, numa relação de pleno autoritarismo” (LEITÃO, 2010, p. 118). A instituição foi idealizada pelo general Golbery do Couto e Silva, criada pelo presidente da República Castelo Branco, na lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, e contemplava o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959), fundados antes do Regime Militar. Possuía renome de ministério, além de plena autoridade na execução de ações governamentais e na formação da opinião oficial (LEITÃO, 2010, p. 118).

“É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional” (BRASIL, 1964). O SNI tinha como algumas de suas funções superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação; proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional; promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes; além de ser está isento de quaisquer prescrições que determinem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamentos e efetivos (BRASIL, 1964).

A autora Leitão (2010, p. 119) elucida que ficava à encargo do SNI a vigilância sobre importantes lideranças políticas, sindicais e empresariais do país; o monitoramento das ações da Igreja; o controle e manipulação da imprensa; a infiltração de agentes em diversos setores da sociedade; a execução de práticas que visassem influenciar o pensamento da população, gerando pânico em relação a supostas atividades subversivas de inimigos; e a elaboração de formas de sabotagem que as justificassem. Otero (2003, p. 54) explicita que “todos os órgãos da repressão eram ligados ao Serviço Nacional de Informações”.



Em sua dissertação, Vieira (2010, p. 49) complementa que, com base no AI-5, a censura prévia passou a englobar a imprensa e a censura de diversões públicas foi expandida e endurecida. Enquanto o AI-5 esteve em atividade, os veículos de comunicação em massa eram obrigados a passar por perícia de agentes autorizados. Neste âmbito, o Conselho Nacional de Telecomunicações era o encarregado pela censura, “sendo orientado pelos órgãos de segurança vetava notícias ou manifestações artísticas dissidentes. Música, programas televisivos, programas de rádio, cinema, livros e jornais passaram a ser avaliados antes da divulgação, ampliando a censura prévia” (VIEIRA, 2010, p. 49). Tanto o artigo de Oliveira e Castro (2015), quanto a dissertação de Lima (2016), corroboram o que foi apresentado nos outros trabalhos em relação a censura e ao acesso controlado ao conhecimento presentes no SNI.

- **Decreto-Lei nº 1.077 e Comissões de Incineração**

Apontado como uma política governamental ofensiva do regime militar em 9 dos 19 documentos pesquisados, o Decreto-Lei nº 1.077 foi instituído em 26 de janeiro de 1970, durante a administração de Emílio Garrastazu Médici, 28º presidente do Brasil, e visava a institucionalização da censura prévia, proibindo publicações consideradas “obscenas” que rebaixassem e degradassem a juventude, bem como ideias comunistas que pudessem influenciar as famílias tradicionais (OTERO, 2003, p. 85). A partir do decreto, ficava estabelecido que: não seriam toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes em quaisquer que sejam os meios de comunicação; caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente; e verificada a existência de matéria ofensiva, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares (BRASIL, 1970 apud OTERO, 2003, p. 54).

Em seu artigo, Oliveira e Castro (2015, p. 128) estabelecem que, nos primeiros anos da Ditadura Militar, os livros não foram tão perseguidos, porém a partir de 1970, no governo Médici, iniciou-se a censura de obras e periódicos com a justificativa de preservar e defender a moral e os bons costumes. Após o Decreto-Lei nº 1.077, o Estado passou a ter ampla autonomia para censurar estas publicações, a partir do órgão de Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), ficando determinado que, todas as publicações deveriam ser fiscalizadas para não serem divulgadas informações contra o que o Estado pregava e seus interesses (OLIVEIRA; CASTRO, 2015, p. 128).

De acordo com Vieira (2010, p. 49), foram interditadas com base no Decreto-Lei nº 1.077 as obras “Tessa a Gata”, “A Borboleta Branca” e “A Volúpia do Pecado”, de Cassandra Rios; *A Vida Secreta de um Homem Sensual*, de Donald E. Westlake; *As Aventuras das Secretárias*, de Rommie James; *As mulheres, o amor e o sexo*, de Robert Chartham; “Feliz Ano Novo”, de Rubem Fonseca; “O Eterno Sexo” e “O Gavião do Asfalto”, de João Francisco de Lima; “Lúcio Flávio: O Passageiro da Agonia”, de José Louzeiro; além de várias histórias em quadrinhos, peças de teatro e filmes (VIEIRA, 2010, p. 113-121). “A grande inovação deste Decreto-Lei, em termos legais, para a censura durante o Regime Militar, foi a regulamentação da competência exclusiva da União para o provimento e execução da censura, através do Decreto nº 43, de 18 de novembro de 1966” (VIEIRA, 2010, p. 49).

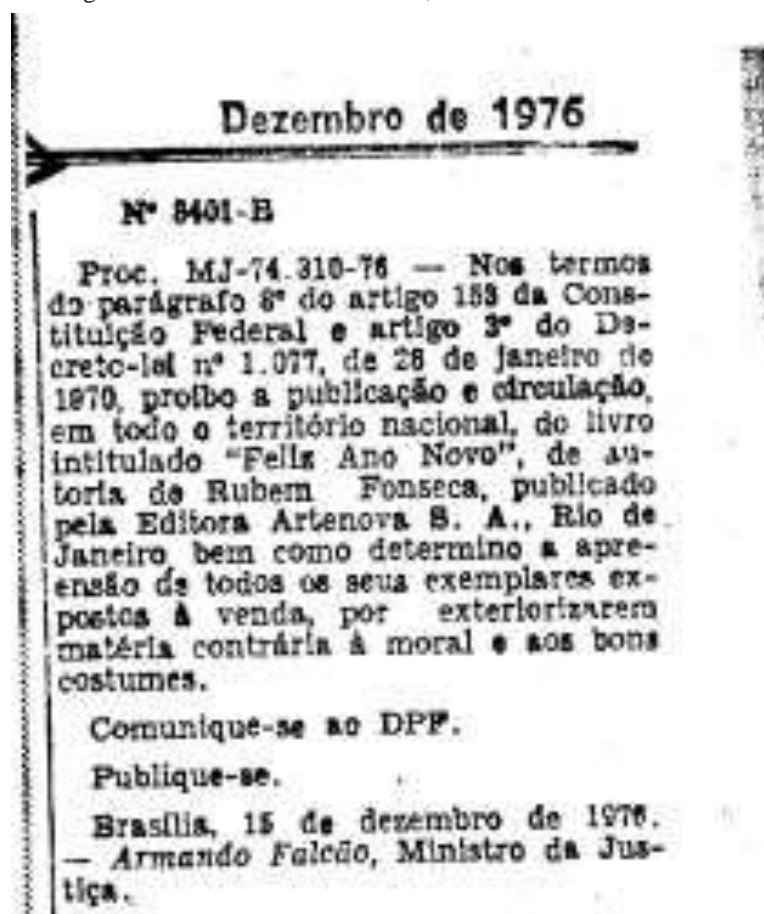
Em relação a prática de censura, esta poderia ser tanto oficial, com os censores limitando publicações independente de sua categorização, ou por meio da iniciativa civil, que se manifestava contra a difusão de algum título, mesmo que este tivesse sido autorizado pelos censores (LEITÃO, 2010, p. 130). Leitão (2010, p. 130-143) coloca que, em 1974, o ministro Armando Falcão recebeu uma correspondência reivindicando a proibição do livro *Dias de Clichy*, de Henry Miller. A recorrente indica no documento que já havia sido bem-sucedida na remoção da obra da biblioteca pública de seu município. O secretário pessoal de Falcão acatou este pedido e, em 31 de julho de 1975, Falcão ordenou a censura do livro, além da apropriação de todos os exemplares colocados à venda. *O Machão*, de Harold Robbins; e *Último Tango em Paris*, de Robert Alley também são exemplos de obras que, mesmo liberadas pelos censores, sofreram boicote por setores da população.

Em estudo realizado por Castro (2017) é possível ver uma outra modalidade de censura. A autora investigou os processos jurídicos do Superior Tribunal Militar (STM) em que constavam apreensões de livros, onde as obras confiscadas eram usadas como provas de subversão do réu. Este modo de atuação da repressão aos livros impedia que os exemplares circulassem novamente e criava uma atmosfera de medo, visto que as pessoas tinham receio de comprar e manter determinados títulos em suas casas, por exemplo. Pois, a posse de certos livros poderia ser usada como meio de condenação judicial em alguns casos. Esta abordagem e outras estavam presentes na repressão exercida aos livros, autores, editores, livreiros e bibliotecas em Brasília (GREENHALGH, 2020, p. 5).

Em sua tese, Reimão (2011, p. 49-50) aponta que, em 17 de dezembro de 1976, foi impresso no Diário Oficial da União, a mando do ministro da Justiça Armando Falcão, a censura ao livro “Feliz Ano Novo”, de 1975, publicado pela editora Artenova. Neste sentido, o Decreto-Lei nº 1.077 despertou um grande receio entre os editores, já que, devido a abrangência do dispositivo legal, estes não conseguiam se antecipar e precisar o que poderia ser ou não ser

veiculado pela editora (LEITÃO, 2010, p. 137). As obras impedidas de serem reproduzidas e difundidas passavam por um processo de revisão de acordo com os seguintes elementos: no campo político-militar, que incluía a exaltação ao comunismo e a condenação ao sistema vigente da época; no campo da moral religiosa, em relação ao ateísmo e a pornografia; e no campo estético, com o realismo social e o vanguardismo, formal ou comportamental (LEITÃO, 2010, p. 137).

Figura 5 - Diário Oficial da União, de 17 de dezembro de 1976



Fonte: (REIMÃO, 2011, p. 49)

“Mesmo diante das reações e da inviabilidade operacional, o Decreto-Lei nº 1077 permitiu, além da censura, a emissão de ordens condenando à incineração obras consideradas pornográficas” (LEITÃO, 2010, p. 131). De acordo com Greenhalgh (2020, p. 12-13), o artigo nº 5, inciso II, do decreto previa a queima de material cultural apreendido pelos censores e que há, no Arquivo Nacional, uma sequência de documentos, denominados Autos de Incineração, apontando que várias obras que foram detidas pela Divisão de Censura e Diversões Públicas foram incineradas. A primeira cremação data de 1 de março de 1973, foi coordenada pela 1ª

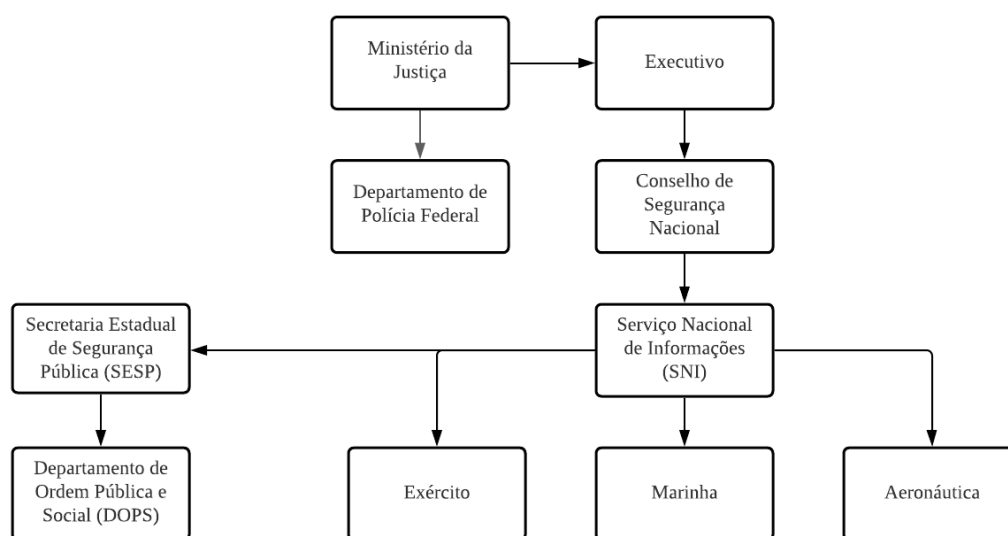
Comissão de Incineração e envolveu a participação de funcionários do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Greenhalgh (2020, p. 12-13) aponta a coincidência desse acontecimento com o enredo do livro de ficção científica *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, em que bombeiros passam a queimar livros. Os trabalhos das autoras Reimão (2014) e Lima (2016) corroboram o que foi apresentado nos outros documentos em relação ao Decreto-Lei nº 1.077.

- **Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS)**

Colocada, também, como uma política governamental ofensiva em 3 dos 19 documentos pesquisados, o Departamento de Ordem Política e Social continuou a atuar após o golpe de 1964. Em sua tese, Otero (2003, p. 109-110) assinala que logo que o novo regime foi instaurado, a censura sobre as publicações foi feita pelo DOPS, pela polícia federal e por soldados do exército. As apreensões executadas pelo departamento de São Paulo expunham a dimensão da repressão: entre os livros considerados como perturbadores é possível encontrar teóricos e divulgadores do socialismo ou de simples estudiosos da matéria; livros cujo o título se referisse ao marxismo, ao comunismo ou que tenham na capa nome de autor russo ou semelhante; além de numerosas obras nacionais e estrangeiras, entre os quais se encontram alguns dos principais clássicos da literatura política e econômica de todos os tempos (OTERO, 2003, p. 109-110).

As bibliotecas particulares também não escaparam da ação do DOPS, que as vasculhavam a procura de livros que atentassem contra a ordem vigente. Os policiais, muitas vezes, confiscavam obras de valor comercial. A prisão era seguida pelo confisco dos livros e sua utilização como prova incriminatória, assim como no caso do comandante nacional da Guerrilha do Caparaó, Bayard Boiteaux, que, em 1967, teve sequestrada parte de sua biblioteca de três mil volumes (OTERO, 2003, p. 110-111). Os órgãos de segurança se utilizavam de meios violentos com o intuito de intimidar práticas de editoras e livrarias tidas como “perturbadoras”. Até 1967, a censura ocorria, muitas vezes, em desacordo com o que era previsto por lei. Algumas ações autoritárias não tinham respaldo legal. No âmbito dos livros, a grande mudança veio a partir do Decreto-Lei nº 1.077 (OTERO, 2003, p. 113-114).

Figura 6 - Organograma do Aparato Repressivo (1970-1971)



Fonte: Otero (2003, p. 55)

“O DOPS, além do Departamento de Polícia Federal, era um órgão fundamental para alimentar a máquina da censura nos Estados” (OTERO, 2003, p. 115), que não teve um desempenho estável durante toda a Ditadura Militar. O nível de cerceamento foi variando conforme o progresso do autoritarismo e suas fases de maior coibição ou abertura. No primeiro período do governo, a partir de 1964, o controle aos livros foi efetuado a partir de apropriações e apreensões por parte da polícia e dos militares. Já na segunda, de 1964 a 1967, o Departamento de Polícia Federal ampliou seu suporte de contenção ao território nacional por meio de acordos com as Secretarias de Segurança Pública, tendo como personificação máxima da punição estadual os DOPS (OTERO, 2003, p. 222).

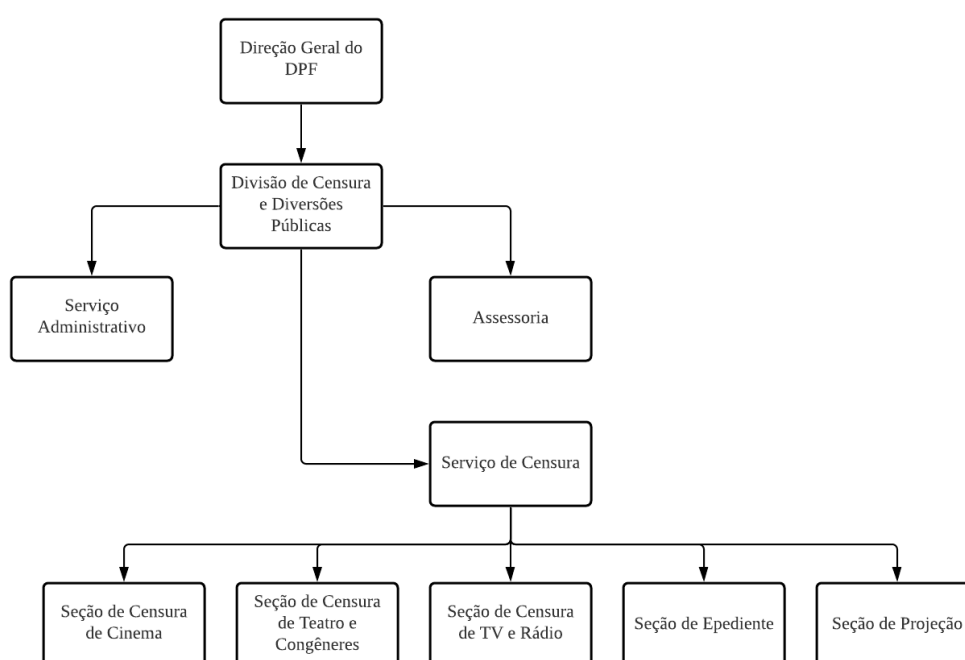
- **Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP) e Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP)**

“Quanto a censura, sua tentativa de organização remonta à 1964, com uma polêmica em torno de qual órgão do governo Estadual ou Federal seria o responsável pela execução da censura de diversões públicas” (OTERO, 2003, p. 59). Em 16 de novembro daquele ano, foi aprovado, pelo Congresso Nacional, com o aval do Poder Executivo, a Lei nº 4483, que versava sobre a organização do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), que, mais tarde, passou a se chamar Departamento de Polícia Federal (DPF). Após a Constituição de 1967, o

cerceamento tornou-se prática privativa da União, por meio do DPF e de sua Divisão de Censura e Diversões Públicas, instalada oficialmente apenas no ano de 1972 (OTERO, 2003, p. 59-60). Presente em 8 dos 19 documentos pesquisados, como uma política governamental ofensiva, a DCDP tinha como responsabilidade o planejamento, a coordenação, a execução e o controle das atividades de censura de diversões públicas, no território nacional (OTERO, 2003, p. 60).

“Competia a DCDP examinar textos, audições, gravações, projeções e toda e qualquer comunicação social destinada a divulgação pública para: determinar classificação etária; autorizar ou proibir sua exteriorização parcial ou total, em todo ou parte do território nacional” (OTERO, 2003, p. 60). De acordo com Leitão (2010, p. 116), o Serviço de Censura de Diversões Públicas, apesar de, durante a Ditadura Militar, estar subordinado à DCDP, sua origem remonta ao governo de Eurico Gaspar Dutra, 16º presidente da República. Criado em 1946, o SCDP era responsável pela censura da produção artísticas em nome da moral e dos bons costumes, diferenciando-se, segundo Dutra, da repressão política feita pelo DIP durante o Estado Novo. A população era tida como despreparada e manipulável, daí a importância do cerceamento das artes no projeto civilizatório do Estado (LEITÃO, 2010, p. 116). Apesar de ser conhecido como Período Democrático (1946-1964), as políticas de controle estavam presentes.

Figura 7 - Organograma do Aparato Repressivo (1970-1971)



Fonte: Otero (2003, p. 60)

Durante o Regime Militar, ao SCDP “competia efetuar a censura de toda a comunicação social; cumprir e fazer cumprir as diretrizes e normas regulamentares; preparar certificados de censura: orientar e responder as consultas dos órgãos descentralizados e controlar a fiscalização exercida pelos órgãos descentralizados” (OTERO, 2003, p. 61). Diversas obras foram vetadas pela Divisão de Censura e Diversões Públicas. Segundo Reimão (2014, p. 82), pelo menos dezoito livros não ficcionais de autores brasileiros foram proibidos durante a ditadura, como, por exemplo: “O Mundo do Socialismo” e “A Revolução Brasileira”, de Caio Prado Jr; “A Universidade Necessária”, de Darcy Ribeiro; “A mulher na construção do mundo futuro”, de Rose Marie Muraro; “América Latina: ensaios de interpretação econômica”, de José Serra (coord.); e “Classes Médias e Política no Brasil”, de J. A. Guilhon Albuquerque (coord.), Alain Touraine, Braz J. Araújo, Fernando Henrique Cardoso, Gilberto Velho e M. A. Salvo Coimbra.

“A censura a livros durante a Ditadura Militar teve uma atuação mais forte não nos chamados Anos de Chumbo (1968-1972), mas sim durante o governo Geisel (março de 1974 a março de 1979), e especialmente no final desse governo” (REIMÃO, 2014, p. 81-82). Segundo a pesquisa de Reimão (2014), neste período mais de 50% dos livros submetidos ao DCDP foram vetados. Em sua dissertação, Vieira (2010, p. 13) coloca que o DCDP refletia os interesses de classes conservadoras brasileiras, que eram contra conhecimentos, crenças, artes e costumes que violassem a moral instituída, sendo um órgão repressivo, de contenção social, e de conservação da ideologia vigente.

O autor Greenhalgh (2020, p. 3) aponta que os dispositivos de cerceamento do Regime Militar tem suas bases no período do Estado Novo. O antigo Departamento de Imprensa e Propaganda, de Getúlio Vargas, foi transformado na então Divisão de Censura e Diversões Públicas, ficando, ao encargo desta, a censura prévia aos livros. Já a censura à imprensa, no entanto, era incumbência do Serviço de Informação do Gabinete, conhecido como SIGAB. Deu-se, então, o tripé do aparato repressor da ditadura: censura, produção de informações e vigilância/repressão policial, sendo as duas últimas responsabilidade das Delegacias de Ordem Política e Social, das inteligências militares e do sistema de Destacamento de Operações de Informação e Centros de Operações e Defesa Interna, conhecido como DOI-CODI (GREENHALGH, 2020, p. 3).

A censura oficial do governo era apenas uma forma de repressão aos livros que poderiam ser considerados subversivos. Era comum que setores do regime, como órgãos de informações, produzissem pareceres contrários à distribuição de alguns livros já editados e enviassem à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça pedidos de censura e recolhimento das obras. Editoras como Civilização Brasileira, Saga, Vozes, entre outras, sofreram coerção e

atentados, tiveram livros apreendidos e responderam processos por editarem livros subversivos (CASTRO, 2017 apud GREENHALGH, 2020, p. 4).

Os trabalhos de Otero (2004); Oliveira e Castro (2015); Sandra Reimão (2011); e Lima (2016) corroboram com o que foi destacado anteriormente pelos outros autores sobre a DCDP e o SCDP.

### 5.3.3 Propaganda, Desinformação e Notícias Falsas

Quadro 17 - Políticas governamentais de propaganda e desinformação durante a Ditadura Militar

Número total de políticas governamentais ofensivas, da Ditadura Militar, encontradas nos documentos pesquisados	Número total de políticas governamentais de propaganda e desinformação, da Ditadura Militar, encontradas nos documentos pesquisados	Políticas governamentais ofensivas, da Ditadura Militar, que se enquadram nesta categoria
11	2	1. Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) 2. Instituto Nacional do Livro (INL)

Fonte: Elaboração própria

As ações de propaganda também estiveram presentes durante a Ditadura Militar. Como apontado anteriormente no tópico de Revisão de Literatura, os governos totalitários do século passado “montaram grandes sistemas de propaganda, envolvidos tanto na produção quanto na censura de conteúdo, que, em conjunto com outras medidas políticas pretendiam mobilizar a população a favor do regime e silenciar qualquer tipo de oposição” (SCHNEIDER, 2017, p. 334). Em seu artigo, Ferreira e Vechia (2009, p. 14) colocam que, entre 1964 e 1985, a ditadura idealizou uma série de práticas responsáveis por emparelhar a política e a educação à ideologia do governo e as diretrizes econômicas empregadas. Estas determinações espelhavam um desejo oculto de estabelecer uma ferramenta de domínio e doutrinação sobre a população, a fim de assegurar as classes dominantes, que deram sustentáculo ao golpe, no poder.

A autora Schneider (2017, p. 338) estabelece que, enquanto no Estado Novo, Getúlio Vargas criou um extenso mecanismo com o intuito de aumentar o sentimento de unidade entre o líder e a população, durante o Regime Militar, o governo tinha a intenção de passar uma imagem democrática e se afastar do período de exceção anterior. Foi por isso que, em um primeiro momento, foi desconsiderada a criação de um departamento de propaganda oficial similar ao *Reichspropagandaamt*, da Alemanha nazista, ou o DIP. Sendo possível segmentar a propaganda da ditadura em três diferentes fases: a privada pré e pós-golpe (1962-1968), a propaganda oficial a partir de 1968; e a pós-1979 (SCHNEIDER, 2017, p. 338). Neste sentido,



em sua tese, Leitão (2010) aponta a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) como uma política ofensiva, na época, incumbida da propaganda política do regime.

Segundo Schneider (2017, p. 338), ao final dos anos 60, surgiu o primeiro órgão da ditadura militar oficial de propaganda. Após uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública indicar que a popularidade do regime tinha enfraquecido, o presidente da República na época, general Costa e Silva, estabeleceu, em 1967, um reduzido grupo de relações públicas com o propósito de valorizar a imagem do governo e da presidência. Pouco tempo depois, em 15 de janeiro de 1968, uma entidade própria foi estabelecida para estruturar a propaganda, a Assessoria Especial de Relações Públicas (SCHNEIDER, 2017, p. 338). “A propaganda oficial, produzida pela AERP, foi eficientemente utilizada para divulgar os feitos do governo. Valendo-se sobretudo da televisão, produziu propagandas de grande impacto visual, apoiadas em frases de efeito como o slogan Ninguém segura este país” (SILVA, 2001, p. 64).

Imagens, como a construção da rodovia Transamazônica e a conquista da Copa do Mundo de 1970, foram competentemente utilizadas como símbolos da potencialidade e da grandiosidade dos recursos naturais e humanos do país, bem como da inexorabilidade de um futuro brilhante que colocaria o Brasil entre as grandes potências mundiais. Os objetivos do governo Médici com a propaganda foram divulgados através do Plano Global de Comunicação Social, elaborado pela AERP, em 1971. Nele, falava-se em mobilizar a juventude; em fortalecer o caráter nacional; em estimular o amor à pátria, a coesão familiar, a dedicação ao trabalho, a confiança no governo e a vontade de participação (SILVA, 2001, p. 64).

No âmbito dos livros e das bibliotecas, os militares se apropriaram e reeditaram o Instituto Nacional do Livro. A orientação para esta reestruturação manifestou-se a partir de um relatório, o Diagnóstico Preliminar de Cultura, de 1967, expondo a conjuntura caótica da política cultural. Então, a partir da década de 70, o INL passou a se destinar, assim como durante o Estado Novo, ao patrulhamento da publicação de livros (LEITÃO, 2010, p. 125-126). Conforme Leitão (2010, p. 126), foi acordado, pela Portaria nº 35, de 11 de março de 1970, um regulamento de coedição na qual o Estado abdicava ao empreendimento editorial, custeando o setor privado e resguardando-se o direito de veto sobre as publicações. Foram alistados, pelo governo, intelectuais na realização do processo de seleção dos títulos. Octávio de Faria, Adonias Aguiar Filho e Marcos Konder Reis “formavam uma comissão de leitura que apontava os aprovados e rejeitados do programa de coedições. Apesar de mais evidente a intervenção do Estado nas coedições, a prática atingia todas as obras publicadas” (LEITÃO, 2010, p. 126).

De acordo com Otero (2003, p. 19), as práticas de cerceamento do Ministério da Educação e Cultura, por meio do INL, correlacionadas com as repressões do Ministério da

Justiça, refletiam o alinhamento cultural estabelecido pela ditadura. Havia incentivos por parte do MEC, sendo coeditados, junto ao INL, 1124 títulos literários por 98 editoras privadas entre 1970 e 1978. Estas obras, porém, tinham o objetivo de impor “determinado discurso e moldar mentalidades através do gigantesco serviço de produção e distribuição de livros, alcançando escolas e bibliotecas brasileiras nas mais diferentes e distantes localidades” (OTERO, 2003, p. 19). Ao se analisar o texto da Portaria nº 35, de 1970, é possível perceber a intenção do Estado de publicar livros de “real valor cultural”, com vistas a proporcionar um acervo mais “adequado” as bibliotecas brasileiras.

Em 1970, o INL se desloca para Brasília, mantendo a política do livro como política de trabalho. A nova direção, sob Maria Alice Barroso, 1970-1974, acreditava na biblioteca pública como suporte ao estudo formal, ideia que assistia em linhas gerais a educação que instituía a pesquisa escolar como método de aprendizado. Ao voltar-se para o público escolar, a biblioteca pública deixou de evoluir em direção ao apoio à educação do cidadão, ou seja, de pública, só tinha o nome. Em resumo: travestida em biblioteca escolar, a biblioteca pública fixou nova função e imagem junto aos programas formuladores de política, às fontes financiadoras e à própria sociedade, relegando a um segundo plano, suas possibilidades como agência de informação para a comunidade (LIMA, 2014, p. 37).

Figura 8 - Primeira página da Portaria nº 35, de 11 de março de 1970

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 11 DE MARÇO  
DE 1970

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso das suas atribuições, e

Considerando a necessidade de proporcionar melhor acervo as bibliotecas brasileiras mediante seleção de livros de real valor cultural;

Considerando a necessidade de forma direta e objetiva, para o barateamento do livro e colocá-lo ao alcance de maior número de leitores; e

Considerando, ainda, outros aspectos da problemática do livro brasileiro e a conveniência de dotar o Instituto Nacional do Livro de condições materiais para as soluções cabíveis, resolve:

N.º 35 — Determinar que os recursos do Instituto Nacional do Livro, destinados à aquisição de obras para doações a bibliotecas sediadas em todo o território nacional, sejam integralmente aplicados em condições entre o Instituto Nacional do Livro e editoras nacionais, mediante Convênio, objetivando o barateamento do preço de venda do livro.

Em nenhuma hipótese, o Instituto Nacional do Livro celebrará Convênio, diretamente, com autores, os quais poderão, não obstante, submeter seus originais diretamente ao órgão para exame.

O regime de coedição a que se refere esta Portaria obedecerá às seguintes instruções:

a) somente poderão celebrar Convênio com o Instituto Nacional do Livro as editoras legalmente estabelecidas e com sede no território nacional;

b) o Instituto Nacional do Livro poderá celebrar Convênio com uma ou mais editoras para a coedição da mesma obra.

c) a editora interessada submeterá o original, na sua forma definitiva, ao Instituto Nacional do Livro que, ouvida sua Comissão de Leituras e Aquisição, na área de sua competência, o aceitará ou recusará ( submetendo-o na primeira hipótese, ao exame da Seção de Publicações.

“ Aceito preliminarmente o original o editor deverá encaminhar ao Instituto Nacional do Livro todos os dados referentes ao custo da edição, inclusive direitos autorais, tiragem, dis-

Segundo Lima (2014, p. 37), o Estado abraçou um comportamento de mecenas e custeador de manifestações culturais, estabelecendo uma figura conservadora, preocupando-se apenas com o acervo histórico. Neste sentido, foi criado o Programa Nacional do Livro que integrava bibliotecas, livros e educação sob a guarda do INL. O projeto tinha como alvo tanto os livros literários quanto os livros didáticos. A ideia era que as bibliotecas disseminassem o que era considerado, na época, pela ideologia dominante, como cultura nacional, colaborando para a formação de novos indivíduos de acordo com o projeto de segurança, harmonia social e desenvolvimento econômico proposto pelo Estado (LIMA, 2014, p. 37). “O governo utilizou estratégias para que os ataques a obras literárias não fossem visivelmente percebidos, passando a investir em grande demanda de livros de ensino e autores para a valorização da leitura brasileira, através do Instituto Nacional do Livro” (OLIVEIRA; CASTRO, 2015, p. 130).

Apesar do grande investimento financeiro, Machado (2015, p. 73) aponta que, as bibliotecas públicas, na época, se difundiram sob uma deturpação do seu papel e distorção de seu carácter perante a população, pois eram instituídas sob ideologias conservadoras, de cerceamento da cultura e de integração nacional. O afastamento da sociedade civil na concepção de políticas públicas orientadas à estas instituições, que acabavam por distanciar o trabalhador, criando a imagem de uma entidade incomum a vida cotidiana, é o maior causador desse desvirtuamento no imaginário popular (MACHADO, 2015, p. 73). Na ditadura, “a gestão do Instituto Nacional do Livro para a cultura e a biblioteca pública era, novamente, de controle e direcionamento para a formação de cidadãos convenientes ao Estado, seus projetos e seus valores, os quais não estavam passíveis de debate e construção pela sociedade civil” (MACHADO, 2015, p. 73).

Ao longo dos regimes autoritários, o crescimento da produção industrial do livro foi regido e determinado pelo Estado, inserido numa orientação econômica em detrimento de interesses públicos. Isso porque nunca foi de interesse desse Estado atender a uma demanda da população, mas “expandir a indústria livreira, dentro de uma perspectiva ideológica que reforçasse e concentrasse o poder oficial (MACHADO, 2015, p. 73).

Lima (2016) reafirma o que foi apontado anteriormente nos trabalhos sobre o Instituto Nacional do Livro.

#### **5.4 Resistência e Enfrentamento**

Quadro 18 - Ações de resistência e enfrentamento à Ditadura Militar

Número total de ações de resistência e enfrentamento à Ditadura Militar encontradas nos documentos pesquisados	Ações de resistência e enfrentamento à Ditadura Militar
8	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Luta e resistência de escritores contra a censura e pela liberdade de expressão (Jorge Amado e Érico Veríssimo);</li> <li>2. Manifesto dos 1046 intelectuais contra a Censura;</li> <li>3. Mandado de segurança impetrado contra o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) pela Editora Civilização Brasileira questionando as várias ações confiscatórias de livros;</li> <li>4. Manifestação Cultura contra Censura (1968)</li> <li>5. A Passeata dos Cem Mil (1968);</li> <li>6. Primeiro curso de pós-graduação em Biblioteconomia;</li> <li>7. Bibliotecários da Universidade de Brasília esconderam livros no caixa-forte da biblioteca para evitar que estes fossem recolhidos pelo regime;</li> <li>8. Show Opinião (1965)</li> </ol>

Fonte: Elaboração própria

“Você tem o Estado, com todo seu aparato repressivo e respaldado por uma legislação. Se existe uma pena de morte numa lei, é legal. O mesmo caso da censura. O Estado chega a um ponto em que cria esses mecanismos repressores que são protegidos por um manto de legalidade” (LEMOS, 2010 apud LEITÃO, 2010, p. 133). Em entrevista concedida a autora Leitão (2010), em sua tese, o bibliotecário, professor e editor Lemos trata sobre as dificuldades de mobilização de ações de enfrentamento dos bibliotecários na época da Ditadura Militar. Leitão (2010, p. 133) coloca que, muitas vezes, a atuação profissional, especialmente em relação a preservação de acervos, envolvem riscos que transcendem a ética profissional e comprometem a integridade pessoal, desmobilizando o poder de luta e resistência.

Neste sentido, novamente, tive dificuldades para encontrar, durante minhas pesquisas nos documentos de referência, ações específicas de resistência, no contexto das bibliotecas públicas, ao Regime Militar. Por isso, nesta categoria, serão apresentadas algumas práticas de enfrentamento no âmbito da defesa do acesso à informação, arte e cultura, protagonizadas ou não por bibliotecários. A autora Reimão (2014, p. 88) nos lembra que foram muitos os atos de luta realizados por pessoas anônimas, que, dentro de suas áreas de exercício, resistiram com integridade e em favor da liberdade, mesmo em tempos sombrios. Além de uma silenciosa multidão que procurou salvaguardar os direitos humanos essenciais em momentos intimidadores, afinal, em determinados períodos, até mesmo comprar, carregar e guardar livros podia ser perigoso (REIMÃO, 2014, p. 88).

Em sua dissertação, Silva (2001, p. 44) coloca que, em face da opressão provocada pelo regime e das práticas previstas no texto do Ato Institucional nº 1, artistas, intelectuais e outros ativistas de esquerda começaram uma torrente de protestos e críticas contra as prisões, torturas e cassações, sendo estes um dos ínfimos pontos de resistência inicial ao golpe. O presidente da República Castelo Branco teve de enfrentar o crescente sentimento antigoverno que cultivava no íntimo da população. Na época, houve várias manifestações e marchas contra o governo planejadas principalmente por estudantes da UNE. Ademais, parte da Igreja Católica também não apoiava o presidente, incluindo Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife (SILVA, 2001, p. 50).

A oposição também alcançou outras áreas da produção artística e dos setores intelectuais. Os protestos de rechaço a Ditadura Militar não ficaram de fora dos espetáculos, como o show Opinião, de 1965. Cada vez mais os artistas aderiam à conflitos diretos, denúncias, abaixo-assinados, manifestos, aliando-se à universidade na vanguarda das declarações públicas contra o regime. Foi durante o ano de 1968, no entanto, que o governo Costa e Silva viu surgir uma série de passeatas populares, sobretudo estudantis. Marchas e confrontos de rua com a polícia marcaram todo o período (SILVA, 2001, p. 38-54). Duas grandes manifestações públicas contra o autoritarismo e desmandos do regime militar, no Rio de Janeiro, precederam a publicação do Ato Institucional nº 5: a “Cultura contra Censura”, em fevereiro de 1968, que reuniu membros da classe teatral contra a proibição da encenação de oito peças e, alguns meses mais tarde, aquela que ficou conhecida como “A Passeata dos Cem Mil”, em 26 de junho de 1968 (REIMÃO, 2014, p. 76).

A “A Passeata dos Cem Mil” foi a maior manifestação ocorrida até então, tendo sido planejada por várias entidades civis, entre elas as organizações estudantis e a Igreja Católica, além de músicos, cientistas, estudantes, políticos, lideranças operárias e religiosas (SILVA, 2001, p. 50). Este protesto também é citado nos documentos de Otero (2003 e 2004) e de Reimão (2011 e 2014). A atmosfera de apreensão e inquietação presente em todo o país, com o renascimento das marchas e protestos de rua contra o governo, encorajou as guerrilhas, luta armada de organismos de esquerda que combatiam o governo estabelecido e mobilizavam politicamente a população, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que operavam clandestinamente desde 1964 (SILVA, 2001, p. 55).

“Em um corajoso e claro ato de resistência ao governo militar, em maio de 1966, a editora Civilização Brasileira impetrou mandado de segurança contra o Departamento Federal de Segurança Pública questionando as várias ações confiscatórias de livros” (REIMÃO, 2011,

p. 11). A editora de Ênio Silveira, que antes do golpe de 1964, já havia publicado livros de autores como Gramsci, György Lukács, Lucien Goldmann, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, voltados ao pensamento marxista, teve sua linha editorial acentuada após a instauração da Ditadura Militar, demonstrando uma posição intransigente frente ao governo. Neste sentido, o texto do mandado é emblemático (VIEIRA, 1998, p. 146).

Trata-se de saber se o governo tem o arbítrio de apreender os livros que bem entende, sob ridículos pretextos, como se não houvesse leis no País (...) trata-se de saber, em suma, se estão com razão os que afirmam que a revolução de 1964 inaugurou no país uma época de arbítrio, de intolerância, de prepotência e de opressão... A digna autoridade (que fez as apreensões) procura justificar-se com a simples alegação de que as obras são subversivas. Tal alegação não só não está acompanhada por qualquer elemento de convicção, como pode facilmente ser desmentida por qualquer pessoa de rudimentar inteligência e cultura, que tenha lido os livros apreendidos (CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1966 apud REIMÃO, 2014, p. 12).

Na segunda metade da década de 1970, as manifestações retornaram com ainda mais afinco e escritores, editores, intelectuais, artistas, cientistas, professores começaram a mobilizar-se para resistir e protestar. Em relação às declarações pelas liberdades no âmbito das instituições culturais e informacionais destaca-se o “Manifesto dos 1046 intelectuais contra a Censura”, do qual faziam parte Helio Silva, Lygia Fagundes Telles, Nélide Pinõn e Jefferson Ribeiro de Andrade, entregue ao ministro da Justiça em Brasília, em 25 de janeiro de 1977 (REIMÃO, 2014, p. 77). Em entrevista à Folha de São Paulo, em 1994, Telles aponta os motivos que a fizeram fazer parte do manifesto. Segue, abaixo, trechos da reportagem encontrada no site do jornal:

A censura vinha exorbitando em relação ao teatro, ao cinema, às artes plásticas, livros e jornais. Nós fomos nos sentindo frágeis. É bonito isso, o sentimento do homem fragilizado politicamente, a sua vontade de se reunir, de formar seus círculos. Em 1976, jovens escritores em Belo Horizonte, em mesas de bar, já estavam se levantando, tentando também armar não se sabe bem o quê, não se sabe se um manifesto ou um memorial. As ações estavam coincidindo, embora não houvesse ainda entre nós contato mais profundo. O movimento de Belo Horizonte acabou liderando grupos esparsos de São Paulo e do Rio, que tinha à frente Rubem Fonseca e José Louzeiro. Eu me sentia dentro de uma nova inconfidência, de origem mineira e âmbito nacional. Houve a proibição da transmissão pela TV do balé Bolshoi. Mais de 400 textos teatrais foram cancelados nesse período porque achavam que eles subvertiam a ordem. Eles tinham horror, por exemplo, a temas que se referiam a uso de tóxicos, a padres que abandonavam o sacerdócio ou a temas que se referiam a casamentos desfeitos. Sabíamos da tortura, exílio e cassações. A nossa estratégia era a do silêncio, para que quando chegássemos ao Ministério da Justiça, o manifesto tivesse a maior repercussão. Mas um jornal de Brasília deu a notícia no dia em que embarcamos de avião. O tempo estava horrível, o avião foi pinoteando nas nuvens ao ponto de Hélio Silva dizer: “Se escaparmos aqui de cima, descendo seremos presos”. Descemos, fomos ao

ministério, entregamos o documento e fomos falar à imprensa, que era o mais importante. Houve uma repercussão extraordinária (TELLES, 1994 apud FOLHA DE SÃO PAULO, 1994).

“Nós, para quem a liberdade de expressão é essencial, não podemos ser continuamente silenciados. O nosso amordaçamento há de equivaler ao silêncio do próprio Brasil e à sua inequívoca conversão em país que muito pouco terá a dizer brevemente” (TELLES et al., 1977 apud FOLHA DE SÃO PAULO, 1994). Como apontado nos trabalhos de Otero (2003 e 2004) e Reimão (2011 e 2014), os autores Jorge Amado e Érico Verissimo lideraram a oposição a censura prévia para livros, declarando, na época, que em nenhuma hipótese mandariam os originais de seus livros aos censores (REIMÃO, 2014, p. 78).

No âmbito das bibliotecas e dos bibliotecários, a autora Leitão (2010, p. 124), em sua tese, coloca que “durante toda a década de 1960, houve uma preocupação com a padronização do currículo mínimo da formação superior na área. Na década seguinte, surge o primeiro curso de pós-graduação em Biblioteconomia”. Também apresentada como uma ação de resistência, em seu artigo, Greenhalgh (2020) aponta que foram escondidos vários livros no cofre da biblioteca da Universidade de Brasília, BCE, para evitar que estes fossem recolhidos pelo regime.

Em entrevistas feitas por Rodrigues (2013, p. 41-42) a dois antigos funcionários da BCE, os mesmos disseram que: “Os livros que ficavam dentro do cofre eram os de Marx, Lenin, autores comunistas em geral” e que “se ficassem nas estantes, certamente seriam retirados, receberíamos denúncias, então livros que eram perigosos também iam, nem todos, alguns livros foram levados para o cofre. Por exemplo, o livro de pensamentos de Mao Tsé-Tung chegou em vários exemplares que vieram pelo correio, a bibliotecária abriu e quando viu era do Mao Tsé-Tung, tinham vários broches e tudo foi pro cofre. O bibliotecário fazia esse tipo de censura, mas não era a mesma motivação que o Estado, da polícia.” Relato similar é encontrado em Freitas (2016, p. 41), onde um dos entrevistados disse: “lembro-me de uma ocasião quando chegou um pacote pelo correio, oriundo da China, com alguns exemplares do Livro Vermelho de Mao Tsé-Tung e alguns broches com a efígie dele. O diretor, Elton Volpini, recolheu tudo a esse cofre”. Portanto, aparentemente, alguns livros foram retirados do acervo, ou mesmo não incluídos, no intuito de mantê-los protegidos no cofre, visto que, se apreendidos pela repressão, poderiam não voltar para o acervo em outro momento (GREENHALGH, 2020, p. 7).

Lemos (2010) também aborda esse assunto em sua entrevista à Leitão (2010, p. 133), colocando que “eu vi depois nessa caixa-forte exemplares de outros livros que os próprios bibliotecários tinham retirado das estantes e guardaram: vamos preservar! Porque um dia a situação muda e isso pode estar de volta”.

## 6 Brasil Atual (2016-2021)

Em 2014, em alusão aos 50 anos do golpe militar de 1964, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação criou uma campanha, denominada “Ditadura Nunca Mais”, com o intuito de “celebrar a resistência da sociedade brasileira contra o estado de exceção determinado pelos militares” (CNTE, 2014). A ação reivindicava a importância de se lembrar para nunca mais reviver. Ao se abordar os contextos políticos e sociais após a redemocratização, é possível perceber, no entanto, assim como apontado por Scabin (2017, p. 56) que, “apesar do caráter liberal, tolerante e pluralista da Constituição de 1988, ainda persistem, nas brechas da Lei, pelas mãos do Estado e de agentes privados, tentativas de controle e restrição das informações que podem ir a público”.

Além dos períodos de exceção do Estado Novo e da Ditadura Militar, este trabalho também traz algumas políticas governamentais ofensivas enfrentadas pelas instituições informacionais e culturais nos âmbitos federal, estadual, municipal e, até mesmo, certas ações de agentes privados ou da sociedade civil durante o “Brasil Atual”, que compreende os anos de 2016 a 2021. O objetivo desta pesquisa não é o de colocar os três períodos como equivalentes, mas sim de analisar e retirar, com base nos documentos acadêmicos de referência e em reportagens jornalísticas, fenômenos similares que apontam para a perpetuação de práticas de desmonte cultural, de censura e desinformação recentemente no Brasil. Neste sentido, o doutor pela Universidade de São Paulo e professor de filosofia política na Universidade Federal de São Paulo, Teles (2019, p. 1) coloca que “hoje, infelizmente, a ditadura se mostra mais presente do que nunca. No discurso de ódio, na presença ostensiva dos militares no governo, na violência contra o pensamento dissonante, na opção pela legitimação explícita da violência de Estado”.

Por esta perspectiva, a discussão e análise dos resultados neste tópico seguem uma disposição um pouco diferente. Estas ainda foram segmentadas seguindo-se uma sequência cronológica, com políticas governamentais e ações de enfrentamento ao “Brasil Atual”, e de acordo com quatro categorias. Porém, as divisões “Sucateamento e Desmonte”; “Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento”; “Propaganda, Desinformação e Notícias Falsas”; e “Resistência e Enfrentamento”, não apresentam um quadro representativo apontando o que foi encontrado em relação aos objetivos específicos deste trabalho, para que não se criasse um sentimento de equidade entre os três períodos. Com o intuito de facilitar a leitura destes resultados, este tópico expõe, também, um quadro resumo geral, além de um subtópico para contextualizá-los no período histórico em que se encontram.



## 6.1 Quadro Resumo

O quadro abaixo apresenta os documentos utilizados como pesquisa e referência neste trabalho e o que foi apontado em cada um deles em relação as políticas governamentais que afetaram negativamente as bibliotecas públicas durante o Brasil atual (2016-2021) e as ações bibliotecárias como forma de resistência e enfrentamento à essas políticas.

Quadro 19 - Resumo das políticas e ações, relacionadas ao período do Brasil atual, encontradas nos documentos pesquisados

<b>Título/Autor/Data de Publicação do Documento</b>	<b>Políticas governamentais que afetaram negativamente as bibliotecas públicas apontadas no documento</b>	<b>Ações bibliotecárias como forma de resistência e enfrentamento apontadas no documento</b>
<b>Teses/Dissertações/Artigos</b>		
1 “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional” - Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fernanda Marina Feitosa Coelho e Tainah Biela Dias (2018)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	-
2 O regime de verdade das redes sociais on-line: pós-verdade e desinformação nas eleições presidenciais de 2018 - Fernanda de Barros da Silva (2019)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	Fact-checking (técnica de checagem dos fatos)
3 Avaliação de fontes de informação na internet: critérios de qualidade - Tomaél et al. (2001)	-	Critérios para o compartilhamento e avaliação da qualidade das fontes de informação na Internet
4 Confiabilidade informacional: a filosofia da informação e o desenvolvimento da leitura crítica no ambiente virtual - Leonardo Tavares Leite (2018)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	Information literacy (competência informacional/literacia informacional) e critérios para o compartilhamento e avaliação da qualidade das fontes de informação na Internet
5 Information literacy: princípios, filosofia e prática - Elisabeth Adriana Dudziak (2010)	-	Information literacy (competência informacional/literacia informacional)
6 The russian “Firehose of Falsehood” propaganda model why It might work and options to counter it - Christopher Paul e Miriam Matthews (2016)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	-
7 Eleições presidenciais 2018 e gestão Bolsonaro: o não lugar da cultura - Kary Emanuelle Reis Coimbra e Maria Dione Carvalho de Moraes (2019)	Extinção do Ministério da Cultura	-
8 A sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em	-	Biblioteconomia Social e information literacy (competência

busca da biblioteconomia social- Yaciara Mendes Duarte (2018)		informativa/literacia informativa)
9 Desculpe o transtorno, preciso falar de Biblioteconomia Social - Catia Lindemann (2018)	-	Biblioteconomia Social
10 Responsabilidade Social Bibliotecária (RSB): o que significa em tempos de rupturas democráticas? - Marielle de Moraes (2018)	-	Biblioteconomia Social e responsabilidade social do bibliotecário
11 Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas Catia Lindemann, Daniela Spudeit e Elisa Delfini Corrêa (2016)	-	Biblioteconomia Social
12 Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana - Alessandra de Oliveira e Jetur de Castro (2017)	-	Biblioteconomia Social/ Progressive Librarianship (Biblioteconomia Progressista)
13 Tempos de censura: reflexões sobre o posicionamento crítico e político do bibliotecário - Arabelly de Lima e Marcos Galindo (2018)	Retirada dos livros da exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” de bibliotecas públicas; e projeto de Lei nº 142/2017 que visava vetar livros de bibliotecas públicas em Marechal Floriano	Responsabilidade social do bibliotecário de garantir o acesso à informação isenta de qualquer censura ideológica, política ou religiosa
14 Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI - Willian Righini de Souza (2018)	Lei nº 4.576 (15 de fevereiro de 2016), de Nova Iguaçu	-
15 O tangível e o corpóreo das Bibliotecas Públicas Brasileiras: do ideal ao real - Bruna de Oliveira Silva e Deise Antonio Sabbag (2019)	Falta de políticas públicas voltadas à cultura; utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	Information literacy (competência informativa/literacia informativa)
16 A Biblioteconomia e as contradições do social - Gabrielle Carvalho Tanus (2017)	Políticas de exclusão/distanciamento de uma parcela da sociedade a informação	Responsabilidade social do bibliotecário
17 Recursos que podem apoiar o bibliotecário no combate às Fake News nas mídias sociais - Barbara Coelho Neves (2019)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	Information literacy (competência informativa/literacia informativa)
18 Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações - Jonathas Carvalho Silva e Roosewelt Lins Silva (2010)	-	Responsabilidade político-social mais atuante do bibliotecário
19 O papel do bibliotecário como mediador da informação na era da pós-verdade - Amanda Moura de Sousa (2017)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	Information literacy (competência informativa/literacia informativa)

20 A informação enfiada e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em Ortega y Gasset - Elisa Delfini Corrêa e Marcela Custódio (2018)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	Information literacy (competência informacional/literacia informacional)
21 O papel da biblioteca pública na reconstrução da verdade - Emir José Suaiden (2018)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	Information literacy (competência informacional/literacia informacional)
22 Uma biblioteca verdadeiramente pública - Victor Flusser (1980)	-	Biblioteconomia Social e responsabilidade social do bibliotecário
23 Tangências e consequências da sociedade informática e da pós-verdade: o potencial papel da biblioteca pública - Maria Cleide Bernardino e Denise Sampaio (2019)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	Responsabilidade social, educacional, cultural do bibliotecário
24 Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros - Waldomiro Santos Vergueiro (1987)	Censura à livros em bibliotecas públicas	-
25 Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo - Waldomiro Santos Vergueiro (1988)	Falta de recursos humanos e financeiros e sucateamento de bibliotecas públicas	Biblioteconomia Social; responsabilidade social do bibliotecário
26 A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade - Ingrid Cyfer (2018)	Protestos contra a visita da autora Judith Butler ao Brasil	-
<b>Notícias Jornalísticas</b>		
27 Conjunto de bibliotecas públicas no país é insuficiente e mal distribuído - Jornal Folha de São Paulo (2019)	Conjunto de bibliotecas públicas no país é insuficiente e mal distribuído	-
28 Governo Bolsonaro atrasa plano de incentivo à leitura - Jornal Folha de São Paulo (2019)	Atraso no Plano de Incentivo à Leitura	-
29 Cultura, sob Bolsonaro, vive volta da censura, perda de ministério e viés evangélico - Jornal Folha de São Paulo (2019)	Extinção do Ministério da Cultura; censura durante a Bienal do Livro do Rio de Janeiro, de 2019, de uma história em quadrinhos da Marvel que trazia um beijo gay	-
30 Após censura, obras com tema LGBT puxam vendas na Bienal do Livro	Censura durante a Bienal do Livro do Rio de Janeiro, de 2019, de uma história em quadrinhos da Marvel que trazia um beijo gay	-
31 Entidade vinculada à Cultura deve enviar posts para aprovação de Mario Frias com antecedência de 24h - Jornal Folha de São Paulo (2020)	Posts nas redes sociais de entidades vinculadas a Secretaria da Cultura devem ser enviados ao secretário com antecedência para que sejam avaliados e para que sua publicação seja autorizada ou não	-
32 Chefe de gabinete da Cultura responsável por aprovar posts em	Posts nas redes sociais de entidades vinculadas a Secretaria da Cultura devem ser enviados ao	-

redes sociais - Jornal Folha de São Paulo (2020)	secretário com antecedência para que sejam avaliados e para que sua publicação seja autorizada ou não	
33 Bolsonaro chama livros didáticos de "lixo" e propõe que material seja suavizado em 2021 - Jornal Folha de São Paulo (2020)	Proposta de suavização de livros didáticos	-
34 Bolsonaro transfere Secretaria de Cultura para Ministério do Turismo - Jornal O Globo (2019)	Extinção do Ministério da Cultura	-
35 Taxação de livros proposta em reforma de Guedes pode ter efeito 'devastador', alerta setor - Jornal O Globo (2020)	Proposta do ministro Paulo Guedes de taxaço de livros	-
36 Governo bloqueia R\$ 50 milhões de órgãos de Cultura como Biblioteca Nacional, Funarte e Palmares - Jornal O Globo (2020)	Bloqueio de verbas a Biblioteca Nacional	-
37 E assim, em janeiro de 2019, foi extinto o Ministério da Cultura - Jornal O Globo (2020)	Extinção do Ministério da Cultura	-
38 Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação - Jornal O Globo (2019)	Discurso do secretário de Cultura voltado a censura de outras formas de manifestações culturais não consideradas como "nacionalistas" pelos governantes	-
39 Roberto Alvim é demitido da Secretaria Especial da Cultura - Jornal O Globo (2019)	Discurso do secretário de Cultura voltado a censura de outras formas de manifestações culturais não consideradas como "nacionalistas" pelos governantes	-
40 CPMI das Fake News identifica 2 milhões de anúncios da Secom em canais de 'conteúdo inadequado' em só 38 dias - Jornal O Globo (2020)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	-
41 Bolsonaro acaba com Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura - Portal G1 (2019)	Encerramento do Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura	-
42 Governo de SP censura livros de projeto de leitura para presidiários, diz articuladora - Portal G1 (2020)	Censura de livros de projeto de leitura para presidiários	-
43 Taxação de livros: como proposta de reforma tributária pode encarecer obras - Portal G1 (2020)	Proposta do ministro Paulo Guedes de taxaço de livros	-
44 Saiba como o termo 'ideologia de gênero' surgiu e é debatido - Portal G1 (2019)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	-
45 Como queimar livros com tributos - Jornal Estadão (2020)	Proposta do ministro Paulo Guedes de taxaço de livros	-
46 Investigação aponta assessor de Bolsonaro como responsável por página de fake news derrubada pelo Facebook - Portal G1 (2020)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	-

47 Cinemateca Brasileira agoniza e se torna símbolo da falta de política cultural do Governo Bolsonaro - Jornal <i>El País</i> Brasil (2020)	Bloqueio de Verbas a Cinemateca Brasileira	-
48 Reforma na biblioteca do Planalto que abrigaria Michelle custou R\$ 62 mil - Revista <i>Época</i> (2020)	Desmante da Biblioteca da Presidência da República em Brasília	-
49 Planalto empilha no chão livros de biblioteca desmontada para abrigar Michelle Bolsonaro - Revista <i>Época</i> (2020)	Desmante da Biblioteca da Presidência da República em Brasília	-
50 Governo desmonta biblioteca do Palácio do Planalto para abrigar Michelle Bolsonaro - Jornal <i>O Globo</i> (2020)	Desmante da Biblioteca da Presidência da República em Brasília	-
51 O eclipse da cultura no Brasil? - Revista <i>Continente</i> (2019)	Extinção do Ministério da Cultura	-
52 Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia - Jornal <i>El País</i> Brasil (2020)	Censura de livros em bibliotecas escolares de Rondônia	-
53 Obras sobre direitos humanos são danificadas na biblioteca da UnB - Jornal <i>Correio Braziliense</i> (2018)	Vandalismo na biblioteca da Universidade de Brasília de obras sobre direitos humanos	-
54 Silêncio na biblioteca: evento cultural virou mera propaganda política? - Portal <i>UOL</i> (2020)	Proibição de eventos culturais virtuais da Biblioteca Mário de Andrade durante campanha para eleição a prefeitura	-
55 Facebook é a maior plataforma de fake news, aponta pesquisa - Jornal <i>Correio Braziliense</i> (2020)	Utilização da desinformação e disseminação de fake news (notícias falsas) como estratégia política	-
56 Projeto de lei quer vetar livros de bibliotecas públicas em Marechal Floriano - Portal <i>G1</i> (2017)	Projeto de Lei nº 142/2017 que visava vetar livros de bibliotecas públicas em Marechal Floriano	-
57 “Meu livro é sobre a ditadura. Jamais pensei que seria censurado”, diz autor de ‘Meninos Sem Pátria’ - Jornal <i>El País</i> Brasil (2018)	Colégio particular do Rio de Janeiro veta obra “Meninos Sem Pátria” após pais reclamarem de doutrinação comunista	
58 Catálogo do Queermuseu desaparece de bibliotecas - Jornal do Comércio (2017)	Retirada dos livros da exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” de bibliotecas públicas	Bibliotecários de Caxias do Sul encaminharam a obra para o setor de obras raras da biblioteca evitando que esta fosse retirada do acervo
59 Nota sobre a Redução da Biblioteca da Presidência da República - CRB-1 (2020)	Desmante da Biblioteca da Presidência da República em Brasília	Nota de repúdio do CRB-1 em relação ao desmante da Biblioteca da Presidência da República em Brasília
60 Exposição “Banidos: obras censuradas no acervo de raros da Mário” - Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (2020)	-	Exposição “Banidos: obras censuradas no acervo de raros da Mário” da biblioteca Mário de Andrade em São Paulo

61 Biblioteca Mário de Andrade - Programação de Novembro - Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (2019)	-	Festival Mix Literário na biblioteca Mário de Andrade em São Paulo
62 Festival Verão Sem Censura acolhe manifestações culturais censuradas e oprimidas - Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (2019)	-	Festival Verão Sem Censura na biblioteca Mário de Andrade em São Paulo
63 Livros com temática LGBT comprados por Felipe Neto são distribuídos na Bienal - G1 (2019)	Censura durante a Bienal do Livro do Rio de Janeiro, de 2019, de uma história em quadrinhos da Marvel que trazia um beijo gay	O youtuber Felipe Neto distribuiu livros com temática LGBT+ gratuitamente
64 Bibliotecas que não se Calam - FEBAB (2020)	-	Campanha “Bibliotecas que não se Calam” promovida pela FEBAB em 2020

Fonte: Elaboração própria

## 6.2 Contexto Histórico

Considerando que os resultados deste trabalho estão intimamente relacionados a época em que se passam, acreditei ser necessário incluir um subtópico explicando um pouco dos contextos políticos e sociais, após 1985, destacando-se brevemente alguns fatos recentes da história do país, especialmente em nível nacional. Certos fatos presentes na análise dos resultados tratam especificamente de políticas governamentais estaduais ou até mesmo municipais, além de práticas de pessoas físicas e jurídicas. No entanto, o contexto nacional traz elementos para o estudo do momento histórico atual do Brasil. Para isso, usei como referência, novamente, o livro de José Alves de Freitas Neto e Célio Ricardo Tasinafo e as dissertações dos autores Frederico Borges Machado e Bárbara de Miranda Lima.

Também foram utilizados os documentos “Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff”, de Carla Rizzotto, Kelly Prudencio e Rafael Cardoso Sampaio; “Em nome do Pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff”, de Reginaldo Prandi e João Luiz Carneiro; “Política cultural e crise no governo Temer”, de Amanda P. Coutinho de Cerqueira; “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos: Bolsonaro e o kit gay, ideologia de gênero e fim da família tradicional”, de Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fernanda Marina Feitosa Coelho e Tainah Biela Dias; o artigo de Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva e Maria Aparecida Arias Fernandez; e uma reportagem, “Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na Justiça em nove votos na Câmara”, do jornal *El País* Brasil.

A partir de 1985, o Brasil começou a retomar seu processo democrático. A abertura política controlada pelos militares, de acordo com Freitas Neto e Tasinafo (2015, p. 937), resultou na eleição indireta de Tancredo de Almeida Neves e José Sarney Araújo Costa para o comando da República. O processo de redemocratização tornou possível a concretização de diversas demandas da população, como a instalação de uma Assembleia Constituinte e, em 1989, a eleição direta para presidente da República. Tancredo Neves, no entanto, foi internado às vésperas de sua posse, o que levou, após intensas negociações, José Sarney ao poder. O novo presidente foi recebido com muita desconfiança, já que era ex-governador do Maranhão e político ligado regime anterior (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 937). A promulgação da Constituição Federal de 1988 abriu novos caminhos para o Brasil. Após 21 anos de ditadura, o país, finalmente, se tornou um Estado Democrático de Direito, gozando de todos os direitos e deveres garantidos pela Carta Magna.

“Para as bibliotecas públicas seria o reinício de uma trajetória em busca da sua efetivação como instituição pública indispensável à sociedade. Uma tarefa árdua, porque essa unidade de informação se encontrava distante da sua vocação social” (MACHADO, 2015, p. 74). Na prática, no entanto, assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, o Estado falha continuamente em assegurar os direitos expressos na Constituição Federal, deixando, muitas vezes, de suprir diversas necessidades da população. No âmbito das instituições culturais e informacionais, essa realidade está longe de ser diferente. Para Machado (2015, p. 74), a Nova República assinala mais um instante democrático do que verdadeiramente um regime democrático. A sociedade brasileira, habituada com um Estado tutor, demora a se envolver com a política, deixando-a nas mãos de governantes que até hoje manipulam continuamente o aparelho estatal em proveito de seus interesses pessoais e manutenção de seus familiares no poder.

Segundo Calabre (2009), foi sancionada, na administração do ministro da Cultura de Sarney, Celso Furtado, a Lei nº 7.505, de 2 julho de 1986, assegurando incentivos fiscais na área do imposto de renda para transações que envolvessem a cultura ou as artes, o que ficou conhecido, na época, como Lei Sarney. Em vez de custear diretamente, o Estado determinava que o capital fosse conseguido pelo mercado, sendo que os recursos eram provenientes de renúncia fiscal. A partir do desinteresse do Estado, o mercado se apropriava do poder de decisão (CALABRE, 2009 apud LIMA, 2014, p. 39). A campanha eleitoral de 1989 para presidente da República envolveu mais de vinte candidatos, entre eles alguns nomes tradicionais da política brasileira, como Leonel Brizola, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Aureliano Chaves e Paulo Maluf. No entanto, duas novas figuras do cenário político chegaram ao segundo turno: o ex-governador de Alagoas, Fernando Affonso Collor de Mello e o líder sindical, Luís Inácio Lula da Silva. Após o apoio expressivo de setores da mídia, Fernando Collor foi eleito para a presidência da República, para um mandato de 5 anos, conforme previa a Constituição de 1988 (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 942).

Em um período de governos neoliberais e sua doutrina de privatizações, Machado (2015, p. 76) aponta que não havia espaço para o Instituto Nacional do Livro. Como tratado nos tópicos do Estado Novo e da Ditadura Militar, apesar de ter sido usado, durante esses dois períodos, com vistas a censura e a propaganda, o INL era considerado o principal órgão governamental responsável pela gestão de políticas para o desenvolvimento dos livros, da leitura e das bibliotecas públicas no país. A partir de uma declaração na qual nem ao menos aparecia a sua sigla, o órgão foi extinto em 1990, após 52 anos de existência (MACHADO,



2015, p. 76). De março de 1991 a outubro de 1992, Sérgio Paulo Rouanet substituiu Ipojuca Pontes e assumiu a Secretaria de Cultura. A Lei Sarney foi, então, modificada, sendo estabelecida a nova Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que criou o Programa Nacional de Incentivo à Cultura ou, como ficou conhecida, a Lei Rouanet, que pretendia melhorar e adequar a nova legislação em relação à anterior (SILVA; FERNADEZ, 2016, p. 10).

De acordo com Freitas Neto e Tasinafo (2015, p. 945), envolvido em esquemas de corrupção e desvios de verbas de campanha, Collor perdeu o apoio da população. Pelas ruas das principais cidades brasileiras houve protestos dos chamados “caras-pintadas”, pedindo pela retirada do governante. Foi assim que, em setembro de 1992, em uma sessão do Congresso Nacional, foi aprovado o pedido de afastamento do primeiro presidente brasileiro eleito pelo voto popular desde 1960, e, em dezembro, houve a votação final do processo pelo impeachment. Com a saída de Collor, Itamar Augusto Cautiero Franco assumiu definitivamente o governo (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 945). A chefia de Franco tinha como meta manter o manto democrático e combater os problemas econômicos. Dispôs, então, da ajuda de Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda, que orientou a transformação do Estado, com a contingência de recursos públicos e o fortalecimento das privatizações (LIMA, 2014, p. 39).

Em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social-Democracia Brasileira, foi empossado presidente da República, derrotando o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. No governo de FHC foi ressaltada a ideologia neoliberal do Estado Mínimo, que previa uma ínfima intervenção do estado na economia, concomitantemente em que eram compreendidas como interesses do Estado a globalização, a internet e a sociedade da informação (MACHADO, 2015, p. 74). “As políticas culturais foram conduzidas pela lógica do financiamento, sendo a cultura tratada pela lógica da mercadoria. O mercado e os produtores foram, na realidade, os beneficiados pelas leis de incentivo, que pouco fizeram pelo aumento do acesso dos cidadãos aos bens culturais” (LIMA, 2014, p. 39).

A gestão do Ministro Francisco Weffort, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi o momento da consagração desse novo modelo que transferiu para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados. Ao longo da gestão Weffort, a Lei Rouanet se tornou um importante instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras. A Lei foi sofrendo algumas alterações que foram subvertendo o projeto inicial de conseguir a parceira da iniciativa privada em investimentos na área da cultura (CALABRE, 2007, p. 8).

“Os programas voltados para as bibliotecas públicas, do Instituto Nacional do Livro, em 1937, até o governo de Fernando Henrique Cardoso, tiveram como objetivo incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas” (LIMA, 2014, p. 39). Nas eleições de 2002, o PSDB lançou como candidato a presidência o ex-ministro da Saúde, José Serra, que foi derrotado no segundo turno por Luís Inácio Lula da Silva, do PT, tendo como vice o ex-senador, empresário e político mineiro José Alencar Gomes da Silva. A história de um presidente vindo das camadas mais populares conferiu a Lula, mesmo após derrotas eleitorais, um renome de vencedor. Lula se reelegeu no segundo turno, em 29 de outubro de 2006, após a disputa com o candidato Geraldo Alckmin, experimentando sucessivos índices de aprovação popular durante seu governo (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 937).

O cantor, compositor, multi-instrumentista, produtor musical e político brasileiro Gilberto Passos Gil Moreira foi, então, nomeado por Lula, em 2003, Ministro da Cultura. O governo, em seu exercício, se propôs a trazer uma modernização das políticas públicas culturais, enfatizando a Constituição Federal de 1988, ao tratar a cultura como garantia e colocá-la no rol dos direitos sociais, reservando-a um papel sistêmico (LIMA, 2014, p. 45-48). A reforma da Lei Rouanet, proposta deste novo período, previa a consolidação do Fundo Nacional de Cultura e uma maior independência do MinC na seleção de propostas que realmente interessassem as massas. O governo Lula também amplificou a participação da população em geral na cultura, a partir de diversas ações, como o vale-cultura e as Conferências de Cultura, e buscou convertê-las em políticas de Estado (LIMA, 2014, p. 51-53).

Os autores Freitas Neto e Tasinafo (2015, p. 954) apontam que a campanha eleitoral de 2010 chegou com uma novidade. Pela primeira vez desde o restabelecimento das eleições diretas em 1989, Luís Inácio Lula da Silva não era candidato. Mesmo sem sê-lo, por conta dos altos índices de popularidade ao final de seu mandato, Lula foi uma figura política presente durante toda a campanha. No campo lulista, defendendo a continuidade do governo anterior, a candidata foi a ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Esta, que tem um histórico de militante de grupos de esquerda que combateram a ditadura durante o Regime Militar, foi a primeira mulher eleita para presidir o Brasil (FREITAS NETO; TASINAFO, 2015, p. 954). “Na sua atuação na cultura, os governos Lula/Dilma Rousseff têm demonstrado aspectos e contribuições importantes” (LIMA, 2014, p. 67), como permitir um maior debate político social sobre a cultura e a mobilização de novos segmentos sociais. Contudo, embora os dois presidentes tenham se empenhado em reorganizar o MinC, a ampliação dos benefícios fiscais

compreendia, ainda, instâncias do mercado em que este suporte não era fundamentado (LIMA, 2014, p. 67).

Em relação a campanha para eleição presidencial de 2014, ela foi marcada pela polarização. A presidente Dilma Rousseff, do PT, e seu vice Michel Temer, do antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, foram reeleitos no segundo turno com 51,64% dos votos válidos, sendo a eleição mais acirrada desde a redemocratização. O segundo mandato de Dilma, porém, teve vida curta. “No dia 2 de dezembro de 2016, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou pedido de abertura de processo de impeachment da presidente. O pedido a acusava de ter cometido pedaladas fiscais, o que foi apresentado como crime de responsabilidade” (RIZZOTTO; PRUDENCIO; SAMPAIO, 2017, p. 113).

“Em 17 de abril de 2016, por 367 votos favoráveis e 137 contrários, a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, processo que a partir daí seguiu para o Senado para a decisão final que a tirou da presidência” (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p.1). A sessão na Câmara, que foi transmitida ao vivo, gerou uma onda de apoio e indignação. Embora a denúncia contra Dilma tratasse sobre crime fiscal, uma grande parte dos votos foi fundamentada em homenagens às famílias dos parlamentares, em discursos, muitas vezes, contra a esquerda e o comunismo e em louvores à Ditadura Militar. Deputado federal pelo Rio de Janeiro por 28 anos, de 1991 à 2019, o voto de Jair Messias Bolsonaro chamou a atenção por ser dedicado ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) durante o Regime Militar (EL PAÍS, 2016).

“Perderam em 1964, perderam em 2016. Contra o comunismo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim” (BOLSONARO, 2016 apud EL PAÍS, 2016). A ex-presidente Dilma Rousseff participou da militância política desde sua juventude e integrou organizações que defendiam a luta armada contra o Regime Militar. Em 1970, foi presa e torturada, passando quase três anos na cadeia (BITTAR, 2021). O coronel Ustra, citado na fala de Bolsonaro durante a votação pelo impeachment, foi o primeiro oficial das Forças Armadas condenado pela Justiça, em 2008, em ação declaratória por sequestro e tortura durante a Ditadura Militar. Segundo diferentes relatórios, Dr. Tibiriçá foi responsabilizado por centenas de desaparecimentos, sequestros e sessões de tortura que incluíam choques elétricos, estupros e espancamentos (EL PAÍS, 2016).

Assume a presidência do Brasil, em 2016, como presidente interino, o vice de Dilma Rousseff, Michel Miguel Elias Temer Lulia. Logo que iniciou seu governo, Temer decidiu extinguir o Ministério da Cultura, por meio da medida provisória número 726, de 12 de maio de 2016, transformando-o em uma secretaria subordinada ao MEC. A decisão, no entanto, gerou uma enorme insatisfação em diversos setores da sociedade (CERQUEIRA, 2018, p. 7-8). Temer determinou, então, em junho do mesmo ano, a recriação do MinC. No entanto, com a divulgação de um corte de 43% do orçamento, o cineasta João Batista de Andrade pediu demissão do comando do ministério. Em sua avaliação, apontava que o ambiente não era propício a uma boa política cultural e, como corte orçamentário, o ministério teria ficado inviável (CERQUEIRA, 2018, p. 7-8). Michel Temer deixou o governo em 2018, após reprovação recorde.

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Com este slogan, Jair Messias Bolsonaro saiu vitorioso do pleito eleitoral à presidência da República em 2018. Obtendo 55,13% dos votos válidos no segundo turno, o então candidato do Partido Social Liberal venceu Fernando Haddad, do PT (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018, p. 78). Os autores Maranhão Filho, Coelho e Dias (2018, p. 78-80) apontam que grande parte da campanha do atual presidente foi desempenhada tendo como fundamento a defesa da família tradicional brasileira e a luta contra o kit gay, a ideologia de gênero e o comunismo, em uma fabricação de um discurso que vinha sendo popularizado já há vários anos. As convicções e opiniões apoiadas por Bolsonaro desde antes da confirmação de sua candidatura, quando ainda era deputado federal, fizeram com que ganhasse os holofotes das mais variadas esferas conservadoras da sociedade brasileira. O fortalecimento do conservadorismo no Brasil, principalmente a partir de 2010, se revigoriza com o seu êxito, “oferecendo novos desafios às já frágeis democracia brasileira e laicidade do Estado” (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018, p. 85) e as instituições culturais e informacionais.

### **6.3 Ações e Políticas de Desmonte das Bibliotecas Públicas durante o Brasil atual**

Novamente, as categorias que apresentam as ações de políticas de desmonte de instituições culturais e informacionais durante o Brasil atual (2016-2021), permanecem as mesmas do Estado Novo e da Ditadura Militar, sendo elas: “Sucateamento e Desmonte”; “Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento”; e “Propaganda, Desinformação e Notícias Falsas”. Tais categorias serão utilizadas como parâmetro para análise do Brasil atual em função dos apontamentos traçados nos dois períodos anteriores.

### 6.3.1 Sucateamento e Desmonte

Desde o impeachment de Dilma Rousseff, e o início do governo Michel Temer, foi possível notar algumas políticas governamentais voltadas ao enfraquecimento de instituições culturais e informacionais. Estas práticas serão, portanto, apresentadas durante esta categoria. Neste sentido, “um dos maiores entraves históricos do Ministério da Cultura na efetividade de suas demandas é o seu baixo orçamento” (CERQUEIRA, 2018, p. 10). De acordo com o site da Câmara do Deputados (2016), em 15 de junho de 2016, foi apresentada ao Plenário, pelo Poder Executivo, a Proposta de Emenda à Constituição 241/2016 que modificava o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, instaurando um novo regime fiscal. Atualmente, a PEC foi transformada em Emenda Constitucional 95/2016, ou “Ementa do Teto dos Gastos Públicos”, e “congela o orçamento do governo federal por vinte anos, impactando diretamente na área cultural, com significativa redução de investimentos” (CERQUEIRA, 2018, p. 10). Neste âmbito, a “PEC é ainda mais devastadora. Isso porque, diferentemente da saúde e educação, que possuem pisos orçamentários obrigatórios previstos na Constituição, a cultura não tem essa garantia” (CERQUEIRA, 2018, p. 10).

“Durante o governo Temer, o Ministério da Cultura teve uma sobrevida apática, procurando manter a relevância em meio a um contexto que já se mostrava avesso à produção cultural e artística brasileira” (VERAS; MINDÊLO, 2019). Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, as práticas governamentais que afetam negativamente as bibliotecas públicas se perpetuaram e ainda continuam presentes em nosso cotidiano. Em 2 de julho de 2019, com o intuito de debater as políticas públicas que o Poder Executivo tem sancionado para o setor cultural, cinco ex-ministros da Cultura se encontraram no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Fizeram parte da reunião Juca Ferreira, ministro de 2008 a 2011 e de 2015 a 2016, Francisco Weffort, de 1995 a 2002, Luiz Roberto Nascimento Silva, de 1993 a 1994, Marcelo Calero, em 2016 e Marta Suplicy, de 2012 a 2014. (YAMASAKI, 2019). “Nós, ex-ministros da cultura que servimos ao Brasil em diferentes governos, externamos nossa preocupação com a desvalorização e hostilização à cultura brasileira” (WEFFORT et al., 2019).

Uma das principais preocupações dos ex-ministros foi com a extinção, no primeiro dia do governo de Bolsonaro, 1 de janeiro de 2019, do Ministério da Cultura, pela medida provisória nº 870, publicada em edição especial do Diário Oficial da União. “A existência do Ministério tem garantido um olhar à altura da relevância da cultura e da arte na vida brasileira. Mesmo com recursos limitados, a pasta foi capaz de defender, formular, fomentar, criar e inovar a relação do Estado com a sociedade no plano da cultura” (WEFFORT et al., 2019). O MinC

foi criado em 15 de março de 1985, durante o governo Sarney, por meio do Decreto n° 91.144. Ficava, então, ao encargo do ministério as áreas de letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional, além do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural (MOLINERO, 2019).

“A extinção/recriação do MinC pode ser vista em um movimento de eterno retorno, considerando que este foi desativado em 3 gestões federais, a última no governo iniciado em 2019, com a gestão da cultura relegada a uma secretaria, vinculada ao Ministério da Cidadania” (COIMBRA; MORAIS, 2019, p. 114). A instituição foi transformada na Secretaria Especial da Cultura, subordinada à pasta da Cidadania, sob comando, na época, do médico Osmar Terra. A partir do Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019, passou a fazer parte do Ministério do Turismo, comandado por Marcelo Álvaro Antônio. Com esta modificação, passam a ser responsabilidade do Ministério do Turismo: a política nacional de cultura; a regulação dos direitos autorais; a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural; o apoio ao Ministério da Agricultura para a preservação da identidade cultural de comunidades quilombolas; e o desenvolvimento de políticas de acessibilidade cultural e do setor de museus (SORANO, 2019).

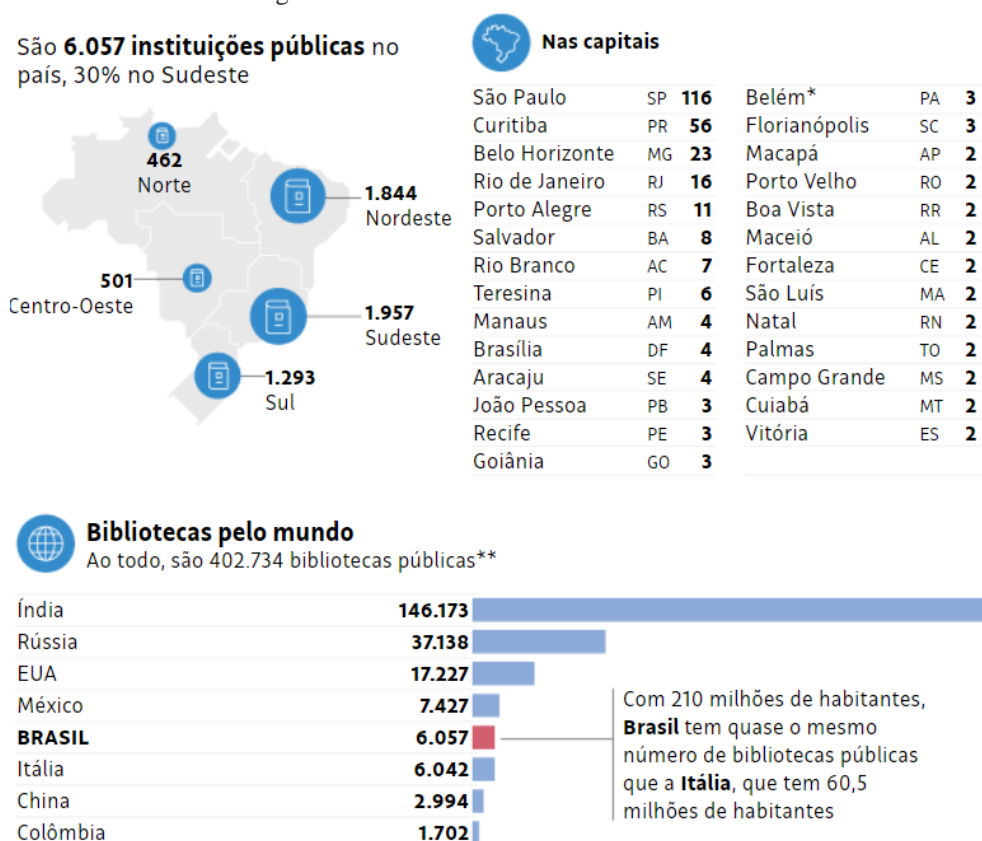
O decreto também encaminhou ao Ministério do Turismo a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, encarregada por emitir pareceres sobre subsídios da Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, além do Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão do Fundo Nacional de Cultura e outras seis secretarias não elencadas (SORANO, 2019). Em uma entrevista concedida ao Jornal da USP, Arruda, diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária da USP entre 2010 e 2015, afirma que “o que está acontecendo com as instituições culturais do Brasil é um horror. Primeiro acabaram com o Ministério da Cultura, que foi construído no bojo da redemocratização. É literalmente um desmonte da cultura” (ARRUDA, 2019 apud COSTA, 2019).

É importante lembrar que, nesta perspectiva, assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, “muitas vezes a ausência e a não ação do Estado existem deliberadamente. O Estado deixa de realizar ações de proteção e desenvolvimento aos cidadãos por meio de decisões políticas” (MACHADO, 2015, p. 24), porque, constantemente, interessa a políticos a conservação do obscurantismo na sociedade. Demonstrando-se um embate de interesses entre a população e os atores das políticas públicas (MACHADO, 2015, p. 24). No campo das bibliotecas públicas, encontramos, frequentemente, bibliotecas com acervos inadequados e mal processados, atendendo de maneira insatisfatória a uma população que a elas

recorre mais ou menos aleatoriamente, constituindo um acervo informacional normalmente distante das necessidades cotidianas da população (VERGUEIRO, 1988, p. 207).

Neste sentido, de acordo com dados de 2015, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNPB), o conjunto de bibliotecas públicas brasileiras é insuficiente e mal distribuído. Das 6.057 unidades, ou uma para 34,5 mil habitantes, mais de um terço delas se encontra no Sudeste. A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (Febab), que é responsável por estabelecer parâmetros de avaliação que possibilitem direcionar o debate com políticos, aponta que é preciso ver, principalmente, se a instituição é acessível, se tem um bom acervo, se funciona aos finais de semana e se oferece serviços significativos à comunidade (LAGE, 2019). “O segredo do sucesso é a continuidade. Aqui, temos sempre a sensação de recomeço. Agora, perdemos nosso interlocutor, o Ministério da Cultura. Isso diz a estados e prefeituras que não é preciso ter áreas específicas de cultura. O que não está no organograma não tem orçamento” (FERRARI, 2019 apud LAGE, 2019).

Figura 9 - O cenário nacional das bibliotecas



Fonte: LAGE (2019)

Esse cenário vem se agravando, cada vez mais, com os cortes de recurso e o sucateamento. Durante o governo Bolsonaro, em 31 de agosto de 2020, segundo uma

reportagem do jornal O Globo, o Ministério da Economia bloqueou, pelo menos, R\$ 50 milhões do orçamento de órgãos da Cultura no país. Apontando um corte de R\$12,4 milhões da Fundação Nacional de Artes (Funarte); R\$ 2,6 milhões da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); R\$1,1 milhão da Fundação Palmares; R\$2,1 milhões do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); e R\$122 mil da Fundação Casa Rui Barbosa. Esta redução pode levar a interrupção de projetos que já estavam em prosseguimento nas instituições (NIKLAS, 2020). A Cinemateca Brasileira, em São Paulo, também sofre com as novas políticas públicas, ou a ausência destas, correndo o risco de fechar permanentemente por falta de subsídio do Governo Federal. A Associação Roquette Pinto, mantenedora da Cinemateca desde 2018, aponta que o Executivo não transferiu nenhuma verba, até 20 de julho de 2020, e denunciou uma dívida de 14 milhões de reais do governo de Jair Bolsonaro (OLIVEIRA, 2020).

Segundo a jornalista Oliveira (2020), a Cinemateca Brasileira foi criada na década de 1940 e é considerada a quinta maior cinemateca em restauro do mundo, abrigando cerca de 250.000 rolos de filme, sendo 44.000 títulos de curta, média e longas-metragens, além de programas de TV. Em 15 de julho de 2020, o Ministério Público Federal (MPF) acionou uma ação civil contra a União, denunciando o poder Executivo pelo “estrangulamento financeiro e abandono administrativo” do local e cobrando responsabilidade (OLIVEIRA, 2020). “Na Cinemateca não está só a história do cinema, mas uma parte importante da história do Brasil. Lá está a Marcha da Família, de 1964. É um tesouro que não dá para simplesmente transferir para outro lugar. Não é qualquer funcionário que vai saber manusear o material” (VEREZA, 2020 apud OLIVEIRA, 2020, p. 1).

No início do ano de 2020, a Biblioteca da Presidência da República, fundada em 1914 no Rio de Janeiro, e transferida pra Brasília em 1961, quase foi diminuída pela metade para atender a equipe de um programa chamado Pátria Voluntária, coordenado por Michelle Bolsonaro, esposa do presidente Jair Bolsonaro. O local também daria lugar a uma nova sala. Com um acervo de 42 mil itens e 3 mil discursos de presidentes, a biblioteca tem a função de preservar a memória dos presidentes do Brasil (MEGALE, 2020). Por conta da repercussão negativa da notícia, a primeira-dama desistiu da reforma, porém, não antes desta custar R\$ 62 mil reais aos cofres públicos. Durante a obra, livros centenários, que contam a história da República, foram amontoados em meio a materiais de construção no corredor que leva à Biblioteca (AMADO, 2020).

Até setembro de 2019, sete meses após a posse de Jair Bolsonaro, o governo federal ainda não havia elaborado um novo Plano Nacional do Livro e Leitura. De acordo com Lima



(2014, p. 62), o PNLL foi criado por meio da Portaria Interministerial nº 1.442, em 10 de agosto de 2006, durante o primeiro mandato do presidente Lula, em uma parceria do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, e reunia projetos, programas e ações de ministérios, instituições públicas, além de empresas estatais e entidades privadas. Possuía, na época, quatro fundamentos que orientavam a sua organização: a democratização do acesso; o fomento à leitura e à formação de mediadores; a valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; e o desenvolvimento da economia do livro. Em 1º de setembro de 2011, este foi instituído por meio do Decreto nº 7.559, firmado pela presidente Dilma Rousseff (LIMA, 2014, p. 62).

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável (BRASIL. Ministério da Cultura, 2013).

A legislação vigente é de 2018, a Lei nº 13.696, proposta pela então senadora e atual governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores, e ratificada pelo ex-presidente Michel Temer, em 12 de julho. Ficava estabelecida, então, a Política Nacional de Leitura e Escrita como uma estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. Por ser uma política de Estado, esta não poderia ser suspensa quando ocorressem trocas de governo, no entanto, a despeito da relevância da lei, é necessário engajamento governamental para que esta seja verdadeiramente efetivada. A Lei Castilho, como ficou conhecida, determinava que para a execução de seus propósitos, deveria ser concebido, nos seis primeiros meses de mandato do chefe do Poder Executivo, o Plano Nacional do Livro e Leitura, que instituiria metas e ações (BARBOSA, 2019).

Na contramão do que a lei orientou, em 24 de setembro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, que tinha a atribuição de prestar suporte à administração do plano nos termos e orientações relativas à área e era integrado exclusivamente por membros do Colegiado Setorial do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) nos campos de Literatura, Livro e Leitura. O Decreto nº 9.930 também

reduziu o número de representantes da sociedade civil no Conselho Diretivo do PNLL, que de dois representantes com “notório conhecimento literário”, passou para apenas um (G1, 2019).

Ao publicar este decreto modificando a estrutura do PNLL o governo Bolsonaro reafirma sua ojeriza a qualquer participação crítica da sociedade civil nas ações de governo. Trata-se de extinguir o vínculo mais direto (e crítico) da direção do PNLL, ou seja, seu Conselho Diretivo e sua Secretaria Executiva, com a sociedade civil organizada em torno do tema. O Conselho Consultivo sempre foi a voz direta dos vários grupos de interesse da sociedade no tema Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (LLL) e agiu como um balizador estratégico das decisões do PNLL, auxiliando nas diretrizes multidiversas que este setor da cultura exige. Ao extinguir o Conselho Consultivo, o governo tenta abafar pressões sociais legítimas e atinge o coração do PNLL, que é justamente ouvir permanentemente a sociedade que está atenta ao tema. Para um olhar mais apressado o decreto exibe uma aparência de que está mais ou menos igual ao anterior, mas as mudanças cirúrgicas atingem o órgão vital do PNLL, no caso, a ligação direta com as múltiplas vozes do LLL (CASTILHO, 2019 apud PUBLISHNEWS, 2019)

### **6.3.2 Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento**

Como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, a Constituição Federal de 1988 proíbe qualquer espécie de censura, seja de natureza política, ideológica ou artística. No entanto, mesmo após a redemocratização, a censura continua ocorrendo, de forma não institucionalizada e, muitas vezes, escondida aos olhos da população em geral. Alguns casos, porém, chegam a grande mídia, evidenciando o fortalecimento de antigas práticas de acesso controlado ao conhecimento. Nesta categoria serão apresentadas as ações e políticas governamentais que tem como objetivo a censura e o cerceamento de informações, afetando de forma negativa as bibliotecas públicas, durante o período do Brasil atual (2016-2021).

O termo ideologia de gênero, nos últimos tempos, tem crescido cada vez mais em discursos na mídia, nas redes sociais, e, em especial, no Congresso Nacional. Grande parte das vezes, a frase, com base em referências religiosas, é empregada para advertir sobre supostos perigos referentes à sexualidade e ao gênero, em particular quando compreende o reconhecimento de direitos de minorias (SOUZA, 2018, p. 267). De acordo com o Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados da UnB (2019), a expressão surgiu entre os anos de 1990 e 2000 em uma ala conservadora da Igreja Católica conhecida como Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé. Tendo sido uma resposta ao feminismo por grupos neofundamentalistas, que acreditam que luta destas mulheres fere a tradicional família cristã brasileira. É usada por grupos conservadores evangélicos avessos as pesquisas iniciadas entre 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa, que teorizavam sobre a diferença entre sexo biológico e gênero (MATARAZZO; GONÇALVES, 2019).

Um dos efeitos da consolidação da expressão no cotidiano de diversos setores da população têm sido uma maior intimidação ou até mesmo censura de tudo e todos que buscam lutar contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (SOUZA, 2018, p. 267-268). Em novembro de 2017, a visita da filósofa estadunidense e uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e da teoria queer, Judith Butler, ao Brasil gerou uma onda de protestos. Antes mesmo de descer do avião, as redes sociais já contavam com discurso inflamados contra Butler, que estaria chegando às terras brasileiras com o intuito de perverter a mente da população. Um abaixo-assinado foi criado pelos manifestantes contrários a vinda da intelectual ao país no site de petições Citizen Go, que, até o dia 7 de novembro de 2017, reunia cerca de 366 mil assinaturas (CYFER, 2018, p. 2).

Neste mesmo dia, um grupo de direita conservador se reuniu em frente ao Sesc Pompeia, em São Paulo, local de eventos no qual Judith Butler dava uma palestra, e promoveu uma queima simbólica da filósofa. Segurando crucifixos, os participantes do protesto colocaram fogo em uma boneca vestida de bruxa com o rosto de Butler enquanto gritavam “Queimem a bruxa!”. O debate sobre gênero e teoria queer ganhou um maior destaque com o movimento de boicote a exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, ocorrida no Santander Cultural de Porto Alegre, em 2017 (GONÇALVES, 2019). A controvérsia sobre esta exibição se ampliou às instituições culturais e informacionais. Por ter sido uma mostra financiada com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura, popularmente conhecida como Lei Rouanet, o catálogo da apresentação foi entregue para todas as bibliotecas públicas porto-alegrenses. Vereadores de cinco municípios da região resolveram, então, em novembro de 2017, requerer a retirada da obra dessas bibliotecas, sendo, posteriormente, verificado que o livro já não formava os acervos de duas delas (LIMA; GALINDO, 2018, p. 4175).

Ainda em 2016, algumas cidades do Brasil vinham aprovando leis que impediam abertamente o acesso à informação sobre gênero e orientação sexual nas escolas. Em 16 de fevereiro desse mesmo ano, o prefeito de Nova Iguaçu (Rio de Janeiro) sancionou a Lei nº 4.576/2016, em que ficava proibida a distribuição, exposição e divulgação de livros, publicações, cartazes, filmes, vídeos, faixas ou qualquer tipo de material, didático ou paradidático, contendo orientações sobre a diversidade sexual nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal da cidade (SOUZA, 2018, p. 274). Anos antes, em 11 de agosto de 2011, o então vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, publicou um projeto de lei similar, nº 1082/2011, porém em relação as instituições de ensino fundamental e

de educação infantil da rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal, 2011).

O material a que se refere o caput deste artigo é todo aquele que, contenha orientações sobre a prática da homoafetividade, de combate à homofobia, de direitos de homossexuais, da desconstrução da heteronormatividade ou qualquer assunto correlato (RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal, 2011)

Figura 10 - Projeto de Lei nº 142 (17 de outubro de 2017), da Câmara Municipal de Marechal Floriano



Fonte: (DIAS, 2017)

Vários acontecimentos similares de cerceamento ao conhecimento vêm ocorrendo pelo país, justificados pelo conservadorismo e, novamente, pela defesa da moral e dos bons costumes. Neste sentido, em 17 de outubro de 2017, foi publicado um Projeto de Lei nº 142/2017, da Câmara Municipal de Marechal Floriano, no estado do Espírito Santo, que tinha como objetivo vedar das bibliotecas públicas e comunitárias, em todo o âmbito do município, o uso de livros com temáticas que, de acordo com os vereadores César Ronchi e Diony Stein, fizessem apologia às drogas, a pedofilia, a zoofilia, ao racismo e ao incesto (LIMA; GALINDO,

2018, p. 4175). Apesar de os temas declarados serem de fato consensos comuns de violências que devem ser combatidas, o problema se encontra em como a prática da censura abre as condições para perseguição de diferentes ideias e grupos, além de não resolver os problemas sociais. Quais livros se encaixariam nestas categorias? Quais os critérios seriam utilizados? Quem definiria estes critérios?

A história em quadrinhos *Watchmen*, escrita por Alan Moore e ilustrada por Dave Gibbons, publicada originalmente pela editora estadunidense DC Comics entre 1986 e 1987, apresenta um debate semelhante ao ter como premissa a frase “Quem vigia os vigilantes?”. A expressão, que remonta ao poeta romano Juvenal do século I/II, que escrevia sátiras sobre governos tirânicos e ditaduras opressoras, é uma personificação da dificuldade em se responsabilizar aqueles que estão no poder, ainda mais quando envolve decisões políticas que, na aparência, visam o melhor para a população. Quem vai fazer isso? (REIHER, 2019, tradução nossa). Assim como apontado nos tópicos do Estado Novo e a da Ditadura Militar, a justificativa para a censura e o cerceamento do conhecimento, muitas vezes, se pauta no velho discurso em defesa da família tradicional, de resgate a moralidade e contra a degradação dos tempos atuais.

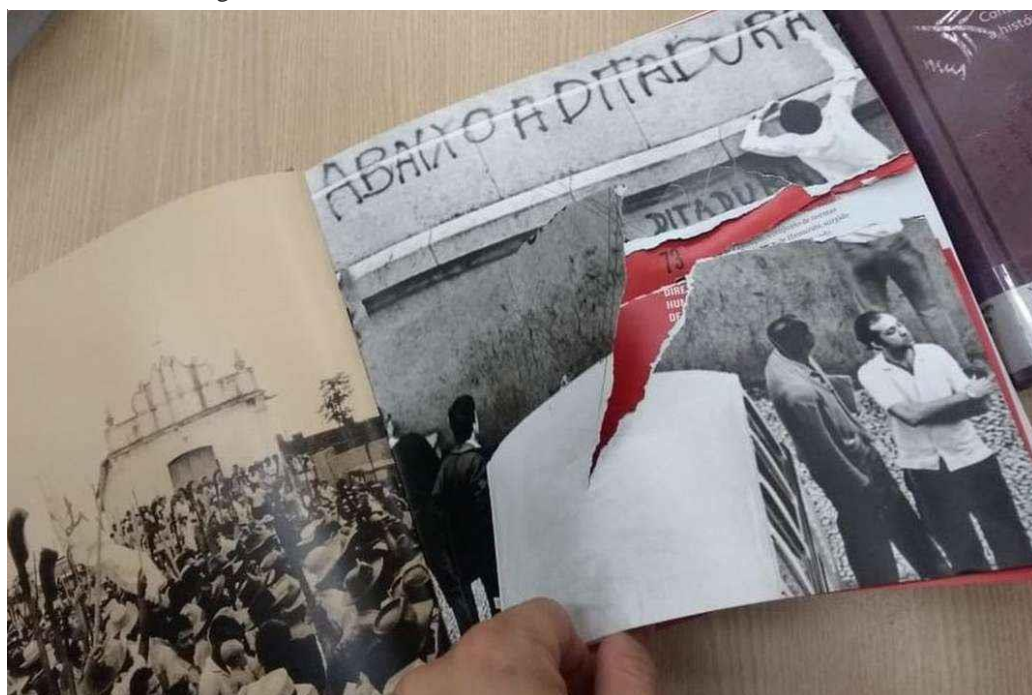
Nem as escolas particulares escaparam da censura, em 2 de outubro de 2018, a direção do Colégio Santo Agostinho, no Rio de Janeiro, decidiu cancelar a adoção do livro de ficção “Meninos sem Pátria”, de Luiz Puntel, indicado para alunos do 6º ano do ensino fundamental. Parte da série Vagalume, coleção de literatura brasileira para o público infantojuvenil, “Meninos sem Pátria” teve como inspiração a história do jornalista José Maria Rabelo, criador do jornal O Binômio, que foi perseguido durante a Ditadura Militar, exilando-se por 16 anos. O livro foi acusado, por um grupo de pais dos alunos da escola, de visar a doutrinação comunista (PIRES, 2018). Em uma entrevista concedida ao jornalista Pires do jornal *El País*, Puntel afirma que ficou surpreso com a notícia de que sua obra havia sido vetada. “Meu livro é sobre a ditadura, um fato histórico. Jamais imaginei que, em 2018, seria censurado. Não faz sentido acusá-lo de doutrinação ou proselitismo ideológico. Fatos e história são incontestáveis. Que se leia e se discuta em sala de aula” (PUNTEL, 2018 apud PIRES, 2018).

No Brasil, gostam de dizer que o regime militar não foi tão forte quanto na Argentina ou no Chile. De fato, a repressão nesses países foi pior. Mas isso não significa que não houve ditadura por aqui. Embora o Dias Toffoli chame de “movimento”, houve golpe, perseguição a opositores, prisões arbitrárias, restrição dos direitos civis e fechamento do Congresso. Todas as características de uma ditadura. Nos comentários da página que divulgou a censura no colégio, tinha gente pedindo para queimar exemplares do livro. Isso já aconteceu no Brasil, quando queimaram Capitães de Areia, do Jorge Amado, durante o governo de Getúlio Vargas. É um retrocesso. Eu me orgulho

de ter escrito *Meninos Sem Pátria*, que continua passando de geração em geração. O livro está aí para mostrar que a ditadura realmente existiu (PUNTEL, 2018 apud PIRES, 2018).

O caso do Colégio Santo Agostinho exemplifica, assim como apontado nos tópicos de Revisão de Literatura e de Ditadura Militar neste trabalho, que a censura pode partir por meio de iniciativa civil (LEITÃO, 2010, p. 130-143). Outra amostra importante foi o acontecido na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, em 4 de outubro de 2018, em que cinco livros do edifício com assuntos referentes aos direitos humanos e ao Regime Militar foram rasgados e danificados intencionalmente. A equipe de bibliotecários da BCE publicou um comunicado no *Instagram* informando sobre o episódio e que seriam feitas investigações preliminares para apurar as circunstâncias e encontrar os responsáveis (CORREIO BRAZILIENSE, 2018). “A UnB repudia quaisquer atos de vandalismo e informa que abrirá processo junto à Polícia Federal, órgão que apura casos de dano ao patrimônio na Universidade” (CORREIO BRAZILIENSE, 2018 apud BCE, 2018).

Figura 11 - Livro sobre Direitos Humanos danificado na BCE



Fonte: Rios (2018)

Desde a extinção do Ministério da Cultura, no início do governo Bolsonaro, a nova Secretaria Especial da Cultura vêm sendo palco de diversas políticas polêmicas envolvendo, muitas vezes, a censura. Em 21 de agosto de 2019, foi publicado, no Diário Oficial da União, uma portaria assinada pelo então ministro da Cidadania, Osmar Terra, na qual cancelava o edital

para produções com temática LGBTQ+ transmitidas por TVs públicas. Em seu pronunciamento nas redes sociais, no dia 15/08 daquele mesmo ano, Jair Bolsonaro insultou quatro das produções finalistas do edital, “Afronte”; “Transversais”; “Religare Queer”; e “Sexo Reverso”, que concorriam pelas categorias diversidade de gênero e sexualidade (NIKLAS, 2019). Em uma entrevista concedida ao jornal O Globo, o diretor de “Transversais”, Maranhão, aponta a real intenção por trás da suspensão. “Para mim, é uma clara sinalização de censura. Apesar de ele [Bolsonaro] negar, a partir do momento em que diz que produções LGBT não vão receber recursos, é censura” (MARANHÃO, 2019 apud NIKLAS, 2019).

Neste mesmo dia, 21 de agosto de 2019, o então secretário especial de Cultura, Henrique Pires, foi demitido do cargo. De acordo com uma reportagem do jornal O Globo (2019), Pires não concordou, entre outras determinações superiores, com a suspensão do edital para produções com temática LGBTQ+ que seriam transmitidas por TVs públicas. “Eu não vou fazer apologia a filtros culturais. Para mim, isso tem nome: é censura. Se eu estiver nesse cargo e me calar, vou consentir com a censura. Não vou bater palma para este tipo de coisa. Eu estou desempregado. Para ficar e bater palma para a censura, eu prefiro cair fora” (PIRES, 2019 apud O GLOBO, 2019). Após a saída de Henrique, José Paulo Soares Martins assumiu como secretário interino. Ricardo Braga tomou posse em 9 de setembro de 2019, ficando apenas dois meses na função, sendo exonerado em 4 de novembro.

“A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes de nosso povo, ou então não será nada” (ALVIM, 2019 apud GOÉS; ARAGÃO; SOARES, 2019). Ao divulgar o Prêmio Nacional das Artes, programa de mais de R\$ 20 milhões, Roberto Alvim, então secretário especial de Cultura que assumiu após a saída de Ricardo Braga, reproduziu uma citação do ministro da educação pública e propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels. Além disso, o pronunciamento trouxe como fundo musical a ópera *Lohengrin*, de Richard Wagner, compositor alemão prestigiado por Hitler e que teve grande importância em sua constituição ideológica (GOÉS; ARAGÃO; SOARES, 2019). Assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, Joseph Goebbels, na época, desempenhou uma campanha árdua contra os livros e as artes em geral que fugiam dos ideais e valores da ideologia dominante.

Segundo o livro “Goebbels: a Biography”, de Peter Longerich, o líder nazista afirmou: “A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada” (GOÉS; ARAGÃO; SOARES, 2019).

De acordo com uma reportagem do jornal O Globo (2019), em seu pronunciamento, Roberto Alvim declarou o “renascimento da arte e da cultura no Brasil”. Além de engrandecer a fé do povo brasileiro e a sua relação com Deus, o secretário abordou as “poderosas formas estéticas” que serão beneficiadas durante o novo governo. “As virtudes da fé, da lealdade, do auto sacrifício e da luta contra o mal serão alçadas ao território da arte”. Inicialmente, o presidente Jair Bolsonaro, em uma live com Alvim, afirmou que este era a “cultura de verdade no Brasil” e disse que anteriormente existia “a ideia de fazer a cultura para uma minoria” (GOÉS; ARAGÃO; SOARES, 2019). No entanto, assim como apontado no tópico de Revisão de Literatura deste trabalho, as minorias, negros, mulheres, indígenas e a comunidade LGBTQ+, frequentemente, costumam ser excluídas desse processo e a desigualdade reafirmada e replicada continuamente em nosso cotidiano.

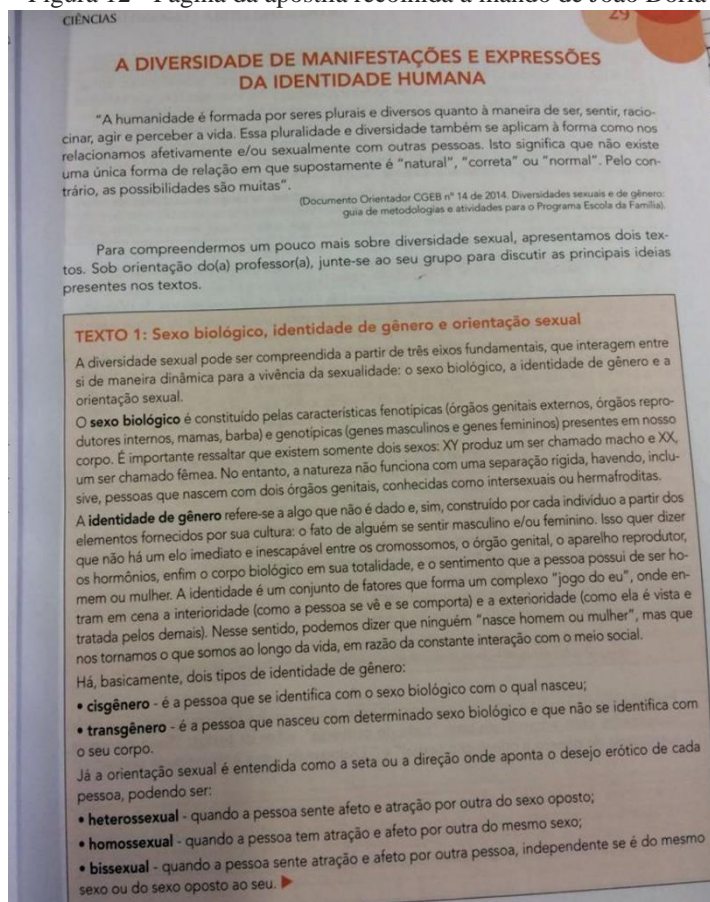
Ele [Jair Bolsonaro] pediu que eu faça uma cultura que não destrua, mas que salve a nossa juventude. A cultura é a base da pátria. Quando a cultura adoece, o povo adoece junto. É por isso que queremos uma cultura dinâmica e, ao mesmo tempo, enraizada na nobreza de nossos mitos fundantes. A pátria, a família, a coragem do povo e sua profunda ligação com Deus amparam nossas ações na criação de políticas públicas. As virtudes da fé, da lealdade, do auto sacrifício e da luta contra o mal serão alçadas ao território sagrado das obras de arte. Ao país ao qual servimos, só interessa uma arte que cria a sua própria qualidade a partir da nacionalidade plena. Portanto, almejamos uma nova arte nacional, capaz de encarnar simbolicamente os anseios desta imensa maioria da população brasileira, com artistas dotados de sensibilidade e formação intelectual, capazes de olhar fundo e perceber os movimentos que brotam do coração do Brasil, transformando-os em poderosas formas estéticas (ALVIM, 2019 apud GOÉS; ARAGÃO; SOARES, 2019).

Após a controvérsia envolvendo seu pronunciamento, Roberto Alvim foi exonerado do cargo em 17 de janeiro de 2020. Tomou posse como secretária especial da Cultura, a atriz Regina Duarte em 4 de março e, apenas três meses depois, após sua demissão, o ator Mário Frias, em 23 de junho de 2020. No começo de setembro, Frias informou que todos os posts nas redes sociais, sites e portais oficiais, exceto notas de pesar e aniversário, de entidades vinculadas a Secretaria da Cultura, deveriam ser enviados a ele com antecedência de 24 horas para que fossem avaliados e para que sua publicação fosse autorizada ou não. A pasta da Cultura informou que a medida buscava a padronização das publicações, focando na identidade visual, e que não se tratava de controle (BERGAMO, 2020). No entanto, a nova norma causa estranheza e levanta questões e suspeitas de que se realmente não se trataria de uma medida de censura e de como funcionaria esta tal “padronização” que não poderia ser realizada pelos próprios funcionários das instituições.



O atual governo de São Paulo também esteve envolvido em duas controvérsias em relação à censura. Na primeira, de setembro de 2019, João Dória, então governador do estado, mandou recolher das escolas estaduais uma apostila de ciências enviada aos alunos do 8º ano do ensino fundamental. “O material explicava os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, além de trazer orientações sobre gravidez e doenças sexualmente transmissíveis” (PINHO; MARQUES, 2019), no entanto, Dória, em uma publicação em rede social, afirmou não tolerar e nem aceitar a suposta propaganda e apologia à ideologia de gênero e que, por isso, ordenou a retirada do livro (PINHO; MARQUES, 2019). Já na segunda, segundo Janine Durand, arquiteta da iniciativa Remissão em Rede, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP), ligada à Secretaria Estadual da Administração Penitenciária (SAP), opôs-se a uma lista de 11 obras literárias de um projeto de estímulo à leitura que atuava em penitenciárias de São Paulo. Os livros deveriam ser agregados a uma biblioteca circulante já presente no sistema prisional (ARCOVERDE, 2020).

Figura 12 - Página da apostila recolhida a mando de João Dória



Fonte: Soares (2019)

“A gente escuta falar de censura, mas, quando ela se materializa na sua frente, é muito chocante” (DURAND, 2020 apud ARCOVERDE, 2020). Em 6 de fevereiro de 2020, a Secretaria de Educação de Rondônia distribuiu uma lista de 43 livros para serem retirados das bibliotecas escolares do estado por serem apontados como “inadequados às crianças e adolescentes”. Rubem Alves, Mário de Andrade, Machado de Assis, Franz Kafka, Euclides da Cunha e vários outros autores integraram o índice de livros proibidos do governo de Marcos Rocha. Após o impacto negativo da medida, o estado decretou sigilo sobre os documentos da Secretaria de Educação (OLIVEIRA, 2020). Em entrevista ao jornal *El País* Brasil, Miguel, advogado e professor universitário da Universidade Federal de Rondônia, afirma que “o recolhimento de obras, de forma indistinta, sem prévio debate com a sociedade, já demonstra o desprezo pelo diálogo e a incapacidade de respeitar a diversidade” (MIGUEL, 2020 apud OLIVEIRA, 2020).

Figura 13 - Páginas da HQ “Vingadores: A Cruzada das Crianças”



Fonte: Ferreira (2019)

O caso de maior repercussão, no Brasil atual, em relação ao cerceamento, no entanto, ocorreu no estado do Rio de Janeiro, quando em 5 de setembro de 2019, o prefeito Marcelo Crivella anunciou em uma postagem na rede social Twitter que mandou recolher exemplares da história em quadrinhos *Vingadores: A Cruzada das Crianças*, expostos na Bienal do Livro. O romance gráfico aborda a história do casal Wiccano e Hulking, que se beijam em uma das páginas. Fiscais da Secretaria Municipal de Ordem Pública esquadriharam os estandes do

evento para retirar obras que tratassem sobre homossexualidade (JUCÁ, 2019). Crivella afirmava que “livros assim precisam estar embalados em plásticos preto lacrado e, do lado de fora, avisando o conteúdo. Portanto, a Prefeitura do Rio de Janeiro está protegendo os menores da nossa cidade” (CRIVELLA, 2019 apud JUCÁ, 2019).

“Posturas como a do prefeito Marcelo Crivella e do governador João Doria tentam colocar a sociedade brasileira em tempos medievais, quando as pessoas não tinham a liberdade de expressar suas identidades”, argumenta Luiz Schwarcz. “Eles desprezam valores fundamentais da sociedade e tentam impedir o acesso à informação séria, que habilita os jovens a entrar na fase adulta mais preparados para uma vida feliz”, acrescenta. Para o fundador da Companhia das Letras, medidas como estas, somadas à suspensão, em 21 de agosto, de um edital que daria apoio à produção de filmes LGBTQ+ por parte do Governo Federal, representam uma perigosa ascensão do clima de censura institucional no país (JUCÁ, 2019).

“O que nós fizemos foi para defender a família. Esse assunto tem que ser tratado na família. Não pode ser induzido, seja na escola, seja em edição dos livros, seja onde for. Nós vamos sempre continuar em defesa da família” (CRIVELLA, 2019 apud JUCÁ, 2019). É importante notar que, assim como apontado no tópico do Estado Novo e da Ditadura Militar, o prefeito Crivella se utiliza do viés “em defesa da família” para justificar seus atos de censura. No entanto, a atitude gerou uma onda de protestos entre os editores presentes na Bienal do Livro. Em entrevista ao *El País* Brasil, Flavio Moura, editor da Todavia apontou que “o que aconteceu é algo completamente arbitrário, e o mais triste é que não seja um episódio isolado. É mais um ataque em um país que vem sofrendo com este tipo de ascensão da censura. São episódios lamentáveis e inadmissíveis que lembram o pior tempo da história do Brasil” (MOURA, 2019 apud JUCÁ, 2019).

“Os livros hoje em dia, como regra, são um montão de amontoado de muita coisa escrita. Tem que suavizar aquilo. Falar em suavizar, estudei na cartilha “Caminho Suave”, você nunca esquece. Não esse lixo que, como regra, está aí. Essa ideologia de Paulo Freire” (BOLSONARO, 2020 apud FERNADES, 2020). Em 3 de janeiro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que seu governo deve remodelar o material didático difundido nas escolas com o intuito de suavizar seus conteúdos (FERNADES, 2020). A proposta de Bolsonaro, no entanto, lembra bastante, assim como apontado no tópico do Estado Novo deste trabalho, a Reforma Capanema, de Getúlio Vargas. “A partir de 2021, todos os livros serão nossos, feitos por nós. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa. Vai ter lá o hino nacional” (BOLSONARO, 2020 apud FERNADES, 2020).

Paulo Freire, a quem Bolsonaro já criticou em mais de uma ocasião, é um educador e filósofo brasileiro que tem como magnum opus a obra “Pedagogia do Oprimido”, livro mais referenciado no meio acadêmico na área de ciências sociais (FERNADES, 2020). Na época da Ditadura Militar, Freire foi preso por mais de setenta dias, acusado de “doutrinação marxista”. Era considerado pelo tenente-coronel Hélio Ibiapina Lima “um dos maiores responsáveis pela subversão imediata dos menos favorecidos”, “um criptocomunista encapuçado sob a forma de alfabetizador” (HADDAD, 2019). No entanto, Freire é, atualmente, uma referência mundial em qualidade do ensino. A Finlândia conta, desde 2007, com um espaço dedicado a discutir a obra do educador brasileiro (VEIGA, 2019). Entre suas conquistas como secretário municipal de Educação em São Paulo, em 1989, encontram-se a melhora no índice de aprovação, a implantação de conselhos de escola, a ampliação da educação de adultos e o desenvolvimento de projetos inovadores de informática e de orientação sexual (FERNADES, 2020).

A pandemia do vírus Covid-19 no Brasil, a partir de 2020, criou diversos empecilhos para a continuação do trabalho presencial nas bibliotecas públicas. Porém, várias delas conseguiram se reinventar e, mesmo sem poder receber os usuários pessoalmente, passaram a atendê-los de forma remota. Este foi o caso da Biblioteca Mário de Andrade, localizada na cidade de São Paulo. Os encontros que levavam multidões ao seu prédio, como o Festival Verão Sem Censura, migraram para a internet. No entanto, por causa da regulamentação do período eleitoral, todos os canais ligados à Secretaria Municipal de Cultura, como o *Youtube*, o *Facebook*, o *Instagram* e o *Twitter*, da qual a Biblioteca fazia parte, tiveram que ser arquivados temporariamente (CASARIN, 2020). “Com as restrições impostas pela pandemia e as plataformas virtuais escondidas por obrigação legal” (CASARIN, 2020), a biblioteca ficou completamente impossibilitada de alcançar o seu usuário. “Tudo isso é muito triste: chegamos a esse ponto como país, o de entender ação Cultural como simples propaganda partidária” (AGUIAR, 2020 apud CASARIN, 2020).

Uma outra forma de acesso controlado ao conhecimento, no entanto, vem se mostrando uma possibilidade no atual cenário social e político brasileiro. Em 21 de julho de 2020, o ministro da Economia, Paulo Guedes, encaminhou ao Congresso Nacional uma nova proposição de Reforma Tributária que trata, também, sobre o recolhimento de impostos sobre livros (VIVEIROS, 2020). O produto não sofre tributação desde a Constituição Federal de 1946, após o fim do Estado Novo, por meio de emenda constitucional concebida por Jorge Amado que, na época, era deputado constituinte pelo Partido Comunista Brasileiro. A alíquota desse novo imposto seria, então, de 12% (VIVEIROS, 2020). Assim como apontado no tópico de

Revisão de Literatura deste trabalho, esta medida foi utilizada por Augusto Pinochet, no Chile, como forma de dissuadir a população a adquirir conhecimento por meio dos livros. “Pinochet matou o acesso aos livros economicamente, por empurrar para cima os preços, mas sobretudo por afogar as editoras, que já padeciam com a censura, diminuindo o número dos que poderiam comprar ao mesmo tempo que reduzia o potencial de lançar novas publicações” (AMENI; ALBUQUERQUE, 2020).

De acordo com os autores Ameni e Albuquerque (2020), esta tática é conhecida como extrafiscalidade e prevê a utilização de tributos com o intuito de inibir o consumo de um produto. Coincidentemente, o ministro Paulo Guedes trabalhou durante os anos de 1980, no Chile, enquanto imperava o governo de Augusto Pinochet, “como professor universitário e integrante dos Chicago Boys, um grupo de ideólogos, planejadores e técnicos do regime, formados intelectualmente pela Escola de Chicago, sob influência do economista neoliberal Milton Friedman” (AMENI; ALBUQUERQUE, 2020). Em uma reportagem do jornal Estadão, de 17 de setembro de 2020, o colunista Viveiros (2020) aponta que os livros propiciam liberdade e independência, gerando uma maior reflexão e posicionamento. Quando a população tem acesso à informação de qualidade, passa, normalmente, a lutar contra o autoritarismo, a censura, a discriminação, a violência, o preconceito, e ao domínio de qualquer espécie. “No caso da proposta do ministro Paulo Guedes, ainda não se trata de censura. Ele apenas acha que “livro é coisa de elite”. Vivemos tempos difíceis, não podemos permitir que tributos queimem livros e impeçam o desenvolvimento” (VIVEIROS, 2020).

### **6.3.3 Propaganda, Desinformação e Notícias Falsas**

A invenção da Internet mudou completamente a forma como as pessoas vivem e se comunicam em sociedade. Em 24 de abril de 2014, a então presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.965, conhecida popularmente como Marco Civil da Internet, estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres para o seu uso no país. Segundo esta norma, a disciplina do uso da internet tem como princípios a garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal, promovendo o acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos. O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania e busca o fortalecimento da participação social nas políticas públicas (BRASIL, 2014). Atualmente, a

população tem, a seu dispor, um volume e variedade cada vez maior de informações, alterando a forma como estas percebem e interagem com as notícias (SILVA, 2019, p. 13).

Nos dias de hoje, segundo Silva (2019, p. 13), os meios de comunicação online e as redes sociais fazem parte da rotina de vida de diversos cidadãos, permitindo o acesso imediato às várias fontes de informação em tempo real e o seu compartilhamento. Com o propósito de ser uma tecnologia de comunicação livre, a internet, na atividade comunicacional, em particular nas áreas sociais e culturais, proporciona a promoção da diversidade cultural, do pluralismo de ideias e da democratização dos debates públicos (SILVA, 2019, p. 13). De acordo com Corrêa e Custódio (2018, p. 198), no entanto, esta quantidade exorbitante de informação trouxe novos perigos e possíveis danos às relações em sociedade. Infelizmente, o que separa um indivíduo bem-informado de um desinformado, ou mal-informado, torna-se cada vez mais sutil. Este contexto permitiu o surgimento da era da pós-verdade, na qual o compartilhamento ininterrupto e indiscriminado de informações torna a internet em um ambiente onde notícias falsas se espalham com muita frequência e mais rapidamente do que os fatos (CORRÊA; CUSTÓDIO, 2018, p. 198).

A era da pós-verdade, ainda segundo Silva (2019, p. 13), tem como fundamento a desordem informacional e a disseminação da desinformação como estratégia política, na qual os cidadãos são expostos a informações falsas com o intuito de se criar uma “realidade paralela”. A conquista de benefícios econômicos ou políticos, através desta prática, causa diversos danos aos processos democráticos, impedindo os cidadãos de tomarem decisões bem-informadas. A confiança nas instituições de comunicação tradicionais também vêm decaindo (SILVA, 2019, p. 13). “Conjuntamente com este panorama, a web presencia o crescimento dos *bots: softwares* autônomos que simulam ações humanas e que, atualmente, influenciam a formação de opinião na rede” (LEITE, 2018, p. 11). Neste sentido, esta categoria aborda como a desinformação e a disseminação de notícias falsas, no Brasil atual (2016-2021), vem sendo utilizadas por governantes e seus apoiadores como trunfo na manutenção do poder da classe dominante.

Assim como apontado nos tópicos do Estado Novo e da Ditadura Militar neste trabalho, a propaganda e a propagação da desinformação já vêm sendo usadas, há bastante tempo, no Brasil, como forma de se alcançar ou conservar privilégios em nossa sociedade. No entanto, a internet trouxe novos contornos à essa realidade. Na contemporaneidade, a forma como conhecemos a disseminação de *fake news*, surgiu na Rússia, em 2014, com a anexação da península da Criméia. O país se aproveitou da tecnologia e da mídia disponíveis de maneiras

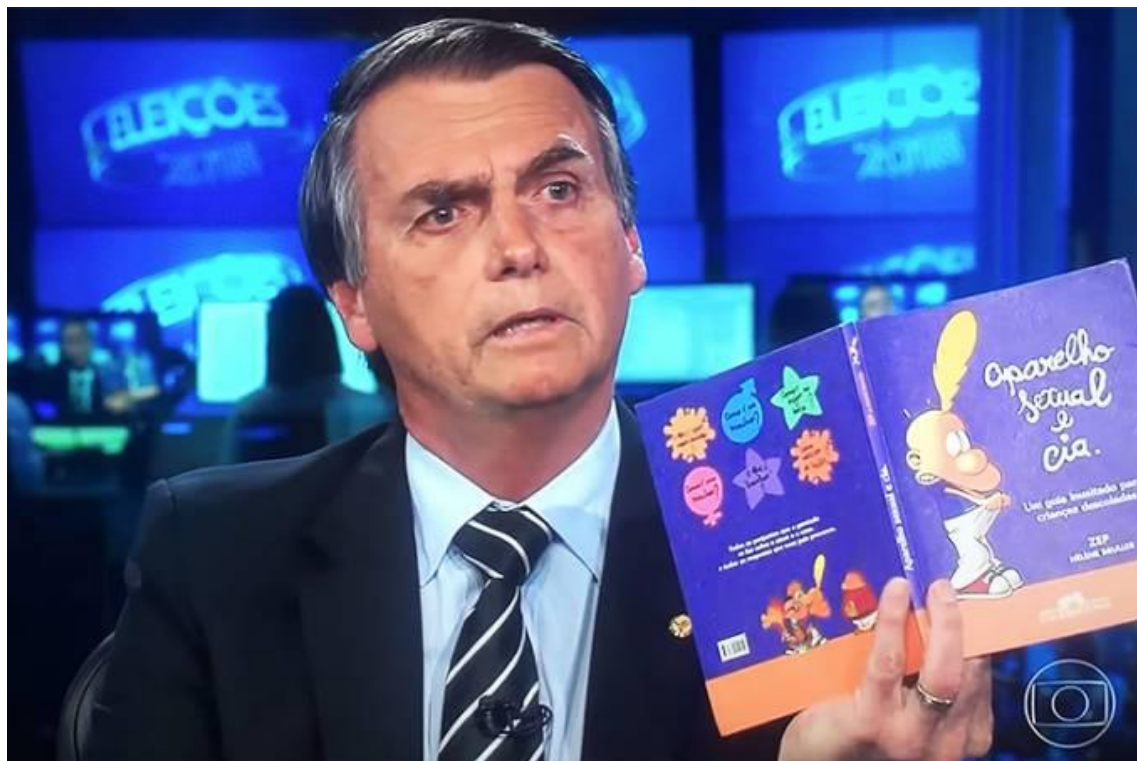
que teriam sido inconcebível em outros tempos, tendo como ferramentas e canais as mídias sociais, o cenário em evolução do jornalismo profissional e amador e os meios de comunicação. (PAUL; MATTHEWS, 2016, p. 1, tradução nossa). O modelo russo contemporâneo de propaganda ficou conhecido como *the firehose of falsehood* e tem como características: a quantidade excessiva de canais e mensagens; é rápida, contínua e repetitiva; falta compromisso com a consistência; e parte da vontade de se propagar verdades parciais ou ficções completas (PAUL; MATTHEWS, 2016, p. 1, tradução nossa).

O termo *fake news*, da forma como é compreendido atualmente, conforme Neves (2019, p. 20-21), não versa apenas de uma informação pela metade ou analisada de forma inadequada, mas sim daquela notícia falsa intencionalmente divulgada para alcançar interesses de indivíduos ou grupos. Os três fundamentos que diferem as *fake news* das notícias reais são a sua fabricação, estas são propositalmente produzidas; o engano, são criadas para persuadir ao invés de informar; e a viralização, florescem em ambientes superficiais atingindo de forma rápida o maior número de pessoas possível (NEVES, 2019, p. 20-21). O caso mais popular de utilização da desinformação e disseminação de *fake news* como estratégia política, de que se teve conhecimento até hoje, envolve o, na época, candidato Donald Trump, a presidência dos Estados Unidos, em 2016. De acordo com dados divulgados pela própria rede social *Facebook*, cerca de 87 milhões de perfis e dados de usuários foram cooptados e manipulados pela empresa *Cambridge Analytica*, especializada em influência, que desenvolveu coletas de dados e produção de informações baseadas em estímulos emocionais com o intuito de acionar determinadas respostas dos usuários (NEVES, 2019, p. 20-21).

“Nas eleições de 2018, o Brasil seguiu o mesmo percurso: o da desinformação, através da produção desenfreada de fake news. Na eleição do cargo para presidente, o povo brasileiro foi vítima da criação e da disseminação de *fake news* impulsionadas por robôs nas redes sociais” (SILVA; TANUS, 2019, p. 63 apud NEVES, 2019, p. 21). Segundo Maranhão Filho, Coelho e Dias (2018, p. 68-69), já no governo da presidente Dilma Rousseff, uma controvérsia envolvendo o que ficou popularmente conhecido como “kit gay” surgiu durante os debates sobre o Plano Nacional de Educação. A tão polêmica coleção nada mais era do que materiais didáticos, cadernos, boletins, audiovisuais e cartazes, produzidos com o intuito de diminuir a homofobia nas escolas públicas. Este kit fazia parte do projeto Escola sem Homofobia, proposto pelo Ministério da Educação, que, na época, tinha como ministro Fernando Haddad. Os protestos da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional e de seus apoiadores fez

com que a presidente Dilma Rousseff suspendesse, em 25 de maio de 2011, a elaboração deste material (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018, p. 68-69).

Figura 14 - Jair Bolsonaro e o livro “Aparelho Sexual e Cia”



Fonte: (VEJA, 2018 apud MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018, p. 77)

“A campanha presidencial de Bolsonaro foi alavancada pelo uso potente de fake news inseridas em postagens e vídeos em redes sociais digitais como *Youtube*, *Facebook*, *WhatsApp* e *Twitter*. Dentre as notícias falsas, destacaram-se as relativas ao kit gay e à ideologia de gênero” (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018, p. 74). Neste sentido, os autores complementam que, em 16 de outubro de 2018, o ministro Carlos Horbach, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou a retirada de seis postagens em que Jair fez críticas ao livro *Aparelho Sexual e Cia*, afirmando que a obra integraria o “kit gay” e culpabilizando Fernando Haddad, também candidato à presidência. No vídeo, o conservador afirma que o livro incentivaria não apenas o interesse sexual precoce em crianças, como, também, a pedofilia, criando, na população, um sentimento de pavor e demonização. Esta obra, no entanto, não havia sido produzida, adquirida e nem distribuída pelo Ministério da Educação, tendo sido publicado, no Brasil, pela editora Companhia das Letras e traduzido em mais de nove idiomas (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018, p. 74).

É igualmente notório o fato de que o projeto “Escola sem Homofobia” não chegou a ser executado pelo Ministério da Educação, do que se conclui que não ensejou, de



fato, a distribuição do material didático a ele relacionado. Assim, a difusão da informação equivocada de que o livro em questão teria sido distribuído pelo MEC gera desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político, o que recomenda a remoção dos conteúdos com tal teor (HORBACH, 2018 apud MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018, p. 74).

A guerra aos direitos sexuais e reprodutivos e a qualquer ameaça aos valores tradicionais e à moralidade religiosa, foram, e ainda são colocados sobre o prisma da defesa da família tradicional brasileira. Esse conflito contribuiu para a vitória de Jair Bolsonaro, fortalecendo-o entre os setores mais conservadores da sociedade desde então (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018, p. 74). A disseminação de *fake news*, no entanto, não acabou junto com as eleições de 2018. Segundo o Relatório de Notícias Digitais 2020 do Instituto *Reuters*, considerado o mais importante estudo mundial sobre jornalismo e novas tecnologias, no Brasil, o aplicativo *WhatsApp* é o campeão na propagação de notícias falsas (35%), enquanto o *Facebook* fica em segundo lugar (24%). Os brasileiros são os que mais utilizam o *Instagram* em busca de informação (30%), estando, também, entre os que mais utilizam o *Twitter* com esta finalidade (17%). Todavia, as redes sociais *Facebook* e o *WhatsApp* ainda são predominantes, servindo como fonte de informação para, respectivamente, 54% e 48% dos entrevistados (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Em 2 de julho de 2020, a CPMI das *Fake News* verificou, em apenas 38 dias, cerca de 2 milhões de anúncios pagos com verba da Secretaria Especial de Comunicação Social em sites, aplicativos e canais de *YouTube* que difundem material inadequado. No total, os consultores da CPMI detectaram 843 canais que veicularam um total de 2.065.479 anúncios (PRAZERES; ALMEIDA, 2020). Entre estes canais estão 47 sites que divulgam notícias falsas, como “Jornal da Cidade Online”, “Jornal 21 Brasil”, “Terça Livre”, “Folha do Brasil” e “Revista Fórum”; 741 canais do *Youtube* que foram removidos pela plataforma por descumprimento de regras; 12 sites com notícias sobre jogos de azar; 7 que fazem ofertas de investimentos ilegais; e 4 com conteúdo pornográfico. Foram constatados, ainda, cinco canais que fazem promoção pessoal de autoridades como Jair Bolsonaro e que receberam anúncios pagos pela Secom, entre eles estavam o canal do *Youtube* “Bolsonaro TV” e o canal e site pessoal do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente (PRAZERES; ALMEIDA, 2020).

De acordo com uma reportagem do portal G1 (2020), em 8 de julho de 2020, o *Facebook* anunciou a retirada de uma rede de contas e páginas associadas a alguns funcionários dos gabinetes do deputado federal Eduardo Bolsonaro, do senador Flávio Bolsonaro, do presidente Jair Bolsonaro, e de Anderson Moraes e Alana Passos, deputados estaduais pelo Partido Social Liberal no Rio de Janeiro. Foram deletadas 35 contas, 14 páginas e 1 grupo no

*Facebook*, além de 38 contas no *Instagram*, em que foram gastos US\$ 1,5 mil em anúncios (G1, 2020). “A atividade incluiu a criação de pessoas fictícias fingindo ser repórteres, publicação de conteúdo e gerenciamento de páginas fingindo ser veículos de notícias” (FACEBOOK, 2020 apud G1, 2020). Neste mesmo dia, uma investigação sobre contas falsas removidas pelo *Facebook* relacionadas ao atual presidente da República indicou um assessor dele, Tercio Arnaud Tomaz, como administrador de alguns dos perfis que divulgavam fake news (G1, 2020).

O Laboratório Forense Digital indicou, segundo reportagem do portal G1, que Tomaz estava por trás da página “Bolsonaro Opressor 2.0”, no *Facebook*, e da conta “@bolsonaronewsss”, no *Instagram*, em que publicava conteúdos a favor do presidente, fazia ataques a adversários políticos, além de divulgar notícias falsas. Ele, também, foi apontado como um dos integrantes do chamado “Gabinete do Ódio” (G1, 2020), uma repartição de assessores que dão suporte a uma teia de blogs e perfis em redes sociais que disseminam notícias falsas e assédio contra jornalistas, políticos, artistas e veículos de imprensa críticos ao governo do presidente (MELLO, 2020). Este setor “não é oficial, nem tem um orçamento específico, mas é bancado com dinheiro público. Bolsonaro e seus aliados negam que exista um “Gabinete do Ódio”, mas o fato é que as sementes do ódio e do sectarismo que vêm sendo espalhadas são uma ameaça à nossa democracia” (MELLO, 2020).

Em 27 de maio de 2020, cinco empresários, Edgard Corona (Bio Ritmo e Smart Fit), Luciano Hang (Rede Havan), Otávio Fakhoury (FKO, Epof e MCO 19), Reynaldo Bianchi Junior, Winston Rodrigues Lima, foram apontados pelo Supremo Tribunal Federal como supostos financiadores de um esquema de impulsionamento de informações falsas e ataques às instituições (G1, 2020). A jornalista Mello (2020) acrescenta que outra investigação do STF analisa o subsídio a atos antidemocráticos, de protestos pedindo o fechamento do Congresso Nacional e de intervenção no Poder Judiciário. “Quatro ações correm no Tribunal Superior Eleitoral investigando o uso de disparos em massa de WhatsApp na tentativa de influenciar a campanha eleitoral de 2018, que teriam sido financiados por empresários” (MELLO, 2020).

#### **6.4 Resistência e Enfrentamento**

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, foi possível perceber que as bibliotecas públicas, ao mesmo tempo, em que são agentes essenciais do progresso e da promoção e salvaguarda da democracia, foram, muitas vezes, utilizadas como instrumentos de poder, com vistas ao controle e a manutenção das classes dominantes. Durante o Estado Novo e a Ditadura

Militar, estas sofreram com o desvirtuamento de suas funções, funcionando como aparelhos ideológicos do Estado (TANUS, 2007, p. 208). No entanto, resistiram aos dois períodos de exceção, estando presentes, até hoje, no cotidiano da população brasileira. Os tempos são outros, contudo, e a internet, a pandemia de Covid-19 e a sociedade da informação, ou desinformação, apresentam novos desafios ao funcionamento dessas instituições. Ao contrário do que se esperava após a redemocratização, as políticas governamentais ofensivas, principalmente nos últimos anos, vêm se fortalecendo e é preciso, novamente, resistir. Neste sentido, o bibliotecário possui um papel fundamental no enfrentamento à essa nova realidade, afinal, assim como apontado por Marx (1845, p. 24), “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”.

Nesta categoria, serão apresentadas, então, algumas ações de resistência e enfrentamento, no campo dos bibliotecários e das bibliotecas públicas, às políticas governamentais ofensivas do Brasil atual (2016-2021). Neste sentido, Duarte (2018, p. 69) coloca que a chegada das tecnologias da informação, no Brasil, não se deu de forma conjunta ao estabelecimento de uma competência letrada que contemplasse o desenvolvimento de habilidades de aprendizagem contínua, o que intensificou a dificuldade da população em geral em lidar com os novos recursos de maneira consciente e informada. O cenário social e político brasileiro atual se dá no âmbito da sociedade da desinformação, que perpetuou o abismo entre aqueles que não têm oportunidade de acesso e nem a compreensão do potencial transformador que este possibilita, faltando locais adequados para a mediação do contato inicial (DUARTE, 2018, p. 69).

A sociedade da desinformação “é facilmente manipulável, coagida e incentivada a permanecer em seu status quo para a manutenção do poder, que muitas vezes não visa ao interesse das minorias. As possibilidades de emancipação se tornam cada vez mais escassas” (DUARTE, 2018, p. 69). Para a autora, a desigualdade social propicia e amplia diversos outros tipos de exclusão, como a digital, a informacional e a política. A população marginalizada tem possibilidade mínima de ascensão, sendo omitida da produção intelectual e cultural, do consumo básico e da participação política. Para que uma mudança real ocorra, para que todos tenham acesso à informação de qualidade, é necessário a inclusão das minorias na criação de projetos. É importante que os bibliotecários trabalhem de forma mais colaborativa, buscando transformar consideravelmente a sociedade da informação. O profissional precisa se transformar em “guerreiro cultural”, propiciando a expansão das competências da biblioteca e

do escopo profissional, além de beneficiar e estimular a inovação em relação às unidades de informação (DUARTE, 2018, p. 70-72).

Imerso em suas atividades tradicionais de conservação e organização, desorientado, talvez, pelas rápidas mudanças que trouxeram novos tempos, o bibliotecário parece ignorar o importante papel que pode desempenhar na sociedade de hoje. Ele pode garantir as liberdades e os direitos humanos, tais como a educação, a informação, a liberdade de expressão, as identidades e os direitos trabalhistas. Ele pode fornecer ferramentas para resolver problemas de saúde, violência, vícios e nutrição. Ele pode excluir todos os tipos de analfabetismo, pode recuperar a tradição oral e difundir conhecimento perdido, além de recuperar as línguas em perigo. Pode lutar contra o racismo e a discriminação, pode ensinar tolerância e respeito, pode facilitar a integração em sociedades multiculturais. Pode dar voz àqueles que são mantidos em silêncio. Pode conseguir isso, e, pela primeira vez na história, o poder não ficará nas mãos de poucos. Pode conseguir algum equilíbrio. Pode derrubar paredes e construir pontes. Na verdade, ele não pode, deve (CIVALLERO, 2014, p. 6 apud DUARTE, 2018, p. 72).

Duarte (2018, p. 68-75) complementa que os obstáculos da população, marginalizada e excluída das transformações provocadas pelo acesso à informação, enfatiza a necessidade de uma biblioteconomia orientada às técnicas que possam assegurar a aprendizagem, o gozo de direitos, a plena participação política e a mobilização em prol de melhorias. O bibliotecário deve ser, então, um agente transformador de realidade social, a partir de ações relevantes que atuem em prol das pessoas e, principalmente, dos menos favorecidos. É necessário que o profissional se torne mais atuante em prol da sociedade e que, por meio de produtos e serviços de pesquisas, ações e projetos, compreenda a emancipação dos indivíduos. A biblioteca pública deve se voltar em função de uma sociedade mais justa e atuante nos campos políticos, econômicos e sociais, assegurando um amplo acesso à informação, para diferentes grupos, respeitando as singularidades e a identidade das comunidades (DUARTE, 2018, p. 68-75).

O cantor, rapper e compositor brasileiro Leandro Roque de Oliveira, conhecido popularmente como Emicida, aborda, em uma de suas mais famosas músicas, “Levanta e Anda”, as dificuldades da sociedade da desinformação: “Esses boy conhece Marx, nós conhece a fome. Então serra os punho sorria e jamais volte pra sua quebrada de mão e mente vazias” (EMICIDA, 2013). Evidenciando que, até a informação e o conhecimento que propiciam uma mudança significativa de contexto social, são elitizados e estão disponíveis apenas para as classes mais altas da população. Para Lindemann (2018, p. 193), a biblioteconomia abrange muito mais do que apenas técnicas de catalogação, classificação e indexação, e é, na verdade, um ramo que, quando progressista e participativo, é capaz de mudar a realidade das pessoas.

Como enfatizar, no entanto, a importância da biblioteca pública em uma comunidade que não tem o básico necessário?

A resposta a essa questão passa primeiramente pelo entendimento de que, vivendo em uma sociedade extremamente competitiva, onde informação é poder, só o domínio da informação permitirá ao indivíduo transformá-la em conhecimento e aplicá-la de forma significativa na transformação de sua própria realidade e de sua comunidade (LINDEMANN, 2018, p. 193). A construção deste entendimento é tarefa primordial da biblioteconomia em seu conceito mais atual e abrangente. O usuário adquire uma importância bem maior, pois é a relação entre usuário e conhecimento que permitirá a releitura crítica da realidade vivida. A biblioteca torna-se, então, um espaço de convivência, debates, reflexão e construção coletiva da identidade e da cidadania, tornando cada indivíduo em sujeito ativo de ação transformadora (LINDEMANN, 2018, p. 193). Define-se, então, biblioteconomia social como sendo uma “filosofia e ação dentro da ciência da informação que reivindica uma biblioteconomia crítica e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática” (CIVALLERO, 2013 apud LINDEMANN, 2014, p. 177).

Em seu texto, Flusser (1980, p. 133) discorre sobre a relevância do papel social do bibliotecário e a busca por uma biblioteca mais inclusiva. O não público, como são chamados, pelo autor, a maioria da população excluída do fenômeno cultural, dificilmente terá condições para se tornar público efetivo. Ele continuará a ser marginalizado e preterido. “É, portanto, necessário romper com o isolamento do não público. A cultura do não público é a cultura do silêncio” (FLUSSER, 1980, p. 133). Uma biblioteca verdadeiramente pública é aquela que se volta à essas minorias, que gera as condições necessárias para que consigam sua própria voz, seu lugar de fala. “Sua vocação é a de vir a ser o centro cultural de sua comunidade e um instrumento de libertação” (FLUSSER, 1980, p. 137).

Juntamente com a população, essa biblioteca pública deve possibilitar uma análise questionadora da realidade vivida e corresponder às reais necessidades de sua comunidade. O bibliotecário adquire, também, uma enorme responsabilidade social em sua atuação. A nova biblioteconomia não se esquece das classes segregadas da população e desempenha de uma maneira política sua profissão (FLUSSER, 1980, p. 135). Para que o abismo cultural seja superado, é fundamental que a biblioteca pública e o povo construam uma linguagem em comum, que se vá até essas pessoas e passe a conhecer sua realidade. A biblioteca plenamente pública proporciona uma mediação cultural, é um agente ativo de ação emancipadora

(FLUSSER, 1980, p. 135). “Uma biblioteca verdadeiramente pública deve desenvolver atividades que possibilitem um acesso crítico a herança cultural” (FLUSSER, 1980, p. 135).

Atualmente, o Brasil passa pela chamada “onda conservadora”, em que políticos e grupos neoconservadores promovem sua agenda restritiva em diversos setores da sociedade. Os bibliotecários, que atuam possibilitando o acesso à informação e a cultura, são um dos principais afetados pelo cenário político e social brasileiro. O que gera uma enorme preocupação e suscita discussões sobre a responsabilidade social bibliotecária diante de contextos de rupturas democráticas e a relevância da biblioteconomia social para a construção de uma biblioteca verdadeiramente pública. Nesta perspectiva, Moraes (2018, p. 57) aponta que políticas de exclusão estão, cada vez mais, sendo disfarçadas e vendidas como uma solução eficiente para os problemas que o país têm enfrentado, tendo o discurso neoconservador atingido, aos poucos, uma grande parte da população brasileira.

Para a autora, em tempos em que a censura é mais difícil de ser percebida e se remodela de democracia, é necessário que o bibliotecário esteja presente junto à comunidade e realize trabalhos de base, desempenhando políticas inclusivas de acesso e democratização da informação. Executando ações importantes para a formação social e que propiciem uma análise, uma visão mais crítica e reformadora do cotidiano. O bibliotecário passa a ser, também, responsável pela mudança que quer ver no mundo. Apenas assim, será possível que alcancemos uma biblioteca verdadeiramente pública, que privilegie o debate, as liberdades individuais, incentive a participação política e social, que proporcione um ambiente de empoderamento, autonomia, a fim de assegurar uma atuação mais plural dos cidadãos na sociedade e a busca pelo conhecimento (MORAES, 2018, p. 57). “É, nesse contexto, onde os sujeitos muitas vezes recebem as informações por meio de redes sociais e as tomam como verdade, sem conferir a fonte, ou sem analisar mais profundamente as informações, que o papel dos mediadores, dentre eles, o bibliotecário, torna-se mais importante” (MORAES, 2018, p. 57).

Em seu texto, Vergueiro (1988, p. 211) aponta que elitização do conhecimento está diretamente ligada à manutenção do status quo da sociedade e do pensamento apático e não revolucionário. Na música “Pedagoginga”, o rapper brasileiro Thiago Elniño aborda essa questão: “Nem todo livro foi feito pra livrar, depende da história contada e, também, de quem vai contar” (ELNIÑO, 2018). A biblioteconomia social surge, então, como importante instrumento na democratização do acesso e na popularização de serviços informacionais. Contribuindo para a integração à sociedade de partes marginalizadas da população e não apenas servindo a uma minoria privilegiada. Os tempos atuais necessitam de ações efetivas de

conscientização, educação e desenvolvimento da população (VERGUEIRO, 1988, p. 211). “Todos os profissionais possuem uma responsabilidade social com a população. Nesse aspecto, é essencial que os profissionais procurem integrar-se a comunidade que estão atendendo, conhecendo suas carências e necessidades” (VERGUEIRO, 1988, p. 211).

Neste sentido, pensando em atender as reais carências e necessidades dos usuários, que foram intensificadas com a extensa e, por vezes, desordenada disponibilização de informações na internet, a *information literacy* conquista cada vez mais seu lugar e transforma-se em uma das principais funções de bibliotecas e bibliotecários (DUDZIAK, 2003. p. 23). Segundo Dudziak (2003. p. 29), a competência informacional ou literacia informacional é “o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida”.

Ainda de acordo com Dudziak (2003. p. 28-29), a *information literacy* tem como objetivo formar indivíduos que: “saibam determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação como suporte a um processo inteligente de decisão”; “conheçam o mundo da informação e sejam capazes de identificar e manusear fontes potenciais de informação de forma efetiva e eficaz”; “avaliem criticamente a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos”; “usem e comuniquem a informação, com um propósito específico, individualmente ou como membro de um grupo, gerando novas informações e criando novas necessidades informacionais”; “considerem as implicações de suas ações e dos conhecimentos gerados, observando aspectos éticos, políticos, sociais e econômicos extrapolando para a formação da inteligência”; “sejam aprendizes independentes; e aprendam ao longo da vida”.

O bibliotecário é responsável, então, pela mediação do aprendizado, tendo a biblioteca pública, enquanto instituição multicultural, pluralista e aprendente, como a fundação para a reforma da educação e da comunidade em que está inserida. Dudziak (2003. p. 33) complementa que o trabalho do bibliotecário educador parte de quatro conceitos: a “intencionalidade, que ocorre quando há o direcionamento à interação e ao aprendizado”; a “reciprocidade, quando o profissional está envolvido em um processo de aprendizado, ambos aprendem”; o “significado, quando a experiência é significativa para ambos”; e, por último, a “transcendência, quando a experiência vai além da situação de aprendizagem, é extrapolada para a vida do aprendiz”. As bibliotecas devem propiciar o aperfeiçoamento de competências

digitais, midiáticas e de informação, bem como o decréscimo das desigualdades ocasionados pelo deficiente acesso à informação (DUARTE, 2018, p. 67-78).

Em seu trabalho, as autoras Silva e Sabbag (2019, p. 79) colocam que a literacia informacional, que se refere a capacitação de indivíduos para “pesquisar, selecionar, interpretar e utilizar a informação”, e a literacia informática, que versa sobre a “capacidade das pessoas de utilizarem as tecnologias da informação”, estão profundamente ligadas à leitura e ao estímulo da alfabetização. No campo das bibliotecas públicas, o aprimoramento dessas habilidades leva aos usuários uma utilização mais eficaz dos recursos e serviços da instituição (SILVA; SABBAG, 2019, p. 79). A propagação de desinformação se dá em duas esferas: na pessoa ou grupo que cria aquela informação falsa intencionalmente, com o propósito de manipulação, e na pessoa que recebe aquela informação, que, muitas vezes, não tem o conhecimento necessário pra saber que se trata de uma notícia adulterada. Nesta perspectiva, fica clara a necessidade de se capacitar usuários através dos letramentos informacional e digital (SILVA; SABBAG, 2019, p. 80). “Acreditamos que é uma questão de alfabetização midiática, se questionar o quê, porque e quando eu devo compartilhar um determinada informação nas redes sociais. As democracias dependem de cidadãos informados” (NEVES, 2019, p. 23).

Nesta perspectiva, Sousa (2017, p. 2400) aponta que é necessária a mediação da informação aliada ao estudo de usuários. O relacionamento complicado do usuário com as notícias falsas e boatos divulgados nas redes sociais, muitas vezes, sem autoria, carece que a mediação vise não somente esclarecer os fatos, mas, também, que desenvolva habilidades nos usuários que possibilitem uma análise crítica da informação recebida e compartilhada (SOUZA, 2017, p. 2400). “Em uma sociedade da informação onde a verdade é frequentemente questionada pelos donos do poder, pela hegemonia existente, pelos interesses contrariados, pelas ideologias e pelas políticas existentes, a biblioteca deveria ser um centro de resistência em busca da verdade” (SUAIDEN, 2018, p. 150).

É importante, então, que se aprimore no usuário a competência ou letramento informacional com foco na aprendizagem contínua. Os bibliotecários devem oferecer cursos frequentemente, auxiliando no desenvolvimento de um leitor crítico. No método de autenticação da verdade, o usuário terá a possibilidade de buscar, sempre com autonomia, o melhor caminho a seguir (SUAIDEN, 2018, p. 152). De acordo com Silva (2019, p. 39-40), entre esses caminhos está técnica do *fact-checking*, em que “qualquer informação ou notícia que tenha relevância para a sociedade deve ser verificada com fontes citadas e conferidas”. A checagem de fatos, no entanto, pode estar associada a outras áreas de atuação, sendo as três: o



*fact-checking*, de fato, que consiste em apurar informações emitidas por um indivíduo relevante e que possam impactar a sociedade, como, por exemplo, pronunciamentos presidenciais, averiguando através de consultas a dados oficiais e especialistas (SILVA, 2019, p. 40).

O *debunking*, ou desmistificação, que trata de examinar a autenticidade de um conteúdo que foi produzido por fontes anônimas ou não oficiais, como, por exemplo, informações que surgem nas redes sociais e *WhatsApp*. E a verificação, ou *verification*, que compreende investigar um conteúdo digital, como foto ou vídeo, que talvez tenha sido modificado (SILVA, 2019, p. 40). Silva (2019, p. 39-40) complementa que as notícias falsas também podem ser divididas em três categorias: a *dis-information*, notícias falsas produzidas e disseminadas com o propósito de lesar uma pessoa, um grupo social, uma organização ou um país; a *mis-information*, notícia falsa distribuída por um indivíduo que desconhece a sua inveracidade e que não tem o desejo de lesar alguém; e a *mal-information*, notícias que, embora sejam baseadas em fatos reais, são manipuladas e divulgadas com o intuito de causar prejuízos (SILVA, 2019, p. 54).

Neste sentido, foram estabelecidos diversos critérios para o compartilhamento e avaliação da qualidade das fontes de informação na internet. Com o intuito de combater a desinformação e as notícias falsas, tendo o bibliotecário como mediador e um dos principais agentes nesta mudança, mecanismos foram desenvolvidos para possibilitar uma utilização otimizada dos recursos disponíveis (TOMAÉL et al., 2001 apud COSTA, 2019, p. 5). Em seu trabalho, Leite (2018, p. 92) aponta que para se determinar o nível de confiabilidade de uma informação, deverá se levar em conta alguns critérios, estes podem ser divididos em dois: a dimensão técnica, que trata de aspectos relacionados ao formato e contexto em que a informação é apresentada; e a dimensão semântica, que aborda o conteúdo semântico e lógico da informação em si. Os critérios que deverão ser considerados, na dimensão técnica, são relativos a:

- Autoria: Quem é o autor? Quais são suas outras pesquisas ou publicações? (LEITE, 2018, p. 96).
- Fonte: A página identifica o corpo editorial? Possui alguma aba explicando sua história, seus objetivos e sua localização? (LEITE, 2018, p. 96).
- Conteúdo: O texto cita suas fontes? Existem coesão e coerência nos argumentos? Está claro e bem escrito, de acordo com as normas da língua? (LEITE, 2018, p. 96).

- Contexto: Existem data e local de publicação das informações? O texto é a opinião pessoal de um autor ou está apresentado como um relato de acontecimentos? (LEITE, 2018, p. 96).
- Replicação: O conteúdo da informação foi veiculado por mais quantas fontes? Quem são as fontes que divulgaram a informação também? (LEITE, 2018, p. 96).

Os autores Tomaél et al. também estabeleceram alguns requisitos pra se determinar o valor de uma fonte de informação. Esta fonte deverá conter um conjunto de atributos que deverão ser suficientes para responder as necessidades amplas e específicas dos usuários. Em relação ao indicador arquitetura da informação, destacam-se a mídia: sua adequação e preservação; a acessibilidade: sua disponibilidade, interpretação, auxílio de uso e agilidade; a usabilidade: consistência da interface, funcionalidade da fonte de informação, facilidade de uso da interface web, estrutura da informação e design; a organização; a navegação: interatividade, hipertextualidade, hipermediação; a rotulagem: indicação de conteúdo, fluxo de navegação, linguagem; a busca; a segurança; e a interoperabilidade (TOMAÉL et al., 2001 apud COSTA, 2019, p. 10-12).

Ao se tratar do indicador aspectos intrínsecos, é necessário atentar-se a precisão; a facilidade de compreensão; a objetividade; a consistência e relevância; a atualização; a integridade; e ao alcance: amplitude. No indicador credibilidade, evidencia-se a autoridade: identificação do domínio; e a responsabilidade: fontes. No indicador textuais, é importante observar a conveniência: disponibilidade e oportuna; a estabilidade: possibilidades de recuperação; a adequação: coerência; e a facilidade no manuseio. E, por último, o indicador de representação, levando em conta o formado: consistência de padrões, normas e metadados; a adequação da representação do assunto; a clareza da definição e precisão dos domínios: baixa redundância, consistência estrutural, representação de valores de conteúdo; e a representação concisa e consistente: compacto e referências (TOMAÉL et al., 2001 apud COSTA, 2019, p. 13-16).

“O pensamento crítico é uma habilidade fundamental na alfabetização midiática e informacional, e a missão das bibliotecas é educar e defender sua importância” (IFLA, 206). Com esse intuito a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), montou um infográfico com oito etapas simples, que poderão ser seguidas, na hora de se verificar a veracidade de uma notícia. É necessário que se considere a fonte, qual a história completa, que se verifique o autor, a data, as fontes de apoio, se trata de uma notícia preconceituosa ou se é uma piada, e, além de tudo, consultar especialistas (IFLA, 2021).

Figura 15 - Como identificar notícias falsas? - IFLA



Fonte: (IFLA, 2021)

A Biblioteconomia Social se apresenta, então, como uma área atenta a sua função política, social e ativa, que disponibiliza e dissemina informação a todos. O atual cenário social e político brasileiro torna o saber bibliotecário ainda mais valioso, pois estes deverão contribuir para a construção de uma sociedade mais bem informada e, portanto, mais empoderada (LINDEMANN; SPUDEIT; CORRÊA, 2016, p. 718). O bibliotecário progressista tem que apontar, então, suas atividades em desacordo a censura e do retrocesso, tendo as bibliotecas públicas como facilitadoras do “direito de saber” dos usuários (OLIVEIRA; CASTRO, 2017, p. 44). Este profissional, enquanto mediador da informação, necessita ser rigoroso em relação a censura que se fortalece nos dias de hoje, e tem a incumbência social de assegurar a liberdade de investigação científica livre de qualquer tipo de censura ideológica, política ou religiosa, exercendo sua profissão de forma consciente (LIMA; GALINDO, 2018, p. 4178).

Em relação as políticas atuais voltadas para o desmonte e a censura apresentadas anteriormente nos tópicos “Sucateamento e Desmonte” e “Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento”, foi possível encontrar diversas ações de resistência que buscaram combater a

atuação censória de agentes governamentais. Neste sentido, segundo uma reportagem do Jornal do Comércio (2017), após a polêmica retirada de catálogos da exposição “*Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*”, em 2017, de bibliotecas públicas porto-alegrenses, bibliotecários de Caxias do Sul encaminharam a obra para o setor de obras raras da biblioteca, evitando, portanto, que esta fosse retirada do acervo e possibilitando o seu futuro acesso e pesquisa. Na época, o Conselho Federal de Biblioteconomia publicou, também, um comunicado em que criticava a censura (SANDER, 2017, p. 1). “Não costumamos ter problemas, pois os bibliotecários filtram muito bem o que deve ou não ser exposto a crianças. Temos áreas restritas com livros sobre nazismo e outros que podem incitar o suicídio, por exemplo. Não é preciso que vereadores, por politicagem, interfiram” (RIBEIRO, 2017 apud SANDER, 2017, p. 1).

O Conselho Regional de Biblioteconomia da primeira região (DF, GO, MT e MS) também se manifestou no tocante ao desmonte da biblioteca da Presidência da República, em Brasília, que quase foi diminuída pela metade para atender a equipe da primeira-dama Michelle Bolsonaro, no início de 2020. “As bibliotecas presidenciais estão abertas ao público e disponibilizam os registros de um governo a pesquisadores, historiadores e a qualquer pessoa interessada em saber como aquele governo funcionou, independentemente de qualquer questão partidária ou ideológica” (CRB-1, 2020, p. 1). Em vista disso, a nota de repúdio pontuava inclusive que “o Conselho, em sua busca por proteger a sociedade de maus serviços, entende que só há democracia se houver garantia de um sistema onde o direito de acesso à informação seja para todos” (CRB-1, 2020, p. 1).

A Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, tendo em vista a ascensão de práticas de censura em todo o país, desenvolveu alguns eventos e exposições com o intuito de informar e combater o cerceamento de informações. Em 2019, o Festival Mix Literário “chegou à sua segunda edição num ano de luta contra a censura aos livros produzidos por LGBTQI+ no Brasil. Para fazer frente a esse contexto, o festival ocupou um importante espaço para o circuito de eventos literários, a biblioteca Mário de Andrade” (SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020, p. 1). Já em 2020, segundo a Secretaria Municipal de São Paulo (2020, p. 1), “obras censuradas no decorrer de três séculos fizeram parte de uma exposição do acervo de raridades da biblioteca”. Denominada “Banidos: obras censuradas no acervo de raros da Mário”, a mostra comportava “desde títulos como *Comedia Eufrosina*, de Jorge Ferreira de Vasconcellos, peça de teatro do século 16 censurada pela Igreja e incluída no *Index Librorum Prohibitorum*; chegando a *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, incinerado em praça pública pelo Estado Novo, em 1937” (SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020, p. 1).

A abertura da exposição “contou com uma conversa com Ignácio de Loyola Brandão, romancista brasileiro autor de obras que foram censuradas na época da ditadura, e Laura Mattos, escritora de “Herói Mutilado: Roque Santeiro e os bastidores da censura à TV na ditadura” (SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020, p. 1). O festival “Verão Sem Censura”, também de 2020, não podia deixar de fora a biblioteca Mário de Andrade, com o intuito de “apoiar e fortalecer a resistência aos ataques à cultura e aos artistas no Brasil” (SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020, p. 1). Na época, foi possível assistir “as peças “O Caderno Rosa de Lori Lamby” e “Navalha na Carne Negra”; um bate-papo sobre Marighella, com Mário Magalhães; “Uma Aula sobre 1984”, com Lilia Schwarcz; e o clube de leitura *Puñado lê Proibidas*, com autoras latino-americanas que foram censuradas” (SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020, p. 1).

A censura na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em 2019, também não ficou sem reposta. Na época, o *youtuber* e empresário brasileiro Felipe Neto “organizou uma ação para distribuir mais de 10 mil livros com temática LGBT. As obras foram embaladas em um plástico preto com o seguinte aviso: “Este livro é impróprio para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas”. Todos estavam sendo entregues gratuitamente” (ROUVENAT, 2019, p. 1). Neto afirmou, em um vídeo no seu canal do *Youtube*, que espera “que mesmo que você seja uma pessoa que não tem simpatia pela causa LGBT, que você enxergue o nível mais profundo de censura e repressão que isso representa... Esse é um recado para o Crivella. Eu fiz isso pra te mostrar que não tem como você ganhar isso” (NETO, 2019 apud ROUVENAT, 2019, p. 1).

Em 2020, em comemoração ao Dia do Bibliotecário, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, lançou uma campanha denominada “Bibliotecas que não se calam: aqui a censura não tem vez” com o intuito de “trazer para a pauta a valorização de nossas bibliotecas enquanto espaços democráticos de acesso à informação” (FEBAB, 2020, p. 1). Na página, segundo a FEBAB (2020, p. 1), foram disponibilizados “um formulário online para que bibliotecárias e bibliotecários de todo o país pudessem relatar, anonimamente, casos de censura que sofreram em suas bibliotecas, em suas atividades, em seu acervo” e, posteriormente, os relatos recebidos; sugerida “uma bibliografia para a introdução às diferentes abordagens de censura no dia-a-dia do bibliotecário”; além de “uma compilação de livros que foram censurados no Brasil e mencionados nos relatos coletados para a campanha”.

## 7 Considerações Finais

“Recebi os fundamentos da minha educação na escola, mas isso não foi suficiente. Minha verdadeira educação, a superestrutura, os detalhes, a verdadeira arquitetura, eu consegui na biblioteca pública”.

(ASIMOV, 1995, p. 45-46, tradução nossa)

As primeiras bibliotecas surgiram há vários milênios, ainda na antiguidade. Apesar de terem uma longa história, estas entidades, por muito tempo, eram estranhas a população em geral, sendo reservadas apenas as classes dominantes. Neste sentido, o conceito de biblioteca pública é relativamente recente. Grandes foram as mudanças que o século XIX e as revoluções industriais trouxeram para o cenário político, econômico e social da época, e a emergência das bibliotecas públicas foi uma delas. A nova era, na Inglaterra, pedia por espaços que pudessem receber a grande leva de trabalhadores das fábricas, servindo como suporte na formação e alfabetização destes operários. Com o tempo, estas instituições foram se transformando, acompanhando o contexto histórico em que estavam inseridas. O acesso, a disseminação e a democratização da informação ganharam uma importância muito maior e estas passaram a ser entendidas como um centro informacional e cultural de extrema importância na promoção e salvaguarda da democracia (BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 19).

No entanto, não foi fácil o caminho das bibliotecas públicas até aqui. A censura e o cerceamento de informações, que, infelizmente, estiveram presentes no cotidiano destes locais desde sua fundação, foram intensificadas e institucionalizadas em diversos países do decorrer do século XX. Livros foram queimados e bibliotecas saqueadas e destruídas por regimes totalitários na Europa. Na América Latina, este cenário também não foi diferente, e países como o Chile e o Brasil viveram tempos sombrios de sua história. Em terras brasileiras, dois foram os momentos de exceção do século passado: o Estado Novo, que perdurou de 1937 a 1946, e a Ditadura Militar, de 1964 a 1985. Este estudo surgiu, então, a partir do interesse em se conhecer melhor o que as bibliotecas públicas enfrentaram em cada uma destas épocas, partindo de dois objetivos específicos: o de investigar políticas governamentais que afetaram negativamente estas instituições durante períodos autoritários da história nacional; e o de evidenciar ações bibliotecárias como forma de resistência e enfrentamento a essas políticas.

Esse trabalho de conclusão de curso teve o intuito de servir como um inventário, uma análise das políticas governamentais ofensivas enfrentadas pelas bibliotecas públicas historicamente e das ações bibliotecárias, no âmbito das bibliotecas públicas, no enfrentamento às essas políticas de desmonte da cultura. Este estudo foi desenvolvido a partir de pesquisas

documentais e bibliográficas, segundo uma abordagem qualitativa, e tendo como método de análise dos resultados a revisão de literatura narrativa. Os documentos escolhidos como referência foram resultados de um levantamento bibliográfico realizado a partir do Google Acadêmico, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e da Base de Dados em Ciência da Informação. As notícias jornalísticas foram encontradas nos sites dos jornais Folha de São Paulo, O Globo e a partir do Google Notícias.

“Não se escapa do passado. Ele é construído a partir de conceitos que nós empregamos para lidar com o dia a dia do mundo físico e social” (LEE, 2011, p. 19). É importante, então, que se conheça o passado para que possa compreender o presente. Atualmente, no Brasil, ao se analisar a conjuntura política e social, é possível notar que as ações governamentais de desmonte, censura e desinformação não desapareceram com o fim do Regime Militar, e que estas têm se intensificado cada vez mais no dia a dia das instituições informacionais e culturais. Neste sentido, este trabalho foi dividido em três tópicos principais, o do “Estado Novo (1937-1946)”; o da “Ditadura Militar (1964-1985)”; e o do “Brasil Atual (2016-2021)”. Este último período é marcado a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff e da ascensão de discursos conservadores por parte de importantes agentes políticos. Com base nos relatos dos autores de referência e nas reportagens jornalísticas, foram ressaltados alguns fatos recentes com o intuito de se refletir sobre as políticas governamentais da atualidade e em como estas tem exercido influência no trabalho e na perpetuação das bibliotecas públicas.

Os três tópicos foram subdivididos em “Contexto Histórico”, sendo apresentados alguns fatos pertinentes para a análise proposta do período; “Ações e Políticas de Desmonte das Bibliotecas Públicas” com as categorias “Sucateamento e Desmonte”, “Censura e Acesso Controlado ao Conhecimento”, “Propaganda, Desinformação e Notícias Falsas”; e, por último, “Resistência e Enfrentamento”. Em relação ao período do Estado Novo, ao todo foram apreciados 25 trabalhos, entre livros, artigos, dissertações, teses e reportagens. Com base nestes documentos, foram encontradas 9 políticas governamentais de desmonte cultural, sendo elas: o desmantelamento do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo; a interrupção do projeto de Biblioteca Municipal de Rubens Borba de Moraes; o encerramento do Curso Superior de Biblioteconomia de São Paulo; o Instituto Nacional do Livro; o Departamento de Ordem Pública e Social; o Departamento de Imprensa e Propaganda; a Reforma Capanema; a intervenção do presidente Getúlio Vargas na produção livresca e na instituição de bibliotecas públicas; e o controle, censura e confisco de livros nas editoras e bibliotecas públicas.

Foram apontadas, ao todo, 5 ações de resistência e enfrentamento ao período, que não se restringiram somente ao âmbito das bibliotecas públicas e dos bibliotecários, sendo elas: a privatização do Curso Superior de Biblioteconomia por Rubens Borba de Moraes (as ações de privatização, por si só, não se configuram como um ato de luta pela democratização do acesso, porém, em vista da censura por parte do Estado, esta solução teve o intuito de subverter a atuação censória); a Biblioteca ambulante “Vamos Ler”; a resistência no campo editorial, com as ações de José Olympio Pereira Filho; os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes; e o Movimento de Cultura Popular em Recife. Em relação ao período da Ditadura Militar, ao todo foram apreciados 19 trabalhos. Com base nestes documentos, foram encontradas 11 políticas governamentais de desmonte cultural: o Ato Institucional nº 5; o Serviço Nacional de Informações; o Departamento de Ordem Política e Social; a Divisão de Censura de Diversões Públicas e o Serviço de Censura de Diversões Públicas; a invasão, revista e recolhimento de livros em bibliotecas de faculdades, universidades e do professor Mario Schemberg; a apreensão de livros em livrarias e editoras; as Comissões de Incineração; o Decreto-lei nº 1.077; os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes colocados na ilegalidade; a Assessoria Especial de Relações Públicas; e, novamente, o Instituto Nacional do Livro.

Ao todo, foram apontadas 8 ações de resistência e enfrentamento ao regime, que não se restringiam somente ao âmbito das bibliotecas públicas e dos bibliotecários, sendo elas: luta e resistência de escritores contra a censura e pela liberdade de expressão; o manifesto dos 1046 intelectuais contra a censura; o mandado de segurança impetrado contra o Departamento Federal de Segurança Pública pela Editora Civilização Brasileira questionando as várias ações confiscatórias de livros; a Manifestação Cultura contra Censura (1968); a Passeata dos Cem Mil (1968); o primeiro curso de pós-graduação em Biblioteconomia; livros escondidos no caixa-forte da biblioteca da Universidade de Brasília para evitar que estes fossem recolhidos pelo regime; e o show Opinião (1965). Com o objetivo de se compreender o período do “Brasil Atual” de forma diferente dos dois anteriores, este tópico foi apresentado sem um quadro específico indicando as políticas governamentais ofensivas recentes e as ações de resistência e enfrentamento. Neste sentido, foram indicadas algumas ações na esfera federal, bem como nas municipais e estaduais, além de práticas de pessoas físicas e jurídicas, nas quais o contexto nacional trouxe elementos para o estudo do momento histórico atual do Brasil.

Muitas vezes, em momentos difíceis da história do nosso país, em que as políticas ofensivas vem se intensificando e ganhando novos contornos com a disseminação de notícias



falsas nas redes sociais, é complicado enxergar uma saída para a situação em que as bibliotecas públicas se encontram. Analisar a história destas instituições nos faz perceber que estas vem resistindo a ações de desmonte desde sua constituição e que os bibliotecários, artistas, militantes, professores, ativistas e diversos outros setores da população tem lutado para que estas permaneçam vivas e atuantes a várias décadas. Neste sentido, identificar ações bibliotecárias relevantes ao fortalecimento destes locais como instrumento cultural e informacional em governos autoritários da história brasileira, nos mostra que é possível resistir e enfrentar o cenário político e social recente. “Eu creio que as condições da história atual permitem ver que outra realidade é possível. Essa outra realidade é boa para a maior parte da sociedade e nesse sentido a gente é otimista. A gente é pessimista quanto ao que está aí, mas otimista quanto ao que pode chegar” (SANTOS, 2006).

O cenário atual das instituições culturais e informacionais no Brasil é angustiante. Frequentemente, nos faz acreditar que a humanidade está sempre em um círculo vicioso, em um padrão que se repete de tempos em tempos. A observação de Milton Santos nos faz ter esperanças de que juntos podemos transformar essa realidade, que a mudança está ao nosso alcance. Neste sentido, é necessário que os bibliotecários disputem uma biblioteca pública que seja, tanto na teoria quanto na prática, um ambiente de reflexão, em que se traga o contraditório, para que os usuários desenvolvam uma relação diferenciada com a informação, passem a analisá-la de forma mais crítica. Ao invés de ser apenas um repositório da palavra dos outros, é importante que estes locais abram espaço para que a comunidade consiga sua própria voz, seja ouvida. Que se abrace diferentes tipos de manifestação individual, de ideias. A atuação deste profissional se torna, cada vez mais, política e ética, na qual, a defesa de aspectos democráticos seja uma constante, desempenhando um papel significativo na disseminação e democratização da informação, além de gerar competência informacional em seus usuários. “Os seres humanos podem resistir a qualquer poder humano e mudá-lo. Resistência e mudança geralmente começam na arte. Muitas vezes em nossa arte, a arte das palavras” (LE GUIN, 2014 apud THE GUARDIAN, 2014, tradução nossa).

## 8 Referências Bibliográficas

- AGÊNCIA BRASIL. **Facebook é a maior plataforma de fake news, aponta pesquisa.** 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2020/06/17/interna\\_tecnologia,864689/facebook-e-a-maior-plataforma-de-fake-news-aponta-pesquisa.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/tecnologia/2020/06/17/interna_tecnologia,864689/facebook-e-a-maior-plataforma-de-fake-news-aponta-pesquisa.shtml). Acesso em: 13 abr. 2021.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Sociedade e Biblioteconomia*. São Paulo: Polis, 1997. 129 p.
- ALTEMEYER, Bob. **Right-Wing Authoritarianism**. Winnipeg: University of Manitoba Press, 1981. 364 p.
- AMADO, Guilherme. **Planalto empilha no chão livros de biblioteca desmontada para abrigar Michelle Bolsonaro.** 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/video-planalto-empilha-no-cao-livros-de-biblioteca-desmontada-para-abrigar-michelle-bolsonaro-24252259>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- AMENI, Cauê Seignemartin; ALBUQUERQUE, Hugo. **O plano pinochetista de Paulo Guedes para tributar os livros.** 2020. Disponível em: [https://jacobin.com.br/2020/08/o-plano-pinochetista-de-paulo-guedes-para-tributar-os-livros/?fbclid=IwAR1h1kUkfUjJ\\_FvhrtrgxlX\\_bBeMyoihgQkEJrXWSJqwxR06Y0vht\\_jIPU](https://jacobin.com.br/2020/08/o-plano-pinochetista-de-paulo-guedes-para-tributar-os-livros/?fbclid=IwAR1h1kUkfUjJ_FvhrtrgxlX_bBeMyoihgQkEJrXWSJqwxR06Y0vht_jIPU). Acesso em: 12 nov. 2020.
- ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 8, n. 1, 1979. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77377>. Acesso em: 15 out. 2020.
- ARAPIRACA, Mary; REIS, Minervina Joseli Espíndola. Políticas públicas de leitura implantadas entre a década de 1930 ao final do século XX: do controle à fomentação. **Revista Mosaicum**, Teixeira de Freitas, v. 4, n. 8, 2020. Disponível em: <https://revistamosaicum.org/index.php/mosaicum/article/view/341>. Acesso em: 31 mar. 2021.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da biblioteconomia. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/28998>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene de et al (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Cap. 2. p. 29-43.
- ARCOVERDE, Léo. **Governo de SP censura livros de projeto de leitura para presidiários, diz articuladora.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/13/governo-de-sp-censura-livros-de-projeto-de-leitura-para-presidiarios-diz-articuladora.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- ASIMOV, Isaac. **I. Asimov: a memoir**. Nova Iorque: Bantam Books, 1995. 600 p.

BARBOSA, Maisa. **Programas públicos sólidos poderiam reverter nossas assimetrias históricas**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/programas-publicos-solidos-poderiam-reverter-nossas-assimetrias-historicas.shtml>. Acesso em: 07 abr. 2021.

BARROS, Thaís Santiago; TORRES, Ana Raquel Rosas; PEREIRA, Cícero. Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais. **Psico-USF**, Itatiba, v. 14, n. 1, p. 47-58, abr. 2009.

BENTO, António V. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. **Revista JA**: Associação Acadêmica da Universidade da Madeira, Madeira, v. 3, n. 65, p. 42-44, maio 2012. Disponível em: [http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Revisaoda\\_literatura.pdf](http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Revisaoda_literatura.pdf). Acesso em: 18 maio 2021.

BERGAMO, Mônica. **Entidade vinculada à Cultura deve enviar posts para aprovação de Mario Frias com antecedência de 24h**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/09/entidade-vinculada-a-cultura-deve-enviar-posts-para-aprovacao-de-mario-frias-com-antecedencia-de-24h.shtml>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BERLINCK, Manoel Tosta. **O Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas: Papyrus, 1984. 101 p.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SAMPAIO, Denise Braga. TANGÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DA SOCIEDADE INFORMÁTICA E DA PÓS-VERDADE: o potencial papel da biblioteca pública. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 141-155, 17 mar. 2020. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/rpa.v13i3.34902>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/34902/20744>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL. Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca Pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000.

BITTAR, Paula. **Da militância contra a ditadura à presidência**: veja a trajetória de Dilma Rousseff. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/208560-da-militancia-contr-a-ditadura-a-presidencia-veja-a-trajetoria-de-dilma-rousseff/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 174 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB – Imprensa Oficial: 2004.

BOSMAJIAN, Haig. **Burning Books**. Jefferson: McFarland & Company, 2006. 233 p.

BRAGANÇA, A. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **MATRIZES**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 221-246, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38232>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRANDT, Cleri Aparecida. **Vasculhando baús de memórias do nazismo por imagens: olhares e possibilidades diversos**. 2014. 235 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/121997>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 520, de 1992. **Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992**. Brasília, 13 maio 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm). Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 1964. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Rio de Janeiro, 9 abr. 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL**. 2013. Disponível em: <http://antigo.cultura.gov.br/pnll>. Acesso em: 07 abr. 2021.

CALCAGNO, Luiz. **General Mourão comemora golpe militar de 1964 em postagem no Twitter**. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4915306-general-mourao-comemora-golpe-militar-de-1964-em-postagem-no-twitter.html>. Acesso em: 18 abr. 2021.

CALDAS, Elaine Formentini. **A trajetória dos programas oficiais de leitura e da biblioteca pública no Brasil durante o período de 1937-2004**. 2005. 182 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 241/2016**: proposta de emenda à constituição. Proposta de Emenda à Constituição. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CAMPOS, Ana Cristina Pinheiro. **A cultura tem poder: uma reflexão sobre o processo de institucionalização do campo cultural brasileiro (séculos XIX, XX, XXI)**. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Ideias Malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 208 p.

CARVALHO, Daniel. **Após Justiça liberar celebração, novo ministro da Defesa diz que golpe deve ser entendido em contexto histórico**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/como-ministro-da-defesa-braga-netto-assina-no-ta-chamando-golpe-de-64-de-parte-da-trajetoria-historica-do-brasil.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2021.

CARVALHO, Talita de. **Ditadura Militar no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CASARIN, Rodrigo. **Silêncio na biblioteca: evento cultural virou mera propaganda política?** 2020. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/colunas/pagina-cinco/2020/09/01/silencio-na-biblioteca-evento-cultural-virou-mera-propaganda-politica.htm>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CERQUEIRA, Amanda P. Coutinho de. Política cultural e “crise” no governo Temer. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 55, n. 1, p. 1-17, 30 jun. 2018. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n1.10.p178>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8548/5483>. Acesso em: 04 abr. 2021.

CHARLEAUX, João Paulo. **A biblioteca de Pinochet: coleção do ditador chileno incluía livros que ele mandou queimar.** Coleção do ditador chileno incluía livros que ele mandou queimar. 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-biblioteca-de-pinochet/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CHOO, C.W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões.** São Paulo: SENAC, 2006.

CHUQUEL, Luane Flores; GIMENEZ, Charlise Paula Colet. Lembrar para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça: a importância da Comissão da Verdade no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST, 2., 2014, São Leopoldo. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**. São Leopoldo: EST, v. 2, 2014. p. 1792-1813. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/377/313>. Acesso em: 18 mar. 2021.

COIMBRA, Kary Emanuelle Reis; MORAIS, Maria Dione Carvalho de Moraes. de. Eleições presidenciais 2018 e gestão Bolsonaro: o não lugar da cultura. **Argumentum**, Vitória, v. 11, n. 3, p. 140–156, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/27069>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CNTE. **Ditadura Nunca Mais**. Disponível em: <https://ditaduranuncamais.cnte.org.br/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; CUSTÓDIO, Marcela Gaspar. A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em Ortega y Gasset. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 14, p. 197-214, maio 2018. Disponível em: [encurtador.com.br/bijyH](http://encurtador.com.br/bijyH). Acesso em: 18 mar. 2021.

CORREIO BRAZILIENSE. **Obras sobre direitos humanos são danificadas na biblioteca da UnB**. 2018. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/10/04/interna\\_cidadesdf,710276/obras-sobre-direitos-humanos-sao-danificadas-na-biblioteca-da-unb.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/10/04/interna_cidadesdf,710276/obras-sobre-direitos-humanos-sao-danificadas-na-biblioteca-da-unb.shtml). Acesso em: 08 abr. 2021.

COSTA, Claudia. **“Estamos vivendo o desmonte total das instituições da Cultura”**. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/estamos-vivendo-o-desmonte-total-das-instituicoes-da-cultura/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da; GERMANO, José Willington. Conhecimento proibido: a interdição da leitura em regimes políticos autoritários. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 11, 14 out. 2013.

COSTA, Maria Cristina Castilho. A censura no Governo Vargas: antes, durante e depois. **E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP**, São Mamede de Infesta, n. 3, 2015. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002721184.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

COSTA, Maria Cristina Castilho; SOUSA JUNIOR, Walter de. Censura e pós-censura: uma síntese sobre as formas clássicas e atuais de controle da produção artística nacional. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 19-36, jan. 2018. Disponível em: [www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/28154/17498](http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/28154/17498). Acesso em: 12 set. 2020.

COSTA, Michelli Pereira da. **Características e contribuições da via verde para o acesso aberto à informação científica na América Latina**. 2014. 226 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COSTA, Michelli Pereira da. **Critérios de qualidade em fontes de informação na internet**. 2019. Acesso em: 18 mar. 2021.

COUTO, Laura Maria Pereira. A trajetória do acesso à informação no Brasil: da Era Vargas aos dias atuais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp. Melhores trabalhos CBBDD, p. 19-33, jan. 2019. Disponível em: <https://rbdd.febab.org.br/rbdd/article/view/1349/1169>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CRB-1. **Nota sobre a Redução da Biblioteca da Presidência da República**. 2020. Disponível em: <https://crb1.org.br/notapr/>. Acesso em: 17 maio 2021.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angelica do; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

CYFER, Ingrid. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653410>. Acesso em: 14 mar. 2021.

DEUTSCHE WELLE. **“Toda biblioteca alemã tem livros roubados por nazistas”**. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/toda-biblioteca-alem%C3%A3-tem-livros-roubados-por-nazistas/a-37868942>. Acesso em: 21 out. 2020.

DIAS, Kaique. **Projeto de lei quer vetar livros de bibliotecas públicas em Marechal Floriano**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/sul-es/noticia/projeto-de-lei-quer-vetar-livros-de-bibliotecas-publicas-em-marechal-floriano.ghtml>. Acesso em: 08 abr. 2021.

DICIO. **Censura**. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/censura/>. Acesso em: 20 out. 2020.

DICIO. **Sucateamento**. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sucateamento/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

DUARTE, Yaciara Mendes. A Sociedade da Desinformação e os Desafios do Bibliotecário em busca da Biblioteconomia Social. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org.). **Bibliotecário do Século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília: Ipea, 2018. Cap. 4. p. 67-82. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180406\\_bibliotecario\\_do\\_sec\\_XXI\\_7\\_cap04.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180406_bibliotecario_do_sec_XXI_7_cap04.pdf). Acesso em: 18 mar. 2021.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15970.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Record, 2019. 592 p.

ELIAS, Claudia de Souza Rodrigues et al. Quando chega o fim?: uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 48-53, abr. 2012. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-69762012000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762012000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 nov. 2020.

EMICIDA. **Levanta e Anda**. São Paulo: Sony Music Entertainment: 2013.

ENCONTRO com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá. Direção de Sílvio Tandler. Produção de Ana Rosa Tandler. Intérpretes: Milton Santos, Boubacar Boris Diop, Carlos Pronzato, Ailton Krenak, Adetokunbo Borishade, Adirley Queirós, Eduardo Galeano, Aline Sasahara, Joseph Stiglitz, Celso Amorim, José Saramago. Roteiro: Cláudio Bojunga. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2006. (89 min.), color.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2019.

FEBAB. **Bibliotecas que não se calam**: aqui a censura não tem vez. 2020. Disponível em: <http://febab.org.br/censurado/>. Acesso em: 18 maio 2021.

FERNANDES, Talita. **Bolsonaro chama livros didáticos de "lixo" e propõe que material seja suavizado em 2021**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/bolsonaro-chama-livros-didaticos-de-lixo-e-propoe-que-material-seja-suavizado-em-2021.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.

FERREIRA, Afonso. HQ dos Vingadores proibida na Bienal do Livro chega a custar R\$ 250 na web. **Uol**. São Paulo. 19 set. 2019. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2019/09/10/hq-vingadores-bienal-do-livro.htm>. Acesso em: 13 mar. 2021.

FERREIRA, António Gomes; VECHIA, Ariclê. Cadernos escolares: revelando a doutrinação da infância pelo regime militar - 1964-1985. **Revista Educação em Questão**, v. 36, n. 22, 15 dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3965/3232>. Acesso em: 16 out. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à revolução de 1930 - Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 314-328.

FGV CPDOC. **Ação Integralista Brasileira (AIB)**. 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FGV CPDOC. **Estado Novo e Fascismo**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascismo>. Acesso em: 21 set. 2020.

FGV CPDOC. **Plano Cohen**. 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FGV CPDOC. **Prefácio escrito para o vol. I da obra “Floriano - Memórias e Documentos”, publicado em 1939, com o título de “Biografia do marechal Floriano Peixoto”**. 2009. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/textual/prefacio-escrito-para-o-vol-i-da-obra-floriano-memorias-e-documentos-publicado-em-1939-com-o-titulo-de-biografia-do-marechal-floriano-peixoto-s-l>. Acesso em: 30 mar. 2021.

FGV CPDOC. **DIP: Primeira edição da revista Cultura Política**. 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/exposicao-virtual/dip/1-edicao-revista-cultura-politica/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

FGV CPDOC. **DIP: A Juventude no Estado Novo**. 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/exposicao-virtual/dip/juventude-estado-novo/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

FGV CPDOC; FERREIRA, Marieta de Moraes. **As Reformas de Base**. 2020. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base). Acesso em: 31 mar. 2021.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 2, 1980. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/75955>. Acesso em: 04 dez. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Manifesto dos Intelectuais” pediu o fim da censura em janeiro de 77. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 03 abr. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/03/brasil/27.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FRAGOSO, Christiano Falk. **Autoritarismo e sistema penal**. 2011. 373 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.



Disponível em: [www.bdtd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3238](http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3238). Acesso em: 19 out. 2020.

FREITAS, M. A.; SILVA, V. B. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 9, n. 2, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/28328>. Acesso em: 13 set. 2020.

FREITAS NETO, José Alves de; TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Harbra, 2015.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Biblioteca pública: espaço de formação da opinião pública?. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. spe, p. 79-94, dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362014000500008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000500008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 set. 2020.

G1. **Bolsonaro acaba com Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/24/bolsonaro-acaba-com-conselho-consultivo-do-plano-nacional-do-livro-e-leitura.ghtml>. Acesso em: 08 abr. 2021.

G1. **Investigação aponta assessor de Bolsonaro como responsável por página de fake news derrubada pelo Facebook**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/07/08/investigacao-aponta-assessor-d-e-bolsonaro-como-responsavel-de-pagina-de-fake-news-derrubada-pelo-facebook.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2021.

G1. **Facebook remove rede de contas falsas relacionada ao PSL e a gabinetes da família Bolsonaro**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/07/08/facebook-remove-rede-de-contas-falsas-relacionada-ao-psl-e-a-gabinetes-da-familia-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2021.

G1; TV GLOBO. **Inquérito aponta cinco supostos financiadores de esquema de fake news e ataques a autoridades**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/27/inquerito-aponta-cinco-supostos-financiadores-de-esquema-de-fake-news-e-ataques-a-autoridades.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2020.

GÓES, Bruno; ARAGÃO, Helena; SOARES, Jussara. **Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação**. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-copia-discurso-do-nazista-joseph-goebbels-causa-onda-de-indignacao-24195523>. Acesso em: 08 abr. 2021.

GONÇALVES, Juliana. **“Queimem a bruxa!” Visita de Judith Butler provoca manifestações nas ruas de São Paulo**. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/11/07/judith-butler-bruxa-manifestacoes-sao-paulo-ideologia-genero/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

GONÇALVES, L. A. Políticas Públicas e Direitos Sociais. In: XVI Congresso Nacional do Conpedi - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2007, Belo Horizonte - MG. **Anais...** Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2007.

GOUVÊA, Viviane. **Censura no Brasil**: O que podemos saber?. Que República é essa?, fev./2019. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/136-censura-no-brasil.html>. Acesso em: 21 set. 2020.

GOVERNO DO BRASIL. **Atos Institucionais**. 2021. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 31 mar. 2021.

GREENHALGH, Raphael Diego. Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 30, n. 3, p. 1-15, 29 set. 2020.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: concepções de estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001. 114 p.

HADDAD, Sérgio. **A prisão de Paulo Freire, “subversor dos menos favorecidos”, na ditadura**. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/22/cultura/1571754417\\_189523.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/22/cultura/1571754417_189523.html). Acesso em: 09 abr. 2021.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 632 p.

ÍCARO, Pedro. **Manifestantes pró-Bolsonaro fazem atos em defesa da ditadura militar**. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4915376-atos-esvaziados-celebram-golpe-de-64-e-pedem-intervencao-militar.html>. Acesso em: 19 abr. 2021.

JUCÁ, Beatriz. **Justiça veta censura homofóbica de Crivella na Bienal do Livro do Rio**. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/06/politica/1567794692\\_253126.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/06/politica/1567794692_253126.html). Acesso em: 09 abr. 2021.

JUDENSNAIDER, Ivy; SAMPAIO, Dávius da Costa Ribeiro; ALBUQUERQUE, Vinícius Carneiro de. Unidade III. In: JUDENSNAIDER, Ivy; SAMPAIO, Dávius da Costa Ribeiro; ALBUQUERQUE, Vinícius Carneiro de. **História da América Contemporânea**. São Paulo: Editora Sol, 2015. p. 93-132. (Didática).

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **O Mundaneum no Brasil**: o Serviço de Bibliographia e Documentação da Biblioteca Nacional e seu papel na implementação de uma rede de informações científicas. 2014. 190 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 184 p.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (ed.). **Diretrizes da IFLA sobre os Serviços da Biblioteca Pública**. 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

LAGE, Amarilis. **Conjunto de bibliotecas públicas no país é insuficiente e mal distribuído**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/conjunto-de-bibliotecas-publicas-no-pais-e-insuficiente-e-mal-distribuido.shtml>. Acesso em: 07 abr. 2019.

LE GUIN, Ursula Kroeber. **The wave in the mind: talks and essays on the writer, the reader, and the imagination**. Boston: Shambhala, 2004. 336 p.

LEE, Peter. Por que aprender História? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 42, p. 19-42, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n42/a03n42.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10. Curitiba, 1979. **Anais**. Curitiba, Associação Bibliotecária do Paraná, v. 3, p. 1158-1161.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Acesso em: 13 set. 2020.

LEITE, Leonardo Ripoll Tavares. **Confiabilidade informacional: a filosofia da informação e o desenvolvimento da leitura crítica no ambiente virtual**. 129 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000050/0000500b.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

LIMA, Arabelly de.; GALINDO, Marcos. Tempos de censura: reflexões sobre o posicionamento crítico e político do bibliotecário. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, Londrina. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103057>. Acesso em: 18 mar. 2021.

LIMA, Bárbara Alessandra Ribeiro de Miranda. **Bibliotecas públicas de Vargas a Rouseff: políticas culturais e formação humana na desigualdade brasileira**. 2014, 82 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Kelly Pereira de. **Onde estão os livros censurados?: ainda os efeitos de 64 nas coleções de biblioteca**. 2016. 262 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/10857/1/Disserta%20c3%a7%20Kelly%20Pereira%20de%20Lima%20PPGCI%202016.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45, 2007.

LINDEMANN, Cátia Rejane. Desculpe o transtorno, preciso falar da biblioteconomia social. In: SPUDEIT, Daniela; MORAES, Marielle. **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o século XXI**. São Paulo: ABECIN, 2018. p.171-196.

LINDEMANN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 21, n. 22, p. 707-723, ago. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211/pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

LINE, Maurice Bernard. Draft definitions: Information and library needs, wants, demands and uses. **Aslib Proceedings**, v. 26, n. 2, p. 87-87, 1974.

LINZ, Juan J.. **Totalitarian and Authoritarian Regimes**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000. 275 p.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

LOVATTO, Angélica. Ênio Silveira e os Cadernos do Povo Brasileiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 93-103, jul. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18936/14098>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MACHADO, Frederico Borges. **Políticas de Estado e bibliotecas públicas: um estudo de caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura**. 2015. 343 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública, entre a teoria e a prática. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 11, n. 2, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/26447>. Acesso em: 13 set. 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora 34, 2017. 272 p.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 65-90, 30 jan. 2019. Instituto Metodista de Ensino Superior. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/COR/article/view/9299/6568>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. **Estudos Linguísticos**, Campinas, XXXV, p. 234-243, 2006. Disponível em: [https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigos\\_censura\\_brasil.pdf](https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigos_censura_brasil.pdf). Acesso em: 15 out. 2020.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 1845. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/feuerbach.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MATARAZZO, Renata; GONÇALVES, Gabriela. Saiba como o termo “ideologia de gênero” surgiu e é debatido. **G1**. São Paulo. 03 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/saiba-como-o-termo-ideologia-de-gener-o-surgiu-e-e-debatido.ghtml>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MEDEIROS, Valéria da Silva; ALMEIDA, Núbia Régia de; VAS, Braz Batista. Do INL à digitalização de acervos: breve panorama da biblioteca pública no Brasil. **Entreletras**, Araguaína, v. 5, n. 1, p. 42-61, jan. 2014. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/download/1039/597/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MEGALE, Bela. Governo desmonta biblioteca do Palácio do Planalto para abrigar Michelle Bolsonaro. **O Globo**. Brasília. 14 fev. 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/governo-desmonta-biblioteca-do-palacio-do-planalto-para-abrigar-michelle-bolsonaro.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MELLO, Patrícia Campos. **Por que os brasileiros deveriam ter medo do Gabinete do Ódio?** 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2020/08/04/opinion/international-world/bolsonaro-gabinete-do-odio.html>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MENEZES, Pedro. **O que é a Alienação do Trabalho para Marx?** 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/alienacao-trabalho/>. Acesso em: 14 out. 2020.

MICHAELIS. **Desmonte**. 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/E3aX/desmonte/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MILANESI, Luiz. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MIRANDA, Antônio. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, jan./jun. 1978, p. 69-75.

MORAES, Marielle Barros de. Responsabilidade Social Bibliotecária (RSB): o que significa em tempos de rupturas democráticas? In: SPUDEIT, Daniela; MORAES, Marielle. **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o século XXI**. São Paulo: ABECIN, 2018. p.49-76. Disponível em: [http://abecin.org.br/data/documents/E-Book\\_Biblioteconomia\\_Social\\_1.pdf](http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Biblioteconomia_Social_1.pdf). Acesso em: 18 mar. 2021.

MOLINERO, Bruno. **Cultura, sob Bolsonaro, vive volta da censura, perda de ministério e viés evangélico**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/12/cultura-sob-bolsonaro-vive-volta-da-censura-perda-de-ministerio-e-vies-evangelico.shtml?origem=folha>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MORAES, Ricardo Quartim de. A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. **Revista de**

**Informação Legislativa**, Brasília, v. 51, n. 204, p. 269-285, out. 2014. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/51/204/ri\\_v51\\_n204\\_p269.pdf](https://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/51/204/ri_v51_n204_p269.pdf). Acesso em: 16 out. 2020.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 13, n. 1, 1984. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74223>. Acesso em: 13 set. 2020.

MUNDANEUM. **History**. Disponível em: <http://archives.mundaneum.org/en/history>. Acesso em: 20 out. 2020.

NEVES, Barbara Coelho. Recursos que podem apoiar o bibliotecário no combate às Fake News nas mídias sociais. **Atoz: novas práticas em informação e conhecimento**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 17-27, 2 jul. 2020. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/68094/41066>. Acesso em: 18 mar. 2021.

NIKLAS, Jan. **Governo bloqueia R\$ 50 milhões de órgãos de Cultura como Biblioteca Nacional, Funarte e Palmares**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/governo-bloqueia-50-milhoes-de-orgaos-de-cultura-como-biblioteca-nacional-funarte-palmares-24615762>. Acesso em: 07 abr. 2021.

NIKLAS, Jan. **Governo Bolsonaro suspende edital com séries LGBT para TVs públicas**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/governo-bolsonaro-suspende-edital-com-series-lgbt-para-tvs-publicas-23891805>. Acesso em: 08 abr. 2021.

O GLOBO. **“Para ficar e bater palma pra censura, eu prefiro cair fora”, diz Henrique Pires, ex-secretário especial de Cultura**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/para-ficar-bater-palma-pra-censura-eu-prefiro-cair-fora-diz-henrique-pires-ex-secretario-especial-de-cultura-23893258>. Acesso em: 08 abr. 2021.

OLINTO, G. Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 77-93, 2010. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v1i1p77-93. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42306>. Acesso em: 17 out. 2020.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; CASTRO, Jetur Lima de. Enfoques da revolução francesa, nazismo e Ditadura Militar no Brasil: repressão e censura à informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 117-134, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71614>. Acesso em: 18 mar. 2021.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; CASTRO, Jetur Lima de. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, Porto, v. 3, n. 7, p. 31-50, jan. 2017. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/2837/2594>. Acesso em: 18 mar. 2021.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 125-151, 20 ago. 2018. Faculdade de Biblioteconomia Comunicação. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/80013/48791>. Acesso em: 18 mar. 2021.

OLIVEIRA, André de; EL PAÍS BRASIL. **Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na Justiça em nove votos na Câmara**. 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293\\_721277.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html). Acesso em: 04 abr. 2021.

OLIVEIRA, Joana. **Cinemateca Brasileira agoniza e se torna símbolo da falta de política cultural do Governo Bolsonaro**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-29/cinemateca-brasileira-agoniza-e-se-torna-simbolo-da-falta-de-politica-cultural-do-governo-bolsonaro.html>. Acesso em: 07 abr. 2021.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. 232 p.

OLIVEIRA, Mônica. **Operadores Booleanos**. 2009. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/wordpress/?p=116>. Acesso em: 17 maio 2021.

OLIVEIRA, Regiane. **Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>. Acesso em: 09 abr. 2021.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas no Brasil, 1937-1989. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 out. 2020.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de Livros durante a Ditadura Militar: 1964-1978**. 2003. 309 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7262>. Acesso em: 18 mar. 2021.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. Censura prévia de livros: a moralidade como recurso político. In: V ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA V ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 5., 2004, Recife. **Memória e História**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004. p. 1-12. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/02-intolerancia/Artigo%20de%20Maria%20Mercedes%20Dias%20Ferreira%20Otero.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PAIXÃO, Cleiton Daniel Alvaredo. **De Vargas a Lula: os (des)usos da política cultural no Brasil**. 2013. 199 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101011>.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Censura no Estado Novo. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 33, p. 103-113, dez. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/viewFile/39850/27924>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PAUL, Christopher; MATTHEWS, Miriam. **The Russian "Firehose of Falsehood" Propaganda Model**. 2016. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE198.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PEISS, Kathy. **Information Hunters: when librarians, soldiers, and spies banded together in World War II Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2020. 296 p.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PINHO, Angela; MARTÍNEZ-VARGAS, Ivan. **Doria manda recolher material sobre identidade de gênero por suposta apologia**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/doria-manda-recolher-material-que-cita-identidade-de-genero-e-fala-em-apologia.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2021.

PIRES, Breiller. **“Meu livro é sobre a ditadura. Jamais pensei que seria censurado”, diz autor de ‘Meninos Sem Pátria’**. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/04/cultura/1538677664\\_945391.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/04/cultura/1538677664_945391.html). Acesso em: 08 abr. 2021.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do Pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 1-22, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/1806-9053-rbcsoc-3396032018.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

PRAZERES, Leandro; ALMEIDA, Amanda. **CPMI das Fake News identifica 2 milhões de anúncios da Secom em canais de 'conteúdo inadequado' em só 38 dias**. 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/cpmi-das-fake-news-identifica-2-milhoes-de-anuncios-da-secom-em-canais-de-conteudo-inadequado-em-so-38-dias.html>. Acesso em: 13 abr. 2021.

PUBLISHNEWS. **Bolsonaro extingue Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura**. 2019. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2019/07/24/bolsonaro-extingue-conselho-consultivo-do-plano-nacional-do-livro-e-leitura>. Acesso em: 08 abr. 2021.

RAMOS, Carla Michele. A arte teatral do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, 1961-1964. **Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 100-114, jan. 2015.



REIHER, Andrea. “Who Watches the Watchmen?” means more than you think in HBO's new series. 2019. Disponível em: <https://www.popsugar.com/entertainment/meaning-behind-who-watches-watchmen-46772705>. Acesso em: 08 abr. 2021.

REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis. **Repressão e resistência**: censura a livros na Ditadura Militar. 2015. Tese (Livre Docência em Comunicação e cultura) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Acesso em: 18 mar. 2021.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...” - censura a livros na Ditadura Militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v28n80/08.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 1082/2011**. 2011. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/449a94f8ca1f125a832566ec00172e93/6c6d179bf13ca763832578e900474607?OpenDocument>. Acesso em: 08 abr. 2021.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Tudo Normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, p. 111-130, 22 dez. 2017. Instituto Metodista de Ensino Superior. <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n3p111-130>. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7843/6103>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ROCHA, Eduardo Santos; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Análise das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 263-277, abr. 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1637/pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

ROUVENAT, Fernanda. **Livros com temática LGBT comprados por Felipe Neto são distribuídos na Bienal**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/07/livros-com-tematica-lgbt-comprados-por-felipe-neto-sao-distribuidos-na-bienal.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2021.

RYDELL, Anders. **The Book Thieves**: the nazi looting of Europe's libraries and the race to return a literary inheritance. Nova Iorque: Viking, 2017. 368 p.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SALLUM, Ana Maria Calil; GARCIA, Dayse Maioli; SANCHES, Mariana. Dor aguda e crônica: revisão narrativa da literatura. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 150-154, 2012.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: Penso Editora, 2013.

SANDER, Isabella. **Catálogo do Queermuseu desaparece de bibliotecas**. 2017. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2017/11/geral/594724-catalogo-do-queermuseu-desaparece-de-bibliotecas.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/11/geral/594724-catalogo-do-queermuseu-desaparece-de-bibliotecas.html). Acesso em: 17 maio 2021.

SANTIN, Valter Foletto. **Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SANTOS, Paola de Marco Lopes dos. **O ponto de inflexão Otlet: uma visão sobre as origens da documentação e o processo de construção do princípio monográfico**. 2006. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCABIN, Nara Lya Cabral. Heranças censórias: mecanismos, efeitos e significado cultural da censura a livros em momentos de ditadura e democracia. **Revista Eptic: Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 20, n. 2, p. 54-69, maio 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/9615/7448>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SCHNEIDER, Nina. Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a Ditadura Militar em perspectiva comparada. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 43, n. 2, p. 333-345, 5 jun. 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 133 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. **Exposição “Banidos: obras censuradas no acervo de raros da Mário”**. 2020. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/programacao/index.php?p=27410>. Acesso em: 17 maio 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. **Biblioteca Mário de Andrade - Programação de Novembro**. 2019. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/biblioteca-mario-de-andrade-programacao-de-novembro>. Acesso em: 17 maio 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. **Festival Verão Sem Censura acolhe manifestações culturais censuradas e oprimidas**. 2019. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/festival-verao-sem-censura-acolhe-manifestacoes-culturais-censuradas-e-oprimidas-1>. Acesso em: 17 maio 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Bruna de Oliveira; SABBAG, Deise Antonio. O tangível e o corpóreo das bibliotecas públicas brasileiras: do ideal ao real. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 29, n. 4, p. 75-102, 29 nov. 2019.

SILVA, Fernanda de Barros da. **O regime de verdade das redes sociais on-line: pós-verdade e desinformação nas eleições presidenciais de 2018**. 2019. 158 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação

em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1027/1/Fernanda%20de%20Barros%20da%20Silva\\_Mestrado\\_2019.pdf](https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1027/1/Fernanda%20de%20Barros%20da%20Silva_Mestrado_2019.pdf). Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes da; FERNANDEZ, Maria Aparecida Arias. Políticas Culturais para o Livro, Leitura e Bibliotecas. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS, 7., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 1-16. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14868/1/Artigo%20-Funda%c3%a7%c3%a3o%20Casa%20Rui%20-VII%20Semin%c3%a1rio%202016%20-%20Gilvanedja%20Mendes.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Roosevelt Lins. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 2, n. 16, p. 203-217, jul. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16023/10442>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA, Manuelle Araújo da; SENA, Fabiana; ARAÚJO, Mariza Silva de. “Cuidado com a Leitura”: livros e leitura na coluna jornalística ensino e educação no Ceará dos anos 1944 a 1950. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 37, p. 259-276, 1 jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6169/4591>. Acesso em: 17 maio 2021.

SILVA, Suely Braga da. **O Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): planos, ideais e realizações**. 1992. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/11000/1/276669.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA, Vanderli Maria da. **A construção da política cultural no Regime Militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/D.8.2001.tde-02072002-100601. Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz de Bessa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 128-150, 2014.

SOARES, João Paulo (ed.). Doria manda recolher apostilas com uma página de conteúdo sobre diversidade sexual. **Brasil de Fato**. São Paulo. 03 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/03/doria-manda-recolher-apostilas-com-pagina-sobre-diversidade-sexual/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SORANO, Vitor. **Bolsonaro transfere Secretaria de Cultura para Ministério do Turismo**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2021.  
SOUSA, Amanda Moura de. O papel do bibliotecário como mediador da informação na era da pós-verdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 2017, p. 2390-2402, jan. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/956/945>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SOUZA, Fabio Silva de. **O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08012015-105321/publico/2014\\_FabioSilvaDeSouza\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08012015-105321/publico/2014_FabioSilvaDeSouza_VCorr.pdf). Acesso em: 18 mar. 2021.

SOUZA, Raquel Juliana Prado Leite de. Políticas de bibliotecas públicas e o Instituto Nacional do Livro: análise exploratória à luz da história e teoria da educação brasileira. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 143-169, set. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1073/1087>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, 1 jan. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/71150/44433>. Acesso em: 13 mar. 2021.

STORM Center. Direção de Daniel Taradash. Produção de Julian Blaustein. Música: George Duning. Estados Unidos: Columbia Pictures, 1956. Son., P&B. Legendado.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, Jose Luis Bolzan de. **Ciência Política e Teoria do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014. 224 p.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p.52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/252>. Acesso em: 13 set. 2020.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectiva**. São Paulo: Livros Irradiantes S.A; MEC, 1980, 82 p.

SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública na reconstrução da verdade. **Ciência da Informação**, v. 47, n. 2, 26 set. 2018.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. A Biblioteconomia e as contradições do social. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 1, 25 abr. 2017.

TELES, Edson. **O que resta da ditadura?** 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/03/28/o-que-resta-da-ditadura/amp/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. 350 p.

THE GUARDIAN. **Ursula K. Le Guin's speech at National Book Awards: "books aren't just commodities"**. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2014/nov/20/ursula-k-le-guin-national-book-awards-speech>. Acesso em: 17 abr. 2021.

TOMAÉL, Maria Inês; CATARINO, Maria Elisabete; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SILVA, Terezinha Elisabeth da; ALMEIDA,

Carlos Cândido de; CURTY, Renata Gonçalves; GODOY, Pedro Augusto de; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SELMINI, Daniela. Avaliação de fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 13-35, 2001. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/13475>. Acesso em: 18 mar. 2021.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Propaganda e Censura Nazistas**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nazi-propaganda-and-censorship>. Acesso em: 17 out. 2020.

VEIGA, Edson. Paulo Freire: como o legado do educador brasileiro é visto no exterior. **BBC News Brasil**. Bled (Eslovênia). 12 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46830942>. Acesso em: 14 mar. 2021.

VERAS, Luciana; MINDÊLO, Olívia. O eclipse da cultura no Brasil?. **Revista Continente: revista pernambucana de jornalismo cultural**, Recife, n. 244, ago. 2019. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/224/o-eclipse-da-cultura-no-brasilr>. Acesso em: 23 abr. 2021.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26, jun. 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266/266>. Acesso em: 22 set. 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 16, n. 2, 1988. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76413>. Acesso em: 07 abr. 2021.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 1998. 206 p.

VIEIRA, Nayara da Silva. **Entre o imoral e o subversivo: a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) no Regime Militar (1968-1979)**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

VIVEIROS, Ricardo. **Como queimar livros com tributos**. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/como-queimar-livros-com-tributos/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

WEFFORT, Francisco; FERREIRA, Juca; SILVA, Luiz Roberto Nascimento; CALERO, Marcelo; SUPLICY, Marta. **Manifesto de Ex-Ministros da Cultura**. 2019. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/documentos/manifesto-de-ex-ministros-da-cultura>. Acesso em: 16 out. 2020.

YAMASAKI, Mayumi. **Ex-ministros lançam manifesto contra medidas do governo na área cultural**. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/ex-ministros-lancam-manifesto-contra-medidas-do-governo-na-area-cultural/>. Acesso em: 07 abr. 2021.